PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

DIREITO

FACULDADE ANHANGUERA DO MARANHÃO

SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO 9
1.1 Cogna Educação S/A 9
1.2 Dados de identificação da Mantenedora 9
1.3 Dados de identificação da Instituição de Ensino Superior (IES) 9
1.4 Dados gerais do curso 14
2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS 16
2.1 Princípios filosóficos 16
2.2 Responsabilidade Social 18
2.3 Políticas institucionais no âmbito do curso 26
2.3.1 O PDI e as políticas de ensino do curso 26
2.3.2 O PDI e as políticas de extensão do curso 28
2.3.3 O PDI e as políticas de iniciação científica ou pesquisa curso 31
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO 33
3.1 Conceitos acadêmicos 33
3.1.1 A importância do modelo acadêmico KLS para o aluno 35
3.1.2 Modelo acadêmico 37
3.1.3 Ensinar para a vida 37
3.1.4 Concepção e organização da matriz curricular 41
3.2 Metodologias: aula modelo e material didático institucional 43
3.2.1 Aula modelo 44
3.2.2 Material didático 48
3.2.3 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (Logística) 50
3.3 Objetivos do curso 51
3.4 Perfil profissional do egresso e área de atuação 52
3.4.1 Acompanhamento de egressos 55
3.5 Estrutura curricular 58
3.5.1 Matriz curricular 58
3.5.2 Interdisciplinaridade 62
3.5.3 Flexibilização curricular 63
3.5.4 Acessibilidade metodológica e instrumental 64
3.5.5 Compatibilização da carga horária 65
3.5.6 Articulação da teoria com a prática 66

3.5.7 Oferta da disciplina de LIBRAS 67
3.5.8 Disciplinas na modalidade a distância 68
3.5.9 Mecanismos de familiarização com a modalidade a distância 71
3.5.10 Articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação 71
3.6 Conteúdos curriculares 72
3.6.1 Plano de ensino 73
3.6.2 Conteúdos pertinentes de Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena 75
3.6.3 Conteúdos pertinentes de Educação em Direitos Humanos 77
3.6.4 Conteúdos pertinentes de Educação Ambiental 78
3.6.5. Conteúdos Pertinentes à Política Educacional para a Terceira Idade 79
3.6.6. Conteúdos Pertinentes à Política Educacional para o Gênero 79
3.7 Atividades práticas do curso 80
3.7.1 Estágio Curricular Supervisionado 80
3.8 A Extensão Universitária 83
3.9. Trabalho de Conclusão de Curso 88
3.10 Atividades Complementares 90
3.11 Apoio ao discente 91
Programas de participação em centros acadêmicos ou em intercâmbios 109
3.12 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa 110
3.13 Atividades de tutoria 110
3.13.1 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria 116
3.14 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem 117
3.14.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 121
3.15 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem 122
3.16 Número de vagas 126
4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL 127
4.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE) 127
4.2 Equipe multidisciplinar 128
4.3 Atuação do coordenador de curso 130
4.4 Regime de trabalho do coordenador de curso 131
4.4.1 Gestão do curso e relação com os docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar 131
4.4.2 Representatividade nos colegiados superiores, plano de ação e indicadores de desempenho da coordenação 132
4.5 Corpo docente: titulação 134

4.6 Regime de trabalho do corpo docente do curso 136
4.7 Experiência profissional do docente 137
4.8 Experiência no exercício da docência superior 138
4.9 Atuação do colegiado de curso 139
4.10 Tutores 142
4.10.1 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância 142
4.10.2 Titulação e formação do corpo de tutores do curso 143
4.10.3 Experiência do corpo de tutores em educação a distância 143
4.10.4 Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso a distância 144
4.11 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica 145
5 INFRAESTRUTURA 146
5.1 Espaço de trabalho para professores em tempo integral (TI) 146
5.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e para serviços acadêmicos 147
5.3 Sala dos professores 148
5.4 Salas de aula 149
5.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática 150
5.6 Biblioteca 151
5.6.1 Acervo 152
5.6.1.1 Automação do acervo 154
5.6.2 Bibliografia básica e complementar por Unidade Curricular (UC) 155
5.6.3 Biblioteca Virtual 155
5.6.3.1. Plano de contingência 156
5.6.3.2 E-books 157
5.6.3.3 Periódicos científicos eletrônicos 157
5.6.3.4 149
5.6.3.5 149
5.6.3.6 149
5.7 150
5.8 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação, processo eletrônico, tutelas coletivas, letramento digital, TICs e atividades jurídicas reais 161
REFERÊNCIAS 166
Anexo – Ementas, Conteúdos e Bibliografia do curso 168

APRESENTAÇÃO

A Instituição entende o projeto pedagógico como um documento orientador de um curso, que traduz as políticas acadêmicas institucionais, fundamenta a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa e articula as ações a serem adotadas em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais. O projeto contempla conhecimentos e saberes necessários à formação das competências, estabelecidas a partir do perfil do egresso, que norteiam todo o processo de ensino-aprendizagem. Sua estrutura prevê diversos elementos, dentre eles o contexto educacional e suas particularidades, os objetivos do curso, a matriz curricular com observância aos seus elementos e à sua respectiva operacionalização, a metodologia e as estratégias de ensino, os recursos humanos e materiais, bem como a infraestrutura adequada ao pleno funcionamento do curso.

Com esse entendimento, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito foi construído coletivamente, e é implementado por meio do seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgão que elabora e acompanha a consolidação do projeto em sintonia com o colegiado do curso. O processo de elaboração do PPC considerou a concepção de um curso superior que venha a se concentrar na aprendizagem, no aluno e no professor. No que concerne à aprendizagem, ela se processa por meio de uma atividade cognitiva. Nesse sentido, aprender é operar mentalmente, é raciocinar, é refletir, é agir. Consequentemente, aprender resulta em mudanças de comportamento. Entende-se o aluno como um sujeito ativo que, ao assumir o papel de protagonista do seu processo de ensino-aprendizagem, viabiliza o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e atitudinais. Nesse contexto, o professor assume o papel de mediador da aprendizagem, um processo em que a transmissão de conhecimentos evolui para uma postura dinâmica que estimula o diálogo, a interação e a cooperação. Ao professor é necessário ter a capacidade de adequar sua linguagem, suas estratégias e seus recursos ao perfil dos alunos, de forma a viabilizar uma comunicação assertiva, tornando significativa a aprendizagem.

A preocupação que permeia todo esse PPC é a formação de um profissional com senso crítico e reconhecida capacidade em articular os conceitos para resolver problemas, agindo de forma ética e com competência, criatividade, autonomia, determinação, objetividade, sensibilidade e sociabilidade, competências tão reconhecidas e valorizadas pelo mundo do trabalho.

Cabe ao NDE zelar para que esse documento se reflita como o produto de olhares atentos ao perfil do profissional, às competências e habilidades, aos conteúdos (conceituais,

procedimentais e atitudinais), à matriz curricular, à metodologia de ensino, às atividades de aprendizagem e ao processo de avaliação, de modo que todos sejam objetivos de discussões, de revisão de paradigmas, de mudança de modelos mentais, de hábitos e de culturas.

Ressalta-se que este projeto pedagógico está aberto às inovações, práticas e legislações que exijam fazer reestruturações capazes de propiciar o fortalecimento dos vínculos entre educação e sociedade, visando, em última instância, direcionar, positivamente, os destinos das pessoas e as políticas públicas que as influenciam. Por essas razões, esse documento será atualizado sempre que se fizer necessário.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO

1.1 Cogna Educação S/A

A Instituição faz parte da Cogna Educação, empresa privada e uma das principais organizações do ramo da educação do mundo. Com uma trajetória de mais de 50 anos, que iniciou por meio da marca Pitágoras, a holding atua na prestação de serviços educacionais, com várias unidades de ensino distribuídas pelos estados brasileiros. Dentre as instituições de ensino superior que compõem o grupo, estão as marcas ANHANGUERA, AMPLI, PITÁGORAS, UNIC, UNIME, UNOPAR e UNIDERP.

1.2 Dados de identificação da Mantenedora

- **EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A**
- CNPJ/MF nº: 38.733.648/0001-40
- Endereço: Rua Cláudio Manoel, nº 36, Andar 13, Sala 03, Bairro Funcionários, CEP nº 30.140-100, Belo Horizonte – MG.
- Fone: (11) 4383-8446
- Homepage: https://www.anhanguera.com

1.3 Dados de identificação da Instituição de Ensino Superior (IES)

- Nome da Mantida: **FACULDADE ANHANGUERA DO MARANHÃO**
- Endereço da Mantida: Avenida São Luís Rei de França, nº 32, Bairro Turu, CEP nº 65065-470, São Luís – MA.
- CNPJ/MF nº: 38.733.648/0101-02
- E-mail: ddi@kroton.com.br; natalia.rodrigues@kroton.com.br
- Home Page: **https://www.anhanguera.com**
- Telefone: (98) 2108-6000

- **Atos legais:**
- **CREDENCIAMENTO**: Portaria Nº 221 de 25 de fevereiro de 2000 - D.O.U. 25 de fevereiro de 2000

- **RECREDENCIAMENTO**: Portaria Nº 543 de 27 de junho de 2014 - D.O.U. 30 de junho de 2014
- **TRANSFERÊNCIA DE MANTENÇA**: Portaria Nº 1130 de 31/10/2017
- **ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DA IES**: RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR Nº 88 DE 06/09/2022

Dirigentes da IES

Nome Completo	Função
MARLUCY FERREIRA MACHADO XAVIER	Diretor Geral
GLAUBER TULIO FONSECA COELHO	Coordenador Acadêmico
ALAN JEFFESON LIMA DE MORAES	Coordenador do Curso

Histórico da IES

A **FACULDADE ANHANGUERA DO MARANHÃO,** localizada no Avenida São Luís Rei de França, nº 32, Bairro Turu, CEP nº 65065-470, São Luís – MA no município de São Luís foi credenciada pela Portaria nº 211/200, publicada no Diário Oficial da União em 25 de fevereiro de 2000. Está cadastrada no Ministério da Educação sob código nº 1452 e iniciou suas atividades letivas no mesmo ano do credenciamento. A IES é mantida pela EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A.

A IES foi credenciada por meio da Portaria 221 de 23 de fevereiro de 200, com publicação em 25 de fevereiro de 2000, passando por recredenciamento por meio da Portaria 543 de 27 de junho de 2014, com publicação em 30 de junho de 2014. A IES passou por alteração de denominação por meio da Portaria 92/2015 com publicação em 02 de fevereiro, em que foi deferido a alteração de denominação da Faculdade Atenas Maranhense - FAMA para Faculdade Pitágoras do Maranhão, mantida pelo Centro de Ensino Atenas Maranhense LTDA, com sede no município de São Luís/MA. A IES passou ainda por outra alteração de denominação por meio da Portaria 88 de 06 de setembro de 2022, sendo aprovado a alteração da denominação da Faculdade Pitágoras do Maranhão para Faculdade Anhanguera do Maranhão.

A IES ainda passou por transferência de mantença por meio da Portaria 1130 de 31 de outubro de 2017, com conceito institucional de valor 4 em 2010, com índice geral de cursos com valor 3 em 2019 e IGC contínuo de valor 2.2812 em 2019.

A FACULDADE ANHANGUERA DO MARANHÃO atua no ensino superior de graduação nas áreas de Ciências Humana; Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e Engenharias, com cursos de (licenciatura, bacharelado e tecnologia – indicar os graus dos cursos, conforme realidade da IES). São oferecidos os seguintes cursos: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Direito, CST em Redes de Computadores, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Fisioterapia, Letras, Nutrição, Pedagogia, Serviço Social, Biomedicina, CST em Estética e Cosmética, CST em Gestão Comercial, Engenharia Ambiental, Engenharia da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Química e Engenharia Mecânica, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia e Psicologia.

A missão de uma Instituição representa sua finalidade, sua identidade, sua razão de ser. A Instituição descreve sua missão no seguinte Propósito:

Propósito

Impulsionamos as pessoas a construírem uma melhor versão de si

Visão

Ser a melhor experiência, transformando conhecimento e oportunidades em sucesso para todos

Valores

Somos um time, não heróis
Nossa relação é direta e respeitosa
Fazemos das nossas diferenças a base da nossa convivência
Somos empreendedores e entregamos resultados
Sucesso do aluno/cliente é o nosso sucesso

Dados socioeconômicos e socioambientais da região

A IES está localizada no município de SÃO LUIS, que segundo dados do IBGE 2021 possui população de 1.115.932. O IDH do município é 0,768. A cidade está localizada no estado de MARANHÃO, com população estimada de 7.153.262 está inserido na região nordeste, com área territorial de 329.651,496km², com densidade demográfica de 19,81hab/km². Segundo o IBGE, a densidade demográfica vem aumentando nos últimos anos, melhora substancial em seu IDH, que, atualmente está no patamar de 0.612. Segundo dados do (IBGE, 2022) O Maranhão possui rendimento mensal domiciliar per capita no valor de R$ 814,00 e PIB de R$ 106.916 (IBGE, 2022), sendo o 17º em relação ao demais estados. Na economia, o estado se destaca na atuação do setor de serviços. Na indústria, o Maranhão atua na transformação de alumínio em alumina, com produção de alimentos e a indústria madeireira. O Babaçu ainda possui destaque no extrativismo, com predomínio na agricultura para a produção de soja no sul do estado, além da mandioca, milho, banana e arroz. O estado ainda possui facilidade no escoamento da produção pelo seu complexo portuário em São Luís, com grande movimentação de carga.

No que se refere a divisão geográfica, o Estado do Maranhão possui um total de 217 Municípios, dentre eles, a cidade de São Luís. O município de São Luís está localizada na parte norte do Estado. O município, com área territorial de 583,063km², possui uma população estimada em 1.115.932 (IBGE, 2021). O salário médio dos trabalhadores formais corresponde a 3.1 salários-mínimos. O IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental de escola da rede pública corresponde a 4,9 e anos finais 4,4 da rede pública. (IBGE,2021). O PIB do município de São Luís está em torno de R$ 29.823,95 (IGBE, 2020). São Luís possui161 escolas de ensino médio, 456 escolas de ensino infantil e 493 escolas de ensino fundamental. Segundo o Censo Escolar de 2021 (IBGE), o município contava com aproximadamente 220 matrículas no ensino básico. O município conta com um acervo de grandes empresas como Equatorial Energia, S/A, Grupo Mateus, Caema, EMPAP, Novo Mundo, Itaqui, Geração de Energia etc. São diversos ramos de atuação que reclama a oferta de profissionais da área jurídica, sobretudo na área trabalhista, previdenciária, empresarial, consumidor e área portuária. Assim, há uma grande espaço de atuação para profissionais, bem como um campo diversificado para atuação de estagiários. Nesse sentido, é imprescindível a oferta de vagas para bacharéis em direito em razão da necessidade da comunidade local e entorno. São Luís situa-se na região insular conhecida como Ilha São Luís, limitada pelas baías de São Marcos e São José. É o centro político-administrativo do Maranhão, além de representar a sua maior economia. O setor terciário é o que mais agrega ao PIB da cidade, com seus serviços portuários e o turismo. Sua paisagem urbana é marcada pela influência portuguesa.

É a única cidade brasileira fundada por franceses, sendo posteriormente, invadida por holandeses, e, por fim, colonizada por portugueses. Foi fundada em 8 de setembro de 1612, pelos franceses Daniel de La Touche e François de Rasilly, cujo objetivo comum, dentro do contexto da economia mercantilista, era estabelecer a França Equinocial. O nome da cidade é uma homenagem dada pelos franceses ao Rei da França Luís XIII, também chamado de São Luís. Quando em 1621 o Brasil foi dividido em duas unidades administrativas - Estado do Maranhão e Estado do Brasil -, São Luís foi a capital da primeira unidade administrativa. A capital maranhense, lembrada hoje pelo enorme casario de arquitetura portuguesa, no início, abrigava apenas ocas de madeira e palha e uma paisagem quase intocada. Aqui ficava a aldeia de Upaon-Açu, onde os índios tupinambás - entre 200 e 600, segundo cronistas franceses - viviam da agricultura de subsistência. Caracterizada como porto fluvial e marítimo, à semelhança de outras cidades brasileiras da época colonial, a capital do Maranhão desempenhou importante papel na produção econômica do Brasil - Colônia durante os séculos XVII e XIX, tendo sido considerada o quarto centro exportador de algodão e arroz, depois de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Data desta época o traçado urbanístico de Francisco Frias de Mesquita, responsável pelo planejamento das ruas e quadras que compõem conjunto urbanístico de caráter civil que caracteriza o Centro Histórico da capital maranhense, um dos mais representativos e ricos exemplares da tipologia arquitetônica produzidos pela colonização portuguesa no Brasil. Devido ao seu acervo arquitetônico, São Luís conquistou o título de Patrimônio Histórico da Humanidade.

A capital maranhense tem um desenvolvido setor industrial por conta de grandes corporações e empresas de diversas áreas que se instalaram na cidade pela sua privilegiada posição geográfica entre as regiões Norte e Nordeste do país. Seu litoral estrategicamente localizado bem mais próximo de grandes centros importadores de produtos brasileiras, como Europa e EUA, permite economia de combustíveis e redução no prazo de entrega de mercadorias provenientes do Brasil pelo Porto de Itaqui, um dos mais movimentados, sofisticados e bem estruturados para o comércio exterior no Brasil. Tudo isso aliado a ligação por linha férrea da capital São Luís ao interior do estado, e aos estados vizinhos do Pará, Tocantins e Piauí, o que facilita e barateia a escoação agrícola vinda do interior do país para o porto de Itaqui. Com a conclusão de Ferrovia Norte-Sul, a cidade estará interligada a todas as regiões brasileiras (NO, NE, CO, SE e S) por ferrovias. Por rodovia, a ilha já é servida pela BR-135 que a liga ao continente. E há o Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, com capacidade de atender mais de um milhão de passageiros por ano, e que já opera com demanda quase saturada pelo movimento intenso de passageiros, não somente da cidade de São Luís,

mas também por servir como porta de entrada, por ser o maior e mais movimentado aeroporto próximo ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

O clima em São Luís é tropical e semiúmido. Isso se deve ao fato da cidade estar localizada próxima a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). A cidade apresenta grande quantidade de coqueiros e muita vegetação litorânea. Há também pedaços da Floresta Amazônica na cidade protegidas por Parques Ambientais. Pequenos rios nascem na cidade, o Rio Bacanga é um dos mais importantes pois é muito útil para a pesca.

A economia ludovicense baseia-se na indústria de transformação de alumínio, alimentícia, turismo e nos serviços. São Luís possui o maior PIB do estado, sediando duas universidades públicas (UFMA e UEMA) e vários centros de ensino e faculdades particulares. Segundo o último levantamento de dados do IBGE, a cidade de São Luís possui o PIB de R$ 9.340.944.000,00, sendo assim a 29ª economia nacional entre os mais de 5.560 municípios brasileiros, e ocupando a 14ª posição entre as capitais.

A Região Metropolitana de São Luís também conhecida como Grande São Luís é atualmente composta pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário e Santa Rita, situados no estado do Maranhão, enquadrando nessa área o chamado arquipélago de ilhas do Golfão Maranhense com mais de 1000 km². O relevo é ondulado com altitude média de 25m, o ponto mais elevado fica na região do aeroporto. Os rios Anil e o Bacanga dividem a ilha principal, na qual se situam aqueles quatro primeiros municípios: São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar. Na região compreendida entre ambos, está o núcleo inicial de povoação da região: a norte e oeste do rio anil ficam os bairros mais modernos e bem equipados da cidade; ao sul do Bacanga está o distrito industrial da ilha. Nas zonas centro e norte da região metropolitana estão os grandes bairros populares, quase sempre conjuntos habitacionais, construídos até meados da década de oitenta. Nos extremos norte e leste, a ocupação é esparsa, sendo áreas de praias desertas e manguezais fechados. No lado oeste da ilha ficam os bairros mais prósperos, as praias mais frequentadas e melhor infraestrutura. As avenidas Litorânea e dos Holandeses ligam os bairros da zona oeste entre si e à zona norte onde fica o município de Raposa. A Avenida Jerônimo de Albuquerque formou um eixo de expansão para onde foi levado o desenvolvimento urbano da cidade, liga a área do São Francisco - Renascença à COHAB, em suas margens surgiram vários bairros residenciais e estabelecimentos comerciais. Os outros dois eixos importantes são os formados pela Avenida dos Guajajaras, ligando a zona sul às zonas oeste e norte, e a estrada

de Ribamar, que liga o centro da ilha aos bairros da região norte e às sedes dos municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa. Este último tem como atividades principais de subsistência a pesca e a produção de rendas, ambas realizadas de forma artesanal. O município de Alcântara faz parte de uma ilha vizinha, chamada Ilha de Alcântara e o acesso se dá principalmente por ferry boat e balsas, apesar de haver acesso rodoviário. Os municípios de Bacabeira, Santa Rita e Rosário são localizados fora da ilha, sendo os últimos a serem incorporados à região metropolitana, em cuja região iniciou-se a construção da Refinaria Premium I.

A infraestrutura da região metropolitana conta com um aeroporto de médio porte (Marechal Cunha Machado), o porto do Itaqui, os terminais rodoviários, estação ferroviária e terminais para barcos de passageiros. O acesso à ilha de São Luís se faz pela BR-135, onde há apenas uma ponte para veículos, ou pelas estradas de ferro da CFN e CVRD. A população está distribuída de maneira muito esparsa havendo extensas áreas livres entre os bairros. As maiores concentrações urbanas correspondem ao núcleo central de São Luís, os bairros da COHAB e Cohatrac, Maiobão, eixo São Francisco-Renascença, Cidade Operária, e bairros do Itaqui-Bacanga, as demais povoações são esparsas e praticamente isoladas. O sistema de transporte urbano faz-se por ônibus e serviços alternativos de vans.

Apesar da distância e da necessidade de desenvolvimento do sistema de transporte, por ser a parte mais desenvolvida, de maior infraestrutura e mais oportunidades de serviços, a cidade de São Luís comporta a demanda social, econômica e produtiva da região metropolitana, recebendo diariamente inúmeros cidadãos em busca de serviços, trabalho, produtos, dentre outros.

Sob tal cenário, emerge, de forma clara, a demanda crescente por cursos de Ensino Superior, em decorrência fundamental de seu papel estratégico para a melhoria da qualidade de vida do indivíduo e da sociedade; e como instrumento essencial para a melhor qualificação e empregabilidade no mercado e adesão às oportunidades iminentes. O arcabouço de conhecimentos e competências inerentes aos profissionais das diversas áreas torna-se, assim, necessidade competitiva, valorizada por todo mercado e relevante para o desenvolvimento social.

À luz dessa realidade, consolida-se a FACULDADE ANHANGUERA DO MARANHÃO cuja concepção está fundamentada em um projeto contínuo, autônomo e permanente, com sólida formação básica e formação profissional voltada para as competências e habilidades que

preparem o futuro graduado para enfrentar os desafios da sociedade, com condições de se inserir no mercado de trabalho de forma a compreendê-lo e transformá-lo com competência e ética.

1.4 Dados gerais do curso

- Instituição: Faculdade Anhanguera do Maranhão
- Nome do curso: Direito
- Grau: Bacharelado
- Modalidade: Presencial
- Nº de vagas autorizadas: 150 vagas
- Turno de funcionamento: Matutino e Noturno
- Regime de matrícula: Semestral
- Tempo de Integralização: 10 semestres (mínimo)/ 15 semestres (máximo)
- Carga horária total: 3.700 horas
- Coordenador do curso: Alan Jefferson Lima de Moraes
- Atos Regulatórios do Curso:
    - Portaria de Autorização: Nº 329, de 11 de maio de 2018 – D.O.U. 14/05/2018

- DCN: Resolução: CES/CNE 05/2018 e Resolução CNE/CES: nº 2/2021

O contexto educacional no qual foi concebido o curso de Direito da Faculdade Anhanguera do Maranhão busca contemplar, com qualidade**,** as demandas efetivas de natureza econômica, social e socioambiental, como pode ser mostrado nas informações apresentadas neste capítulo.

Contexto educacional da IES e do Curso

O contexto educacional no qual foi concebido o Curso de Graduação em Direito da FACULDADE ANHANGUERA DO MARANHÃO busca contemplar, com qualidade**,** as demandas efetivas de natureza econômica, social e socioambientais, como pode ser mostrado nas informações apresentadas neste capítulo.

O Direito constitui-se no cerne do desenvolvimento de uma sociedade justa, democrática e igualitária, fundada na cidadania e nos direitos fundamentais do indivíduo, como ser humano e integrante de uma coletividade. Em todas as esferas da formação de um Estado e da própria

existência do homem, lateja a permanente atuação do Direito, em todas as suas formas, que deve se adequar à cada transformação tecnológica, estrutural, cultural e moral da sociedade. Neste ambiente evolutivo, o imprescindível desenvolvimento da consciência do indivíduo como ser de direitos e obrigações é proporcional à necessidade de prestação de educação jurídica e de formação de profissionais habilitados para atender à crescente demanda social por pacificação e solução de conflitos de interesse.

Com uma área de 329.651,496 km², o Estado do Maranhão é o segundo maior da Região Nordeste e o oitavo maior estado do Brasil, destacando-se como bom potencial socioeconômico: seja pelas suas riquezas naturais e turísticas; seja pelo sedento campo de oportunidades para investimentos, empreendimentos e, por consequência, de empregos. A contínua concretização desse desenvolvimento socioeconômico majora e intensifica as relações jurídicas, a cada dia, impondo uma maior atividade jurídica, sob seus escopos de controle e de pacificação.

A capital do Estado, São Luís, tem uma área de 583, 063 km². O município faz parte da Mesorregião do Norte Maranhense e Microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís localizada a norte do estado do Maranhão.

A economia ludovicense baseia-se na indústria de transformação de alumínio, alimentícia, turismo e nos serviços. São Luís possui o maior PIB do estado, sediando duas universidades públicas (UFMA e UEMA) e vários centros de ensino e faculdades particulares. Segundo o último levantamento de dados do IBGE, a cidade de São Luís possui o PIB de R$ 29.823,95 (IGBE, 2020).

Esse crescimento acelerado, acontecido nas últimas décadas, confirma a necessidade de investimentos nos mais variados setores nessa Capital, sendo a educação e a segurança jurídica inerentes à melhoria da qualidade de vida da população e à solidificação de uma sociedade saudável, justa e harmônica.

Segundo pesquisa realizada pelo (IBGE, 2021), no ensino municipal de São Luís, houve a quantidade de 44.713 matrículas de alunos no ensino médio. Tal número revela, de forma patente, a demanda potencial pelo Ensino Superior, no qual se desponta o Curso de Direito, como um dos mais concorridos em todo o País.

Ademais, como fenômeno social que rege as relações privadas e públicas de toda a sociedade, o Direito é um dos cursos mais procurados como segunda graduação, intensificando o interesse pelo referido curso.

Torna-se importante destacar, ainda, que o IDH do Estado é de 0,639, um dos piores do País. Tal cenário impõe, por si só, a busca acirrada da tutela jurídica das garantias e dos direitos fundamentais e personalíssimos dos cidadãos e da coletividade, por meios das funções administrativa, legislativa e jurisdicional do Estado, bem como de toda a sociedade, majorando o campo de atuação e de empregabilidade de todos os profissionais do Direito.

Além disso, emerge, como elemento diferenciador e determinante no citado cenário de baixo IDH, a possibilidade de evolução patrimonial e de condição de vida do indivíduo, por meio do Curso Superior de Direito que se destaca por possibilitar a seus bacharéis uma vasta opção no campo de trabalho, sob remuneração variável, que pode alcançar ótimos salários. Além da docência, da advocacia privada e das oportunidades nas carreiras empresariais, há inúmeras vagas no serviço público destinadas exclusivamente aos bacharéis em Direito (carreiras da Magistratura, Ministério Público, delegados de polícia, analistas judiciários dos Tribunais, Procuradores Federais, Consultores do Legislativo, etc.). É um curso de graduação que não depende de investimento em instrumentos e materiais profissionais onerosos - seja ao longo da formação, seja para o início das atividades profissionais -, sendo acessível e sustentável à classe menos desprovida economicamente.

Como divulgado no site do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, atualmente, a Seccional do Maranhão mantém o total de 20438 inscritos regularmente, no qual se incluem estagiários (63) e inscrições suplementares (1.732).

Atentando-se aos índices relacionados ao Estado do Maranhão e da Capital, bem como ao número de Instituições de Ensino Superior que oferecem atualmente o Curso de Direito no Município de São Luís – vinte e nove Instituições de Ensino, conforme dados disponíveis no site do Emec (mec.gov.br), torna-se imperiosa a manutenção do Curso de Direito da Faculdade Anhanguera do Maranhão, já computada naquele citado número, a fim de suprir as reais e crescentes demandas da população, no que tange às políticas de educação e de tutela jurídica.

Válido destacar que, ante as constantes modificações sociais, culturais e tecnológicas, bem como com a profunda conscientização da necessidade de proteção da dignidade humana e da correlação entre as diversas áreas profissionais, evidenciou-se a ineficiência do ensino isolado e imutável, emergindo a necessidade da prestação de uma educação eficiente, com viés transdisciplinar, sustentável, integrador, social e evolutivo.

Atenta a isso, com foco na empregabilidade e no respeito e acolhimento à diversidade, a Faculdade concebeu um curso superior que não se limita à educação tradicional, voltando-se também à demanda real do mercado e à necessidade de inovação.

O Curso de Direito da FACULDADE ANHANGUERA DO MARANHÃO baseia-se em um modelo acadêmico diferenciado, construído a partir das competências e habilidades exigidas pelo mercado do egresso, com foco na sua empregabilidade e sucesso profissional. Busca a inovação eficaz e sadia; o aprimoramento do ensino por meio de instrumentos tecnológicos e científicos, bem como pelo estímulo ao desenvolvimento permanente dos docentes e sua integração aos anseios da IES. Incentiva e promove a práxis, a iniciação científica, a participação dos alunos em atividades de extensão, apoia e estimula as práticas de ações sociais e comunitárias.

Ao longo desses primeiros anos de atividade, sob devida autorização do Ministério da Educação, o Curso de Direito da FACULDADE ANHANGUERA DO MARANHÃO se desenvolveu e estabeleceu-se como um dos mais disputados e reconhecidos na cidade de São Luís. O contínuo aperfeiçoamento do Curso, em prol da eficiência e da qualidade de seus serviços – seja da prestação do ensino em si; seja da estrutura do Instituição –, desponta, em clarividência, no seio da comunidade docente e discente, demonstrando a seriedade, a responsabilidade e o objetivo maior de se tornar referência no ensino jurídico nacional, capaz de formar profissionais habilitados ao desempenho de todas as atividades jurídicas, bem como cidadãos comprometidos com a Justiça e com o desenvolvimento e real efetivação do Estado Democrático de Direito.

Assim, comprometendo-se a manter uma educação superior de qualidade, em incessante autossuperação, proporcionando ao acadêmico uma sólida formação geral, de caráter pluridimensional e com foco na empregabilidade.

Formas de acesso ao curso

O ingresso na IES é disciplinado pela Constituição Federal, pelos Pareceres CNE/CP nº 95/98 e, sobretudo, pelo que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 44, inciso II:

> Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: [...] **II -** de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.

Desse modo, os alunos podem ingressar no curso das seguintes formas:

Concurso vestibular

Visando selecionar candidatos, semestralmente a IES oferece concursos vestibulares, cujas questões buscam mensurar no candidato o seu domínio das competências e habilidades, tais como aquelas definidas e avaliadas pelo Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). As condições para submissão aos exames de seleção são que os candidatos tenham concluído o ensino médio ou equivalente, ou que estejam em processo de conclusão até o início das atividades letivas. Após os exames formais de seleção, caso haja vaga, o candidato pode agendar e se submeter a um exame simplificado, que busca avaliar uma produção textual argumentativa. Uma vez aprovado no exame simplificado, o candidato poderá ter acesso ao curso.

O aluno poderá acessar as informações sobre o concurso vestibular no site institucional. O candidato pode optar por ingressar na IES por meio do programa Quero Bolsas, através do site https://querobolsa.com.br/ onde realizará seu processo seletivo por meio de redação.

Transferência externa

Indicada para alunos regularmente matriculados, ou com matrícula trancada em outra IES, cujo curso seja devidamente autorizado ou reconhecido pelo MEC. Eles podem solicitar transferência externa, em um processo que está condicionado à existência de vagas no curso pretendido.

Reaproveitamento de curso

Esta é uma forma de ingresso em que o candidato portador de diploma de nível superior, devidamente reconhecido, solicita isenção do vestibular para ocupar uma vaga nos cursos da Instituição. Este processo está condicionado à existência de vaga no curso pretendido.

Enem

Considerando que o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) avalia competências e habilidades inerentes a esse nível de ensino, o candidato pode optar por ingressar na Instituição, utilizando suas notas obtidas nesse exame, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC. Este processo está condicionado à existência de vaga no curso pretendido.

ProUni

Por meio do Programa Universidade Para Todos (Prouni) do Governo Federal e a partir de seleção feita com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e posterior avaliação documental é possível o ingresso de alunos de baixa renda em instituições públicas e particulares credenciadas pelo Ministério da Educação com bolsas integrais.

2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

2.1 Princípios filosóficos

A filosofia adotada pela Instituição prevê um processo educacional no qual predominam a formação crítica dos indivíduos sobre a sociedade e seu papel enquanto cidadãos transformadores e o compromisso com a formação do homem com o desenvolvimento social, científico e tecnológico. Acredita-se na necessidade de articular: a formação científico-profissional e a formação ética, política e estética; a aprendizagem como atividade de assimilação/compreensão/produção do conhecimento; e o processo de ensino-aprendizagem, que tem como proposta explícita a liberdade, igualdade, autonomia de direitos, democracia, cidadania, humanização da natureza e existência social e do próprio homem.

A instituição trabalha ações na administração, nos cursos, nos colegiados e nos núcleos docentes estruturantes, no sentido de manter uma estrutura organizacional dinâmica e flexível, que permitirá ajustes permanentes, com adaptações e inovações contínuas e rupturas, quando necessárias, buscando as transformações relacionadas ao desenvolvimento cognitivo dos alunos, suportado pela tecnologia. Para tanto, as aulas têm propostas dinâmicas, com conteúdos que usam a problematização e os estudos de caso como forma de tornar o aluno agente ativo no processo de ensino-aprendizagem. Ao mesmo tempo, esta proposta metodológica é flexível e estimula a discussão e a contextualização acerca de temas atuais entre alunos e professor, alinhados com a proposta das competências a serem desenvolvidas na aula. Essa proposta desloca qualquer ideia de que a diretriz acadêmica definida pelo corporativo possa causar engessamento ou falta de coerência com as demandas locais.

A relação entre a concepção filosófica e a prática pedagógica é acompanhada por meio de avaliações dos processos e avaliações do ensino-aprendizagem, e tem como ferramentas fundamentais a avaliação institucional e a Comissão Própria de Avaliação (CPA), bem como

discussões sobre o curso nos aspectos administrativos e didático-metodológicos e atividades do cotidiano dos colegiados.

O projeto pedagógico da instituição, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), visa proporcionar aos alunos uma formação prática, realista, cidadã e solidária com as necessidades do meio, integrando aspectos regionais e nacionais, por meio de currículos flexíveis que permitam eleger, reformular e ampliar as modalidades de formação. Esse trabalho é desenvolvido no curso por meio dos seus colegiados, Núcleos Docentes Estruturantes, avaliações aplicadas pela Comissão Própria de Avaliação e reuniões entre coordenadores de curso, diretores e alunos. Na matriz curricular, há disciplinas optativas que permitem atender a demandas de necessidade locais, caso não sejam contempladas em outras disciplinas, ou não sejam contextualizadas em discussões em salas de aula.

A identidade da IES é construída continuamente a partir dos princípios ético-políticos, epistemológicos e educacionais. Os princípios ético-políticos que embasam o planejamento e as ações institucionais se refletem nos valores e nas atitudes da comunidade acadêmica, nas atividades de ensino, nas relações entre as pessoas e destas com o conhecimento. Esses princípios são:

I. O respeito ao ser humano, entendendo-o como cidadão integrante da sociedade, portador de direitos e deveres.
II. O respeito às diversidades de pensamento e às ideologias como possibilidades de crescimento individual e social.
III. O compromisso com as finalidades e os objetivos da instituição, considerando a atividade-fim, a educação, acima de qualquer interesse particular.
IV. A busca constante da qualidade institucional através da qualidade de seus elementos humanos, de sua estrutura organizacional e de seus programas de ação.
V. O respeito às limitações físicas, mentais e emocionais.

A IES também adota o princípio **Ser Educador**, o qual norteia as ações de todos os colaboradores, pois a instituição acredita que a educação somente é possível se houver comprometimento de todos em educar. O Ser Educador possui, essencialmente, como característica do seu trabalho, a capacidade formadora, empreendedora e reflexiva, que contribui para o desenvolvimento de indivíduos conscientes, guiados por valores éticos e morais, necessários à coletividade.

Em consonância com os princípios filosóficos, a instituição reconhece a importância de sua contribuição para com a melhoria das condições sociais da população, razão pela qual

desenvolve ensino e extensão voltados para a diversidade e consciência humana, que buscam a democracia, a promoção da cidadania e o atendimento às demandas de diversos segmentos da sociedade.

2.2 Responsabilidade Social

A IES reconhece a importância de sua contribuição para a comunidade, razão pela qual desenvolve ensino e extensão voltados para a melhoria da qualidade de vida da população, almejando o desenvolvimento da democracia, a promoção da cidadania e o atendimento às demandas de diversos segmentos da sociedade.

As ações de responsabilidade social são norteadas pelas diretrizes de seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, a IES desenvolve projetos institucionais de impacto socioambiental, os quais visam à articulação entre o conhecimento científico advindo do ensino e as necessidades da comunidade na qual está inserida, interagindo e transformando a realidade social, buscando gerar valor e impactos positivos no curto e longo prazo. Os programas, os projetos, as atividades e as ações visam aproximar academia e sociedade, em promoção ao desenvolvimento sustentável, que engloba aspectos econômicos, sociais e culturais, de preservação do meio ambiente, dos saberes locais e da memória histórica.

Nesse sentido, a instituição assume compromissos voluntários, sendo eles, a saber: os Dez Princípios do Pacto Global, relacionados aos Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e combate à corrupção em todas as suas formas e os Dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que envolvem temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança e meios de implementação.

São exemplos de projetos institucionais:

- **Trote solidário**: programa com o objetivo de engajar alunos, professores, coordenadores, colaboradores, gestores e diretores no desenvolvimento de ações que promovam cidadania, educação e trabalho em equipe, reafirmando o compromisso da IES socialmente responsável e marcando posição contrária ao trote violento.

- **Semana da Responsabilidade Social**: será destinada para promover e divulgar as ações relacionadas à Política de Responsabilidade Social e que serão desenvolvidas pela IES, como as ações relacionadas aos direitos humanos, à defesa do meio ambiental, à proteção da memória cultural, artística e do patrimônio cultural e ao desenvolvimento econômico e social.
- **Atendimentos comunitários:** atendimentos técnicos realizados pelos alunos - gratuitamente ou a baixo custo, a fim de garantir a melhoria de qualidade de vida da comunidade no entorno da IES e agregar valor ao aprendizado. Tal programa não congrega as atividades curriculares obrigatórias de estágios e modalidades pedagógicas práticas.
- **Semana global de empreendedorismo**: evento que envolve 190 países, com o objetivo de fortalecer e disseminar a cultura empreendedora, conectando, capacitando e inspirando as pessoas a empreenderem a partir do movimento. A IES participará todos os anos dessa semana, a qual ocorre durante todo o mês de novembro, por meio de diversas atividades, como oficinas, workshops, palestras, feiras e apresentação de projetos, e envolverá alunos, professores, colaboradores e comunidade, abordando o empreendedorismo de alguma maneira.

Para reforçar ainda mais o compromisso com a comunidade, mantemos a Aliança Brasileira pela Educação, movimento da Cogna em parceria com a Fundação Pitágoras em prol da educação no país. Por meio de uma aliança intersetorial possui iniciativas junto ao Ministério da Cidadania, Conselho Nacional de Justiça, empresas e instituições parceiras. A ABE nasce em 2016, como forma de expansão para todo o Brasil do movimento Conspiração Mineira pela Educação, criado em 2006 com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação nas escolas públicas de Minas Gerais. Ao longo de sua história a Aliança Brasileira pela Educação beneficiou mais de 105 mil pessoas, com impacto socioeconômico avaliado em mais de 5 milhões de reais.

A garantia desse comprometimento institucional dá-se por meio do cumprimento de políticas internas relacionadas ao tema. Por meio delas, a IES busca contribuir para a melhora da qualidade de vida dos indivíduos, integrando também o desenvolvimento econômico e social de sua comunidade por meio de ações e programas de responsabilidade social.

A IES adota mecanismos de incentivo e apoio à inclusão social, envolvendo a alocação de recursos que possibilitem o acesso e a permanência dos estudantes, tais como:

- **À inclusão social:** a ser alcançada por meio da adoção de mecanismos de incentivo e apoio a processos de inclusão social, envolvendo a alocação de recursos que possibilitem o acesso e a permanência dos estudantes (bolsas de estudo, atendimento ao público-alvo da educação especial, financiamentos alternativos, programas de extensão que visem à integração e ampliação da participação da sociedade como um todo, desenvolvimento de conteúdo específico que estimule a inclusão social de pessoas com deficiências, além de ações que busquem incentivar a integração social da comunidade local com a comunidade acadêmica).
- **À promoção humana e igualdade étnico-racial:** partindo da premissa que "a escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados", a instituição proporciona acesso aos conhecimentos científicos, aos registros culturais diferenciados e à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais. Promove, também, os conhecimentos avançados indispensáveis para a consolidação e o ajuste das nações enquanto educacionais, que valorizam e respeitam as pessoas para que não haja nenhum tipo de discriminação em sua comunidade acadêmica. Para isso, são utilizadas ações, como palestras, trote solidário, projetos de pesquisa, atendimentos e orientações em laboratórios, empresas juniores e de conteúdos curriculares, com o objetivo de fomentar a promoção e o respeito à igualdade entre as pessoas. Há eventos para recepção de estrangeiros e sua integração na comunidade local e feira das nações, com a missão de integração e propagação cultural, tais como costumes, danças e comidas típicas. A instituição também promove mutirões de atendimentos integrados para atividades gratuitas à sociedade, como orientações e atendimentos nas diversas áreas e apoio a causas relacionadas aos direitos humanos.
- **Ao desenvolvimento econômico e social:** almejado por meio de ações e programas que visam concretizar e integrar as diretrizes curriculares com os setores sociais e produtivos, incluindo o mercado profissional, por meio de experiências de produção e transferência de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais. A finalidade é atender às demandas locais, regionais e nacionais por meio de cursos, capacitações pessoais, atendimentos gratuitos à comunidade, núcleos de práticas, ações de extensão e ações que primem pelo desenvolvimento social da comunidade local.
- **À defesa do meio ambiente**: está presente em ações e programas que visam concretizar e integrar as diretrizes curriculares com políticas relacionadas à preservação do meio

ambiente, estimulando parcerias e transferência de conhecimentos. Também está presente em experiências de produção e transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais voltadas para a preservação e melhoria do meio ambiente. Para tal fim, há palestras voltadas à educação ambiental para a comunidade acadêmica e local, de modo a estimular coleta seletiva, consumo racional de água e energia, preservação de áreas verdes na região, incentivo de logística reversa e gestão dos resíduos sólidos.

- **À preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural:** buscada por meio de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, visa à sua preservação e ao estímulo à transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais com vistas à preservação da memória e do patrimônio cultural. Para isso, há a implantação de política de preservação cultural da região por meio de projeto de extensão, primando pela preservação e manutenção das origens, dos costumes e das memórias locais. Ocorre a realização de palestras e orientações para estímulo de produções típicas artesanais, agrícolas, industriais e culturais. Ademais, são realizadas orientações e palestras, com o objetivo de informar à comunidade local sobre a importância da produção artística e sua proteção.
- **Empreendedorismo:** está concretizada por meio de ações e programas que promovam o desenvolvimento e aproveitamento de duas potencialidades no âmbito profissional e pessoal, articulando conhecimentos de cunho racional e intuitivo de modo equilibrado, buscando o processo de ensino-aprendizagem permanente através de novas experiências e paradigmas. As ações também podem ser efetivas, por meio de capacitações, cursos, conteúdos e componentes curriculares, práticas e simulações, como também de iniciação cientifica, fomentando a conexão entre teoria e prática, permitindo o desenvolvimento da sociedade acadêmica e civil.

Ademais, a IES desenvolve ações complementares de modo a contemplar e promover a Responsabilidade Social no curso, observando atender às demandas locais e regionais e contribuir para a entrega dos compromissos voluntários assumidos pela IES.

Princípios institucionais relacionados à Responsabilidade Social e Previsão de ações a serem desenvolvidas no curso

✓ **Programas de atendimento à comunidade**

Inclusão social: Inclusão social: a ser alcançada por meio da adoção de mecanismos de incentivo e apoio a processos de inclusão social, envolvendo a alocação de recursos que possibilitem o acesso e a permanência dos estudantes por meio de bolsas de estudo, atendimento ao público-alvo da educação especial, financiamentos alternativos, programas de extensão que visem à integração e ampliação da participação da sociedade como um todo, desenvolvimento de conteúdo específico que estimule a inclusão social de pessoas com deficiências, além de ações que busquem incentivar a integração social da comunidade local com a comunidade acadêmica.

Promoção humana e igualdade étnico-racial: partindo da premissa que "a escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados" (CNE, 2004), a instituição proporciona acesso aos conhecimentos científicos, aos registros culturais diferenciados e à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais. Ela promove também os conhecimentos avançados indispensáveis para a consolidação e o ajuste das ações educacionais que valorizam e respeitam as pessoas, para que não haja nenhum tipo de discriminação em sua comunidade acadêmica. Para isso, são utilizadas ações, como palestras, trote solidário, projetos de pesquisa, atendimentos e orientações em laboratórios, Núcleo de Práticas Jurídicas e de conteúdos curriculares, das disciplinas de Direito, Proteção e Inclusão Social e Direitos Humanos, cujo objetivo é fomentar a promoção e o respeito à igualdade entre as pessoas. A instituição incentiva mutirões de atendimentos integrados para atividades gratuitas à sociedade, como orientações e atendimentos nas diversas áreas e apoio a causas relacionadas aos direitos humanos.

Desenvolvimento econômico e social: almejado por meio de ações e programas que visam concretizar e integrar as diretrizes curriculares com os setores sociais e produtivos, incluindo o mercado profissional, por meio de experiências de produção e transferência de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais. A finalidade é atender às demandas locais, regionais e nacionais, por meio de cursos, capacitações pessoais, atendimentos gratuitos à comunidade, núcleos de práticas, ações de extensão e ações que visem ao desenvolvimento social da comunidade local.

- ✓ **Programas de ação e difusão cultural**

Preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural: articulada por meio de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as

políticas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, visa à preservação e ao estímulo à transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais, com vistas à preservação da memória e do patrimônio cultural. Para isso, existe a implantação de uma política de preservação cultural da região, por meio de projeto de extensão, primando pela preservação e manutenção das origens, dos costumes e das memórias locais. Há a realização de palestras e orientações para estímulo de produções típicas artesanais, agrícolas, industriais e culturais. Além dessas ações, o tema também será tratado em conteúdos curriculares como na disciplina de Direito Administrativo e de Direito Ambiental.

- ✓ **Programas de inovação e empreendedorismo**

Empreendedorismo: está concretizado por meio de ações e programas que promovem o desenvolvimento e aproveitamento de potencialidades no âmbito profissional e pessoal, articulando conhecimentos de cunho racional, como também intuitivo, de modo equilibrado, buscando o processo de ensino-aprendizagem permanente através de novas experiências e paradigmas. As ações também poderão ser efetivadas por meio de capacitações, cursos, conteúdos e componentes curriculares, práticas e simulações, assim como através da iniciação cientifica, fomentando a conexão entre teoria e prática, permitindo o desenvolvimento da sociedade acadêmica e civil.

Em consonância com isso, o curso desenvolverá ações complementares, promovendo a Responsabilidade Social, buscando atender às demandas locais e regionais, contribuindo para a entrega dos compromissos voluntários assumidos pela IES.

- ✓ **Programas de sustentabilidade**

Defesa do meio ambiente: está presente em ações e programas que visam concretizar e integrar as diretrizes curriculares com políticas relacionadas à preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e transferência de conhecimentos. Encontrar-se-á também em experiências de produção e transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais voltadas para a preservação e a melhoria do meio ambiente. Para tal fim, ocorrem palestras voltadas à educação ambiental para a comunidade acadêmica e local, de modo a estimular a coleta seletiva, o consumo racional de água e energia, a preservação de áreas verdes na região e a gestão dos resíduos sólidos.

2.3 Políticas institucionais no âmbito do curso

2.3.1 O PDI e as políticas de ensino do curso

Apresentam-se, a seguir, as Políticas de Ensino previstas no PDI e a previsão de ações a serem implementadas no âmbito do curso para que as políticas sejam efetivadas, oportunizando aprendizagens que ensejem o alcance do perfil do egresso projetado. As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, constantes no PDI, serão implantadas no âmbito do curso.

O Curso de Direito integra o Plano de Desenvolvimento Institucional da FACULDADE ANHANGUERA DO MARANHÃO e, em consonância com a missão proposta pela Instituição, prevê atividades educacionais que visam o desenvolvimento do educando como sujeito do processo educacional, desenvolvendo seu projeto de vida.

A política de ensino de graduação efetiva-se pela busca de um ensino de qualidade, atende às legislações e normas estabelecidas para esse nível de ensino e compromete-se com a inovação científica e tecnológica na formação de profissionais preparados para a construção do seu próprio conhecimento.

Os objetivos dos cursos convergem para a formação de profissionais em resposta às necessidades do mercado, sobretudo às relacionadas com uma formação ética, crítica e consciente diante da realidade brasileira.

Os cursos de graduação estão organizados a partir dos quatro tipos fundamentais de aprendizagem, proporcionando a modernização e integralização do currículo: Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a viver juntos; Aprender a ser.

Dessa forma, no desenvolvimento do curso, são valorizados os processos que permitem aos alunos a internalização/apropriação dos conhecimentos e o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais e intelectuais, previstas nas diretrizes curriculares do referido curso. Em consonância com esses valores, as disciplinas preveem que os alunos assistam às aulas expositivas dos professores em sala, mas também, participem de outras atividades propostas em variados ambientes de aprendizagem, que os preparem para a sua autonomia intelectual e autodisciplina.

A Política de Extensão da IES está pautada nas seguintes crenças: que a responsabilidade social da Instituição compreende os preceitos da inclusão social, promoção da igualdade de direitos e oportunidades, com vistas à ascensão dos indivíduos na sociedade

globalizada; e que é dever da Instituição e de seus educandos o respeito, a promoção e a defesa dos direitos humanos, da qualidade de vida e do meio ambiente. Nesse passo, junto com os demais cursos, o Curso de Direito adere, divulga e incita à participação de todos em campanhas nacionais (por exemplo, Outubro Rosa, Novembro Azul e Combate Nacional ao Aedes Aegypti). Em caráter interdisciplinar, desenvolve atividades e abre espaço para discussão de temas relevantes para a inclusão social, a proteção do idoso, da criança e do adolescente e contra a violência de gênero. Promove, apoia, divulga e envolve os alunos em questões e temas de cunho ambiental. Busca, ainda, a partir da realização de campanhas e atividades internas angariar alimentos para doação a comunidades carentes, das quais se consolida o “Aulão OAB Solidário”, que consiste em aulas voluntárias dadas pelos docentes aos discentes, com temas específicos e direcionados para o exame da Ordem dos Advogados, cuja entrada é liberada com a doação de alimentos não-perecíveis.

Promove-se a iniciação científica, por meio de projetos de produção individual, formação de grupos de estudo e eventos acadêmicos, que criam oportunidades para os alunos não só desenvolverem trabalhos científicos, mas se relacionar com outros discentes e docentes envolvidos no âmbito da pesquisa, majorando o interesse daqueles e a troca de experiências entre eles. Nesta seara, além da Semana Transdisciplinar promovida por todos os cursos da Faculdade Anhanguera do Maranhão, em conjunto; o Curso de Direito realiza eventos jurídicos das mais variadas formas e temas, buscando envolver, desde a própria organização, todo o corpo docente e discente, de maneira a estreitar as relações, despertar a responsabilidade e as habilidades de planejamento, organização e execução de trabalhos em grupos, com foco na relevância do evento e do tema escolhido.

Há, ainda, as Atividades Complementares planejadas para ampliarem a formação dos alunos e contribuir para o desenvolvimento de sua iniciativa e autonomia. Além dos Estudos Dirigidos instituídos a todos os cursos, no Curso de Direito, desde os primeiros períodos, os alunos são convidados a participar de vários eventos e atividades jurídicas, realizadas pela própria IES ou por terceiros, sob o apoio da IES; bem como a ajudar na elaboração e na realização das atividades desenvolvidas pelo Curso de Direito e pela IES, como monitores, das quais se destacam o Laboratório de Aprendizagem, o Giro de Profissões, o Escritório Escola do Núcleo de Prática Jurídica e os diversos Congressos e Simpósios realizados na própria Faculdade.

A IES tem investido também em recursos tecnológicos, possibilitando avanços em diversas áreas da Instituição, permitindo a inclusão digital e as ações de otimização do tempo, do espaço físico e da ação pedagógica, dentre as quais, merece destaque os cursos livres e cursos de trilhas disponíveis no ambiente virtual do aluno. No âmbito do Curso de Direito, disponibilizou-se ao aluno o “Competências para a vida”, ferramenta acadêmica que auxiliam os alunos em diversas áreas da vida, como interação com equipe, relacionamento interpessoal, gerenciamento de conflitos, práticas de uma comunicação efetiva, resolução de problemas e performace criativa. As habilidades técnicas e específicas de cada profissão não são mais as únicas competências exigidas para o desenvolvimento profissional e a progressão de carreira. Se você quer estar preparado para enfrentar o mercado de trabalho é muito importante e necessário dominar diversas habilidades. Por fim, a fim de primar pela qualidade, a atuação da CPA e do Colegiado de Curso favorece a permanente revisão de processos e procedimentos, o que promove a atualização do Projeto Pedagógico e a implementação das políticas institucionais estabelecidas no PDI.

1. Política PDI: Elaboração e execução de projeto para estimular a abordagem interdisciplinar e a convivência, com foco em resolução de problemas, inclusive de natureza regional, respeitando as diretrizes curriculares pertinentes.

Para o curso: Realização da Semana do Direito, com base em um ou mais temas jurídicos, atuais e inovadores, com espaço para apresentação de trabalhos científicos;

2. Política PDI: Construção e aprimoramento de projetos interdisciplinares que envolvam as preocupações com as questões ambientais, com a valorização e o reconhecimento das diferenças e atividades de inclusão, com problemas sociais do seu entorno, entre outras questões relevantes.

Para o curso: Desenvolver no âmbito da graduação, com apoio do Grupo de pesquisa em Direito Ambiental eventos envolvendo os demais alunos da graduação, atuando na produção científica e ações que envolvam a comunidade.

3. Política PDI: Preparação do contexto e das circunstâncias para implementação das novas metodologias de ensino-aprendizagem adotadas.

Para o curso: Discussão e implementação, a partir das reuniões do NDE e de Colegiado de Curso, divulgando-as e esclarecendo-as a todos os docentes e discentes.

4. Política PDI: Elaboração e execução de projeto que, com base na abordagem interdisciplinar, maximize a integração entre a teoria e a prática, bem como entre a instituição e o seu entorno.

Para o curso: Implementar e desenvolver o Escritório Escola do Núcleo de Prática Jurídica, para fins de prestação de assistência judiciária gratuita e desenvolvimento de soluções alternativas de conflitos, a ser desenvolvido pelos alunos, sob a supervisão de professores, atraindo a participação interdisciplinar de outros cursos afins, como serviço social e psicologia.

5. Política PDI: Elaboração e execução de projeto de oferta de cursos baseado em currículos por competências.

Para o curso: O curso disponibiliza cursos de férias sobre diversas temáticas para alunos e público externo.

6. Política PDI: Elaboração do BSC Acadêmico.

Para o curso: Discussão e implementação, a partir das reuniões do NDE e de Colegiado de Curso, divulgando-as e esclarecendo-as a todos os docentes e discentes;

7. Política PDI: Elaboração de atividades provocadoras de aprendizagem, as quais visam incutir no aluno o interesse pelo tema abordado nas atividades de aprendizagem presencial e/ou não presencial.

Para o curso: O curso oferta para todos os alunos palestras com temáticas diversas por meio da plataforma teams.

8. Política PDI: Promoção do estágio supervisionado, com o objetivo de oferecer ao estudante experiências práticas que complementam o seu aprendizado, de forma a aperfeiçoar o seu processo de formação profissional e humana. As especificidades do estágio são contempladas no Plano de Ensino e Aprendizagem, que respeita as determinações das Diretrizes Curriculares e dos Projetos Pedagógicos dos cursos, assim como todos os dispositivos legais federais e os fixados pelo Ministério da Educação e órgãos competentes.

Para o curso: Implementar e desenvolver o Escritório Escola do Núcleo de Prática Jurídica, para fins de prestação de assistência judiciária gratuita e desenvolvimento de soluções alternativas de conflitos, a ser desenvolvido pelos alunos, sob a supervisão de professores, atraindo a participação interdisciplinar de outros cursos afins, como serviço social e psicologia. Promover eventos e cursos de extensão sobre temas interdisciplinares;

9. Política PDI: Revisão e atualização contínua dos projetos pedagógicos, segundo escala de prioridades, baseada nas avaliações institucionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Para o curso: Reuniões periódicas com NDE e Colegiado, com foco na discussão dos conteúdos.

10. Política PDI: Promoção de eventos de difusão do conhecimento científico em áreas prioritárias, com envolvimento do corpo docente e discente, inclusive com efeitos multiplicativos de outros eventos dos quais professores e alunos tenham participado.

Para o curso: Realização da Semana Jurídica, de Simpósios, Congressos e Palestras. Apoio a eventos jurídicos de terceiros.

11. Política PDI: Desenvolvimento de ações que reduzam as taxas de evasão.

Para o curso: Envolvimento do aluno em atividades relacionadas às áreas de atuação do bacharel em Direito e de temas jurídicos, desde o primeiro semestre: palestras de profissionais da área jurídica; visitas técnicas a órgãos e entidades relacionados ao direito; desenvolvimento de trabalhos extraclasse; entre outros.

2.3.2 O PDI e as políticas de extensão do curso

A Instituição IES possibilita ao seu aluno a participação em atividades de extensão por meio de sua Política Institucional Extensão Universitária. A Extensão Universitária está atrelada à missão institucional da IES e é concebida como um processo educativo, cultural e científico de forma indissociável e transformadora junto à sociedade, possibilita aos alunos a aplicação dos conhecimentos adquiridos, integrando teoria e prática, sendo norteada pelas seguintes diretrizes:

1. **Diretriz do PDI:** Ampliar e aprofundar a compreensão dos dados de realidade local e regional, visando à composição de indicadores sociais quantitativos e qualitativos que subsidiem o planejamento e a implementação de ações prioritárias de enfrentamento da desigualdade social, no âmbito dos Programas de Extensão dos cursos;

   Para o curso: O Curso de Direito ofertará, de forma sistemática e permanente, programas e projetos com vistas a atender as solicitações da comunidade acadêmica. Constituem Projetos de Extensão do Curso de Direito da Faculdade Anhanguera do Maranhão: realização do Giro das Profissões a alunos do ensino médio pelos próprios discentes, oportunidade em que os discentes pesquisam, incorporam e divulgam as diversas opções de atuação profissional à comunidade; Aulão OAB Solidário, com doação de alimentos a comunidades carentes; prestação de assistência judiciária gratuita por meio do Escritório Escola do Núcleo de Prática Jurídica; cursos de oratória, dentre outros
2. **Diretriz do PDI**: Definir e implementar, no âmbito dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, ações de extensão com caráter integrador, onde a inclusão social e a promoção da cidadania sejam parâmetros balizadores das atividades acadêmicas;

Para o curso: Motivar a Participação do Corpo Docente/ Discente em Ações de Voluntariado;

3. **Diretriz do PDI**: Garantir a aplicação pelos alunos do conhecimento adquirido em sala de aula com articulação das dimensões cientifica, humana e social de sua formação específica em consonância com a missão e valores institucionais, bem como, com os objetivos previstos em seus correspondentes PPCs;

   Para o curso: Realização de convênios e parcerias com entidades públicas, empresas, ONGs, e pessoas físicas para realização de eventos e atividades; Participação de programas de seleção de bolsas

4. **Diretriz do PDI**: Fortalecer e estreitar relações com os governos municipal, estadual e federal e com a sociedade civil, no sentido de promover parcerias interinstitucionais que cotejem as políticas públicas e sociais regional e ou nacionais;

   Para o curso: Estreitar as relações interinstitucionais com a administração pública e comunidade do entorno.

5. **Diretriz do PDI**: Aperfeiçoar programas e projetos voltados à defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural regional e ou nacional mediante o apoio às manifestações culturais, artísticas e religiosas da comunidade de seu entorno, realização de projetos voltados à preservação dos bens culturais e criação de ações para preservação e valorização da memória cultural como um todo;

   Para o curso: Promover eventos de interação cultural com os alunos e comunidade.

6. **Diretriz do PDI**: Fortalecer programas e projetos relacionados à conscientização e defesa do meio ambiente, no âmbito da região e de sua inserção, disseminando os valores institucionais de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente;

   Para o curso: Implementar eventos juntamente com o Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental com a participação dos alunos e público externo.

7. **Diretriz do PDI**: Desenvolver projetos que, além da relevância social, contribuam para formação técnica, experiência profissional, aquisição de diferenciais competitivos, desenvolvimento de competências socioemocionais, de forma a contribuir para a formação de profissionais-cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas aos problemas apresentados pela sociedade visando sua transformação;

   Para o curso: Realização de cursos de extensão com temáticas que fundamentem o curso e que sejam demandas sociojurídicas para solução de problemas existentes na região.

8. **Diretriz do PDI**: Colaborar para a qualificação e emancipação dos movimentos sociais, Organizações não Governamentais (ONGs) e de outros setores da sociedade civil organizada para que desenvolvam ações propositivas e capazes de fazê-los participar eficazmente de negociações e deliberações, de forma a em ponderá-los;
   Para o curso: Realização de convênios e parcerias com entidades públicas, empresas, ONGs, e pessoas físicas para realização de eventos e atividades; Participação de programas de seleção de bolsas

9. **Diretriz do PDI**: Capacitar as lideranças comunitárias para atuação em projetos de melhoria das condições de vida da população e disseminação de práticas de cidadania;
   Para o curso: Estimular o corpo discente e docente a executar politicas de integração coma comunidade, sobretudo com o apoio do Núcleo de Práticas Jurídicas, sobretudo no atendimento das pessoas mais vulneráveis.

Cabe ressaltar que, visando atender ao artigo 4ª da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece a necessidade de apresentação em no mínimo 10% (dez por cento) da carga horária da matriz curricular dos cursos de graduação em atividades de extensão, foram estabelecidos 4 (quatro) programas de extensão, que respondem às lógicas acadêmicas e de gestão, buscando estabelecer relações produtivas entre as atividades extensionistas em razão de suas características acadêmicas, e das possibilidades e/ou necessidades de geri-las com maior agilidade e articulação institucional. São eles: Programa de Contexto à Comunidade; Programa de Ação e Difusão Cultural; Programa de Inovação e Empreendedorismo; Programa de Sustentabilidade.

2.3.3 O PDI e as políticas de iniciação científica ou pesquisa curso

A IES tem como objetivo a formação integral do ser humano, preparando-o para a atividade profissional a ser exercida na sociedade. A qualidade desta formação é avaliada, em última instância, pelo sucesso que o egresso do ensino superior atinge em sua vida profissional.

Os egressos enfrentam um mundo globalizado e altamente competitivo em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos. O sucesso nas suas atividades profissionais está vinculado à formação acadêmica que lhes propiciamos. Assim, são fundamentais os conteúdos programáticos atualizados, próprios a cada disciplina ministrada por professores qualificados dentro de inovadoras técnicas de ensino, para atingir uma formação além dos limites da

informação. É necessário também o desenvolvimento de um trabalho para despertar qualidades adicionais que os ajudarão a ter sucesso em suas atividades profissionais futuras, articulando as competências contidas no perfil profissional de cada um.

Visando oportunizar esta formação, a IES apresenta, por meio do desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, um valioso instrumental pedagógico e social para a consecução de seus objetivos educacionais. O fazer ciência, participando de atividades de pesquisa básica ou aplicada, tem importante papel na formação do estudante, no despertar e aprimorar de qualidades que se refletem no preparo de um profissional capacitado a enfrentar os problemas do dia a dia. Espera-se do novo profissional a capacidade de dar respostas concretas e imediatas aos problemas que surgem em sua atividade diária, quando engajado no mercado de trabalho.

A investigação do desconhecido ajuda a formar uma mente organizada no método científico, na análise crítica frente a novos desafios e na proposição e verificação experimental de hipóteses de trabalho a serem testadas de forma sistemática. O espírito analítico-crítico, a inovação de soluções, a engenhosidade e o empreendedorismo, entre outras, são qualidades trabalhadas no cotidiano da pesquisa, as quais são importantes também no processo de formação do aluno, por desenvolver características desejáveis neste, como autoconfiança, liderança e versatilidade.

A possibilidade de participar de projetos de pesquisa, na maioria das vezes, de caráter multidisciplinar, estimula a formação do cidadão, capacitando-o a trabalhar integrado a equipes, reconhecendo o papel do indivíduo e valorizando o trabalho em conjunto, aspectos estes, hoje, considerados fundamentais na formação de um executivo de sucesso.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1 Conceitos acadêmicos

Para a construção dos conceitos acadêmicos da instituição, primeiramente, debruça-se acerca de respostas que possam elucidar a seguinte pergunta: *qual metodologia de ensino poderia estimular o aluno no curso de graduação?*

Muitas são as razões que direcionariam um ingressante a optar pelo curso de Direito: aquisição de conhecimento, fruto da convergência entre amigos para realizarem o mesmo curso, vivência em uma comunidade acadêmica, condução da própria sociedade ou, ainda, a realização

de um projeto pessoal para a conclusão de um curso superior. Entretanto, independentemente dos motivos iniciais, uma preocupação constante da instituição é garantir que os seus discentes se sintam estimulados, desafiados e sejam protagonistas em seu processo de aprendizagem.

Para atender a esse propósito, a IES recorre à metodologia pedagógica conhecida como Ensino Híbrido, ou *Blended Learning*, em inglês.

A origem da expressão é incerta. Algumas pesquisas sugerem que ela tenha sido cunhada no final do século XX, no entanto, desde 2006, o termo passou a ser utilizado no contexto do ensino superior, primeiro, com a publicação do livro *Handbook of blended learning*: *Global perspectives, local designs*, organizado pelos pesquisadores Curtis J. Bonk e Charles. R. Graham; e no ano seguinte, *Blended Learning in Higher Education: Framework, Principles, and Guidelines*, dos canadenses Randy Garrison e Norman Vaughan.

As ideias de Graham, Garrison e Vaughan convergem para um mesmo ponto, com o qual concordamos: a *Blended Learning*, ou Ensino Híbrido, pressupõe a combinação do ensino presencial com ferramentas pedagógicas digitais.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o Ensino Híbrido será uma proposta pedagógica que propõe a reorganização do tempo e do espaço da aula, misturando diferentes momentos e ferramentas de aprendizagem (com destaque para as digitais) em torno de um mesmo tema. Dessa forma, os alunos terão a chance de aplicar e construir o conhecimento em etapas, valorizando os diversos tipos de inteligência e estimulando o desenvolvimento de diferentes competências e habilidades.

No âmbito do ensino superior, um estudo realizado pela UNESCO (2016), com alunos da Ásia e da Europa, apontou que a introdução das tecnologias no processo de aprendizagem otimiza o tempo destinado à abordagem de conteúdos teóricos no contexto da sala de aula, sobrando mais tempo para que o professor discuta contextos de aprendizagem e situações-problema, ampliando o espaço de interação entre os alunos sobre os temas trabalhados. Para os pesquisadores envolvidos no estudo, com a introdução do modelo de educação híbrida, os estudantes passam a ter maior controle sobre o tempo, o local, a sequência e o ritmo que acessarão os conteúdos oferecidos por meio de diferentes plataformas, de acordo com os objetivos que os levaram a ingressar no curso.

Tradicionalmente, os alunos do ensino superior recebem passivamente muitas informações por meio das aulas expositivas, cabendo a eles a absorção de todo esse conteúdo. Em seguida, os estudantes são submetidos a uma prova, na qual eles devem demonstrar conhecimento sobre os conteúdos que aprenderam, ou apenas memorizaram. Nesse processo,

os conteúdos são abordados de forma estanque, desarticulados da realidade e exigem pouca reflexão crítica. Partindo de outros paradigmas e buscando dialogar com as características da sociedade moderna, o Ensino Híbrido desconstrói o modelo tradicional de ensino, o que contribui sobremaneira na formação e no desempenho profissional.

Dentre as propostas de aprendizagem discutidas pelos especialistas e professores entusiastas do Ensino Híbrido, talvez, a que melhor se ajusta à realidade das universidades brasileiras e internacionais é a *Flipped classroom* ou Sala de Aula Invertida, em português. Mais do que uma metodologia, a Sala de Aula Invertida é uma abordagem que pretende tornar a experiência de aprendizagem na sala de aula mais estimulante para os alunos, dar a eles maior controle sobre seu aprendizado e otimizar o tempo de aula nos encontros.

Para que a Sala de Aula Invertida alcance os efeitos esperados, é necessário que professores e coordenadores se empenhem em construir, juntos aos alunos, uma cultura de estudo que os engajem e os empoderem, dando autonomia aos estudantes para escolherem caminhos que atendam às suas necessidades, despertem a curiosidade, resgatem o prazer pelo conhecimento, alcancem os ideais pretendidos desde o ingresso no curso e, sobretudo, reforcem sua responsabilidade no processo de ensino-aprendizagem.

No contexto da Sala de Aula Invertida, o monitoramento das atividades executadas na plataforma de aprendizagem é fundamental. Os alunos sentem-se confiantes quando percebem que estão sendo acompanhados pelos professores, quando comentam os resultados obtidos, compartilham materiais e propõem desafios específicos para reforçar e desenvolver competências. Em última instância, o engajamento dos professores do curso é a mola propulsora de todo esse processo: antes, durante e depois da aula!

3.1.1 A importância do modelo acadêmico KLS para o aluno

O *Kroton Learning System,* KLS 2.0, é o modelo acadêmico utilizado pela IES. Esse modelo tem como objetivo desenvolver as habilidades e as competências necessárias para a vida e para a empregabilidade de nossos estudantes, utilizando o que há de mais moderno em ferramentas pedagógicas e acadêmicas.

Alinhado às pesquisas recentes em torno do Ensino Híbrido, as quais sinalizam novos paradigmas e metodologias para a educação contemporânea, o KLS 2.0 propõe uma nova forma de enxergar o processo de ensino-aprendizado, na qual as novas tecnologias são utilizadas como ferramentas importantes para garantir o protagonismo e a autonomia de nossos alunos em

suas trajetórias de formação. Nesse sentido, as matrizes curriculares são pensadas tendo em vista competências cognitivas e competências socioemocionais imprescindíveis para uma formação ampla e conectada à realidade do século XXI.

Levando em consideração a demanda do mercado por profissionais preparados e competentes, o modelo acadêmico é desenvolvido a partir de três propostas pedagógicas contemporâneas: o *just in time*, a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e a Sala de Aula Invertida.

Desde o final da década de 1980, os especialistas reiteram a responsabilidade do ensino superior em formar profissionais com habilidades técnicas desenvolvidas sem abandonar o desenvolvimento de competências cognitivas e emocionais. Porém, as rápidas transformações no mercado de trabalho e nas relações interpessoais, promovidas pela expansão das novas tecnologias, estão obrigando o poder público e as empresas e instituições ligadas à educação a remodelarem seus modelos educacionais. Espera-se, assim, que o egresso do curso seja capaz de interagir com as mais diversas ferramentas digitais. Nesse sentido, a IES será a pioneira no ensino superior no Brasil a empregar os princípios do Ensino Híbrido e as metodologias ativas em seu modelo acadêmico.

A noção de Ensino Híbrido implica a integração do ensino presencial e do ensino em plataformas de aprendizagem, a fim de reorganizar o tempo e o espaço da aula, misturando diferentes momentos de aprendizado em torno de um mesmo tema. Nesse sentido, o uso de tecnologias digitais no dia a dia da sala de aula abre uma gama enorme de possibilidades de interação, apreensão de conteúdos, execução de tarefas e, principalmente, produção, sistematização e difusão de conteúdos e saberes.

O primeiro passo na estruturação do KLS 2.0 será a seleção e a organização dos conteúdos que comporão o curso, em uma construção conjunta das matrizes curriculares. Esse procedimento leva em consideração o perfil desejado para o egresso, tendo em vista as diversas áreas de atuação desse profissional.

Como o foco de nosso modelo é garantir a empregabilidade dos alunos, integrando o universo acadêmico ao mundo profissional, a matriz curricular estabelece as competências essenciais para a atuação em cada área. Tais competências são definidas em função das demandas efetivas do mercado de trabalho e de exigências legais.

O Canal Conecta é uma ferramenta utilizada na concepção e execução do KLS 2.0 que visa efetivar o contato com os empregadores e permite definir com clareza as expectativas do mercado em relação às habilidades e competências desejadas em um candidato. Nesse

processo, as informações obtidas por meio do Canal Conecta retroalimentam o modelo acadêmico, permitindo que ele esteja sempre atualizado e conectado aos desafios contemporâneos.

Em síntese, no processo de construção da matriz e dos produtos acadêmicos do curso (web aulas, livros textos e plataformas), essas habilidades e competências são priorizadas, garantindo uma educação de qualidade conectada às exigências do século XXI e com o foco na melhoria da vida de nossos alunos e ex-alunos.

3.1.2 Modelo acadêmico

O modelo acadêmico implementado considera o propósito e os valores da Instituição e remete ao objetivo de impulsionar as pessoas a construírem uma melhor versão de si e ser referência em educação com ética, respeito e integridade, promovendo o desenvolvimento e atuando de forma inovadora e sustentável.

O curso tem uma matriz curricular configurada para propiciar que o aluno desenvolva competências e habilidades necessárias à construção de seu projeto de vida e para que também possa contribuir socialmente como indivíduo transformador na promoção dos direitos humanos, da responsabilidade social, ambiental e do mercado de trabalho.

Atualmente, tendo em vista a complexidade do mercado de trabalho e sua rápida transformação, é cada vez mais imprescindível que um profissional apresente conhecimentos técnicos, além de criatividade, conhecimento social e cultural, raciocínio crítico para a solução de problemas, autocontrole, autoconfiança, amabilidade, senso de justiça e respeito à diversidade, tudo isto a fim de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade justa, democrática e solidária.

3.1.3 Ensinar para a vida

As inovações tecnológicas estão transformando, decisivamente, a maneira como os indivíduos interagem, acessam e disseminam informações e, de modo geral, se organizam em sociedade. Somos, segundo os especialistas, uma sociedade em rede, pois, desde o aparecimento da internet, a sociabilidade acontece em uma dimensão virtual que transcende as noções de espaço e tempo.

O mundo contemporâneo passa por uma profunda mudança. As novas tecnologias de comunicação, processamento e informação estão promovendo uma grande revolução, a qual pode ser comparada à Revolução Industrial do final do século XVIII. Todo esse processo produz incertezas e gera insegurança no corpo social, contudo, aos poucos, estamos estabelecendo um novo paradigma característico de um mundo digital.

Novos hábitos cotidianos relacionados ao uso da internet, como ler notícias, buscar um perfil, publicar uma foto ou vídeo, permitem que ampliemos significativamente nossos contatos e nosso conhecimento sobre o mundo. Podemos interagir com uma gama plural de pessoas e pesquisar uma infinidade de temas. Definitivamente, os impactos políticos, econômicos e sociais são irreversíveis e tocam diferentes áreas, de modo que a educação não estaria à margem desse processo.

A rapidez das novas descobertas técnicas e as incertezas com relação ao futuro que elas geram exigem que a educação moderna repense seus objetivos e reposicione seus profissionais frente aos novos desafios. Uma educação em rede, conectada às demandas do mundo contemporâneo, é aquela que coloca o aluno na posição de produtor, protagonista do processo de ensino-aprendizagem, enquanto os professores, fundamentais para o processo formativo, assumem a tarefa de mediação ao conduzirem os alunos à observação da realidade e apropriação do conteúdo que se relacionam com ela.

Dessa forma, tendo como suporte pressupostos teóricos de autores como Delors (1999), Perrenoud (2013) e Zabala (2010), em termos práticos, são desenvolvidas ações para cada um dos pilares que a IES define como conhecimento: o SABER, o FAZER, o SER e o CONVIVER.

Cada um dos quatro pilares “deve ser objeto de atenção igual por parte do ensino estruturado, a fim de que a educação apareça como um processo de formação integral capaz de preparar o indivíduo nos planos cognitivo e prático, enquanto pessoa e membro da sociedade” (DELORS, 1999, p. 90).

A aprendizagem baseada em conteúdos acumulados é substituída pela visão de que conteúdos não constituem o núcleo de uma proposta educacional, mas representam suporte para o desenvolvimento de competências. Assim, os métodos, as técnicas e as estratégias não são meios no processo de ensinar e aprender, mas se identificam com o próprio exercício das competências, mobilizado pelas habilidades, atitudes e conhecimentos em realizações profissionais.

Por meio da integração entre o SABER, o FAZER, o SER e o CONVIVER, o curso de desenvolve nos alunos não apenas uma nova mentalidade para o exercício profissional, mas um

conjunto de habilidades procedimentais e atitudinais, as quais contribuem para a formação cidadã, o desenvolvimento de pensamento crítico, o respeito à diversidade e o autoconhecimento.

A facilidade com a qual os alunos obtêm informações variadas, por meio das ferramentas digitais, exige que os preparemos para pesquisarem as fontes, selecionarem conteúdos relevantes, confrontarem pontos de vista e discutirem ideias entre seus pares, de modo que, ao projetarmos o curso da IES, atenderemos a essas demandas relevantes em uma realidade tão complexa e que está conectada diretamente ao que será exigido desse aluno enquanto egresso e profissional.

O KLS 2.0 foi concebido diante do conceito de competência, que apesar de não haver consenso sobre o tema, entendemos na esteira de Perrenoud (2013, p. 45) como a faculdade de "agir com eficácia em uma situação, mobilizando e combinando, em tempo real, e de modo pertinente, os recursos intelectuais e emocionais".

Nesse sentido, acredita-se que o processo de ensino-aprendizagem não pode se sustentar na abordagem de conteúdos estanques da realidade; pelo contrário, é necessário que os alunos sejam apresentados a situações-problema, a fim de mobilizarem seus saberes e experiências para darem respostas aos desafios da vida profissional e da vida em sociedade de forma satisfatória e consistente.

O *Kroton Learning System* (KLS 2.0) é o produto acadêmico que, de forma mais completa, desenvolve as competências e habilidades em nossos alunos, permitindo que ocupem papéis de protagonistas no processo de ensino-aprendizagem. É desenvolvida uma metodologia própria como solução acadêmica, baseada em contextos de aprendizagem, os quais visam refletir situações prático-profissionais, que são exemplos de situações que o egresso enfrenta na prática, e situações-problema, que são desdobramentos desses.

A importância de se trabalhar com problematizações em sala de aula foi objeto de estudo por diversos autores; entre eles, destacamos a reflexão de Silva e Ximenes (2015), que apontam que tal abordagem contribui para a autonomia dos estudantes a partir da articulação entre teoria e prática.

Ao aluno, é exigido mobilizar e aplicar os conteúdos necessários para a resolução dos questionamentos apresentados na situação-problema, bem como transferi-los a novos contextos. Dessa forma, entende-se que ele desenvolve autonomamente competências para operacionalizar e transformar o conhecimento, compreendendo a inter-relação entre as disciplinas do curso, e aperfeiçoa suas habilidades pessoais e profissionais.

A organização das disciplinas do curso, são feitas a partir de uma metodologia adaptada de ferramentas de gestão conhecida como BSC (*Balanced Scorecard*), desenvolvida pelos professores da *Harvard Business School* (HBS), Robert Kaplan e David Norton, permitindo a escolha, organização, disponibilização e avaliação das competências, das habilidades e dos conteúdos do curso.

Portanto, o BSC da disciplina é o documento norteador para a produção dos materiais didáticos, buscando oferecer todos os elementos necessários para compatibilizar aprofundamento com coerência, aliando teoria e prática.

Pensando na qualidade da educação oferecida que a Cogna passa a priorizar a elaboração e a produção de materiais didáticos. Como será demonstrado em detalhes no item específico (Material Didático), esses suportes educacionais compreendem a análise, a disponibilização e o acompanhamento de uma variada gama de materiais didáticos e plataformas digitais, de maneira a oferecer instrumentos para que a comunidade docente possa implementar a metodologia de ensino proposta, considerando o perfil do egresso e as competências e habilidades necessárias para a sua empregabilidade e para atender às demandas sociais no contexto em que se inserem.

3.1.4 Concepção e organização da matriz curricular

O processo de concepção e organização da matriz curricular e, consequentemente, das disciplinas que a compõem, segue um percurso particular dentro do KLS 2.0. Esse percurso se inicia com a definição das competências que subsidiam o ensino crítico, reflexivo e criativo por meio do desenvolvimento de conteúdos curriculares que contemplam saberes fundamentais à construção do **perfil do egresso**. O foco da construção da disciplina como elemento fundador resultante no currículo é desviado sem, contudo, deixar de ser considerada sua importância no conjunto organizado que compõe a estrutura de uma matriz curricular.

No contexto do KLS, as competências podem ser compreendidas como aptidões adquiridas quando da junção e coordenação de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que permitem ao aluno constituir domínio suficiente para exercer, de modo eficaz e eficiente, as atividades requeridas no contexto do trabalho, nas diversas áreas de atuação de sua profissão. Essa capacidade de mobilizar recursos cognitivos em resposta às diversas situações determina a seleção das técnicas apropriadas (o fazer associado ao aplicar, às habilidades exigidas pela prática) e suporta a definição dos conteúdos que devem ser ministrados em uma disciplina.

O currículo é visto como conjunto integrado e articulado de situações-problema didaticamente concebidas e organizadas para promover aprendizagens significativas e funcionais, de modo a desenvolver as competências previstas no perfil do egresso. A Instituição trabalha o currículo por competências, no qual o professor tem o papel de mediar o processo de ensino-aprendizagem e o aluno passa a ser responsável pelo ato de aprender e de construir a trajetória de sua aprendizagem, em contraposição ao ensino tradicional, no qual o professor transmite uma gama de conteúdos e o aluno os absorve passivamente.

Nessa construção, é assumido o conceito de que uma disciplina consiste na soma de competências. As derivações da competência em seus componentes constitutivos dependem, porém, da categorização das disciplinas, a saber: disciplinas de fundamentos ou disciplinas profissionalizantes.

Em consonância com o modelo acadêmico KLS 2.0, a matriz curricular do curso abrange disciplinas de formação geral, cuja preocupação é refletir sobre conceitos fundamentais da área conectados a outras áreas do saber. Para além disso, preocupado em oferecer uma aprendizagem que associe conhecimento e aplicação, o PPC também prevê disciplinas profissionalizantes.

Disciplinas de Fundamento

Uma disciplina de fundamento é, como se anuncia, elaborada para abranger as competências e os conteúdos que estabelecem as relações de base e subsidiam a posterior imersão em conteúdos de cunho profissional. É o alicerce que consolida a estrutura conceitual necessária para o aluno progredir, e engloba conteúdos fundamentais que se interligam aos eixos de formação.

Por meio de conteúdos que orientam a construção do conhecimento, é proporcionado ao aluno conhecer e aprender conceitos e contextos para que ele seja capaz de desenvolver as competências profissionalizantes. Uma boa fundamentação conceitual contextualizada facilita a aprendizagem dos conteúdos profissionalizantes.

Uma disciplina de fundamento é, portanto, a base estruturante para que as disciplinas profissionalizantes possam oportunizar o desenvolvimento das competências exigidas durante o exercício profissional.

Disciplinas Profissionalizantes

As disciplinas profissionalizantes propiciam o desenvolvimento de competências exigidas para a atuação do futuro egresso. É no momento do seu percurso formativo que o aluno desenvolve o fazer prático e articula os saberes, as habilidades, técnicas e atitudes que prenunciam sua capacidade com as quais os profissionais se deparam cotidianamente. Essa capacidade de aprendizagem e de resposta às situações concretas contribui para o desenvolvimento de uma atitude profissional e possibilita a construção dessas experiências em novos saberes, possíveis de serem mobilizados em diferentes contextos.

A disciplina profissionalizante é, portanto, concebida para atender ao conceito acadêmico do KLS 2.0, por meio de um ambiente de ensino-aprendizagem no desenvolvimento de competências com enfoque na empregabilidade.

3.2 Metodologias: aula modelo e material didático institucional

Nos dias de hoje, o ensino superior visa, fundamentalmente, à preparação para o exercício da cidadania e à formação integral do egresso, cabendo aos cursos de graduação o preparo para a vida profissional, a partir de uma aprendizagem significativa, na qual sejam considerados as experiências, os interesses e as necessidades dos alunos e das demandas do mercado de trabalho, em consonância com as políticas públicas e as diretrizes de órgãos regulatórios.

Nesse sentido, todas as ações do curso ocorrem para quebrar o paradigma do ensino tradicional, centrado no professor, em que o aluno recebe passivamente o conteúdo, e consolidar um modelo dialógico, em que professor e aluno interajam no processo de ensino-aprendizagem, por meio de diferentes estratégias, canais e procedimentos, com o intuito de que a aprendizagem se torne significativa, ou seja, que dialogue com a realidade do estudante.

Os materiais didáticos produzidos visam à promoção de uma aprendizagem significativa, pois mobilizam os conceitos já aprendidos e estimulam os alunos a reconstrui-los de forma ampla.

Pensando na qualidade dos materiais didáticos, a instituição possui uma equipe multidisciplinar, constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, dedicada exclusivamente à sua produção.

Contudo, o professor da IES, atento às diversidades regionais, tem a autonomia de adaptar os temas de acordo com as necessidades observadas no contexto em que ele está inserido e de acordo com o interesse, as expectativas e experiências dos alunos. Desse modo,

o planejamento da aula é importante para que se privilegie uma formação holística, desafiadora e personalizada.

Neste sentido, são encontradas estratégias de ensino-aprendizagem que utilizam recursos, tais como: mapas conceituais, metodologias baseadas em projetos, tecnologias interativas de ensino, visitas técnicas, estudo de caso, problematização, grupos de verbalização e de observação, metodologias de simulação, oficinas (workshops), aulas expositivas dialogadas, tempestade cerebral, seminários temáticos, aprendizagem baseada em problema, sendo todos permeados pela ausência de barreiras comunicacionais, digitais e metodológicas

O curso adota uma metodologia de trabalho que considera o perfil do ingressante e enseja, a cada disciplina ofertada, meios de possibilitar o desenvolvimento das habilidades e competências projetadas, permitindo que o egresso venha a ter um perfil que lhe garanta uma boa empregabilidade. Para tal, a metodologia nasce do planejamento, que propõe novos métodos, mais atualizados e condizentes com os perfis dos ingressantes e egressos na atualidade, além disso, sempre considerando os requisitos de acessibilidade.

3.2.1 Aula modelo

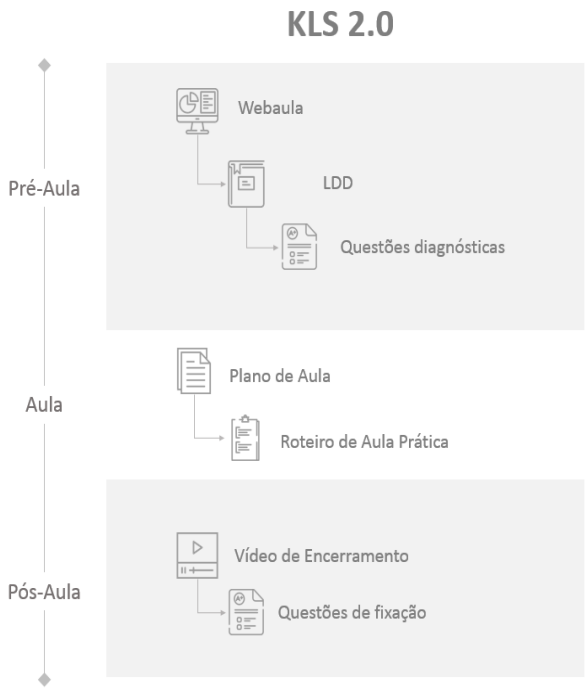
Em sintonia com as reflexões das pesquisas pedagógicas recentes refletidas nos conceitos acadêmicos do Modelo KLS 2.0, o curso se propõe a utilizar estratégias e ensino-aprendizagem baseadas nas metodologias ativas que desenvolvem competências cognitivas e socioemocionais necessárias ao egresso, pautadas no desenvolvimento do pensamento crítico, da autoanálise e da autoaprendizagem.

O KLS 2.0 considera que a sala de aula é um espaço privilegiado de aprendizado dialógico, baseado em contextos de aprendizagem e situações-problema (SPs) que instiguem reflexão e ação.

Desse modo, nosso modelo acadêmico se estrutura no conceito de aula-modelo, cujos principais objetivos são:

a) Maximizar a eficácia das atividades em sala de aula.
b) Estruturar o tempo fora da sala de aula para o máximo benefício de aprendizagem.
c) Criar e manter o espírito de colaboração entre alunos e professores.

Figura 1 Modelo KLS 2.0



Fonte: Dados institucionais.

A ideia de aula modelo se adequa à estratégia da Sala de Aula Invertida *(Flipped classroom),* estruturada em três momentos didáticos, a saber:

a) Pré-aula: momento que antecede a aula e que terá por objetivos desafiar, incentivar e estimular o aluno para a aprendizagem, por meio de proposições, via web aula (WA), livro didático (LD), objetos de aprendizagem, textos ou outros recursos que o professor julgar relevantes, disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
b) Aula mediada: momento em que são retomados conceitos trabalhados na pré-aula, bem como desenvolvidas atividades para resolver situações-problema e estimular o debate e a troca de experiências e conhecimentos.
c) Pós-aula: momento destinado à realização de atividades que consolidam os temas trabalhados e em que são propostos novos desafios, a fim de despertar os alunos para novas aprendizagens.

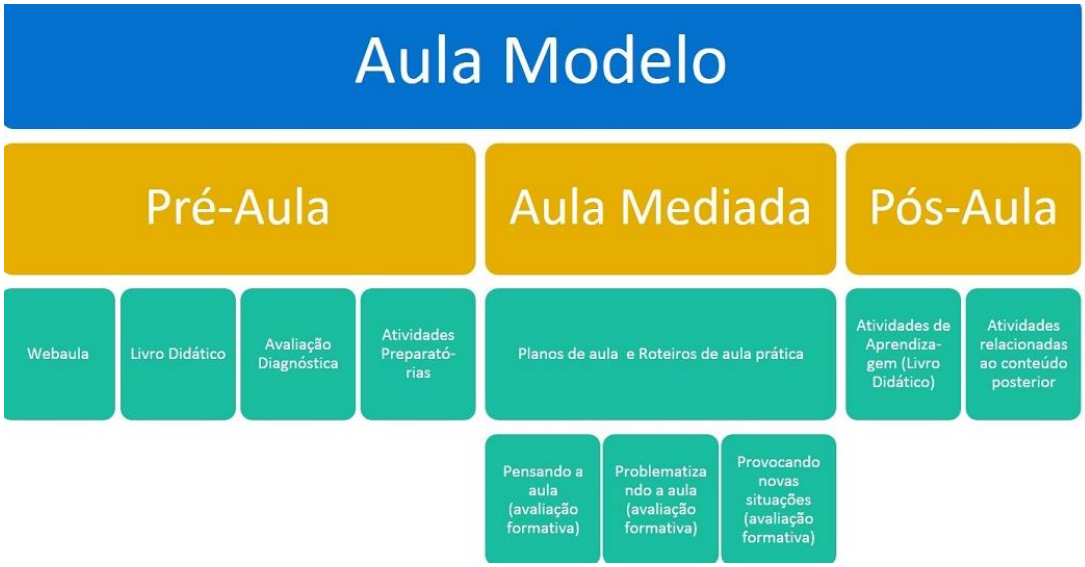
O professor, tendo o plano de ensino como referência, estrutura a sua aula modelo e disponibiliza, junto ao plano de ensino, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), uma sequência sistematizada do que deve ser desenvolvido em sala de aula, como: os conteúdos, os textos, os exercícios e/ou as atividades a serem realizadas. Os materiais sugeridos pelo

professor não devem se limitar apenas ao assunto abordado, mas devem também permitir ao aluno o estudo aprofundado do tema.

Todo o material e as atividades de aprendizagem a serem utilizados ficam disponíveis para o aluno durante todo o tempo de sua formação. Assim, a qualquer momento, ele pode revisar o tema estudado e, a cada semestre, terá à sua disposição não apenas os materiais e atividades de aprendizagem desse período mas também os de todos os demais já cursados.

Resumidamente, a aula modelo está representada pela figura a seguir:

Figura 2 - Aula modelo



Fonte: Dados institucionais.

Esse modelo tem como pressuposto de que o conhecimento não deve ocorrer apenas ao tempo previsto para a duração das aulas, conforme determina a Resolução nº 3/2007, e o Parecer CNE/CES nº 261/2006 define que:

> Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:
> I. preleções e aulas expositivas;
> II. atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Deste modo, o aluno desenvolve, no mínimo, 60 minutos de atividades acadêmicas efetivas, 50 minutos de aula e 10 minutos de atividades orientadas compreendidas entre a pré-

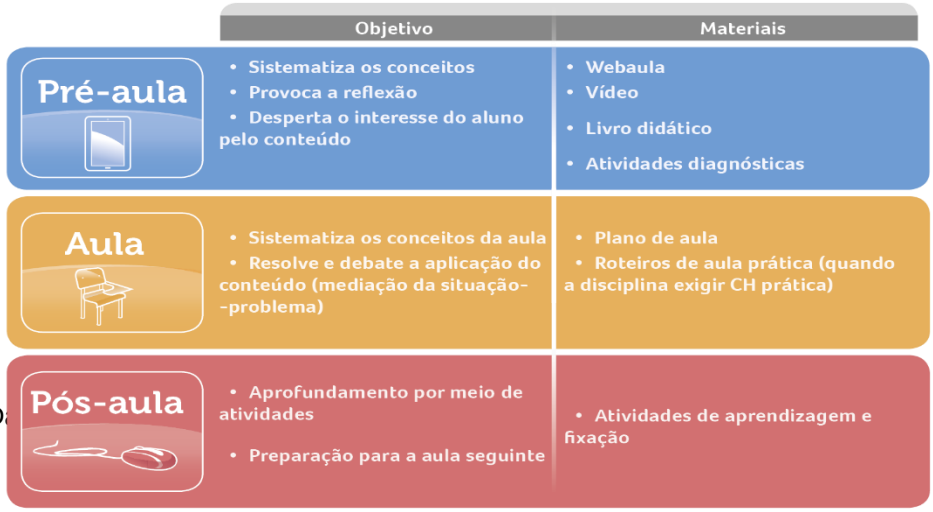
aula e a pós-aula. Todo o conteúdo é planejado pelo professor da disciplina, de modo a promover uma inter-relação entre os tempos didáticos e, consequentemente, viabilizar o desenvolvimento do aluno. Nesse cenário, o professor está presente em todo o processo, orientando, auxiliando e intermediando o processo de ensino-aprendizagem.

É importante ressaltar que, para a aula modelo, é estruturado um material didático baseado na sistematização conceitual e no ensino fundamentado na problematização, que possibilita ao aluno o desenvolvimento do pensamento crítico e a aplicação dos conhecimentos em situações práticas e reais. Os materiais didáticos visam potencializar o processo ensino-aprendizagem por meio de livro didático, web aula, roteiro de aulas práticas, entre outros. Para além desses materiais, o professor pode, se julgar necessário, agregar novos recursos e materiais que contribuam para o desenvolvimento da disciplina. As disciplinas que não possuam material didático têm, da mesma forma, os três momentos didáticos planejados e aplicados pelo professor da disciplina.

Em cada disciplina, a problematização do conteúdo é realizada a partir de sua competência e dos resultados geradores de aprendizagem.

Resumindo, a metodologia adotada pelo KLS 2.0 é representada por meio da aula modelo e pelos materiais adotados, conforme figura a seguir:

Figura 3 - Tempos didáticos



Fonte: D

Por fim, a metodologia adotada, em consonância com o modelo acadêmico, propicia o desenvolvimento de conteúdos e promove estratégias de aprendizagem sob o contínuo acompanhamento das atividades, visando desenvolver as competências necessárias para a empregabilidade dos seus alunos. Além disso, tal metodologia busca atender à acessibilidade

metodológica e à autonomia do aluno por meio de práticas pedagógicas que estimulam a ação dele em uma relação teoria-prática.

Sabe-se que, entre os principais desafios da era contemporânea, é necessário que os jovens sejam protagonistas de seu próprio desenvolvimento e do de suas comunidades. Uma das abordagens adotadas passa pelo desenvolvimento de competências socioemocionais. Nesse processo, aprende-se a colocar em prática as atitudes e habilidades que possibilitam ao aluno gerenciar suas emoções, alcançar objetivos, demonstrar empatia, manter relações sociais positivas e tomar decisões de maneira responsável.

Dessa forma, com base nos quatro pilares da educação – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver –, a IES prepara os alunos não apenas para o aprendizado dos conteúdos curriculares, mas também para serem pessoas colaborativas e críticas, preparadas para desenvolverem uma atividade profissional.

3.2.2 Material didático

O foco do material didático da IES são os nossos alunos, e sabemos que, hoje, atendemos a diferentes gerações em uma mesma sala de aula. A forma como cada aluno interage com os nossos produtos visa valorizá-lo como indivíduo transformador.

Esse material é um recurso pedagógico relevante, o qual auxilia o processo de ensino-aprendizagem e materializa o ensino por competências. A cada aula, que corresponde a uma seção do material, o conteúdo é abordado de forma contextualizada e exemplificada em um contexto de aprendizagem que origina uma situação-problema (SP). Isso exige que o aluno compreenda e mobilize os conteúdos teóricos e práticos para análise, síntese e aplicação deles na resolução da situação, competências essas que são cada vez mais exigidas pelos empregadores.

Para o corpo docente, são disponibilizados planos de aulas contendo orientações de didática de ensino do conteúdo e técnicas de mediação para resolução da situação-problema. Tais materiais auxiliam o planejamento do professor em relação à aula, permitindo a avaliação contínua e formativa da aprendizagem em sala de aula. Também estimulam a autonomia do professor em sala de aula, permitindo a flexibilidade e interdisciplinaridade, focando nas necessidades locorregionais de seus alunos.

A produção dos materiais didáticos segue etapas rigorosas de qualidade, as quais são organizadas por processos, que interligam uma cadeia, que tem como princípio a elaboração,

revisão metodológica e didática, homologação, revisão e diagramação e, por fim, a disponibilização do material ao aluno no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e conta com a elaboração/validação de equipe multidisciplinar.

O material didático oferecido ao aluno da IES também é pensado de acordo com os requisitos de acessibilidade metodológica e instrumental, apresentados anteriormente, e prevê a linguagem inclusiva e acessível necessária para a inclusão do público-alvo da educação especial, a saber, pessoas com:

a) Deficiência (física, visual, auditiva, intelectual, surdocegueira e múltipla);
b) Transtorno do Espectro Autista; e
c) Altas habilidades/superdotação.

Para tanto, há materiais compatíveis com leitores de tela e textos com fonte ampliada, vídeos com janela da Libras e, quando solicitado, a disponibilização de recursos e adaptações específicas.

A IES disponibilizará:

3.2.3 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (Logística)

O material didático possui processos de controle e de distribuição definidos, os quais atendem às demandas da IES e possuem plano de contingência para a garantia de funcionamento, sendo apresentados em documento próprio, de modo a apresentar alternativas, como a disponibilização em dois servidores distintos, no caso de material digital, e mudanças de rotas de modo emergencial para o material impresso.

O material didático, em relação à sua produção e distribuição, segue um fluxo sistematizado, com estabelecimento de áreas envolvidas, cronogramas e etapas, sendo apresentados os indicadores mensurados durante a produção e distribuição, disponibilizados no Power BI, ferramenta que possibilitará a análise dos indicadores e permitirá o planejamento e a gestão de diversos processos. Neste acompanhamento são disponibilizados inúmeros painéis, que possibilitam a análise dos indicadores da companhia, permitindo o planejamento e a gestão de diversos processos.

O processo de elaboração do material didático é envolto pela equipe multidisciplinar descrita neste documento.

Importante acrescentar, além das informações já oferecidas, que para cada material didático elaborado pelo consultor acadêmico, a instituição assina um contrato de direito

autoral/uso de imagem que estabelece o início da escrita do material didático. Para a sua elaboração, o consultor considera a ementa da disciplina, as bibliografias básicas e complementar e as orientações para o desenvolvimento do conteúdo.

Em seguida, a equipe realiza a análise e validação do conteúdo segundo a estrutura pedagógica e metodológica do material, bem como a análise e validação do conteúdo em consonância com o plano de ensino da disciplina.

Após a elaboração e cura do material, inicia-se o processo de editoração, que compreende as etapas de planejamento, revisão metodológica e textual, diagramação e disponibilização. A etapa de planejamento organiza o material de acordo com as suas especificidades, distribuindo-o aos demais setores. Em seguida, realiza-se a revisão metodológica, no que se refere à análise de similaridade e formatação do material (ABNT), para depois ser feita a revisão textual, analisando aspectos ortogramaticais, bem como a semântica e estilística do texto. Finalizada a revisão textual, inicia-se a diagramação do material didático de acordo com a identidade e a programação visual. A última etapa de editoração compreende a disponibilização do material didático no AVA, de acordo com a estrutura de salas e a oferta da disciplina. É no AVA que o aluno assiste ao vídeo da disciplina, no qual o professor explica os principais conceitos, dá exemplos, sugere leituras e indica atividades para que o aluno exercite o que aprendeu.

Todos os alunos têm acesso ao Livro Didático Digital (LDD) disponibilizado, gratuitamente, na Biblioteca Virtual e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Além dos alunos, tutores, professores e coordenador de curso acessam os materiais didáticos digitais em sua área restrita, de acordo com o seu perfil de acesso.

3.3 Objetivos do curso

Os objetivos do curso estão previstos, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional e as características locais e regionais.

Nesse contexto caracteriza-se o perfil profissional a ser formado pela IES com a expressão das principais competências a serem desenvolvidas pelo aluno, durante sua formação acadêmica, à luz das disposições das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018.

A estrutura curricular foi concebida para atender às necessidades locais, regionais e nacionais, permitindo a integração social na comunidade externa por meio de ações desenvolvidas no decorrer do curso.

O contexto educacional em que o curso foi constituído contempla as demandas nacionais, de modo efetivo, considerando as questões de natureza social, econômica e educacional.

Os objetivos do curso bacharelado em Direito foram concebidos e implementados buscando uma coerência, em uma análise sistêmica e global, com os seguintes aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.

Nesse contexto, ao se definir a estrutura curricular do curso bacharelado em Direito, foi determinado o perfil profissional em consonância com os ideais de sua mantenedora, das orientações estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), no Projeto Político Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento institucional (PDI), que direcionaram o principal objetivo do profissional do Direito a ser formado pela IES, os quais estão alinhados à luz dos agentes regulatórios.

Assim, o curso tem como objetivo principal, formar um profissional do Direito, com sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, como ainda o domínio das formas consensuais de solução de conflitos, articulado com uma postura reflexiva e de visão crítica que proporcione a capacidade para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, a` prestação e acesso à justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Como objetivo específico do curso:

I. Desenvolver projetos e atividades para aproximá-lo da comunidade local na qual ele irá se inserir profissionalmente;

II. Definir, reconhecer e analisar problemas de interesse público relativos ao exercício da cidadania e conhecimento jurídicos para resolução dos conflitos judicial e extrajudicialmente;

III. Apresentar soluções para demandas sociais fomentando o acesso à justiça e a defesa de direitos humanos junto à sociedade de modo a promover maior articulação e interação entre comunidade e judiciário;

IV. Fomentar o diálogo pacificador e a resolução de problemas por meios consensuais junto à sociedade.

O contexto educacional em que o curso foi constituído contempla as demandas da região, de modo efetivo, considerando as questões de natureza social, econômica e educacional.

Em termos educacionais, é importante destacar o crescimento de matrículas junto ao ensino médio, considerando o Censo Escolar de 2021, foram registradas 7,77 milhões de

matriculas no ensino médio apenas em 2021 no Brasil, representando um crescimento de 2,9% em relação ao último ano (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, 2022).

Importante destacar que o ensino médio mostra uma tendência de crescimento nos últimos anos, ocorrendo desde 2019 um aumento de 4,1%, ou seja, houve aumentos consecutivos de matriculados no Brasil junto ao ensino médio desde 2019 (MEC, 2022).

Assim, há ainda um grande campo de atuação e interesse na verticalização da educação, por meio do avanço e incremento do nível de educação junto à sociedade brasileira.

O Direito vem assumindo destaque e protagonismo junto ao mercado de trabalho e interesses junto ao público que ingressa no ensino superior.

Isso porque é uma área que apresenta diversos caminhos e apresenta novos rumos diante das demandas contemporâneas presente no cenário nacional como o incremento dos negócios jurídicos na área digital, na área desportiva, no mercado financeiro, do incremento contratual internacional e das novas modalidades de contratações e vinculas laborais.

Portanto, o profissional do Direito poderá optar pelas carreiras públicas como a magistratura, Ministério Público, Tribunais de Conta, diplomacia, Defensoria Pública e área de Segurança como ainda atuar no segmento privado, atuando nas diversas áreas e especialidades junto ao exercício da advocacia, arbitragem e consultorias.

O ponto de destaque no cenário atual junto às carreiras jurídicas e o Direito é o fomento do acesso à justiça e uso de meios alternativos para a resolução do conflito fora do Judiciário. Esse crescimento se deve a difusão da prática de conciliação e mediação junto aos tribunais nacionais em todas as instancias, devendo atenção especial a Resolução CNJ nº 125/2010 que permitiu a criação de Centros judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS) e os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), destinados a fomentar e utilizar a conciliação em demandas judiciais (CNJ, 2010).

Assim, segundo o relatório justiça em números, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o número de sentenças homologatórias cresceu 5,6%, partindo de 3.680.138 em 2016 para 3.887.226 em 2019 (CNJ, 2020, p. 171). Outra informação relevante é o número de percentual de sentenças homologatórias de acordo que atingiu 12,5% do total no judicial em 2019, contudo é importante destacar que já houve marcas maiores como em 2016, que alcançou 13,6% e em 2017, com o percentual de 13,5% de acordos (CNJ, 2020, p. 172).

A princípio parecem números modestos, contudo visualizando o número total de processos existentes no Judiciários brasileiro, totalizando todas as áreas do Judiciário, sejam as

justiças comuns como as especializadas, verifica-se o incrível número de 77,1 milhões de processos em tramitação (CNJ, 2020, p.93).

Portanto, o Direito permite, além de ganhos econômicos atrativos, também o grande desenvolvimento profissional, seja pela multiplicidade de áreas de atuação, permitindo sua atuação junto ao Judiciário e Administração Pública, como ainda no segmento privado, atuando em empresas e escritórios e por fim contribuindo para uma sociedade com acesso à justiça e equânime.

O curso bacharelado em Direito proposto pela Faculdade reúne elementos que asseguram, na formulação curricular, o atendimento às exigências atuais relativas à complexidade do ambiente profissional, tendo em vista a formação do profissional com habilitação técnica e científica, postura ética e comprometimento com a sociedade. A política do curso prima pela qualidade do ensino, com o comprometimento de oportunizar uma formação integral do aluno, através do ensino, pesquisa e extensão, como elementos indissociáveis do processo de formação.

3.4 Perfil profissional do egresso e área de atuação

O curso, por meio do modelo acadêmico, preocupa-se com uma formação do profissional-cidadão competente e capacitado a ingressar e manter-se no mercado de trabalho, desenvolvendo-se com eficiência e eficácia na área que escolheu atuar.

Para a formação desse egresso, a proposta de organização curricular foi realizada em função das competências que os alunos precisam desenvolver, respeitando-se as aprendizagens, os conhecimentos e as construções adquiridas anteriormente. Nesse contexto, a elaboração do currículo teve como referência o que a IES busca para o seu egresso, definindo as áreas de atuações profissionalizantes, a composição das competências a serem desenvolvidas e, consequentemente, o conjunto de componentes curriculares que contribuem para se estabelecer as conexões necessárias para o futuro profissional.

Dentre as atitudes e valores desenvolvidos pelo bacharel do curso de Direito pretende-se que:

- preze pela ética em sua atuação profissional, sendo um cidadão crítico, propositivo e dinâmico na busca de novos conhecimentos;

- pontue de forma independente no enfrentamento de demandas individuais ou coletivas postas sob as perspectivas jurídica, humanística, social, cultural, econômica, política e de sustentabilidade, equacionando-as e propondo soluções;
- possua capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e resolução de conflitos individuais e coletivos.

Assim, a IES busca que o egresso do curso seja um profissional que, de acordo com as determinações legais do Curso Bacharelado em Direito, atue mediante as determinações legais do curso, apresente valores, competências e habilidades como:

- Interpretar e aplicar as normas e princípios do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, sempre que possível, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- Desenvolver a leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual e normativo, bem como o uso das normas técnico-jurídicas, considerando os dispositivos nacionais, internacionais e de direito comparado;
- Desenvolver a comunicação de modo preciso e técnico, promovendo a cultura do diálogo e o emprego de meios consensuais de solução de conflitos;
- Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito, realizando o emprego correto de terminologias jurídicas;
- Desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões na seara jurídica;
- Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas e judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Desenvolver a capacidade de trabalhar em equipes e grupos interdisciplinares, fomentando a convivência pacífica e tolerante de modo a observar a diversidade e o pluralismo cultural;
- Compreender a relevância das novas tecnologias no ambiente jurídico e demais áreas, promovendo a busca pelo conhecimento e o emprego de tecnologias e métodos para a compreensão e aplicação da ciência jurídica;

- Atuar de modo ético, compreendendo conceitos morais e profissionais, ampliando a compreensão e visão transversal acerca dos direitos humanos, promovendo a cidadania e o acesso aos direitos fundamentais.

Diante do perfil apresentado, este profissional é capaz de atuar nas principais áreas do Direito como:

- Direito Constitucional, Internacional, Difusos e Coletivos, Teoria do Direito e Direitos Humanos;
- Direito Administrativo, Tributário, Financeiro e Econômico;
- Direito Processual e Formas Consensuais de Solução de Conflitos;
- Direito Penal;
- Direito Civil e Empresarial;
- Direito do Trabalho e Previdenciário.

Dessa maneira, compreende-se que os conteúdos estudados no decorrer do curso desenvolvem o conhecimento científico, acadêmico e profissional, contudo no processo de ensino-aprendizagem do aluno também são desenvolvidas as competências e habilidades esperadas para o egresso.

Vale destacar que, as disciplinas e competências trabalhadas no curso estão de acordo com as determinações legais e demandas do mercado de trabalho. Uma das estratégias utilizadas para retroalimentar essa característica é obtida através do Canal Conecta, que por meio das pesquisas de empregabilidade permite conhecer a evolução do desempenho do egresso em suas carreiras.

O perfil apresentado ainda tem como cerne aquilo que o egresso necessita conhecer para ser capaz de desenvolver suas atividades nas diversas áreas da sua profissão, articulando-as com suas realidades locais e regionais. Destaca-se que as competências que são desenvolvidas ao longo do curso estão no Anexo do documento.

Dessa forma, espera-se que o egresso assuma o compromisso de atuar no seu contexto socioeconômico e político, sendo um profissional e cidadão comprometido com os interesses e desafios da sociedade contemporânea e capaz de acompanhar a evolução científica e tecnológica da sua área, mantendo adequado padrão de ética profissional, conduta moral e respeito ao ser humano.

As competências trabalhadas no curso estão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e têm como foco aquilo que o egresso necessita conhecer bem para ser capaz

de desenvolver suas atividades nas diversas áreas de atuação de sua profissão, articulando-as com suas realidades locais e regionais.

Além disso, considera-se o que diz o artigo 4º da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de bacharel em Direito:

> O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a:
> I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
> II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
> III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
> IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
> V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
> VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
> VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
> VIII - atuar em diferentes instancias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
> IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
> X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
> XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
> XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
> XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e
> XIV – aprender conceitos deontológicos-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Dessa forma, espera-se que o egresso assuma o compromisso de atuar no contexto socioeconômico e político do país, sendo um profissional e cidadão comprometido com os interesses e desafios da sociedade contemporânea e capaz de acompanhar a evolução científica e tecnológica da sua área de atuação, mantendo adequado padrão de ética profissional, conduta moral e respeito ao ser humano.

Em alinhamento com o disposto no artigo 3º da referida Resolução, considerando os pressupostos assumidos pela IES e mediante o conjunto de conhecimentos que são internalizados ao longo do curso de Direito, busca-se que os seus egressos tenham o perfil de Bacharel em Direito generalista e humanista, assumindo uma postura crítica e consciente; sejam capazes de aliar os conhecimentos teóricos aos práticos para atender às demandas sociais no contexto em que se inserem, compreendendo seus impactos nos âmbitos regional, nacional e internacional; e, enfim, sejam capazes de contribuir para a promoção e construção de uma sociedade justa, solidária e pacífica, conectada aos direitos humanos e ao desenvolvimento sustentável.

O planejamento para a ampliação do perfil profissional e sua atualização junto às novas demandas que o mercado de trabalho apresentar será analisado semestralmente pelo NDE após interlocução com professores e empresas e/ou instituições profissionais, via Canal Conecta e/ou outros mecanismos, para a previsão e desenvolvimento de competências e conteúdos que se mostram necessários para o exercício profissional.

3.4.1 Acompanhamento de egressos

Com a finalidade de conhecer a vida profissional e educacional dos seus egressos, a IES, por meio do programa de Política de Acompanhamento ao Egresso, busca restabelecer e manter o relacionamento com seus ex-alunos, de graduação e pós-graduação, por meio do Portal do Aluno e de ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas.

Por meio deste programa, é possível estabelecer uma troca de informações entre IES e egresso, de forma que a primeira é beneficiada com informações acerca dos interesses educacionais, científicos e profissionais dos ex-alunos, sua atuação no mercado, a importância de sua formação no contexto de sua profissão, entre outros assuntos. Em contrapartida, o egresso tem acesso livre às informações acerca de oportunidades de formação continuada e eventuais benefícios em cursos, palestras e inscrições em eventos organizados pela IES ou suas parceiras, além de participação em eventos como ouvinte e como profissional, em processos de seleção para o corpo técnico-administrativo ou docente da IES, entre outros temas que a IES venha a desenvolver e divulgar. Os egressos podem, ainda, trocar e atualizar informações entre eles sobre questões profissionais e pessoais.

A IES entende que acompanhar os egressos de seus cursos permite, além da integração e do estabelecimento de uma rede de comunicação entre egressos de diferentes áreas e entre

estes e a IES, a retroalimentação do modelo acadêmico, uma vez que os resultados desse relacionamento podem redundar em importantes *feedbacks*, os quais trazem indicadores relevantes, que subsidiam um processo de reavaliação, adaptação ou inovação de suas estratégias e de seus projetos acadêmicos. Além disso, é possível intensificar a integração entre os egressos e o corpo discente e docente das IES.

Para viabilizar essa rede de comunicação, relacionamento e conhecimento, os egressos são submetidos a um processo de cadastramento voluntário, em que, além de seus dados pessoais, informam dados referentes à sua inserção profissional e social por meio de uma pesquisa sistemática que visa gerar informações, tais como:

a) *Feedback* sobre o curso que concluiu na IES.
b) Compatibilidade entre a formação e as demandas da sociedade.
c) Sucessos do egresso no mercado de trabalho.
d) Oportunidades e dificuldades encontradas no mercado de trabalho.
e) Setores de atividade econômica que mais absorvem os profissionais.
f) Necessidade e interesse em buscar o aperfeiçoamento profissional.
g) Importância do desenvolvimento de competências profissionais *versus* competências atitudinais no contexto do trabalho.

Além do levantamento de informações, o egresso tem oportunidades de se apresentar como potencial profissional para empresas da região por meio do acesso ao Canal Conecta e à IES. Ao incluir em seus dados um currículo atualizado, torna-se candidato às vagas disponíveis no Canal Conecta apresentadas pela IES. A manutenção desse vínculo viabiliza também a promoção de encontros de confraternização com outros egressos, eventos acadêmicos e científicos para alunos da IES, além da possibilidade de utilização da infraestrutura e dos serviços mantidos pela IES.

Nesse contexto, a ferramenta é um espaço que oportuniza o relacionamento, as trocas de informações e materiais e o conhecimento acerca do desempenho institucional, resultante da análise do acompanhamento da situação profissional de seus egressos.

O sistema consta das seguintes fases:

a) Fase de cadastro: recurso destinado ao cadastramento dos dados referentes aos egressos e preenchimento de pesquisa por meio de formulário on-line.
b) Identificação pessoal: idade, sexo, nacionalidade, endereço, cidade, estado, e-mail, curso e ano de conclusão da graduação e/ou pós-graduação.

c) Identificação profissional: informações relacionadas à sua trajetória profissional, incluindo estágios; mapeamento da situação atual do egresso, que irá informar se está empregado ou é profissional autônomo, desempregado, aposentado, afastado ou abandonou a profissão; questões referentes ao primeiro emprego e à progressão profissional, aos salários e à carreira. Também são relevantes as dificuldades e oportunidades que o egresso enfrentou para encontrar uma ocupação e manter-se empregado.
d) Fase de relacionamento e comunicação: recurso destinado à troca de informações entre egressos da IES e entre os egressos e a IES.

A estratégia para tornar pública a ferramenta é estabelecer a comunicação entre a IES e os alunos do último semestre dos cursos de graduação e do último módulo de pós-graduação, informando e orientando sobre a importância do programa e, assim, estimulando a adesão deles. Igualmente relevante é mapear egressos dos cursos da IES e iniciar o contato por meio de convite eletrônico e/ou telefone, além de estimular esses ex-alunos a convidarem outros para o programa.

3.5 Estrutura curricular

A estrutura curricular implementada neste curso considera a flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica e compatibilidade da carga horária total em horas-relógio.

Busca, ainda, evidenciar a ocorrência da articulação da teoria com a prática, da oferta da disciplina de LIBRAS e dos mecanismos de familiarização com a modalidade de distância. Cabe ressaltar que, a estrutura curricular visa atender ao artigo 4ª da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece a necessidade de apresentação em no mínimo 10% (dez por cento) da carga horária da matriz curricular dos cursos de graduação em atividades de extensão.

Ao apresentar uma matriz curricular, o curso tem como preocupação realizar um currículo voltado para o alcance do perfil definido para o profissional, a partir do desenvolvimento de, estabelecidas mediante as exigências legais do curso, tendo em vista o mercado de trabalho e sua articulação com as tendências da profissão na sociedade contemporânea.

Conforme estabelecidas na legislação específica do curso, Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, atualizada o art. 5º pela Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, a seguir expomos a matriz curricular.

3.5.1 Matriz curricular

Em atendimento ao que recomendam as legislações específicas para o curso de Direito, a matriz curricular será a seguinte*:*

DISCIPLINA	SEMESTRE	TIPO DE OFERTA	CH TEÓRICO AVA	CH TEÓRICO PRESENCIAL	CH PRÁTICA	CH OUTROS	CH TOTAL
DIREITO CIVIL – PARTE GERAL	1	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
OPTATIVA I	1	OPTATIVA	60	0	0	0	60
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO DO TRABALHO	2	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
OPTATIVA II	2	OPTATIVA	60	0	0	0	60
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	DI	60	0	0	0	60
DIREITO CIVIL – OBRIGAÇÕES	3	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO PENAL – TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
PROJETO DE EXTENSÃO I – DIREITO	3	PEX	90	0	0	0	90
DIREITO CIVIL – CONTRATOS	4	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	DI	60	0	0	0	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
HUMANIDADES NO DIREITO	4	DI	60	0	0	0	60
DIREITO ADMINISTRATIVO – REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO CIVIL – COISAS	5	DI	60	0	0	0	60

DIREITO PENAL – DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	DI	60	0	0	0	60
PROJETO DE EXTENSÃO II – DIREITO	5	PEX	90	0	0	0	90
DIREITO AMBIENTAL	6	DI	60	0	0	0	60
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO PROCESSUAL PENAL – AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO TRIBUTÁRIO – DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	DI	60	0	0	0	60
DIREITO CIVIL – FAMÍLIA	7	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	ESTÁGIO	0	0	90	0	90
PROJETO DE EXTENSÃO III – DIREITO	7	PEX	90	0	0	0	90
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	DI	60	0	0	0	60
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	DI	60	0	0	0	60
DIREITO ADMINISTRATIVO – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO CIVIL – SUCESSÕES	8	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO INTERNACIONAL	8	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
DIREITO PROCESSUAL PENAL – NULIDADES E RECURSOS	8	DI	60	0	0	0	60
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	ESTÁGIO	0	0	90	0	90
DIREITO CIBERNÉTICO	9	DI	60	0	0	0	60
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	DI	60	0	0	0	60
DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	PRESENCIAL	0	60	0	0	60
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	ESTÁGIO	0	0	90	0	90
PROJETO DE EXTENSÃO IV – DIREITO	9	PEX	100	0	0	0	100
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	TCC	0	40	0	0	40
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	DI	60	0	0	0	60
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	DI	60	0	0	0	60
OPTATIVA III	10	OPTATIVA	60	0	0	0	60
OPTATIVA IV	10	OPTATIVA	60	0	0	0	60

PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	ESTÁGIO	0	0	90	0	90
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	*	ACO-EI	0	0	0	170	170
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	**	OPTATIVA	0	0	0	0	0
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	**	OPTATIVA	0	0	0	0	0
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	**	OPTATIVA	0	0	0	0	0
INGLÊS	**	OPTATIVA	0	0	0	0	0
LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	**	OPTATIVA	0	0	0	0	0
MEDICINA FORENSE	**	OPTATIVA	0	0	0	0	0
MERCADO DE CAPITAIS	**	OPTATIVA	0	0	0	0	0
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	**	OPTATIVA	0	0	0	0	0

RESUMO DA CARGA HORÁRIA		
Total da Carga Horária Teórica Presencial		1.680
Total da Carga Horária Teórico AVA		1.450
Atividades Complementares	**ACO 170**	170
Total da Carga Horária de TCC		40
Total da Carga Horária de Estágio		360
TOTAL GERAL		**3.700**
**** ROL DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS - NÃO COMPÕE A CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO**		

3.5.2 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é uma estratégia de abordagem em que duas ou mais disciplinas deverão interagir, estabelecendo relações entre os conteúdos, com o objetivo de proporcionar um conhecimento mais abrangente e contextualizado ao aluno.

Nessa concepção, permanecem os interesses próprios de cada disciplina, porém buscando soluções dos seus próprios problemas através da articulação com as outras disciplinas.

No modelo KLS 2.0, essa articulação se inicia com a escolha das disciplinas de fundamento que embasam as disciplinas profissionalizantes, as quais dão suporte, a partir das competências previstas e desenvolvidas, para a atuação do futuro egresso nas diferentes áreas da profissão.

Ademais, a interdisciplinaridade é operacionalizada articulando-se as disciplinas da matriz entre semestres, áreas afins e também entre os cursos que serão ofertados na IES, permitindo

a atuação dos alunos e professores de áreas e olhares distintos, trabalhando não só de modo interdisciplinar, mas também multidisciplinar.

A interdisciplinaridade se efetiva por meio de atividades coletivas entre turmas distintas, permitindo a reunião de professores de disciplinas distintas, de modo a fomentar o debate, o trabalho em equipe e a pesquisa sob diferentes olhares, por meio da problematização, que é realizada no ambiente acadêmico ou social.

3.5.3 Flexibilização curricular

O princípio da flexibilização da matriz curricular do curso é promover fluidez na oferta dos componentes curriculares e, dessa forma, possibilitar que o coordenador e professores desenvolvam ações, entendidas como desdobramentos das competências previstas que fortaleçam a identidade do curso, a partir de suas características e necessidades locais e regionais.

Considerando que nossa metodologia de ensino é organizada por competências, a flexibilidade para a oferta das disciplinas se potencializa. Significa dizer que a oferta das disciplinas se torna um processo dinâmico, que oportuniza ao aluno um percurso que o desafie e o prepare para o desenvolvimento de uma visão crítica. A barreira da rigidez de oferta é rompida, valorizando-se e respeitando-se a articulação entre as disciplinas. Esse dinamismo estimula o trabalho com a diversidade, a interação entre os alunos e a interdisciplinaridade.

A flexibilidade permite que alunos definam suas trajetórias de formação por meio da escolha de conteúdos e atividades, do desenvolvimento de competências e habilidades e através dos componentes curriculares que são ofertados ao longo de sua formação.

Também é oportunizada a flexibilidade de oferta das disciplinas curriculares para as turmas, observando requisitos de complexidade, de conhecimentos prévios necessários e de competências e habilidades desenvolvidas para o futuro egresso. Esse processo é desempenhado pelo coordenador do curso, sempre observando as considerações do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que considera o perfil profissional do futuro egresso, das necessidades locais e regionais, além do desenvolvimento e entrosamento dos alunos em cada turma.

Outro componente que viabiliza a flexibilização curricular é a Extensão Curricular, distribuída ao longo do curso com seus momentos previstos junto à sua matriz. O aluno participa de momentos específicos destinados ao desenvolvimento das atividades extensionistas junto à

comunidade de seu entorno, permitindo articular competências práticas com conhecimento teórico, contribuindo com o desenvolvimento da comunidade, conciliado com o aperfeiçoamento de suas competências técnicas e socioemocionais.

Além dessa maleabilidade na oferta e disposição de disciplinas, bem como dos componentes de extensão, a flexibilização curricular se efetiva também por meio de outros componentes acadêmicos como a disciplina optativa.

Disciplinas optativas

As disciplinas optativas previstas no curso são parte integrante da matriz curricular e apresentam a oportunidade de flexibilização do currículo por meio de um elenco de disciplinas à escolha dos alunos, sendo elas:

1. Associativismo e Gestão de Cooperativas
2. Direito Notarial e Registral
3. Empreendedorismo e Inovação
4. Inglês
5. Libras – Língua Brasileira de Sinais
6. Medicina Forense
7. Mercado de Capitais
8. Responsabilidade Social e Ambiental

Cada disciplina optativa prevista na matriz pode ser substituída por uma das disciplinas escolhidas, devendo ser cursada com êxito pelos alunos para o cômputo da carga horária do curso e desenvolvimento das competências nela previstas. As disciplinas previstas no elenco de disciplinas optativas apresentam congruência com as áreas de atuação do egresso e com a legislação vigente.

3.5.4 Acessibilidade metodológica e instrumental

A acessibilidade metodológica e instrumental corresponde a uma das dimensões de acessibilidade, implementadas para reduzir as compreendendo barreiras nos métodos e técnicas de trabalho desenvolvido pelos docentes.,

A IES busca ofertar ao seu aluno um modelo acadêmico isento de qualquer barreira quanto à acessibilidade metodológica e instrumental. A aplicação dessas dimensões de acessibilidade no ambiente educacional podem ser percebidas por meio da promoção pelos docentes do curso de processos pedagógicos diversificados e da utilização de recursos que viabilizam a aprendizagem dos estudantes da educação especial, tais como: I) texto com fonte ampliada, II) pranchas de comunicação, III) flexibilidade na correção de textos, IV) ampliação de tempo para realização de provas e atividades, V) envio de resumos e materiais complementares, VI) aprofundamento de estudos, IX) disponibilização de recurso de tecnologia assistiva, por exemplo, teclado adaptado de aprendizagem.

Para acompanhar essas demandas, a instituição conta com uma equipe que interage com as coordenações dos cursos para viabilizar as ações necessárias para o atendimento especializado aos estudantes com necessidades específicas, além de ações que garantam a inclusão e a acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e metodológica no decorrer do processo de ensino aprendizagem.

3.5.5 Compatibilização da carga horária

A carga horária dos cursos é orientada pela Resolução CNE/CES nº 2/2007 e nº 3/2007 e pelo Parecer CNE/CES nº 261/2006, que instituem o mínimo de duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, por meio de preleções e aulas expositivas e/ou atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades.

Na nossa metodologia de ensino, a carga horária é mensurada em horas relógio (60 minutos), composta de 50 minutos de aula mediada e 10 minutos de atividades orientadas, totalizando 60 minutos de efetiva atividade acadêmica. As atividades orientadas foram concebidas com a finalidade de desenvolver no aluno a cultura de autoestudo. Assim sendo, cada professor prepara e disponibiliza, antecipadamente, no ambiente virtual, o planejamento das atividades que preparam o aluno para a aprendizagem dos conteúdos da aula, conforme descrito anteriormente.

Durante as atividades orientadas, sempre ocorre a orientação do professor da disciplina, de modo a aplicar os conceitos teóricos na resolução de situações-problema presentes no cotidiano profissional do futuro egresso. Essas atividades são realizadas em ambientes acadêmicos e/ou profissionalizantes, podendo ocorrer intra e extramuros.

3.5.6 Articulação da teoria com a prática

A articulação da teoria com a prática é contemplada na abordagem dos diversos conteúdos, observando o equilíbrio teórico-prático, permitindo o desenvolvimento de temas inerentes às atividades profissionais de forma integrada, propiciando ao aluno o aprimoramento científico e a busca do avanço tecnológico.

Nesse contexto, a estrutura curricular desenvolvida possui coerência com o perfil traçado para o profissional egresso, pois é organizada de forma a propiciar uma articulação dinâmica entre ensino e labor profissional, prática e teoria, ambiente acadêmico e convívio comunitário, o básico e o profissionalizante, de modo a assegurar, ao longo do curso, a formação científico-ético-humanista do profissional almejado, além do desenvolvimento de diversas competências que ensejem a autonomia para pensar e decidir. Para isso, podem ser utilizados outros ambientes de aprendizagem, como laboratórios, empresas juniores, escritórios de aplicação, clínicas modelo, escolas de aplicação, hospitais universitários e outros ambientes externos, quando possível.

Durante a elaboração da estrutura curricular, são adotados princípios que promovem a organização do curso, partindo do geral para o específico, em níveis crescentes de complexidade e em sucessivas aproximações. Assim, uma sequência de conhecimentos define os objetivos a serem alcançados – novos conhecimentos e habilidades são introduzidos em momentos subsequentes, reforçando o que já se sabe e mantendo as interligações com as informações previamente aprendidas. Deste modo, o estudante, gradualmente, se apropria do conhecimento em uma maior amplitude e profundidade, havendo uma concentração maior de disciplinas específicas à medida que ele avança no curso, embora essa articulação possa ser feita desde o início da formação acadêmica, por meio da metodologia de ensino a ser adotada.

A Extensão curricular é outro recurso que possibilita a articulação da teoria com a prática, permitindo a interação do aluno com a comunidade e suas demandas reais. Por meio do seu desenvolvimento, é possível que o aluno articule competências já adquiridas no curso e proponha soluções criativas e viáveis para as demandas regionais ou locais que se apresentem junto à comunidade.

Entre os meios que promovem a articulação entre teoria e prática, pode-se elencar ações de atendimento à sociedade, realização de atividades práticas em sala de aula ou outros ambientes acadêmicos, que permitam a aplicação concreta de conceitos teóricos em situações

similares aos reais, de modo a permitir o desenvolvimento de competências e habilidades necessária para a profissão, além das ações realizada junto à Extensão Curricular.

O curso já promove a articulação da teoria e prática com a atuação do Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ, onde os alunos conseguem praticar na realidade o conhecimento teórico de sala de aula. Assim, os alunos realizam o atendimento de assistidos que procuram o núcleo para consultoria e assessoria jurídica.

3.5.7 Oferta da disciplina de LIBRAS

A disciplina Libras compõe a matriz curricular, conforme determinam a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, sendo obrigatória para as licenciaturas e os bacharelados em Fonoaudiologia e Odontologia, e optativa para os demais cursos.

3.5.8 Disciplinas na modalidade a distância

A Portaria nº 2117, de 06 de dezembro de 2019, autoriza as instituições de ensino superior a introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de até 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso de disciplinas na modalidade a distância.

Essa mesma legislação define a oferta de disciplinas na modalidade a distância como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes instrumentos de informação que utilizem as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

A introdução da oferta dessa modalidade objetiva complementar o modelo pedagógico, promovendo a inovação e o uso da tecnologia digital no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo significativamente para aproximar ainda mais o aluno da realidade do mercado de trabalho, o qual requer, além das habilidades e competências previstas na formação técnica do egresso, habilidades e competências digitais integradas no momento econômico e social vivenciado nos possíveis locais de atuação do formando.

A oferta de disciplinas na modalidade a distância nos cursos presenciais inclui métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporam o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), as quais podem ocorrer de maneira integral ou parcial com o auxílio do

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), bem como de materiais didáticos que ampliam as possibilidades de interação no fazer pedagógico e se constituem em importante elemento de flexibilização curricular, no que diz respeito às condições individuais do aluno, como sua realidade cultural, econômica e social, ao ritmo de aprendizagem, ao local, à autonomia e ao tempo de dedicação aos estudos.

As disciplinas que possuem elementos pedagógicos aplicados de forma interativa, têm por objetivos:

- Promover a inovação e o uso da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem.
- Potencializar o uso das ferramentas tecnológicas.
- Oportunizar a autonomia na aprendizagem do aluno.
- Flexibilizar o currículo, no que diz respeito às condições individuais do estudante, ao ritmo de aprendizagem, ao local e ao tempo de dedicação aos estudos.
- Contribuir para a formação de um aluno comprometido com o estudo e responsável pela organização de seu tempo.
- Contribuir para aproximar o aluno da realidade do mercado de trabalho.

São disciplinas compostas por um conjunto de atividades proporcionais à carga horária semestral, de acordo com o estabelecido na Matriz Curricular de cada Curso. As competências e os conteúdos curriculares são explicitados nos planos de ensino das disciplinas. O aluno tem um cronograma de atividades virtuais a serem realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e uma agenda presencial, composta pela realização de atividades e avaliações na IES.

Essas disciplinas podem ser reconhecidas nas matrizes curriculares como Disciplinas Interativas, com os tipos Interativa (DI) e Híbrida (HAMI/HAMP), a saber:

1) **Disciplinas Interativas (DI)**: As Disciplinas Interativas são constituídas de web aulas, atividades diagnósticas, atividades de aprendizagem, avaliações da unidade, atividade discursiva e avaliação oficial presencial. Os conteúdos curriculares planejados para essas disciplinas são teóricos e estão descritos em seus respectivos planos de ensino.

Para esse formato, a carga horária integral da disciplina contempla um conjunto de atividades cujo cronograma considera atividades realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sob o acompanhamento de um tutor com formação na área, para sanar dúvidas durante todo o semestre e avaliar a atividade, prevendo também uma agenda presencial, composta pela realização de atividades e avaliações na IES.

2) Disciplinas *Híbridas*: As disciplinas híbridas, representadas pelas siglas HAMI - Híbrida Aula Modelo Institucional e HAMP – Híbrida Aula Modelo Professor, possuem estruturas de operacionalização que se assemelham às disciplinas presenciais AMI - Aula Modelo Institucional e AMP - Aula Modelo Professor. As disciplinas HAMI e AMI possuem material didático institucional elaborado, pela equipe multidisciplinar, com base na ementa da disciplina e disponibilizado no AVA. Nesta proposta, o papel do professor na IES é conhecer esses materiais e aplicá-los de acordo com os encontros previstos na carga horária presencial da disciplina. O professor na unidade tem a opção de incluir materiais complementares a cada encontro, enriquecendo o conteúdo da disciplina e disponibilizando mais recursos para que os alunos se preparem para as atividades e avaliações. As disciplinas do tipo AMP - Aula Modelo Professor e como HAMP – Híbrida Aula Modelo Professor, seguem os mesmos princípios abordados anteriormente, porém sem a apresentação de alguns dos recursos institucionais como o livro didático, roteiro de aulas práticas, entre outros, sendo que o professor possui uma maior interação para possibilitar ao aluno acesso aos materiais complementares à aula.

As disciplinas híbridas possuem carga horária presencial, seja teórica ou teórico-prática, realizada na IES sob orientação e supervisão do professor da disciplina. O professor responsável pela disciplina aplicará a carga horária presencial alinhando com o conteúdo presente no material didático institucional. Para os elementos práticos, os mesmos serão aplicados conforme os roteiros de aulas práticas (RAPs), como forma de garantir plena interação dos componentes práticos e teóricos e um percurso de aprendizagem adequado ao aluno. O total da carga horária prática da disciplina híbrida direciona a quantidade de roteiros de aulas práticas (RAPs) que devem ser desenvolvidos pelo professor, o componente EaD da disciplina será desenvolvido no AVA e contará com apoio de tutores, como nos demais formatos de disciplinas interativas.

Assim, todas as disciplinas interativas (integrais ou parciais) possuem material didático, que oferece suporte ao autoestudo do aluno, com o objetivo de sistematizar previamente o que é ministrado, dispondo ao aluno as leituras prévias e os materiais complementares de estudo, dentro de uma perspectiva que coloca o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, tornando-o ator e responsável pelo seu aprendizado.

A oferta das disciplinas na modalidade a distância, nos cursos presenciais, é normatizada por meio de resolução própria. A escolha da relação de disciplinas, bem como o tipo a ser ofertado é estruturado semestralmente, de acordo com as necessidades das turmas e cursos. Dessa forma, o tipo de oferta das disciplinas pode ser submetido a novas escolhas, oportunidade

em que o coordenador do curso poderá fazer opções por tipos de modalidade (presencial ou a distância parcial/integral) que estejam mais aderentes ao perfil de cada turma e/ou à sua necessidade de organização didático-pedagógica.

O aluno tem acesso a relação de disciplinas da sua Matriz Curricular e, semestralmente, ao conjunto de componentes curriculares que constituem a oferta de seu curso, no Portal do Aluno. O horário de aulas é confirmado, via *web*, pelo aluno e registrado no Sistema Acadêmico.

3.5.9 Mecanismos de familiarização com a modalidade a distância

Os mecanismos de familiarização com a modalidade a distância estão presentes no curso, especialmente junto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Além do AVA, o aluno conta com o Portal do Aluno, que disponibiliza diversas orientações e manuais para utilizar as Tecnologia de Informação e Comunicação utilizadas no curso.

Todo início do semestre, ocorre a Semana de Recepção, objetivando a apresentação do curso. Neste momento, os alunos recebem toda a explanação de professores e coordenação de curso quanto ao uso e acesso do AVA, do Portal do Aluno, da Biblioteca Virtual e das demais tecnologias empregadas no curso.

Há ainda atividades de acompanhamento entre o coordenador de curso e os professores quanto à realização de estudo e atividades nas disciplinas na modalidade a distância. Para isso, são apresentados relatórios acessíveis pelo ambiente virtual do professor da disciplina e do coordenador de curso.

3.5.10 Articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação

A articulação entre os componentes curriculares, durante o percurso da formação do aluno, é explicitada por meio de ações que promovem a integração de ações sociais com os conceitos teóricos, de modo a desenvolver no curso as competências e habilidades necessárias ao futuro egresso.

Além disso, serão realizadas atividades interdisciplinares em todos os semestres, além de interações com turmas distintas do Curso de Direito como também de outros cursos em funcionamento na IES, promovendo ações conjuntas que promovam a ampliação das vivencias profissionais junto aos conteúdos teóricos, estimulando ações mais complexas e elaboradas com o avanço das turmas dentro de suas matrizes curriculares, fomentando maior interesse e

conhecimento ao futuro egresso de sua carreira, de modo a desenvolver maior interligação entre teoria e prática. Uma das propostas apresentadas pelo NDE são as visitas técnicas e debates de profissionais de sucesso e multidisciplinares que promovam o diálogo em torno de temas contemporâneos e relevantes para a carreira e sociedade de modo geral.

A realização de juris simulados e competições de oratória desde o início do curso entre diferentes alunos, promovem uma melhor preparação aos egressos até o momento de realização de Estagio Curricular Supervisionado.

O curso de Direito desenvolve as seguintes competências e habilidades necessárias para o futuro egresso nos eixos profissionais: Direito Constitucional; Direito Tributário, Financeiro e Econômico; Direito Internacional; Direito Penal; Direito Civil; Direito Empresarial; Direito do Trabalho; Direito Processual; Direito Administrativo; Direito Ambiental; Direito Previdenciário; Tutela dos Direitos e Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos; Solução Consensual de Conflitos; Direitos Humanos e Formação Pratico-Profissional (Estágio Curricular Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso).

3.6 Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares definidos para o curso estão em consonância com o que preconiza legislação específica para o curso, busca possibilitar, com qualidade, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando os aspectos: coerência com as DCNs e objetivos do curso; necessidades locorregionais; acessibilidade metodológica; adequação das cargas horárias (em horas-relógio); adequação da bibliografia e abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e pessoas com deficiência. O curso de Direito busca a atualização da área profissional, diferenciando-se dentro dela, e para tal considera as necessidades locorregionais, com o objetivo de atendê-las e supri-las, gerando bem-estar à comunidade local e regional, primando pela formação de qualidade de seu futuro egresso.

O curso de Direito busca a atualização da área profissional, diferenciando-se dentro dela, e para tal considera as necessidades locorregionais, com o objetivo de atendê-las e supri-las, gerando bem-estar à comunidade local e regional, primando pela formação de qualidade de seu futuro egresso.

A adequação da carga horária é demonstrada por intermédio da matriz curricular presente no item “Matriz curricular”, 3.700 horas como carga horária total do curso, observando a norma legal sobre a carga horária mínima do curso.

A unidade oferta ao seu aluno um modelo acadêmico que promove o desenvolvimento de métodos e técnicas de ensino-aprendizagem que acolhem e incluem seus alunos nas mais diferentes necessidades, seja por meio da oferta de instrumentos e ferramentas que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem, seja no desenvolvimento de ações e competências no campo teórico, prático, profissional, cultural e social, tais como a resolução de situações-problema reais, atividades em grupos, ações multidisciplinares, entre outros, estimulando o desenvolvimento de competências que atendam ao perfil profissional do egresso.

A IES procura adequar os conteúdos ao perfil profissional do egresso, considerando as especificidades do público-alvo da educação especial. Assim, organiza o curso de Formação em Educação Inclusiva e oferta para todos os professores, buscando contribuir com as reflexões pedagógicas e adaptações necessárias para que todos os alunos tenham condições de acesso para desenvolver esse perfil.

3.6.1 Plano de ensino

O plano de ensino do curso é um instrumento de ação educativa, que promove a organização do conteúdo programático, o planejamento do processo metodológico e avaliativo e a sistematização do processo educacional das ações dos docentes e discentes, em vista à consecução dos objetivos de aprendizagem estabelecidos.

O processo de elaboração considera a participação ativa dos docentes e deve ser consciente, refletido e planejado, trazendo consigo a característica da flexibilidade e da adaptabilidade a situações novas e imprevistas. O plano de ensino é elaborado e disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem, pois se trata de um documento em que se pactua o planejamento do semestre e a comunicação entre professor e aluno, passando a ser um instrumento de trabalho e um documento de compromisso com o processo de ensino-aprendizagem.

Em consonância com seu modelo de ensino, os planos de ensino da IES são organizados e disponibilizados para os alunos de acordo com os seguintes tópicos:

1. Curso.
2. Identificação da disciplina.

3. Docente.
4. Coordenador.
5. Carga horária.
6. Atividades de aula.
7. Atividades de pré e pós-aula.
8. Competências.
9. Estrutura da disciplina: Unidade de Ensino (conteúdo programático).
10. Proposta metodológica.
11. Sistemática de avaliação.
12. Referências bibliográficas: referências básicas, referências complementares e outras referências.

Esse modelo de plano de ensino permite ao professor ter clareza sobre o trabalho que desenvolverá em sala de aula**.**

Embora a maioria das IES opte por adotar o termo **objetivo**, a Instituição opta por utilizar o termo **competência**, considerando o entrelaçamento existente entre os conceitos de objetivo geral e competência, bem como de objetivos específicos e habilidades, depreendidos a partir das leituras em Perrenoud (2002).

A IES trabalha o currículo por competências, no qual o aluno passa a ser responsável pelo ato de aprender e de construir a trajetória de sua aprendizagem, em contraposição ao ensino transmissor de conteúdos, em que aluno atua como sujeito passivo.

O termo competência tem recebido vários significados ao longo do tempo. Na atual LDB, competência é definida como “Capacidade de mobilizar, articular, colocar em ação valores, habilidades e conhecimentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho” (BRASIL, 1996).

Diante de todo o exposto, e considerando que o plano de ensino deve guiar a ação docente no processo ensino-aprendizagem, a IES opta por utilizar o termo competências, entendendo que o **objetivo** não está apenas no campo cognitivo, não se encontra em algo que o docente deseja para o seu aluno (pois esse é o seu dever ético), mas naquilo que, após a sua completa mediação, o aluno é capaz de fazer para demonstrar que, de fato, desenvolveu a competência projetada.

Nesse contexto, o objetivo do conteúdo é desenvolver competências, cujo alcance abrange o CONHECER e se evidencia no FAZER do discente/egresso, prenunciando a qualidade da sua atuação como profissional.

3.6.2 Conteúdos pertinentes de Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, a IES entende que a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, presente nos sistemas de ensino, significa o reconhecimento da importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação da sociedade em redução às desigualdades.

Essa temática esta apresentada nos conteúdos explorados na disciplina de Sociedade Brasileira e Cidadania que articula a formação humano-social, por meio do estudo do homem e de suas relações sociais, integrando aspectos psicossociais, culturais, filosóficos e antropológicos, atendendo à temática.

São abordados assuntos, como igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos; a compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, os quais possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas, e que, em conjunto, constroem sua história na nação brasileira; o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira; a superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados; a desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias e comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da supremacia racial, que tanto mal faz a negros, índios e brancos.

Além desses, outros importantes assuntos serão abordados, como: a consolidação da sociedade global e as implicações ambientais, sociedade, exclusão e direitos humanos por meio do desenvolvimento de conteúdos sobre antropologia, cultura, formação do povo brasileiro, heranças indígenas, portuguesas e africanas, discriminação racial, sexual, social, de pessoas com deficiência e de gênero.

A Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008) e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 (BRASIL, 2004), que concedem a mesma orientação quanto à temática indígena, não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação; são, inclusive, leis afirmativas, no sentido de que

reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância desta em promover a necessidade de valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico e múltiplo.

Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. Contudo, o termo foi modificado pelo Movimento Negro, o qual, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos.

Outro aspecto importante diz respeito ao emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, que serve para marcar o tensionamento entre as relações decorrentes das diferenças na cor da pele e nos traços fisionômicos advindos da raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, europeia e asiática.

Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos, negros e índios, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças e a criação de um projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

Para que isso se efetive, o curso realiza ações e projetos para promover a igualdade e combater a discriminação, como citado anteriormente, no tópico de Responsabilidade Social.

3.6.3 Conteúdos pertinentes de Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CP/CNE n° 8, de 6 de março de 2012, que originou a Resolução CP/CNE n° 1, de 30 de maio de 2012, estará contemplada na disciplina Sociedade Brasileira e Cidadania e, transversalmente, nas demais disciplinas do curso, como tema recorrente, garantindo atendimento ao requisito legal.

Os conteúdos relacionados à temática de Educação em Direitos Humanos estão presentes nos seguintes componentes curriculares:

1. SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA
2. DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
3. DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO
4. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Para que isso se efetive, o curso realiza ações e projetos para promover a conscientização e educação ambiental, como citado anteriormente, no tópico de Responsabilidade Social.

Importante destacar que tais iniciativas contribuem diretamente para a Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos, iniciativa do Ministério da Educação, que tem como objetivo a promoção de iniciativas de respeito à diversidade e ao enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência no ambiente universitário, por meio do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e de proteção e promoção dos direitos humanos na IES.

O curso articula a temática de Direitos Humanos nas ações sociais voltadas para o atendimento do público na assistência jurídica, além de promover junto aos alunos palestras e cursos voltados para a importância da temática.

3.6.4 Conteúdos pertinentes de Educação Ambiental

O reconhecimento do papel transformador da temática Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto regional, nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais e as necessidades planetárias é evidenciada na prática social atual.

A instituição entende que o termo Educação Ambiental será empregado para especificar um tipo de educação, um elemento estruturante em constante desenvolvimento, demarcando um campo político de valores e práticas, mobilizando a comunidade acadêmica, comprometida com as práticas pedagógicas transformadoras, capaz de promover a cidadania ambiental.

Neste contexto, em conformidade com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, no curso de Direito há a integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. Os componentes curriculares que abordam a temática educação ambiental durante o período de integralização do curso, podem ser observados na disciplina de Responsabilidade Social e Ambiental.

Além disso, a IES concebe, como política institucional, um programa, por meio do qual serão desenvolvidas ações junto à comunidade acadêmica da instituição, com os seguintes objetivos: desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente para fomentar novas práticas sociais de produção e consumo; garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental; estimular a mobilização social, política e o fortalecimento da consciência crítica; incentivar a participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio do meio

ambiente; estimular a cooperação entre as diversas regiões do país, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável.

Neste contexto, o curso realiza ações e projetos para promover a conscientização e a educação ambiental, como citado anteriormente, no tópico de Responsabilidade Social.

O Curso possui um grupo de pesquisa em Direito Ambiental e conta com uma produção acadêmica que envolvem alunos do curso, que participam de leituras sobre a temática e promovem encontros e palestras voltados para a educação ambiental.

3.6.5. Conteúdos Pertinentes à Política Educacional para a Terceira Idade

Os Conteúdos pertinentes à Política Educacional para a Terceira Idade, conforme disposto na Resolução CNE/CES nº 5/2018, estará contemplada na disciplina Direitos Humanos, de Inclusão e do Idoso e, transversalmente, nas demais disciplinas do curso, como tema recorrente, garantindo atendimento ao requisito legal.

Os conteúdos relacionados à temática da terceira idade estão presentes nos seguintes componentes curriculares:

1. DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
2. DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO

A política direcionada à terceira idade se mostra relevante no cenário social que a IES está inserida de modo a incentivar a participação e o entendimento sobre os direitos fundamentais de um público que cresce no cenário nacional e que requer maior atenção e respeito, de modo a permitir o reconhecimento e a valorização da identidade do cidadão da terceira idade permitindo o exercício da cidadania.

3.6.6. Conteúdos Pertinentes à Política Educacional para o Gênero

Os Conteúdos pertinentes à temática de gênero, conforme disposto na Resolução CNE/CES nº 5/2018, estará contemplada na disciplina Sociedade Brasileira e Cidadania e, transversalmente, nas demais disciplinas do curso, como tema recorrente, garantindo atendimento ao requisito legal.

Os conteúdos relacionados à temática da terceira idade estão presentes nos seguintes componentes curriculares:

1. DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
2. DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO.

A IES entende e reconhece a importância de uma educação que oportunize a discussão do gênero enquanto identidade, violência e discriminação com o intuito de expressar valores básicos à democracia e à cidadania, obedecendo a questões importantes e urgentes para a sociedade, fomentando a diversidade, a pluralidade e a equidade.

3.7 Atividades práticas do curso

No contexto didático-pedagógico dos cursos de graduação, é fundamental o estabelecimento de relações teórico-práticas que permitem o desenvolvimento das competências necessárias para as áreas de atuação. Nesse sentido, a estruturação curricular desse curso prevê atividades práticas, na integralização das cargas horárias, principalmente com o objetivo de inserir a reflexão sobre os conceitos teóricos das respectivas disciplinas e sua contribuição ou aplicabilidade na futura profissão.

3.7.1 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio, por ser um componente fundamental na formação profissional e na cidadania dos alunos, tem como objetivos:

a) Proporcionar o exercício do aprendizado compromissado com a realidade socioeconômica e política do país.

b) Promover a realização de experiências de ensino e aprendizagem, visando à formação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades, bem como, no exercício do pensamento reflexivo e criativo.

No curso de Direito, o perfil profissionalizante é atendido com atividades extraclasse e em disciplinas técnico-jurídicas que ocorrem em toda a matriz, como nas disciplinas do eixo temático de Direito Processual Civil, com ênfase para a resolução dos conflitos; Direito Processual Penal, Direito Processual do Trabalho; Direito Empresarial com ênfase para o direito concursal na falência e na recuperação de empresas; Direito Constitucional e Administrativo oportunizando a defesa de tutelas coletivas entre outras.

Contudo, as atividades complementares não se confundem com o Estágio Curricular Supervisionado. Assim, o estágio curricular supervisionado, que é realizado obrigatoriamente nas instalações do Núcleo de Prática Jurídica, oportuniza ao aluno a realização de atividades práticas em situações reais de trabalho, enquanto componente da formação profissional, seja

pelo desenvolvimento da competência técnica ou pelo compromisso político-social frente à sociedade.

Atentos a isso, a infraestrutura do NPJ da IES conta com salas de atendimento e de orientação com todos os equipamentos multimídias, bibliografias, materiais didáticos e acessibilidade necessários para que os docentes possam oportunizar a experiência de aliar a teoria à prática aos alunos. Assim, ao verificar uma determinada demanda processual real no Núcleo, a estratégia é que ao docente tenha a oportunidade de conectar a mesma aos conteúdos propostos nas disciplinas Prática Jurídica em Estágio Supervisionado I, II, III e IV, abrangendo atividades exclusivamente práticas simuladas e reais para que o aluno esteja ainda mais preparado para as demandas jurídicas atuais.

O estágio supervisionado conta ainda com a realização de atividades para o desenvolvimento de competências articuladas com a prática para a resolução consensual de conflitos, realizando simulações e atividades reais de conciliação e mediação, como também da prática de tutela coletiva, considerando as grandes áreas do Direito como o Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Civil.

Por fim, é importante destacar que todo o estágio está baseado no uso da tecnologia e inovação, buscando propiciar ao aluno a realidade que a carreira jurídica apresenta e por essa razão são realizadas atividades reais e simuladas relacionadas ao processo judicial eletrônico, letramento digital e tecnologias da informação e comunicação, desde a apresentação dos principais sistemas utilizados nos tribunais alcançando a procedimentalização do processo eletrônico em seus termos além de orientações de como utilizar as inovações na carreira jurídica observando os limites legais e definidos dentro dos padrões de ética profissional.

O estágio supervisionado de prática simulada conta com material didático, o qual é oferecido dado o consenso da nossa comunidade acadêmica nos seguintes pontos:

a) Tradicionalmente o ensino jurídico é permeado por referências bibliográficas que não realizam a plena conexão entre a formação técnico-jurídica e a prático-profissional em estágio supervisionado (prática jurídica simulada).

b) Dificuldade que os professores dos nossos núcleos de prática jurídica verificavam de atender a demanda dos alunos no sentido de oferecerem temáticas diversificadas.

c) Os processos judiciais têm andamento muito demorado em nosso país, o que dificulta o desenvolvimento da noção holística exigida para o egresso de Direito, e que serão decisivas para a sua empregabilidade, já que é esperado desse egresso a sua interação com as mais diversas ferramentas digitais, como as requeridas no Processo e peticionamento eletrônico.

Diante do exposto, a IES oferece como suporte ao estágio supervisionado simulado um material didático adicional e personalizado ao perfil de seu egresso e que abrange as seguintes áreas do Direito:

a) Direito Processual Constitucional, Administrativo e Tributário;

b) Direito Processual Civil e Empresarial;

c) Direito Processual Penal;

d) Direito Processual do Trabalho

As premissas de construção, do material didático do Núcleo de prática jurídica supervisionado simulado apresentadas junto ao AVA, são as mesmas do *blended learning*, e buscam simular situações que permitam ao aluno de Direito da IES ter a noção do progresso do andamento de um processo judicial como um todo e ter a oportunidade de recapitular os conteúdos objetos de cobrança em um processo real em uma plataforma de aprendizagem com orientação direta do professor e como apoio ao aluno. Esse recurso digital não está conectado à carga horária da prática simulada no Núcleo de Prática Jurídica em estágio supervisionado simulado, uma vez que do ponto de vista das Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes do Curso de Direito ela deve ser integralmente presencial e exclusivamente prática.

No curso de Direito, os estágios estão devidamente institucionalizados e normatizados pelo regulamento geral dos estágios curriculares obrigatórios, aprovado por resolução própria.

3.8 A Extensão Universitária

As atividades extensionistas são componentes obrigatórios, conforme previsto no artigo 4ª da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

O processo de ensino-aprendizagem envolve variáveis que vão além da sala de aula. As atividades de extensão universitária têm como finalidade articular os aspectos teóricos em aplicações práticas, por meio de ações voltadas à sociedade, tendo como premissa o atendimento das necessidades locais e regionais, de forma integrada e multidisciplinar, envolvendo a comunidade acadêmica.

Segundo Freire (1983) em sua obra Extensão ou Educação? Ocorre a definição do conceito de uma continuidade no processo de educação mediante um compartilhamento de conceitos para um sujeito, no caso a sociedade, e a partir disso o aprimoramento dos conceitos,

portanto, ao estender os conceitos aprendidos em uma aplicação prática na comunidade, o discente se encontra em uma situação de aperfeiçoamento da aprendizagem:

> Transmissão, sujeito ativo (o que estende), conteúdo (que é escolhido por quem estende), recipiente (do conteúdo), entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra "atrás do muro" FREIRE (1983).

A matriz curricular do curso foi concebida à luz das diretrizes curriculares e das legislações pertinentes, portanto, a inclusão da carga horária extensionista é representada na matriz curricular com o nome de projeto de extensão seguido pelo nome do curso. A disposição dos semestres com o componente extensão foi designado pelo princípio de proporcionar ao aluno um desenvolvimento extensionista ao longo do curso.

A estratégia metodológica adotada pela IES para operacionalizar a extensão universitária curricularizada foi a elaboração de quatro programas extensionistas institucionalizados na Política Corporativa de Extensão e embasados pelos eixos: a) Área de Artes e Comunicação; b) Área de Exatas e Negócios; c) Área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas; d) Área da Saúde e Biológicas, detalhados em Regulamento próprio. A partir dos programas são gerados os projetos incluídos na matriz curricular do curso, com a definição de carga horária específica.

Dentro desse contexto, o desenvolvimento de projetos de extensão com ações e atividades que proporcionam benefícios mútuos às comunidades civil e acadêmica, é por meio dos programas de Extensão, sendo descritos como:

(a) Contexto à Comunidade – tendo como premissas o respeito aos costumes e as culturas locais, a IES por meio de seu empenho na área educacional, reserva principal atenção ao desenvolvimento de sua comunidade local articulando uma política de natureza multidisciplinar, com o relacionamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas extensionistas de diversos cursos, com o fim de alcançar uma atuação ampla junto à sociedade, agregando diversos conhecimentos e saberes em ações conjuntas.

(b) Ação e Difusão Cultural – A memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural de um povo lhe conferem identidade, orientação e autenticidade e, juntos, geram pressupostos básicos para que se reconheçam como uma comunidade. Tais elementos inspiram os valores pátrios, a ética e a solidariedade além de estimular o exercício da cidadania e senso de lugar e de continuidade histórica.

(c) Inovação e Empreendedorismo – A Companhia entende que Inovação e o Empreendedorismo são essenciais para a oferta diferenciada e de qualidade dos serviços

prestados, em benefício ao desenvolvimento intelectual dos alunos, assim como para o desenvolvimento regional e/ou local proporcionado pelo impacto social gerado pelos programas extensionistas.

(d) Sustentabilidade - O desenvolvimento sustentável, compreendido em todas as suas esferas: econômica, social e ambiental, é, hoje, imperativo às relações humanas. Cabe a todos a preocupação com a gestão dos recursos de forma a suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades futuras. Os recursos são esgotáveis e uma gestão socialmente responsável é, portanto, sustentável. Diante dessa premissa, o Programa de Sustentabilidade busca por meio de inúmeras ações planejadas entre a comunidade acadêmica e a comunidade local.

A atividade de extensão universitária conta com autoavaliação, elaborada com propósito de ser contínua e crítica, para proporcionar aperfeiçoamento das características essenciais das ações promovendo a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

As atividades de extensão universitária são desenvolvidas presencialmente e individualmente in loco pelo aluno e buscam ainda aproximar a realidade local e regional junto à vivência do aluno, permitindo a articulação de conhecimentos teóricos, práticos e socioemocionais em atividades realizadas com a sociedade, fomentando o desenvolvimento técnico, cultural e social dos envolvidos.

A realização das atividades de extensão universitária tem como um dos pilares a convivência realística fundada no intercâmbio de conhecimentos e benefícios entre sociedade e comunidade acadêmica, permitindo que sejam realizadas ações que articulem o ensino e a pesquisa, mantendo a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, permitindo o auxílio prático e efetivo junto ao público assistido. Tais atividades não representam qualquer espécie ou caracterização de vínculo empregatício ou de remuneração, correspondendo à atividade de formação complementar junto ao percurso formativo do discente.

O relatório final de atividades extensionistas elaborado pelo discente é avaliado e recebe uma nota de zero a dez, sendo que para ser considerado aprovado no componente, a nota mínima é de 6,0 (seis), tais regras estão descritas e institucionalizadas no Regulamento de extensão.

Para a realização dos projetos de extensão universitária o aluno conta com orientações do docente e apoiadas pelo tutor como ainda apresentadas em material de apoio, disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Na figura 4 é possível observar a estratégia metodológica para a realização dos projetos extensionistas.

Figura 4 - Etapas para realização dos componentes Projeto de Extensão Universitária presentes na matriz curricular do curso

Fonte: Dados Institucionais.

O processo de extensão universitária da IES possui documentos orientativos para os alunos, coordenador de curso, Professores e Tutores EaD. Portanto, as orientações abrangem:

- Política Corporativa de Extensão: Documento Institucional com as definições das diretrizes para o desenvolvimento dos programas, projetos e atividades de extensão em todas as Instituições de Ensino Superior pertencentes a Cogna.
- Regulamento de Extensão: Documento Institucional com o objetivo de regulamentar o funcionamento das atividades de extensão universitária.
- Manual de Atividades Extensionistas: Documento com o objetivo de orientar o aluno no decorrer do percurso extensionista.
- Carta de apresentação: Documento que busca apresentar o aluno à instituição parceira, onde ocorrerá a atividade extensionista.
- Guia de Orientação Campus-Polo: Tem o objetivo de orientar os setores acadêmicos-pedagógicos dos Campus e Polos, referentes aos projetos de extensão, bem como sua operacionalização.

- Guia de Orientação à Coordenador-Professor-Tutor: Tem o objetivo de orientar o coordenador de curso, professor e o tutor EaD em suas atribuições no acompanhamento dos alunos em relação aos projetos de extensionistas.
- Template PDCA: Documento com a finalidade de proporcionar ao aluno uma ferramenta de desenvolvimento de projetos, para permitir uma aplicação assertiva junto à comunidade, tendo como função orientar e apoiar o aluno no uso das ferramentas de elaboração de projeto.
- Vídeos de orientação: Materiais com o objetivo de orientação ao aluno e apresentar breves esclarecimentos sobre a atividade de extensão e conteúdos para o desenvolvimento da atividade em conformidade com o ciclo PDCA, composto por sete vídeos, sendo: (1) Boas-vindas a extensão, (2) Funcionamento da Extensão, (3) Jornada do Aluno na Extensão, (4) Análise SWOT, (5) Benchmarking, (6) Design Thinking, (7) Elaboração de projeto.
- Relatório Final de Atividades Extensionistas: Material que é entregue pelo aluno após a realização da atividade extensionista com o objetivo de comprovação de aplicação do projeto de extensão, sendo necessária a entrega pelo AVA, contando com a posterior avaliação do professor. Esse documento possui uma estratégia facilitadora ao discente, ao trazer um cabeçalho com dados do curso, nome do programa que deve ser base para o projeto, bem como instruções de competências e conteúdos a serem aprimorados no decorrer do desenvolvimento das atividades extensionistas, outros elementos norteadores serão fornecidos ao aluno neste documento como: Finalidade do programa; perfil do egresso; competência socioemocional associada ao programa; objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos; indicações bibliográficas aderentes ao conteúdo e competências.

A IES propicia ao estudante as orientações para o desenvolvimento da extensão universitária junto à comunidade, trazendo um formato ao qual deve cumprir a carga horária obrigatória e gerar valor acadêmico científico aos envolvidos.

As atividades de extensão são registradas no histórico escolar do aluno assegurando a forma adequada de comprovação de sua realização documentalmente, como o meio de reconhecimento formativo e regulatório.

Portanto, o curso possui a proposta de desenvolvimento de atividades de extensão curricularizada, institucionalizada, desenvolvida e devidamente registrada por meio das documentações citadas anteriormente, bem como os planos de trabalho organizados, com as metodologias e os instrumentos de aplicação disponibilizados aos estudantes, que possuem

orientação no desenvolvimento dos projetos, consolidando o exercício da extensão junto à sociedade, fomentando o desenvolvimento profissional, cultural e social dos envolvidos.

3.9. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma oportunidade para o aluno e aplicar conhecimentos adquiridos ao longo do curso, resultando em trabalhos que tenham cunho prático ou aplicado. A IES compreende o TCC como um momento ímpar para a formação do aluno, ao passo em que este assumirá uma produção intelectual própria.

O modelo acadêmico adotado preconiza a importância do TCC como elemento formativo, que venha a estimular a produção intelectual dos alunos. O TCC é a oportunidade para o aluno demonstrar sua capacidade de aplicar as competências adquiridas durante o seu percurso formativo de forma sistematizada, em um ambiente profissional controlado e sob orientação.

Por meio do TCC, o aluno poderá trabalhar uma temática relacionada à sua futura área de atuação, permitindo a iniciação científica, visando completar sua formação de qualidade e atingir o perfil desejado ao futuro egresso.

Objetivos

O TCC tem como objetivos:

- Estimular a produção intelectual dos alunos à luz de preceitos metodológicos e da interlocução com a prática profissional.
- Demonstrar a capacidade do aluno de aplicar competências sintetizando conhecimentos, habilidades e aspectos atitudinais adquiridos durante o seu percurso formativo.

Carga horária, estrutura, orientação e coordenação

O aluno cursará o TCC, conforme previsto na estrutura curricular do curso e o que preconiza o regulamento específico da atividade. O regulamento do TCC está institucionalizado pela conforme previsto na estrutura curricular do curso e é de conhecimento da comunidade acadêmica, estando afixado em murais do curso e disponível na biblioteca em local acessível.

A elaboração do TCC observa exigências metodológicas específicas e segue os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem a eles aplicáveis em relação aos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Para uma melhor

elaboração dos trabalhos, os alunos contam com o apoio de manual atualizado, que é divulgado no curso.

Cabe ao aluno escolher o tema, formular o problema, a justificativa, os objetivos gerais e específicos, elaborar a fundamentação teórica, escolher a metodologia, preparar o cronograma de realização do trabalho e referenciar a bibliografia básica consultada.

As instruções referentes à estrutura, as orientações e a coordenação para o desenvolvimento do trabalho encontram-se no Manual do TCC e no seu regulamento.

Avaliação

A avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Cursos é contínua e cumulativa, atendendo ao cronograma definido, considerando aspectos qualitativos e quantitativos, focalizando a aquisição de competências, habilidades e atitudes necessárias ao bom desempenho da prática profissional. Para ser considerado aprovado no TCC, o aluno deve obter nota final igual ou superior a 7.

Ressalta-se que a IES conta com o Repositório Institucional, denominado Banco de Produção Acadêmica e Intelectual, espaço para publicação e consulta da produção intelectual de docentes e alunos em formato digital.

3.10 Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios, que serão efetivados por meio de experiências ou vivências intra ou extracurriculares do aluno, durante o período em que frequentar o curso. Elas têm como objetivo flexibilizar, diversificar e enriquecer a formação do aluno, contemplando atividades que promoverão a formação geral como também a específica, ampliando suas chances de sucesso no mercado de trabalho, e estão institucionalizadas e regulamentadas.

As Atividades Complementares têm a premissa de incentivar os alunos a entrarem em contato com projetos, eventos e atividades, entre outros, que enriqueçam seus conhecimentos, aprimorando e desenvolvendo habilidades e competências que os ajudam a explorarem de forma ampla suas capacidades profissionais, sociais, culturais e humanas, bem como conhecerem suas fortalezas e oportunidade de se desenvolverem como profissionais.

Desempenhando ações com as quais se identifica, os alunos têm a possibilidade de ampliarem seus horizontes, colocando em execução não só conhecimentos teóricos, mas também, práticos e alinhados com as expectativas da comunidade.

Assim as Atividades Complementares comportam diversas atividades acadêmicas seguindo os pilares da educação, respeitando regulamento próprio, garantindo a expansão e a flexibilização horizontal dos conhecimentos curriculares.

O aluno deve cumprir a carga horária prevista na matriz ao longo dos semestres do curso, em atividades de sua escolha e que possua maior identificação, e os documentos comprobatórios, após validação, serão registrados no histórico escolar do aluno, conforme regulamento próprio.

3.11 Apoio ao discente

O atendimento aos alunos é fundamental para qualquer IES, visto que o processo pedagógico só realiza seus objetivos quando contempla as necessidades dos alunos. Neste sentido, a IES ordena diversas formas integradas de apoio aos alunos, a fim de buscar contemplar, com qualidade, ações de acolhimento e permanência, atividades de monitoria, atividades de nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, eventuais apoios extraclasse, apoio psicopedagógico, de acessibilidade metodológica e instrumental e de participação em intercâmbios.

A IES conta com o NAID que desenvolve, juntamente com as coordenações de cursos, ações direcionadas às capacitações de líderes de turma, o café com líderes, as ambientações acadêmicas, apoio a aprendizagem, monitoria, realização de oficinas de aprendizagens

Ações de acolhimento e permanência

A IES oferece aos seus alunos diversas ações que promovem o seu acolhimento e sua permanência.

Entre as ações de acolhimento, os alunos calouros recebem digitalmente mensagens e conteúdo de: (1) boas-vindas; (2) instruções para acessos às plataformas administrativas e acadêmicas (Portal Digital do Aluno e Ambiente Virtual de Aprendizagem); (3) explicações sobre o modelo de ensino e avaliativo; (4) instruções sobre suporte e atendimento (5) informações adicionais sobre a importância da graduação, o mercado de trabalho e os diferenciais da IES. Tal conteúdo é ainda compilado em página de blog denominada “Guia do Calouro”, disponível a

qualquer momento aos alunos e segmentada em detalhes específicos de acordo com o momento do ciclo letivo.

Além disso, são desenvolvidas atividades de recepção de calouros, e atividades que promovem a integração entre veteranos e calouros, de modo que o veterano acompanhe o calouro ao longo do semestre, prestando orientações básicas sobre a IES, o desenvolvimento das aulas, o uso de laboratórios, espaços profissionalizantes e biblioteca, fomentando o fortalecimento dos relacionamentos de amizade entre calouros e veteranos.

A IES conta com uma equipe técnica responsável pela recepção, pelo acolhimento e pela fidelização do aluno, seja calouro ou veterano. Essa equipe tem como escopo receber o aluno ingressante logo após sua matrícula, acompanhando-o em diversas situações de adaptação e acolhimento aos processos acadêmicos da IES, além de auxiliá-lo com questões diversas, como orientação sobre as TICs presentes em seu e reforço de todos os informativos para os alunos calouros até o início das aulas e durante o seu primeiro semestre.

Ainda no acolhimento, são desenvolvidas ações de professores e coordenador de curso junto aos alunos, fomentando o desenvolvimento de competências socioafetivas por meio de grupos de estudo, de extensão e ensino.

Adicionalmente ao trabalho descrito seja pelos conteúdos enviados digitalmente e/ou pelas atividades desenvolvidas na IES, o aluno calouro também poderá ser contatado por nossa equipe de *callcenter* no período logo após sua matrícula, em ligação cujo objetivo é recepcioná-lo exaltando a escolha pela graduação, além de prover suporte dedicado e orientações para seus primeiros passos na vida acadêmica e atender possíveis dúvidas que são comuns em tal momento.

As ações de permanência, por sua vez, também são estimuladas por conteúdos enviados aos alunos (ex.: lembretes de acesso aos conteúdos e das datas de avaliações; destaques empregabilidade etc), demonstrando a importância da continuidade no curso, destacando a relevância e melhoria das condições econômicas e sociais do aluno, seja por meio do Canal Conecta ou de outros mecanismos disponíveis.

Também com foco em permanência, os alunos têm disponível para situações/problemas de diversas origens, a depender da unidade e modalidade onde estude, através dos nossos canais de atendimento: autosserviço no Portal Digital do Aluno; atendimento na Central de Relacionamento por telefone; atendimento via *Whatsapp*; atendimento presencial em sua unidade. Ressaltando aqui que, dentro dos canais telefônicos, durante todo o primeiro semestre de sua jornada, o aluno calouro é atendido por uma célula específica de operadores, chamada

BabySitting, especializada em suporte de acolhimento e permanência no início da jornada acadêmica. Os alunos também podem ser suportados através do AVA pelos tutores acadêmicos que podem guiar e/ou tirar dúvidas sobre calendário acadêmico, disciplinas, atividades e prazos, detalhes de avaliação continuada etc.

Na permanência do aluno, há a comunicação de uma pauta disponibilizada nas redes sociais com a publicação de posts de boas-vindas para o início das aulas, vídeos orientativos para acesso ao AVA, ajuste de grade de horários e solicitação de carteirinha estudantil, entre outros.

Para os alunos calouros, no primeiro dia de aula, haverá recepção por parte desta equipe, direcionando para a aula inaugural e também para uma visita guiada, na qual será apresentada toda a infraestrutura disponibilizada aos alunos.

Ainda no acolhimento, serão desenvolvidas ações de professores e coordenador de curso junto aos alunos, fomentando o desenvolvimento de competências socioafetivas por meio de grupos de estudo, de pesquisa, de extensão e ensino.

As ações de permanência também serão desenvolvidas por professores e coordenador de curso, demonstrando a importância da continuidade no curso, destacando a relevância e melhoria das condições econômicas e sociais do aluno, ressaltando o Canal Conecta e outros mecanismos à disposição. Essas ações também serão desempenhadas pela equipe técnica administrativa, que as desenvolve na IES ao longo do semestre.

Atividades de Monitoria Acadêmica

A Monitoria Acadêmica corresponde ao conjunto de atividades de apoio acadêmico que são exercidas sob a orientação de um docente, por alunos regularmente matriculados no curso.

Objetiva-se propiciar ao aluno a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino e extensão, assegurando a cooperação didática ao corpo docente e aos alunos nas funções universitárias.

O programa estabelece ao aluno participante, como tarefa (monitor), auxiliar:

1. Nas tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas, trabalhos didáticos e atendimento a alunos.
2. Nas atividades de pesquisa e extensão.
3. Nos trabalhos práticos e experimentais.

Essas atividades visam à atribuição da função colaborativa do aluno, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos práticos e de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

As atividades desenvolvidas na Monitoria Acadêmica correspondem aos mecanismos para a melhoria do ensino, criando novas experiências e práticas pedagógicas, com o objetivo de articular teoria e prática, auxiliando na integração curricular e interdisciplinar.

A seleção dos alunos, a forma de realização e a avaliação das atividades são apresentadas em regulamento próprio.

Atividades de Nivelamento

A IES, preocupada com a qualidade do ensino e a formação do seu alunado, e com a finalidade desenvolver as competências dos acadêmicos para o melhor desempenho no Ensino Superior disponibiliza um programa de ação sistemática voltada para a recuperação de conteúdos na formação do ingressante dos diversos cursos da instituição. Assim, são disponibilizados cursos de Nivelamento no ambiente virtual de aprendizagem. O objetivo do Nivelamento é oportunizar aos alunos momentos de reforço dos conteúdos de ensino médio.

Espera-se que o nivelamento responda satisfatoriamente às expectativas dos alunos e da instituição, pois, além de serem revistos os conteúdos básicos, necessários ao adequado prosseguimento de seus estudos em nível superior, favorece seu desempenho acadêmico na fase inicial do curso superior escolhido.

Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados

No contexto didático-pedagógico dos cursos de graduação, é fundamental o estabelecimento de relações teórico-práticas que permitam o desenvolvimento das competências necessárias para as áreas de atuação. Nesse sentido, a estruturação curricular dos cursos de graduação da Faculdade prevê atividades práticas na integralização das cargas horárias dos seus cursos, principalmente com o objetivo de inserir a reflexão sobre os conceitos teóricos das respectivas disciplinas e sua contribuição ou aplicabilidade na futura profissão.

Para complementar esta integração entre a teoria e a prática, é fomentada na IES a realização e participação do aluno em atividades de estágio não obrigatórias, remuneradas, para cursos em que existe a previsão ou não junto à sua matriz curricular. A IES disponibiliza ao estudante, por meio da coordenação de curso competente, toda a documentação necessária que

regulamenta os direitos e deveres do estagiário, de acordo com as disposições legais da Lei nº 11.786 de 25 de setembro de 2008.

O estágio não obrigatório oportunizará ao discente a realização de atividades práticas em situações reais de trabalho, enquanto componente da formação profissional, seja pelo desenvolvimento da competência técnica, seja pelo compromisso político-social frente à sociedade, ainda tendo o incentivo de remuneração deste aprendizado. Assim, os principais objetivos da prática do estágio curricular não-obrigatório são: Proporcionar o exercício do aprendizado compromissado com a realidade socioeconômica-política do país; Propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em organizações públicas ou privadas, desde que obedeçam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Além do estágio curricular obrigatório, os alunos podem realizar o estágio não obrigatório, que podem ser remunerados. Assim, a IES apoia e articula a celebração de convênios, além de fazer uma ampla divulgação dessas oportunidades aos alunos.

Trilhas de Carreira

No contexto didático-pedagógico dos cursos de graduação em Direito ocorre o oferecimento de cursos complementares à formação do aluno e especialmente direcionados para a área jurídica, denominados Trilhas de Carreiras.

Nesse percurso de formação ocorre a disponibilização de conteúdos com temáticas inovadoras e atualizadas como Execução Penal sob o olhar da Administração Pública, de atualizações legislativas como na área Notarial e Registral bem como na Empresarial, apresentando questões de modo detalhado, como exemplos, contando com profissionais de renome na área

Ademais, há a possibilidade de fortalecimento de conteúdos e competências da área, articulado com avaliações externas como o Enade e o Exame de Ordem, contribuindo com o aprendizado alinhado à práxis profissional.

Todas essas trilhas temáticas podem ser aproveitadas como carga horária destinada às Atividades Complementares, sendo oferecidos de modo complementar aos alunos, que podem optar por seu desenvolvimento de modo voluntário, uma vez que se busca oferecer maiores opções de diversificação e interdisciplinaridade no percurso de aprendizagem do aluno.

Apoio extraclasse

O curso oferece aos seus alunos o apoio extraclasse no que diz respeito à sua vida acadêmica e à sua aprendizagem. Esse apoio será desenvolvido na modalidade presencial e também virtual:

Portal do aluno: por meio dele é possível oferecer apoio extraclasse aos alunos, informando-os sobre o curso, as disciplinas, a biblioteca, os materiais didático-pedagógicos e demais informações sobre a sua vida acadêmica.

Ambiente Virtual de Aprendizagem: constituído de conteúdo web, avaliação/exercícios on-line, portfólio e sistema de mensagens, os quais terão os seguintes objetivos:

I. Conteúdo web: enriquece os conteúdos trabalhados em sala de aula por meio de conteúdos complementares à disciplina, que podem conter hipertextos, vídeos e links para sites de interesse.
II. Avaliação/exercício on-line: contribui para a fixação e verificação da aprendizagem dos conteúdos por meio da resolução de problemas de forma contínua, além de auxiliar na complementação da avaliação presencial.
III. Portfólio: caracteriza-se como um espaço para a postagem de trabalhos acadêmicos desenvolvidos, solicitados pelos docentes, dentro dos objetivos e critérios estabelecidos e com prazo determinado conforme calendário.
IV. Sistema de mensagens: espaço que possibilita a comunicação para troca de informações, como avisos, comunicados e orientações entre alunos, professores e coordenador do curso.

Atendimento virtual ao aluno: é o atendimento disponibilizado aos alunos que permite a realização de chamados para esclarecimento de dúvidas sobre os produtos e serviços oferecidos presencialmente, além de acolhimento de reclamações, sugestões e solicitações diversas. Portanto, além do atendimento presencial, o aluno conta com o atendimento virtual por meio de:

I. Chat, sendo uma forma de atendimento que o aluno pode acessar por meio do site da instituição, de qualquer lugar, e ter respostas on-line de forma rápida e segura.

II. “Fale conosco”, em que o aluno pode acessar o site e encaminhar uma mensagem via e-mail. Essa demanda é encaminhada para a equipe de atendimento, que registra as solicitações e as responde no prazo máximo de 48h, dependendo do tipo de solicitação.

Coordenação do curso: o coordenador do curso, conforme prevê o regimento, tem como atribuições da gestão do curso: manter o clima organizacional e motivacional do corpo docente e do corpo discente do curso; ser corresponsável pela fidelização de alunos, bem como pelo retorno de alunos evadidos; controlar e minimizar índices de evasão do curso; apreciar todos os requerimentos formulados pelos alunos; estimular a participação dos alunos na avaliação institucional; promover ações de autoavaliação do curso; entre outras. Assim, os alunos dispõem de acesso ao coordenador do curso para atendimento presencial e individual sempre que tiver necessidade, mediante agendamento prévio.

Atendimento ao aluno: é a estrutura de boas-vindas aos alunos na instituição. O setor representa o ponto central de atendimento ao aluno, seja qual for o serviço solicitado. São atribuições do atendimento ao aluno: realizar o pronto atendimento às demandas presenciais dos alunos; facilitar a comunicação com os alunos, provendo informações e documentos; facilitar e solucionar as negociações financeiras; minimizar índices de evasão; representar a ouvidoria da instituição; atender e encaminhar os alunos com dificuldades acadêmicas aos serviços de apoio psicopedagógico; atender às solicitações e à entrega de documentos acadêmicos e financeiros; coordenar e realizar o processo de matrícula; gerar os serviços solicitados pelos alunos, como: revisão de provas; segunda via de boletos etc.; promover negociação financeira com alunos inadimplentes; atendimento de retenção; efetuar atendimento ao Programa Universidade para Todos (ProUni), Financiamento Estudantil (FIES) e outros créditos; e entregar documentos, tais como: declarações, históricos, certificados e diplomas.

Apoio Acadêmico: tem por objetivo promover a integração e a convivência entre todos os professores e coordenadores; servir de ponto de atendimento aos alunos que vem a necessitar de contato com professores e coordenadores; e executar os seguintes processos da Faculdade: operacionalizar o processo seletivo na unidade, como a organização de salas que serão utilizadas, convocação de fiscais e garantir a segurança das provas; confeccionar e controlar processos de alterações de faltas, abono de faltas, transferências internas e externas; cadastro do quadro de horários das aulas e dos professores; cadastro, abertura e controle de salas especiais (solicitações de alunos); cadastro de aproveitamentos de estudos aprovado pelos coordenadores de curso; coordenar o evento de ajuste de quadro de horários dos alunos no início de cada semestre; cadastro das datas de provas para cada disciplina dos cursos da

instituição; preparar os processos com documentação física para registro de diplomas no Setor de Registro de Diplomas; gerir o arquivo físico de documentos dos alunos.

Ouvidoria: canal de comunicação entre as comunidades interna e externa e a instituição, disponibilizado para atender, registrar e responder às demandas dos solicitantes, referentes aos serviços prestados pela IES, e que incluirão sugestões, críticas, elogios, denúncias ou reclamações, os quais serão contabilizados com vistas a produzir subsídios para as ações de aprimoramento permanente da instituição.

Caberá à Ouvidoria garantir o acesso direto a todos os membros da comunidade interna e externa para as seguintes categorias de serviços:

I. Reclamações fundamentadas.
II. Sugestões para mudanças de processos acadêmico-administrativos.
III. Denúncias de natureza acadêmico-administrativa.
IV. Agradecimentos e elogios pelos serviços prestados pelos órgãos/setores da instituição.

Neste contexto, a Ouvidoria terá, prioritariamente, atendimento eletrônico, com o objetivo de facilitar e agilizar o processo de comunicação, devendo o seu endereço eletrônico ser amplamente divulgado na IES. Ela terá até sete dias úteis para responder aos contatos recebidos pelo canal eletrônico, e qualquer prazo que exceda a esse limite deverá ser comunicado ao solicitante.

Para garantir a melhoria e a qualidade dos serviços prestados na instituição, a Ouvidoria deverá expedir relatórios com informação sobre a quantidade e o tipo de reclamações, denúncias, elogios, críticas ou sugestões, para integrar o relatório anual da CPA e o plano de ação decorrente do processo de avaliação institucional.

Setor de Registro Acadêmico

O Setor de Registro de Diplomas é um órgão responsável pelo registro dos diplomas de cursos de graduação, sequencial de formação específica, e atua em conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 48, § 1º. O processo tem como base a Portaria DAU/MEC nº 33, de 2 de agosto de 1978, o Parecer CNE/CNS nº 379/2004, de 8 de dezembro de 2004, a Portaria MEC 1.095 de 25 de outubro de 2018, a Portaria DAU/MEC nº 330, de 5 de abril de 2018, a Portaria DAU/MEC nº 554, de 11 de março de 2019 e a versão vigente mais atualizada dos anexos I, II e III da Instrução Normativa IN/SESU nº 1, de 15 de dezembro de 2020.

O processo de registro é feito eletronicamente, gerando numeração sequencial em livros virtuais pelos Sistemas de Registros de Diplomas - SRD, desenvolvidos pela Cogna, que tem

como objetivo garantir a implantação de processos que resultem em eficiência operacional, melhoria contínua, crescimento e segurança nos registros de diplomas.

O processo de registro tem como vantagem melhor eficiência no processo, rapidez e segurança nas informações. Todo o sistema é informatizado, permitindo acesso de qualquer lugar para um melhor acompanhamento.

O principal objetivo do Setor de Registro de Diplomas é o trabalho cartorial de dar fé pública em diplomas. Responsabilidades do Setor de Registro de Diplomas. (SRDC):

1. Receber os processos via on-line pelo sistema SRD.
2. Proceder com a análise dos processos, conferindo as informações da vida acadêmica dos alunos e toda documentação que comporá o processo de diplomas.
3. Efetuar o registro que obedecerá à sequência numérica gerada pelo próprio sistema.
4. Gerar e disponibilizar os diplomas digitais de acordo com a legislação vigente..
5. Gerir o controle de registros e seus livros.
6. Armazenar e controlar os processos de registro de diplomas de cada aluno.

Apoio Psicopedagógico

Os alunos com dificuldade de aprendizagem contam com recursos e serviços pedagógicos que contribuem com seu processo de ensino aprendizagem, sempre que solicitado. Quando esses recursos não são suficientes, o Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (NAID) orienta o aluno a buscar atendimento Psicopedagógico junto a profissionais habilitados, indicando locais onde este serviço é gratuito e permanecendo à disposição para desenvolver atividades e realizar os acompanhamentos pedagógicos que se fizerem necessários.

O Apoio Psicopedagógico para alunos com dificuldades de aprendizagem visa fortalecê-los, de modo que eles possam aprimorar o desempenho acadêmico durante o processo de intervenção psicopedagógica a ser realizado por profissionais qualificados. A família, os professores e os coordenadores da IES podem ser envolvidos, pois exercem um papel incentivador na valorização do aluno como pessoa ativa no processo de ensino, colaborando para o desenvolvimento da sua autoestima e liberdade. Cabe ressaltar que essas pessoas somente serão envolvidas com a permissão e participação do próprio aluno.

Os casos que fogem à atuação da Instituição, não relacionados às questões pedagógicas, como estudantes com transtornos psiquiátricos, distúrbios de comportamento, dificuldades de relacionamento interpessoal, depressão e outros, são acompanhados pelo NAID para

acolhimento e suporte emergencial e, quando necessário, também orientados a procurarem profissionais habilitados ou serviços de atenção psicossocial.

Quanto ao que lhe compete, o NuEEI orientará o NAID quanto aos recursos e serviços pedagógicos que contribuam com o desenvolvimento das atividades acadêmicas pelos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos ou outras dificuldades de aprendizagem.

Apoio ao Público-Alvo da Educação Especial

Entende-se que acessibilidade plena é assegurar ao público-alvo da educação especial condições de equidade no acesso, permanência e na conclusão dos estudos. São condições promovidas institucionalmente a partir da eliminação de barreiras arquitetônicas, metodológicas, atitudinais, e que também são promovidas nas comunicações e nas plataformas digitais.

A acessibilidade arquitetônica se concretiza por meio do rompimento de barreiras físicas dentro do espaço acadêmico, com uma estrutura física que permite o desenvolvimento de atividades acadêmicas com autonomia e segurança. São exemplos de acessibilidade arquitetônica na IES a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores, piso tátil, entre outras.

A acessibilidade atitudinal relaciona-se ao respeito e ao acolhimento. Dessa maneira, está associada à capacidade do indivíduo de se identificar como parte integrante da diversidade, livre de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, visto que são as atitudes que impulsionam a remoção de barreiras. Essa dimensão de acessibilidade ocorre por meio de cursos, ações e atividades relacionados à acessibilidade e inclusão.

A acessibilidade metodológica é promovida por meio de metodologias e técnicas de estudo desenvolvidas pelos docentes. Ela acontece quando o professor promove processos pedagógicos e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência. Como exemplos na IES destacam-se o uso de texto impresso e ampliado, softwares e leitores de tela, comunicação alternativa, aprofundamento de estudos, entre outros.

A acessibilidade comunicacional e nos meios digitais se efetiva por meio das variadas formas de comunicação sem obstáculos, como a LIBRAS nos vídeos, a digitalização de materiais para conversão em áudio, com o uso de programas específicos por intermédio de computadores, bem como a difusão e facilidade no uso de novas tecnologias mecanismos digitais e de tecnologia assistiva.

Vale sinalizar que consideramos o conhecimento prévio e básico de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) indispensável para garantir a comunicação entre surdos e ouvintes, bem como

a interação entre estes alunos, tutores e professores. Por isso, a companhia oferece para todos os seus colaboradores, via Universidade Cogna (Unico), cursos de capacitação em LIBRAS, que são divididos em três módulos.

E para os estudantes, são disponibilizados vídeos com Libras, para que eles tenham acesso à informação, de modo completo, e quando necessário é realizado a contratação do intérprete da LIBRAS, para apoiar o discente presencialmente em sua instituição de ensino.

Público-alvo da Educação Especial:

Todos os estudantes regularmente matriculados, caracterizados como público-alvo da educação especial, poderão receber o Apoio Educacional Especializado – AEE. Compõem esse público estudantes com:

- Surdez, deficiência auditiva, surdo-cegueira;
- Cegueira, baixa Visão, visão monocular,
- Deficiência Física/Mobilidade Reduzida
- Deficiência Intelectual;
-Altas Habilidades/ Superdotação
-Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Os casos de estudantes não classificados como público-alvo da educação especial, mas que apresentam outras condições que interfiram no processo de ensino e aprendizagem, como transtornos funcionais específicos (dislexia, discalculia, déficit de atenção e/ou hiperatividade etc.) e outros distúrbios de aprendizagem, também poderão ser orientados pelo NuEEI, quando for solicitado.

Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NUEEI)

O Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NUEEI), vinculado à Diretoria de Regulação (DDI) é um núcleo corporativo, responsável por orientar ações de inclusão nas IES e Polos de Apoio Presencial, quando solicitado.

As orientações são voltadas aos estudantes caracterizados como público-alvo da Educação Especial, de acordo com as especificidades apresentadas, contribuindo para acesso e permanência no ensino superior.

Cabe ressaltar que a qualquer momento, o NuEEI, poderá ser acionado para direcionar as orientações pedagógicas, para o Núcleo de Acessibilidade Inclusão e Direitos Humanos (NAID), com o objetivo de contribuir para uma educação mais acessível e inclusiva

São responsabilidades do NuEEI:

I. Elaborar o Plano de Apoio Educacional Especializado a ser desenvolvido com os estudantes público-alvo da Educação Especial;
II. Contribuir para o acesso e a permanência dos estudantes caracterizados como público-alvo da Educação Especial, matriculados nos cursos presenciais;
III. Assessorar os diferentes setores da IES para que propiciem ações de ensino e aprendizagem voltadas para o acolhimento da diversidade;
IV. Orientar coordenadores, professores e demais colaboradores para o AEE, bem como, para as especificidades da Educação Especial;
V. Pesquisar recursos tecnológicos e propostas que otimizem a inclusão do público-alvo da Educação Especial nos cursos de Graduação e Pós-Graduação;
VI. Acompanhar a trajetória dos estudantes público-alvo da Educação Especial, desde o ingresso até a conclusão do curso de Graduação e Pós-Graduação.
VII. Participar de eventos científicos voltados à Inclusão no Ensino Superior e ao AEE;

Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (NAID)

O Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (NAID) é instituído na IES, por Resolução própria, e é composto pela seguinte estrutura:

I. coordenação acadêmica;
II. coordenação da CPA;
III. representante do corpo técnico-administrativo; e
IV. colaborador com interesse pela temática (integrante opcional).

O Núcleo de Acessibilidade Inclusão e Direitos Humanos (NAID) é o núcleo local da IES, responsável por sistematizar as ações de inclusão e acessibilidade, junto aos estudantes público-alvo da educação especial, em colaboração com NuEEI.

Este núcleo tem como responsabilidade, uma atuação ativa na promoção da inclusão do estudante para o seu desenvolvimento e participação plena nas atividades previstas, propiciando condições de acesso e permanência , de acordo com especificidades de seu público, acolhendo a diversidade e promovendo educação justa e com equidade.

São atribuições do NAID:

I. Manter os registros dos estudantes caracterizados como público-alvo da Educação Especial, atualizados;
II. Enviar a Entrevista Inicial com informações sobre estudante ao NuEEI, quando solicitado;
III. Acompanhar o desenvolvimento acadêmico do estudante, com base no Plano de Apoio Educacional Especializado (AEE) orientado pelo NuEEI;
IV. Providenciar os recursos e serviços indicados pelo NuEEI;
V. Elaborar e encaminhar relatórios semestrais ao NuEEI;
VI. Verificar a estrutura física e mobiliário adequado para atender as necessidades dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida e, se necessário, solicitar as adaptações ao setor responsável na IES;
VII. Orientar os demais atores pedagógicos para o apoio e acompanhamento aos estudantes público-alvo;
VIII. Realizar reuniões periódicas para verificar o desempenho acadêmico dos estudantes e traçar estratégias de apoio, quando for necessário;
IX. Estimular ações de inclusão e acessibilidade na IES.

Além dos recursos padronizados, como a disponibilização de leitores de tela nos computadores direcionados à utilização pelos estudantes e o profissional da Libras, quando solicitado, a IES oferece serviços e apoio, considerando as especificidades apresentadas pelo público assistido, como:

A. Auxílio de ledor e transcritor para a realização das provas – estudantes com deficiência visual ou outra condição que precise do recurso –, quando solicitado.
B. Provas em formato digital acessível – alunos com cegueira, usuários de leitores de tela, quando solicitado.
C. Provas com fonte ampliada – alunos com baixa visão –, quando solicitado.
D. Material em formato digital acessível para leitores de tela.
E. Profissional intérprete da Libras, quando solicitado.
F. Flexibilidade na correção de provas e atividades de estudantes com surdez.

G. Materiais de apoio – estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Deficiência Intelectual ou Transtornos Funcionais Específicos –, quando solicitado.

H. Estrutura arquitetônica adequada para a locomoção com autonomia e segurança de toda a comunidade acadêmica.

Plano de Apoio Educacional Especializado (AEE)

Os recursos indicados para proporcionarem uma melhor experiência ao estudante, são organizados por meio de um documento, que tem o nome de Plano de Apoio Educacional Especializado (AEE).

Para isso, é necessário que o NAID realize o cadastro do estudante junto ao NuEEI, via formulário online e envie ao núcleo a entrevista inicial com informações detalhadas sobre a trajetória escolar do estudante, suas condições de acesso a recursos de tecnologia assistiva, suas habilidades e dificuldades.

Com base nessas informações, o NuEEI elabora e compartilha o Plano AEE com NAID, que irá proporcionar ao estudante, as situações e recursos indicados.

Os Planos de AEE são direcionados aos estudantes que manifestam interesse. Portanto, caso não haja necessidade de uso de nenhum recurso pedagógico que viabilize a aprendizagem, caberá ressaltar a dispensa no próprio formulário online.

O contato permanente do NAID, com o NuEEI, possibilita a realização de adequações no Plano de AEE, quando verificada a necessidade. As ações também são acompanhadas por meio do Relatório Individual enviado para o NuEEI, pelo NAID, no fim de cada semestre. Deste modo, são pontuadas as ações realizadas e os ajustes necessários.

Figura 5 - Inclusão do Público-alvo da Educação Especial Inclusiva

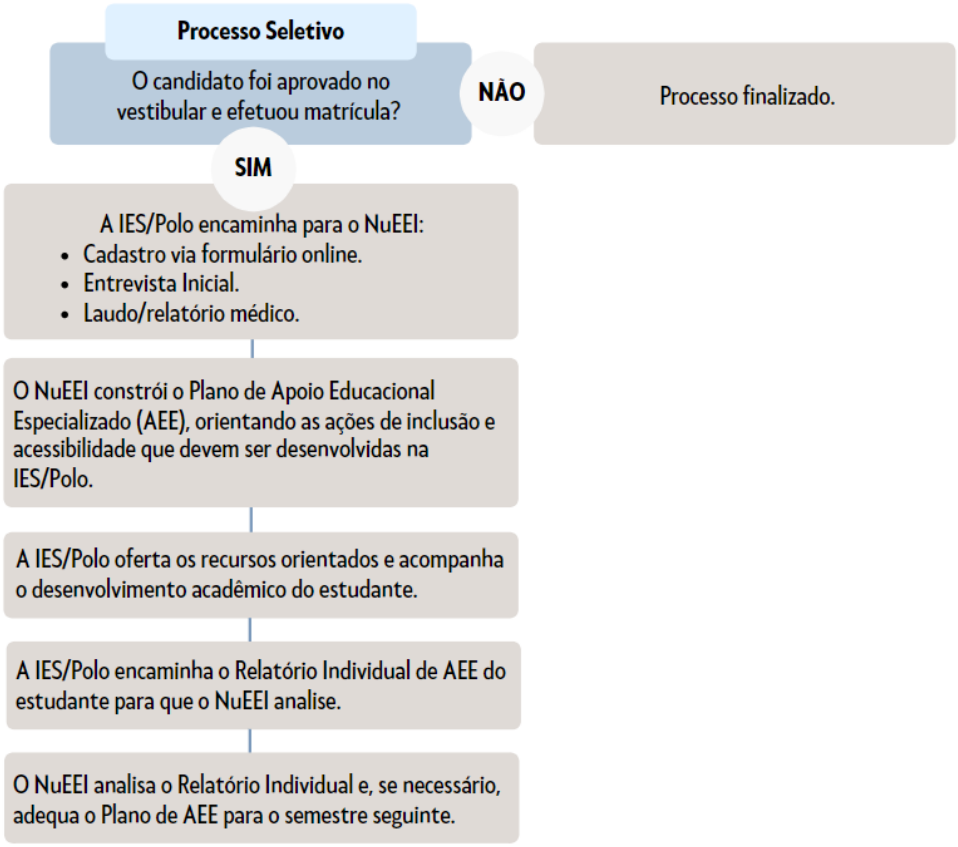
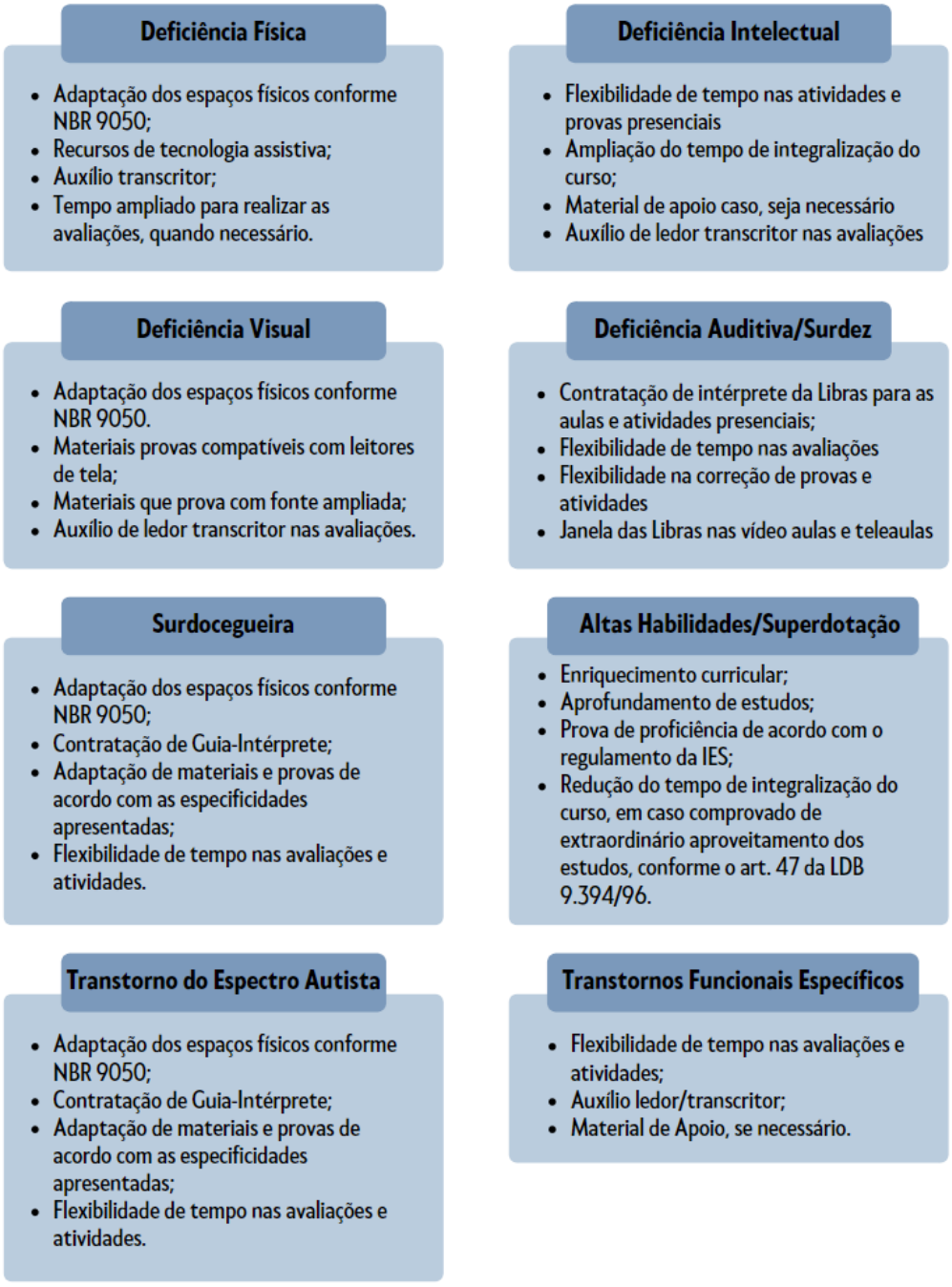


Figura 6 - Recursos ofertados ao Público-alvo da Educação Especial Inclusiva



Cabe ressaltar que todo este trabalho é pautado na da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência) que tem por objetivo, propiciar condições de acesso e equidade, no exercício dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência, por meio da inclusão social e por ações que permitam o seu acesso e desenvolvimento com autonomia.

Programas de participação em centros acadêmicos ou em intercâmbios

Os cursos apresentam como princípios gerais o respeito ao ser humano, entendendo-o como cidadão integrante da sociedade, portador de direitos e deveres, além do respeito às diversidades de pensamento e ideologias como possibilidades de crescimento individual e social. Em sua filosofia, inclui-se, além da preparação de indivíduos para o mercado de trabalho, a preocupação com a formação do indivíduo capaz de refletir e agir em busca de solução para problemas imediatos da sociedade, constituindo-se em um espaço privilegiado de transformação e conservação do saber, no qual se exercita a reflexão, o debate e a crítica, tendo como proposta explícita a liberdade, a igualdade, a autonomia de direitos, a democracia, a cidadania, a humanização e a sua existência social.

Nesse contexto, os alunos são incentivados pelo curso de Direito, por meio da coordenação de curso, a motivar os líderes de turma, os quais são eleitos a cada semestre letivo, a manterem essa atividade de forma contínua, dinâmica e renovável. Reuniões periódicas são agendadas pelo coordenador do curso com os líderes, quando são discutidas as diversas questões relacionadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, esportivas, científicas e culturais do curso. Ressalta-se que, periodicamente, a direção da instituição convida os alunos representantes de todos os cursos para discutirem questões institucionais de interesse da comunidade acadêmica.

Apoio aos centros acadêmicos (CA)

Os cursos apresentam como princípios gerais o respeito ao ser humano, entendendo-o como cidadão integrante da sociedade, portador de direitos e deveres, além do respeito às diversidades de pensamento e ideologias como possibilidades de crescimento individual e social. Em sua filosofia, inclui-se, além da preparação de indivíduos para o mercado de trabalho, a preocupação com a formação do indivíduo capaz de refletir e agir em busca de solução para problemas imediatos da sociedade, constituindo-se em um espaço privilegiado de transformação e conservação do saber, no qual se exercita a reflexão, o debate e a crítica, tendo como proposta explícita a liberdade, a igualdade, a autonomia de direitos, a democracia, a cidadania, a humanização e a sua existência social.

Nesse contexto, os alunos são incentivados por meio da coordenação de curso, a motivar os líderes de turma, os quais são eleitos a cada semestre letivo, a manterem essa atividade de forma contínua, dinâmica e renovável. Reuniões periódicas são agendadas pelo coordenador do

curso com os líderes, quando são discutidas as diversas questões relacionadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, esportivas, científicas e culturais do curso. Ressalta-se que, periodicamente, a direção da instituição convida os alunos representantes de todos os cursos para discutirem questões institucionais de interesse da comunidade acadêmica.

Intercâmbios

É de interesse do curso aprimorar o ensino, propiciando aos seus alunos a possibilidade de estabelecer e desenvolver relações com IES estrangeiras, pois a instituição entende que o contato com culturas distintas se constitui um importante mecanismo de desenvolvimento intelectual para os alunos.

O apoio ao intercâmbio é promovido pela instituição por meio do Programa de Bolsas de Mobilidade Internacional Santander Universidades, o qual possibilita a mobilidade internacional dos seus alunos, e tem por escopo propiciar aos alunos indicados pelas faculdades conveniadas a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras, realizando cursos em renomadas universidades integrantes do Programa. Considera-se muito importante o contato com culturas distintas e o estabelecimento de relações com IES localizadas em outros países, pois sabe-se que isso pode melhorar bastante a formação intelectual dos seus estudantes.

Os estudos e as atividades acadêmicas realizados pelos alunos nas IES de destino podem ser computados, para efeito de integralização curricular, como Atividade Complementar (AC), obedecendo ao disposto no Regimento da instituição.

3.12 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A autoavaliação institucional na unidade, gerida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), tem periodicidade anual, com o objetivo principal de produzir conhecimentos acerca da realidade da IES e de cada um de seus cursos de graduação, oferecendo subsídios para a tomada de decisão, com vista ao cumprimento de nossa missão.

O Projeto de Autoavaliação Institucional é o documento que norteia o processo de autoavaliação de toda a instituição e traz subsídios à autoavaliação do curso. Nele estão previstas as etapas de: sensibilização, coleta, análise e divulgação de resultados e elaboração de diagnósticos e planos de melhorias e apropriação de resultados, que são desenvolvidos por cada um dos segmentos da comunidade acadêmica periodicamente, em especial a Coordenação

de Curso, a qual utilizará os dados oriundos desse processo como indicadores fundamentais para a gestão do curso.

A sensibilização é uma etapa fundamental no processo de autoavaliação do curso, sendo realizada por meio de estratégias que visam demonstrar a importância do envolvimento de toda a comunidade acadêmica. Assim, são realizadas reuniões com líderes de turmas, professores, coordenadores e corpo técnico-administrativo, bem como são enviadas mensagens via WhatsApp, e-mail, vídeos informativos, cartazes, banners etc.

A coleta de dados da autoavaliação institucional é realizada por meio de instrumentos diversificados, considerando o papel a ser desempenhado pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica. O principal instrumento utilizado na avaliação interna são os questionários on-line do AVALIAR – Sistema de Avaliação Institucional, destinado a alunos, docentes, coordenadores de curso e funcionários administrativos, aplicados anualmente, entre os meses de outubro e novembro.

O modelo conceitual do AVALIAR contempla três dimensões: **Instituição** (Atendimento no Portal do Aluno; Atendimento Presencial; Gestão da Instituição; Transformação do Futuro do Aluno; Plataforma de Empregabilidade; NPS Instituição), **Curso** (Organização Didático-Pedagógica; Atuação do Professor; Atuação do Coordenador de Curso; Atuação dos Tutores; Formação do Concluinte) e **Infraestrutura** (Ambiente Virtual; Biblioteca; Laboratório de Práticas; Sala de Aula; Recursos de Acessibilidade e Espaço de Uso Comum). Há, também, informações sobre o perfil dos alunos e dos educadores. Os questionários do Avaliar são, anualmente, adequados ao contexto de desenvolvimento das atividades acadêmico-institucionais, com participação ativa da CPA e demais áreas de gestão nesse processo.

Visando ao pleno desenvolvimento dos temas relacionados ao curso, é importante o acompanhamento contínuo por parte da coordenação. Para verificar o engajamento dessa, foi criado um indicador com itens específicos sobre a atuação da Coordenação de Curso, com os seguintes aspectos: disponibilidade para orientação acadêmica dos alunos; promoção de inovações para melhorar a qualidade do ensino; atuação junto aos alunos com dificuldades no curso; atuação como mediador entre alunos e professores; divulgação de resultados do curso, nos conceitos do MEC, para os alunos.

Assim, o AVALIAR tem grande abrangência nos diversos segmentos envolvidos no dia a dia da instituição, gerando indicadores que permitirão ao curso identificar suas potencialidades e suas oportunidades de melhoria, à luz dos eixos/dimensões previstos no SINAES, conforme a Lei nº 10.861/2004 e a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014.

A análise dos dados colhidos possibilita conhecer as potencialidades e os desafios a serem enfrentados pela IES e pelos seus cursos. Dessa forma, ressaltamos mais uma vez que a autoavaliação é entendida como uma importante ferramenta de aperfeiçoamento de gestão, pois fornece subsídios para adotar e priorizar melhorias internas.

Os resultados do AVALIAR são divulgados aos estudantes por meio de reuniões da coordenação de curso e professores. É realizada também a divulgação individual aos professores, uma vez que o perfil destes é abrangido no questionário do sistema de avaliação. Os gestores dos demais setores da instituição, como biblioteca e Atendimento ao Aluno, também têm conhecimento dos resultados da avaliação por meio de relatórios e reuniões com a CPA e a coordenação de curso, para analisar dados que impactam diretamente a gestão do curso. Há, ainda, encontros com as lideranças internas (diretoria, coordenações de cursos, funcionários administrativos, representante da sociedade civil, representantes de turmas e CPA), conforme calendário divulgado pela CPA, para discutir as dificuldades e facilidades encontradas nos percursos das etapas, críticas e sugestões para aprimorar o processo, quais ações deverão ser implementadas para que os índices abaixo da média possam ser melhorados nas próximas avaliações, focando a melhoria da qualidade dos cursos e da IES. Destaca-se ainda que os indicadores de desempenho do coordenador são públicos e disponibilizados tanto no mural da IES como no site institucional.

Para complementar o processo de autoavaliação, também são utilizados os relatórios gerados pela Ouvidoria, canal que possibilita a comunicação da instituição com a comunidade interna e externa. Com isso, a Ouvidoria presta um serviço de atendimento de forma eletrônica com a finalidade de facilitar e agilizar o atendimento. As ações eletrônicas têm derrubado as barreiras da distância. E o papel da Ouvidoria é exatamente esse, de buscar a aproximação. Os formulários de registro de manifestações ficam disponibilizados através do site da Instituição. O endereço da Ouvidoria é amplamente divulgado, não só através do site, mas também nos canais de comunicação interna. Assim como o registro é feito através de um chamado de forma eletrônica, a devolutiva da manifestação é feita por meio eletrônico, através do e-mail do manifestante ou pela área reservada ao mesmo no Portal do Aluno.

Além disso, também como fonte complementar, utilizamos os dados do Canal Conecta. Esse canal integra a política de egressos da IES, pois, por meio das pesquisas de empregabilidade que abrangem também os egressos do curso, permite conhecer a evolução do desempenho dos alunos em suas carreiras, entender os efeitos da formação superior sobre suas vidas e retroalimentar as decisões no âmbito do curso. Além da Ouvidoria, as opiniões da

comunidade externa são também coletadas por meio das redes sociais e, ainda, por meio de questionários aplicados aos usuários dos serviços prestados pela IES.

As avaliações externas, realizadas pelo Inep/MEC, contribuem sobremaneira para os processos de autoavaliação e, por conseguinte, para a evolução da IES, uma vez que os resultados possibilitam traçar um panorama da qualidade do ensino. Também são utilizados os conceitos de avaliações in loco, ENADE, CPC, entre outras. Os resultados do questionário socioeconômico, considerando as questões gerais e aquelas relacionadas ao CPC, são analisados, e as ações são empreendidas em busca de melhorias. Os conceitos atribuídos nas avaliações *in loco* e as observações dos avaliadores são analisados e confrontados com as informações fornecidas pelo Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI) e demais documentos institucionais. Tais informações, consolidadas e articuladas com os dados da avaliação interna, passam a integrar o próximo relatório, que expressará o planejamento, a avaliação, os resultados e a eficácia da autoavaliação institucional, considerando as ações de avaliação e de desenvolvimento institucional.

Ademais, a fim de contemplar as particularidades do curso no processo de autoavaliação da IES, temos o Relatório de Autoavaliação do Curso (RAC), em que constarão os resultados do curso no Avaliar e nas avaliações externas, bem como o diagnóstico desses. O RAC é elaborado e atualizado pela Coordenação de Curso, com a contribuição da CPA para levantamento de indicadores, de modo a realizar um diagnóstico do curso, possibilitando aos interessados obterem resultados essenciais para o desenvolvimento e o cumprimento dos objetivos do curso. Isto é, a partir da análise dos resultados do curso, é possível verificar a eficácia e a efetividade do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com vistas ao seu aprimoramento. Para além dos resultados das avaliações internas e externas, visando à boa qualidade do processo de ensino-aprendizagem, são também realizadas reuniões com os docentes, a fim de discutir o desempenho dos alunos em provas, por exemplo, e de que forma o curso pode corrigir as fragilidades detectadas. No RAC, há também o Plano de Melhorias específico do curso. Esse documento sintetiza o processo avaliativo relativo ao período vigente, como instrumento de gestão, com objetivos, metas e ações estabelecidas de acordo com os resultados obtidos na autoavaliação.

O trabalho concernente ao processo de autoavaliação a ser desenvolvido pela coordenação de curso recebe orientação da CPA, com o propósito de que alunos, docentes, coordenadores, funcionários técnico-administrativos e sociedade civil se apropriem do processo de autoavaliação e percebam a importância desse como meio de aprimoramento do curso e da

IES. O processo de autoavaliação nesta IES é contínuo e respeita os ciclos avaliativos, a manutenção da qualidade de desenvolvimento das atividades, o contexto social da época e as necessidades da instituição e do curso. Todos esses fatores são considerados e a comunidade acadêmica e a comunidade externa, representada pelo membro da sociedade civil organizada, são fundamentais no processo de apropriação da autoavaliação institucional. Importa, assim, a participação efetiva de todas as pessoas, para que elas se apropriem desse processo e contribuam com suas perspectivas e opiniões. Todos esses olhares são fundamentais, e o que deles resulta permite à gestão da IES e do curso tomar decisões para melhorias contínuas.

3.13 Atividades de tutoria

As atividades de tutoria previstas no curso buscam atender com qualidade às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.

O tutor estabelece a conexão com os alunos, estando diretamente em contato com eles, pois são parceiros nessa construção do conhecimento. Seu papel é muito importante, pois terá a tarefa de dialogar diretamente com os estudantes e demais profissionais envolvidos no processo de formação dos alunos, compartilhando ideias e conhecimentos, levando às reflexões em torno do conteúdo proposto.

Para isto, o tutor se prepara para participar ativamente da mediação no processo pedagógico junto aos alunos, possuindo domínio do conteúdo que está vinculado, bem como dos recursos disponíveis com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dos materiais didáticos disponibilizados, colaborando e atuando no acompanhamento e apoio aos alunos em seu processo formativo.

Os tutores das disciplinas na modalidade a distância (Disciplinas Interativas) são responsáveis por realizar atividades de mediação do processo de ensino-aprendizagem, tendo como principais atribuições:

1. Conhecer a estrutura e o funcionamento das disciplinas interativas.
2. Participar das capacitações e dos treinamentos organizados pela coordenação.
3. Participar das reuniões periódicas com o coordenador responsável pela disciplina para orientações acerca do conteúdo da disciplina e dos critérios de avaliação do trabalho semestral.

4. Participar das web aulas, com a finalidade de conhecer e dominar os conteúdos programáticos para a devida orientação e acompanhamento dos alunos, interagindo com eles em cada atividade a ser realizada.
5. Conhecer e dominar os recursos e materiais didáticos utilizados na disciplina e no curso.
6. Orientar os alunos nas atividades do curso, acompanhando e prestando as orientações necessárias à sua realização.
7. Receber do coordenador as orientações sobre os temas dos trabalhos, bem como sobre os parâmetros de avaliação a serem adotados para a conceituação deles.
8. Avaliar e conceituar os trabalhos elaborados pelos alunos, de acordo com as orientações recebidas, oferecendo ao aluno o devido retorno sobre seu desempenho.
9. Participar ativa e diariamente no sistema de mensagens disponível no AVA do fórum de discussão, incentivando a reflexão dos alunos, tirando dúvidas e fazendo orientações acadêmicas e de conteúdo através da troca de mensagens.
10. Manter a coordenação da área informada sobre o andamento das atividades e sobre o desempenho dos alunos.
11. Organizar e encaminhar dúvidas mais frequentes para o coordenador de área.
12. Elaborar, junto ao coordenador de área, o cronograma de acompanhamento das atividades a serem realizadas no período letivo.
13. Acompanhar sistematicamente a planilha com o resumo da situação de cada aluno referente às atividades das disciplinas, bem como com o detalhamento de seu desempenho em cada atividade proposta.
14. Motivar os alunos para a necessidade de estabelecer rotinas de estudo independentes para a aprendizagem em colaboração, para a responsabilidade da autoavaliação, entre outras, com vistas a assumir com competência o controle de seu aprendizado.

Os tutores são alvo de avaliação pelos alunos no processo de avaliação institucional e também são avaliados por professores e coordenadores de área anualmente, de modo a identificar qualidades e fragilidades, possibilitando direcionar o tutor na definição de seu plano de melhorias e do planejamento de atividades futuras, de modo a articular, apresentar e realizar ações corretivas, quando necessárias e de melhoria e aperfeiçoamento das atividades de tutoria.

3.13.1 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

Os conhecimentos, as habilidades e as atitudes da equipe de tutoria estão implementados de modo adequado, permitindo que atividades e ações realizadas estejam alinhadas ao Projeto Pedagógico do Curso, articulando-se às demandas comunicacionais e tecnológicas utilizadas no curso.

Ante o uso de tecnologias da informação e comunicação, como o AVA e a Biblioteca Digital, o tutor possui conhecimentos e habilidades para o uso e a orientação junto aos alunos. As orientações e funcionalidades das TICs utilizadas no curso são repassadas por meio da formação pedagógica realizada semestralmente. Ademais, a Universidade Corporativa disponibiliza a todos os tutores cursos específicos para a familiarização e o uso das ferramentas tecnológicas utilizadas institucionalmente.

As atitudes também são enfatizadas na formação pedagógica, sendo sempre observado que o tutor as possua previamente, permitindo apenas seu aperfeiçoamento. Entre as atitudes almejadas, destacam-se a capacidade de comunicação fluída, a facilidade e o entrosamento com as novas tecnologias, a mediação e articulação de diálogos, a criatividade para inovações na mediação do processo de ensino-aprendizagem, entre outros.

Os tutores, como já mencionado, são avaliados anualmente e, após a devolutiva dos gestores, são responsáveis pela elaboração de plano de melhorias, o qual deve ser planejado e seguir um cronograma, para análise sequencial no ano posterior. Ademais, os alunos realizam a avaliação dos tutores na autoavaliação, que também ocorre de modo anual, sendo planejada e amplamente divulgada, destacando as melhorias necessárias, como a necessidade de capacitação do tutor, como também das atividades e ferramentas utilizadas.

3.14 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) representam um conjunto de recursos tecnológicos que auxiliarão nos processos informacionais e comunicativos como importante ferramenta para o atendimento às mudanças educacionais, para a melhoria da qualidade do ensino, do planejamento e da gestão dos processos educacionais.

Nesse contexto, o curso incorpora continuamente as TICs por meio de diversas ferramentas. Entre elas, podemos destacar o Livro Didático Digital (LDD) e os Audiobooks, que corresponde à versão em áudio do conteúdo de um livro didático digital, narrado vocalmente, seguindo a mesma estruturação do LDD.

Além das TICs que potencializam e enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, existem ferramentas que contribuem para facilitar a jornada acadêmica, oferecendo, com poucos cliques, tudo que o aluno precisa, ajudando a comunicar a este os principais marcos e acontecimentos do semestre e do seu curso.

Nesta linha, é oferecido o Portal Digital do Aluno (PDA). O PDA é um ambiente *cloud* e *mobile-first* (feito para ser exibido no celular), que utiliza design e técnicas digitais modernas, para oferecer ao aluno uma ótima jornada. Ele é estruturado em sete grandes blocos:

- Aprendizagem: área na qual é possível o aluno visualizar todas as disciplinas que está cursando, bem como ter acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), para acessar os conteúdos instrucionais.
- Organização para o estudo: área na qual o aluno encontra as tarefas que deve entregar semana a semana, com data de entrega e visualização de suas notas e faltas.
- Serviços de secretaria: nesta seção, o aluno pode requisitar os principais serviços de secretaria de forma on-line e simples.
- Oportunidades: nesta área, o aluno encontra oportunidades adicionais, como vagas de emprego oferecidas pelo Canal Conecta.
- Comunicação: neste local, são exibidas de forma personalizada, as principais comunicações importantes para a jornada acadêmica do aluno.
- Atendimento agendado: ambiente no qual o aluno pode agendar um horário para falar com o atendimento da unidade ou com o coordenador de curso.
- Guia do Aluno: neste local, o aluno tem acesso a um guia completo com as principais dúvidas.

Além do PDA, as TICs diretamente relacionadas à comunicação dentro da unidade são bastante diversificadas, envolvendo a Companhia e o conjunto de unidades. Haverá três grandes áreas na comunicação: a comunicação interna, direcionada a todos os colaboradores; a comunicação acadêmica, direcionada a diretores, coordenadores; e a comunicação direcionada aos alunos.

Na comunicação interna, são veiculados informes, comunicações, e-mails e programas, com o objetivo de divulgar informações fundamentais para o funcionamento da companhia como um todo, além da difusão de boas práticas e campanhas adotadas. São encontrados, nesta modalidade, o Portal Informa, o Boletim Informa, e-mails institucionais e de campanhas voltadas para os colaboradores, a Revista Conexão.

Na comunicação acadêmica são direcionadas informações e instruções para o funcionamento das unidades e dos cursos, envolvendo assuntos diretamente relacionados às competências da Diretoria Geral, Coordenação Acadêmica e Coordenação de Curso. O meio utilizado para esse fim é via e-mail, com o envio constante de comunicados acadêmicos, onde são divulgados: documentos, informes e outras orientações pertinentes à área acadêmica.

Além disso, no decorrer do semestre, ocorrem transmissões ao vivo, denominadas como Espaço Acadêmico. As transmissões abordam temas importantes, permitindo a interação em tempo real e o envio de perguntas sobre o assunto em questão.

No início de cada semestre, é organizado a Semana Acadêmica em todas as unidades. Neste evento ocorrem reuniões, momentos de debates, oficinas e atividades com o corpo docente, coordenação e direção, visando oferecer todas as informações necessárias, desde questões pedagógicas até institucionais, além de uma visão sistêmica da área acadêmica da IES a todos os atores envolvidos diretamente com o modelo de ensino-aprendizagem.

São direcionados e-mails e informes visuais em TVs quando a IES possuir esse mecanismo de comunicação. A informação também ocorre via afixação de avisos em painéis em salas de aula e em corredores da unidade, na biblioteca, em laboratórios e demais locais de convivência acadêmica. O coordenador de curso e os professores também auxiliam para que essa comunicação se torne mais efetiva em sala de aula.

Para os alunos calouros, ocorre uma semana de preparação e recepção nas unidades, com o repasse de todas as informações importantes, como o acesso ao PDA, ao AVA e à biblioteca virtual.

Acerca do Material Didático utilizado pela IES, o modelo acadêmico foi concebido a partir de metodologias atualizadas e aderentes às TICs centradas na autoaprendizagem, possibilitando o desenvolvimento da autonomia e da disciplina. Favorece, portanto, o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem modernos, contemporâneos e dinâmicos, primando pelo desenvolvimento de competências e habilidades alinhadas às demandas sociais e econômicas.

Desse modo, é possível compor um cenário de aprendizagem contemporâneo, inovador e motivador para as atividades acadêmicas de ensino, em que as interações midiáticas são incorporadas como recursos indispensáveis. Cabe destacar que, tão importante quanto a proposição dessas TICs no processo de ensino-aprendizagem, é a garantia da acessibilidade e do processo de assimilação e domínio delas. Para garantir acesso às TICs, o NUEEI realiza testes de acessibilidade e usabilidade com leitores de tela e orientará os setores responsáveis pelo desenvolvimento dos produtos. Além das orientações que visam às melhorias contínuas

nos sites, AVA e materiais, os alunos usuários de tecnologia assistiva são acompanhados, para que as possíveis dificuldades sejam sanadas. Com base nas dificuldades apresentadas, é possível avaliar e adequar os produtos às necessidades desse público, de modo a oferecer acessibilidade comunicacional e digital aos alunos da IES.

Nesse sentido, destaca-se a importância do corpo docente, do coordenador, do diretor e dos demais colaboradores no monitoramento da disponibilidade e no acesso a essas tecnologias na IES a qualquer tempo e local, efetivando acesso pleno aos recursos didáticos utilizados no curso.

Ainda no âmbito das TICS, podemos destacar o Canal Conecta, uma ferramenta avançada de conexão entre o aluno e o mercado de trabalho por geolocalização. O Conecta possui algoritmos sofisticados, os quais compreendem o perfil do aluno e utilizam inteligência de mercado para fazer a melhor conexão possível entre oferta de mão de obra (aluno) e demanda (organizações no mercado), suprindo ambos com a(s) melhor(es) alocação(ões) possível(is).

Há a retroalimentação realizada pelo Conecta sobre dados de aceitação e demanda dos empregadores. Além de oferecer o que os empregadores necessitam em relação ao perfil profissional, a retroalimentação também permite que as IES alinhem suas grades curriculares para atender às demandas de mercado com agilidade e flexibilidade.

3.14.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O espaço virtual AVA proporciona aprendizagem por meio de materiais didáticos, recursos e tecnologias disponibilizados para as disciplinas do curso. Nesse espaço, o aluno tem acesso a materiais interativos, como web aulas e livros digitais, dispõe de recursos de interação com sua turma e realiza atividades avaliativas e colaborativas. O aluno tem à sua disposição documentos relativos ao seu curso e às disciplinas, tais como manuais com regras avaliativas, cronogramas de interações e também o plano de ensino da disciplina. Desse modo, possibilita desenvolver a cooperação entre tutores, docentes e alunos, de forma colaborativa e reflexiva, no processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares e pesquisas adicionais de temas correlatos. O AVA é estruturado com foco na interação entre os usuários, dispondo de sistemas de comunicação e interação que permitem a rápida localização dos agentes envolvidos no processo de formação do aluno.

Desse modo, é possível compor um cenário de aprendizagem contemporâneo, inovador e motivador para as atividades acadêmicas de ensino, em que as interações midiáticas são incorporadas como recursos indispensáveis. Cabe destacar que, tão importante quanto a

utilização do AVA no processo de ensino-aprendizagem, é a garantia da acessibilidade e do processo de assimilação e domínio dela. Para garantir acesso ao AVA, o NuEEI realiza testes de acessibilidade e usabilidade e orienta os setores responsáveis pelo desenvolvimento do ambiente. O ambiente é totalmente responsivo e acessível, dispondo de uma estrutura preparada para adaptação das necessidades dos alunos e dos recursos utilizados por eles. Além das orientações que visam às melhorias contínuas no AVA, os alunos usuários de tecnologia assistiva são acompanhados, para que as possíveis dificuldades sejam sanadas. Com base nas dificuldades apresentadas, é possível avaliar e adequar o Ambiente às necessidades desse público, de modo a oferecer acessibilidade comunicacional, metodológica e instrumental aos alunos da IES.

Além disso, professores, tutores, NDE e coordenador de curso trabalham conjuntamente, de modo a garantir a acessibilidade metodológica e instrumental, visando à oferta de um modelo acadêmico isento de qualquer obstáculo quanto à acessibilidade metodológica, promovendo o desenvolvimento de métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem que acolhem e incluem seus alunos nas mais diferentes necessidades, seja por meio da oferta de instrumentos e ferramentas que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem, seja no desenvolvimento de ações e competências no campo teórico, prático, profissional, cultural e social, tais como a resolução de situações-problema reais, ações sociais, atividades em grupos, ações multidisciplinares, entre outros.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem é avaliado periodicamente, junto ao processo de autoavaliação realizada na IES, de modo anual, sendo verificados a acessibilidade, o funcionamento e os recursos junto aos alunos, sendo realizada a divulgação dos resultados em relatório próprio e destinado à equipe técnica responsável. Tal processo e divulgação de resultados acarreta a melhoria contínua e efetiva do AVA por meio da análise e do trabalho coletivo de Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleo Docente Estruturante (NDE), professores e alunos.

3.15 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A prática da avaliação do processo ensino e aprendizagem estará intrinsecamente relacionada a uma concepção do curso e ao propósito de uma instituição de ensino. Para a IES, a avaliação do processo ensino e aprendizagem terá como objetivo o desenvolvimento e a

autonomia do discente de forma contínua e efetiva e assumirá os seguintes pressupostos e princípios:

- Será um processo contínuo e sistemático: a avaliação não tem um fim em si mesma, é um meio, um recurso para acompanhar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, por isso não poderá ser esporádica ou improvisada. Deverá ser constante e planejada, ocorrendo ao longo de todo o processo, para reorientá-lo e aperfeiçoá-lo.
- Será funcional: funciona em estreita relação com as competências e habilidades estabelecidas pelas DCNs, atendendo ao perfil do egresso, pois é o alcance desses itens que a avaliação deve buscar.
- Será orientadora: indica os avanços e as dificuldades do aluno, ajudando-o a progredir na aprendizagem, orientando-o no sentido de atingir os objetivos propostos.
- Será integral: deve considerar o aluno como um ser total e integrado, analisando e julgando todas as dimensões do comportamento (elementos cognitivos, socioafetivos e psicomotores).

Diante do exposto, a IES entende que a avaliação será um processo interpretativo, baseado em aspectos qualitativos e quantitativos, que permitirá uma redefinição e reorientação para o alcance dos objetivos propostos. Como tal, constitui-se em um importante instrumento para orientar o processo pedagógico, fornecendo informações aos alunos, aos professores e à instituição sobre suas respectivas atuações. Desse modo, a prática da avaliação precisará cumprir funções, tais como:

- Diagnóstico: será importante para investigar os conhecimentos que o aluno possui antes de se introduzir um novo assunto.
- Acompanhamento: para saber se as competências e habilidades propostas para o processo ensino-aprendizagem foram alcançadas.
- Feedback: os resultados de avaliações terão caráter de mão dupla, fornecendo, aos alunos, informações sobre o seu desempenho acadêmico, e ao professor, os dados para avaliar sua ação didática.
- Promoção: a ascensão a um nível seguinte deverá ser consequência do alcance das competências, das habilidades e dos objetivos institucionais propostos, essenciais para o alcance do perfil projetado para o egresso.

O processo avaliativo do rendimento acadêmico do curso é regido pelas disposições gerais fixadas pelo Regimento Geral e pelos regulamentos dos procedimentos de avaliação do processo de ensino e aprendizagem utilizados no curso, que buscará ser coerentes com as

concepções teóricas, filosóficas e sociais que permearam o PPC. Haverá período de recuperação da aprendizagem para cada disciplina, nos termos definidos em norma específica.

De modo geral, a avaliação de aprendizagem do curso incidirá sobre a frequência e o rendimento escolar, mediante acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos. O processo de avaliação se traduzirá em um conjunto de procedimentos aplicados nas etapas formativa e somativa, objetivando, na primeira, a aferição da apreensão, pelo aluno, das competências e habilidades previstas no plano de ensino de cada disciplina, e na segunda, o consequente resultado.

Participarão das avaliações os alunos regularmente matriculados, e os critérios, definidos por disciplina e séries, estão dispostos em regulamentos específicos. De acordo com as diretrizes institucionais, a cada semestre letivo são divulgados os calendários acadêmicos, com a previsão dos períodos de avaliação.

A cada verificação de aproveitamento será atribuída uma pontuação, a qual comporá a nota final da disciplina.

A composição da pontuação será formada pelas avaliações formativas, as quais, somadas à avaliação oficial, originam a pontuação final de cada disciplina.

As avaliações formativas serão realizadas ao longo do semestre, durante o qual o professor deverá estabelecer um processo contínuo de avaliação, a fim de verificar o desempenho dos alunos, por meio de diversos procedimentos metodológicos, buscando avaliar, de forma individual e coletiva, tendo em vista as várias capacidades do aluno: cognitiva, motora, de relações interpessoais e de atuação. As avaliações contemplam diferentes mecanismos, tais como trabalhos em grupo, seminários, debates, pesquisas intra e extramuros, realização de entrevistas e vídeos, entre outros, de modo a permitir o desenvolvimento da avaliação formativa dos alunos durante todo o processo de aprendizagem.

A elaboração da avaliação oficial considerará o processo de aprendizagem dos estudantes por meio da avaliação do seu desempenho em relação aos conteúdos e às competências previstos nos planos de ensino aprovados.

A cada avaliação oficial realizada, o docente apresentará o gabarito com padrão de respostas e suas respectivas pontuações para cada questão, realizando a devolutiva aos alunos de modo a oferecer transparência sobre os critérios de avaliação como, também, propiciando o desenvolvimento da autonomia e apropriação de seu percurso de aprendizado, sendo adotadas pelos professores, a partir das avaliações realizadas, ações para a melhoria da aprendizagem.

Quando houver motivo justificado, o aluno terá o direito de realizar a avaliação de segunda chamada, ficando a mesma disciplinada conforme descrito no Regulamento de Avaliação da Aprendizagem Discente.

Os alunos serão considerados aprovados na disciplina quando obtiverem média final igual ou superior a 7(sete) Os alunos que não lograrem aprovação por meio dos critérios estabelecidos terão à sua disposição um exame final. A pontuação final será formada pela média aritmética, especificada em regulamente próprio.

Será considerado reprovado o aluno que não obtiver pontuação mínima nas avaliações e não apresente 75% de frequência às aulas e às demais atividades de ensino, em cada disciplina.

Importante destacar ainda que as avaliações são adaptadas, em formato acessível, para o público-alvo da educação especial, cabendo destaque para a disponibilização de provas em fonte ampliada e compatíveis com leitores de tela. Além do formato acessível, será relevante salientar: a ampliação de tempo para a realização da avaliação pelos alunos com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento e deficiência auditiva, e a flexibilidade de correção das avaliações.

A flexibilidade de correção visará respeitar a condição dos alunos, levando em consideração o processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, o Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NuEEI) orientará os professores sobre a valorização do aspecto semântico e do reconhecimento da singularidade linguística dos alunos com deficiência auditiva/surdez.

Sempre que solicitado, são disponibilizados profissionais para acompanhar os alunos no momento da realização das provas, quais sejam: intérpretes da Libras para alunos com surdez e ledor/transcritor para alunos com deficiência visual, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento (autismo, Síndrome de Rett e Síndrome de Asperger) e transtornos funcionais específicos (dislexia, TDAH etc.).

Mediante os aspectos apresentados, ocorre, uma avaliação com interdisciplinaridade em relação à matriz curricular do curso, garantindo o desenvolvimento e a autonomia das competências necessárias ao egresso.

3.16 Número de vagas

O número de vagas implantadas está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino da instituição.

O curso de Direito possui 150 vagas anuais autorizadas pela Portaria do curso. Para esse número de vagas, é disponibilizado um corpo docente e uma infraestrutura de qualidade.

4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso foi constituído de acordo com a Resolução CONAES n° 1, de 17 de junho de 2010. Ele é constituído por um grupo de docentes que exercem liderança acadêmica no âmbito do curso, a ser percebida na produção de conhecimentos, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição. A ata de constituição do NDE está disponível e arquivada na coordenação do curso.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por cinco professores do curso, a ser um deles o coordenador de curso. Esses professores estão em regime de trabalho de tempo parcial ou integral e possuem titulação *stricto sensu*. Importante ressaltar que a instituição, por meio do seu regimento, assegura a estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE, de modo a garantir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

O NDE do curso realiza reuniões periódicas, conforme atas disponíveis e arquivadas na coordenação do curso, para acompanhamento, estabelecimento das estratégias de consolidação e avaliação deste PPC. Para tanto, a coordenação do curso se reúne periodicamente com os líderes de turma e com os professores do curso, para avaliar fragilidades e fortalezas das disciplinas e seus planos de ensino. O resultado dessas reuniões, junto ao resultado das autoavaliações promovidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), serão discutidos com o NDE, que define estratégias de melhorias e adequações periódicas deste PPC, examinando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando a Diretriz Curricular Nacional e as novas demandas do mundo do trabalho.

O coordenador do curso, junto aos professores, realiza orientações aos alunos em sala de aula, e faz menção a partes e temas do PPC, de forma a integrá-los no contexto do documento e da organização do curso, de modo a estimular a participação da comunidade acadêmica como um todo no conhecimento e na apropriação do documento, permitindo o debate e o aperfeiçoamento, inter-relacionando essas informações com a análise detalhada dos resultados refletidos nos relatórios gerados pela CPA.

A versão atualizada e impressa do PPC está disponível, em local público e acessível.

COMPONENTES DO NDE

NOME COMPLETO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
ALAN JEFFESON LIMA DE MORAES	MESTRE	INTEGRAL
JOSANNE CRISTINA RIBEIRO FAÇANHA	DOUTOR (A)	PARCIAL
BILKIS MARIA BARBOSA	MESTRE (A)	PARCIAL
ROBSON MORÃO LOPES	DOUTOR	PARCIAL
NATÁLIA DE ANDRADE FERNANDES NERI	MESTRE	PARCIAL

4.2 Equipe multidisciplinar

Contamos com uma equipe multidisciplinar, composta por um conjunto de especialistas de áreas diversas, com o objetivo de conceber, produzir e disseminar tecnologias, metodologias e recursos de ensino-aprendizagem a distância.

Nossa metodologia de ensino foi criada especialmente para entregar conteúdos e materiais didáticos focados no aprendizado, na qualidade acadêmica, na empregabilidade e, consequentemente, na realização do projeto de vida dos alunos.

Desde o início da produção do material didático até sua finalização, os produtos passam por diferentes etapas, respeitando os prazos determinados e os parâmetros de qualidade estabelecidos pela instituição.

A participação de professores conteudistas, neste processo, é vital pois é ele quem oferece, além da sua expertise na sua área de conhecimento, informações a respeito do mercado de trabalho, contribuindo para a produção de um material contextualizado. Esta participação pode ocorrer a partir de chamadas públicas para um processo seletivo que tem como objetivo o desenvolvimento de materiais didáticos inovadores. São disponibilizados links na unidade, por comunicados via e-mail corporativo, na rede *LinkedIn* e em site divulgados na internet, em que o docente interessado, faz sua inscrição e inicia sua participação. São avaliadas, a partir de então, a sua formação e aderência às disciplinas que carecem da produção de material e a sua habilidade na produção escrita.

Temos uma equipe de consultores acadêmicos, advém das áreas de: Biológicas e Saúde; Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias, Exatas, Agrárias e Computação. Os consultores acadêmicos, prioritariamente mestres e doutores, têm experiência profissional e acadêmica, que lhes permitem pensar o desenvolvimento do conteúdo sob a perspectiva do professor e do aluno.

O consultor de conteúdo trabalha junto aos professores (autores) e revisores didático/metodológico, que garantem, respectivamente, a qualidade dos conteúdos e a qualidade metodológica da disciplina.

Na produção do material didático há intervenções específicas de revisores linguísticos/textuais, que preparam o material para envio à equipe de editoração integrada por diagramadores, designers gráficos e web designers, que desenvolvem os Materiais Digitais e as webs aulas. Os conteúdos desenvolvidos por essa equipe contêm recursos interativos que tornam o conteúdo mais atrativo para os alunos e passível de originar diversos objetos de aprendizagem disponibilizados aos alunos, professores e tutores.

Outra equipe de profissionais que integra este processo é a de multimídia, composta por jornalistas e designers, que desenvolve vídeos, matérias jornalísticas, games e simuladores para agregar conhecimento, interatividade e imersão à experiência de aprendizagem dos alunos.

Na etapa anterior a publicação do material, novamente, há a participação dos docentes para a validação dos conteúdos por intermédio do apontamento de possíveis inconsistências, erros ou na sugestão de melhorias por mecanismos utilizados pela instituição para este fim (Sistemas de inconsistências, rating dos materiais, contato com a equipe de consultores acadêmicos).

A disponibilização dos materiais didáticos finalizados é feita no Ambiente Virtual de Aprendizagem, por uma equipe técnica específica.

Também trabalhamos a retroalimentação do sistema de forma orgânica, pois temos Coordenadores Acadêmicos, distribuídos regionalmente, que possuem o escopo de garantir o fluxo de melhoria contínua com base nas contribuições recebidas da comunidade acadêmica na qual estão inseridos. A distribuição regional possibilita uma visão multifacetada e dialógica com as diversas regiões do país.

Todos estes profissionais trabalham em equipe e organizam-se em um plano de ação estabelecido entre si, com diálogo permanente, constante atualização e aperfeiçoamento transformando-se em elementos fundamentais no processo de ensino-aprendizagem para oferecer materiais de qualidade aos nossos alunos e professores.

4.3 Atuação do coordenador de curso

O coordenador de curso é designado pelo Diretor da instituição e deve catalisar, na gestão de seu curso, o comprometimento com uma visão clara e forte, estimulando padrões mais elevados de desempenho de todo o corpo docente e discente do curso.

Ele busca uma atuação com qualidade, principalmente considerando a relação com os docentes e discentes do curso, a fim de garantir a dinamização no processo de ensino-aprendizagem.

A relação do coordenador de curso com os tutores e a equipe multidisciplinar, igualmente, tem o objetivo de garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, constituindo-se em permanente diálogo, para aprimorarem e atualizarem a oferta didático-pedagógica aos nossos alunos.

Sobre a representatividade do coordenador de curso nos colegiados superiores, conforme prevê o regimento interno da instituição, o coordenador do curso preside o colegiado do curso, órgão deliberativo em matéria de natureza acadêmica operacional, administrativa e disciplinar.

Além disso, o coordenador pode atuar como representante do Conselho Superior da Instituição, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa em matéria de políticas e procedimentos, administrativa, disciplinar, de natureza didático-científica da Faculdade.

O coordenador também compõe e coordena o Núcleo Docente Estruturante, órgão consultivo do curso, constituído de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A relação do coordenador com os docentes e discentes do curso é avaliada por meio de questionário presente na autoavaliação, respeitando-se os indicadores de desempenho institucionais, sendo que os relatórios resultantes desse processo são analisados pela CPA da instituição, e a respectiva devolutiva é encaminhada à coordenação do curso. Baseado no resultado dos processos avaliativos realizado pela IES (por exemplo AVALIAR), é elaborado um plano de ação documentado e compartilhado, com vistas a melhorias permanentes do desempenho do coordenador na gestão do curso e identificando potencialidades do corpo docente do curso.

4.4 Regime de trabalho do coordenador de curso

4.4.1 Gestão do curso e relação com os docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar

As ações desenvolvidas pelo coordenador do curso buscam promover as potencialidades do corpo docente, favorecendo a integração e melhoria contínua.

O regime de trabalho previsto do coordenador é de tempo integral e possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar, quando necessário, e a representatividade nos colegiados superiores.

Em conformidade com o previsto no Regimento da IES, o coordenador de curso tem como funções, de modo geral, coordenar as atividades dos professores do curso; convocar e presidir as reuniões do colegiado de curso; elaborar, em consonância com o Diretor da IES, o planejamento estratégico do curso sob sua gestão; elaborar, implementar e acompanhar o orçamento do curso; gerenciar e responsabilizar-se pela coordenação dos processos operacionais, pedagógicos e de registro do curso.

Além disso, em sua relação com os docentes, discentes e tutores, busca manter o clima organizacional e motivacional do corpo docente e do corpo discente, procurando melhorias metodológicas de aprendizagem para implementá-las no curso.

Ainda, incentiva a frequência dos docentes e discentes, buscando a maximização da qualidade do trabalho dos docentes e estimulando a oferta e participação dos alunos em Atividades Complementares, eventos e cursos de extensão. O coordenador também estimula a participação dos alunos na avaliação institucional, promovendo ações de autoavaliação do curso. As demais atribuições do coordenador de curso estão descritas no Regimento da IES.

4.4.2 Representatividade nos colegiados superiores, plano de ação e indicadores de desempenho da coordenação

O coordenador do curso preside o colegiado do curso, órgão deliberativo em matéria de natureza acadêmica operacional, administrativa e disciplinar.

Além disso, pode atuar como representante do Conselho Superior da Instituição, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa em matéria de políticas e procedimentos, administrativa, disciplinar, de natureza didático-científica da Faculdade.

O Regimento Geral prevê a atuação do coordenador no que diz respeito a:

I. Coordenar a elaboração do projeto pedagógico do curso, a partir das diretrizes curriculares, acompanhando a implantação da infraestrutura necessária à sua execução, observando os padrões de qualidade fixados pelo MEC e pela Universidade.

II. Coordenar o planejamento e controlar as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e demais atividades complementares previstas no projeto pedagógico do curso, assegurando a sua integração e articulação vertical e horizontal.

III. Conduzir, com relação ao curso, conforme exigências do CNE/MEC e diretrizes emanadas das pró-reitorias respectivas, os processos de:

a) autoavaliação do curso;

b) reconhecimento e renovação de reconhecimento; e

c) Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE).

IV. Convocar e presidir o colegiado de curso e participar dos colegiados de que fizer parte.

V. Administrar, de forma ética, os relacionamentos, criando condições favoráveis ao desenvolvimento de um clima de respeito e cordialidade acadêmica entre os membros da comunidade universitária.

VI. Articular-se com o mercado de trabalho, para a constante adequação do curso e do processo seletivo dos seus candidatos às necessidades e exigências econômicas, políticas e sociais.

VII. Elaborar proposta de criação de cursos de formação técnica de nível médio, de graduação e projetos de pós-graduação, de extensão e ação comunitária, encaminhando à direção da Unidade respectiva, que providencia a remessa para as instâncias pertinentes.

VIII. Oficiar ao diretor da Unidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da data de ciência do fato, as ocorrências disciplinares passíveis de penalização.

IX. Promover o recrutamento e a seleção dos professores, em articulação com as pró-reitorias acadêmica e administrativa, com os diretores da Unidade e Faculdade, e com a coordenadoria de recursos humanos.

X. Supervisionar e subsidiar a avaliação docente, mediante a aplicação de instrumentos adequados, de acordo com o estabelecido pelo Projeto de Autoavaliação Institucional e legislação vigente.

XI. Promover as atividades de iniciação científica e pesquisa e implementar parcerias, visando ao desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)/Monografias e de Estágios Curriculares, em comum acordo com as respectivas pró-reitorias.

XII. Supervisionar e subsidiar a avaliação de desempenho discente, de acordo com os critérios de avaliação aprovados pelas autoridades universitárias.

XIII. Articular-se com o ensino médio, visando à integração entre esse nível de ensino e o curso sob sua coordenação.

XIV. Articular-se com a direção da Unidade, com vistas ao apoio técnico na apresentação de propostas, na elaboração de projetos e de instrumentos de controle e acompanhamento dos processos de trabalho relacionados ao seu curso.

XV. Apresentar, nos prazos fixados em instrumento próprio, o seu plano semestral ou anual de trabalho.

XVI. Cooperar com a direção da Unidade na solução das obrigações financeiras do corpo discente.

XVII. Adotar as providências necessárias ao funcionamento regular do curso e, em caso de urgência, as medidas que considerar pertinentes, mesmo que sujeitas à aprovação posterior das autoridades acadêmicas, às quais deve, de imediato, submeter a decisão tomada.

XVIII. Cumprir e fazer cumprir o calendário acadêmico e o Regimento Geral.

Através do AVALIAR, são fornecidos indicadores que permitem à IES identificar suas potencialidades e suas oportunidades de melhoria à luz dos eixos/dimensões previstos no SINAES, conforme a Lei nº 10.861/2004 e a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014.

A análise dos dados evidencia o processo sistêmico e contínuo de autoavaliação, com oportunidade de reflexão sobre o curso: potencialidades e desafios a serem enfrentados. A autoavaliação é entendida, assim, como uma importante ferramenta de aperfeiçoamento de gestão, pois fornece subsídios para adotar e priorizar melhorias internas. Portanto, após a devolutiva dos resultados para todos os segmentos envolvidos, os indicadores são analisados e, assim, é elaborado um diagnóstico do curso.

Com base no Avaliar, principal instrumento de coleta dos dados, e também a partir dos demais insumos complementares – Ouvidoria, Canal Conecta, acompanhamento do PDI, entre outros –, a coordenação do curso realiza análise quantitativa dos resultados. A coordenação de curso inicia a elaboração do **plano de melhorias** a partir da análise dos resultados da autoavaliação referentes ao curso. Identificadas as oportunidades de melhoria, elenca-se a hierarquia, com a definição das prioridades. Após esse alinhamento interno, ocorrem reuniões entre coordenação de curso, NDE, docentes, direção e outros setores que possam colaborar com a implementação das ações saneadoras. Delimitam-se os responsáveis pelas ações, estabelecendo-se objetivos, as estratégias, a divisão de tarefas e os prazos.

4.5 Corpo docente: titulação

O corpo docente do curso tem como um de seus objetivos o conhecimento e a análise dos componentes curriculares, articulando teoria e prática, demonstrando a relevância deles para a vida profissional do futuro egresso e que também proporcionem uma vivência acadêmica diferenciada para o aluno.

Tendo em vista o propósito e os valores da IES, que remetem para o objetivo de transformar o futuro das pessoas, o curso é organizado, e suas matrizes curriculares são configuradas para promover a relação entre as teorias essenciais e a prática profissional, a fim de formar os egressos com as competências necessárias para atenderem às demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

A análise e a construção de conteúdos curriculares contam com o apoio do corpo docente da IES, que fornece insumos à equipe multidisciplinar, atuando de modo colaborativo, objetivando oferecer conteúdos que proporcionem o desenvolvimento do raciocínio crítico no aluno, realizando seu relacionamento com a bibliografia e referências atualizadas na área com a sua indicação em cada unidade curricular, colaborando com o Núcleo Docente Estruturante no desenvolvimento e na melhoria constante do curso.

Por meio do desenvolvimento dos conteúdos e do uso da metodologia adotada pela IES, o corpo docente proporciona ao aluno a busca e o acesso à pesquisa de ponta, seja por meio dos materiais complementares em sala de aula, pela indicação bibliográfica, por meio da resolução de situações-problema, da investigação acadêmica e outras atividades, como extensão, objetivando sempre articular esses conteúdos de modo a atender aos objetivos da disciplina, possibilitando o desenvolvimento de competências que são necessárias ao futuro egresso.

Além disso, a IES busca promover capacitações permanentes do professor, através de oficinas para troca de experiências, palestras, seminários, cursos e da reflexão da própria prática e do perfil desejado para o docente. Cabe destacar que o ingresso na carreira docente é feito por meio de processo de seleção, mediante comprovação de títulos e banca examinadora, tendo por base as normas fixadas pelo Conselho Superior e o perfil profissional desejável para a execução do modelo acadêmico.

Segue a relação de docentes:

NOME COMPLETO	TITULAÇÃO
ALAN JEFFESON LIMA DE MORAES	MESTRE
NATALIA DE ANDRADE FERNANDES	MESTRE
ROBSON MOURÃO LOPES	DOUTOR
RENATA CAROLINE PEREIRA REIS	MESTRE
JOSANNE CRISTINA RIBEIRO FERREIRA FACANHA	DOUTORA
PATRICIA DE CASSIA BARROS DE SOUSA	ESPECIALISTA
BILKIS MARIA BARBOSA LIMA	MESTRE
SUELMA DIAS SILVEIRA	ESPECIALISTA
ROBERTA SILVA VASCONCELOS	MESTRE
AMANDA DOS SANTOS DA SILVA	ESPECIALISTA
ADELMANO WELLERSON DE SOUSA BENIGNO	MESTRE
CAROLINE LOUISE ALBUQUERQUE PEREIRA	ESPECIALISTA
ROSINALDO FRANCISCO ALVINO MENDES	ESPECIALISTA

4.6 Regime de trabalho do corpo docente do curso

O regime de trabalho do corpo docente proporciona o atendimento integral e pleno da demanda existente**,** considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, conforme documentação disponível.

O corpo docente realiza, entre suas atividades, a realização de atendimentos aos discentes, no caso de professores em regime de tempo integral, como também atividades relacionadas à extensão, monitoria, visitas orientadas, entre outras. O corpo docente também tem como atribuição a nobre função da docência, contemplando todas as atividades de sala de aula, elaboração de material didático complementar, planejamento didático-pedagógico do curso, elaboração e correção de avaliações, entre outras.

Conforme prevê o Regimento da IES, os docentes do curso podem compor o colegiado do curso, órgão deliberativo em matéria de natureza acadêmica, administrativa e disciplinar, bem como podem ser indicados para atuarem como representantes no Conselho Superior da instituição, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa em matéria de políticas e procedimentos, administrativa, disciplinar e de natureza didático-científica da IES.

Os docentes do curso também podem compor o Núcleo Docente Estruturante, órgão consultivo e deliberativo do curso, constituído de um grupo de docentes, com atribuições

acadêmicas de acompanhamento, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A atividade docente pode ser acompanhada de diversas formas, entre elas: através do plano de ensino, do desenvolvimento das pré e pós-aulas, dos resultados do AVALIAR e de informações da ouvidoria. Todas essas atividades são registradas documentalmente e de modo sistematizado, e estão presentes nas pastas individuais de cada docente, sendo utilizadas no planejamento e na gestão acadêmica e de curso, transformando-se também em um mecanismo para propositura de melhorias de modo contínuo.

No início de cada semestre, ocorre a Semana Pedagógica, reunindo corpo docente, coordenação e direção, e na qual são disponibilizados programas que visam oferecer todas as informações necessárias, desde questões pedagógicas até institucionais, além de uma visão sistêmica da área acadêmica da IES para todos os atores que estão envolvidos diretamente com o modelo de ensino-aprendizagem. Nesta semana, coordenadores e docentes constroem o planejamento estratégico do curso para o semestre vigente.

4.7 Experiência profissional do docente

A IES possui um corpo docente qualificado, com profissionais que reúnem tanto a experiência acadêmica como a profissional. Eles atuam em diferentes cenários profissionais, como demonstrado no Relatório de Estudo Quadro Docente, apresentando experiência no mundo do trabalho, as quais contribuem para propiciar aos discentes exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, relacionando-os com a aplicação das teorias ministradas.

O modelo acadêmico proposto considera que a sala de aula é um espaço de aprendizado dialógico, baseando-se em situações da realidade profissional e situações-problema que instiguem a reflexão-ação. Assim, o professor tem o papel de mediar o processo de ensino-aprendizagem, e o aluno passa a ser responsável pelo ato de aprender e de construir a trajetória de sua aprendizagem, em contraposição ao ensino tradicional, no qual o professor transmite uma gama de conteúdos e o aluno os absorve passivamente.

Dessa forma, os professores buscam atualizar-se com relação à teoria-prática, trazendo os conteúdos necessários para a resolução dos questionamentos apresentados na situação-problema e buscando conduzir os discentes a novos contextos, relacionando-os às experiências da prática profissional.

Para auxiliar o trabalho docente, a IES conta com a Biblioteca Virtual, espaço que facilita o acesso à informação científica e cultural, além de levar comodidade aos alunos e eliminar barreiras de espaço e tempo. É referencial de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, já que promove a difusão intelectual e periodicamente atualizada.

Além disso, a IES busca promover capacitações permanente do professor, através de oficinas para troca de experiências, palestras, seminários, cursos e da reflexão da própria prática e do perfil desejado para o docente. Cabe destacar que o ingresso na carreira docente é feito por meio de processo de seleção, mediante comprovação de títulos e banca examinadora, tendo por base as normas fixadas pelo Conselho Superior da IES e o perfil profissional desejável para a execução do modelo acadêmico.

4.8 Experiência no exercício da docência superior

O corpo docente possui experiência na docência superior para oportunizar ações que possibilitem identificar as dificuldades dos discentes; apresentar o conteúdo em linguagem aderente às características da turma e exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares; e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, fazendo uso dos resultados para redefinição de sua prática docente no período.

A experiência do corpo docente reflete-se, ainda, nas ações realizadas junto às atividades docentes, inerentes ao seu desempenho como mediador no processo de ensino-aprendizagem, compreendendo o desenvolvimento de ações e atividades que possibilitam a identificação das dificuldades dos alunos, seja por atividades pedagógicas e metodológicas empregadas na sala de aula, seja por mecanismos inovadores presentes nas TICs.

Os docentes ainda realizam atividades que proporcionam a aprendizagem junto aos alunos por meio das avaliações formativas e somativas, contribuindo para o desenvolvendo das competências necessárias e presentes no perfil profissional do futuro egresso. Essas ações auxiliam o docente a refletir sobre sua prática, indicando necessidades de redefinição ou difusão de boas práticas e ações pedagógicas junto ao corpo docente do curso, durante as reuniões de colegiado.

Em sintonia com os conceitos acadêmicos adotados, o curso incentiva seus docentes a buscarem estratégias de ensino-aprendizagem por meio de metodologias ativas que desenvolvam competências e habilidades necessárias ao egresso que se quer formar, como

possibilidade de desenvolvimento do pensamento, da autoanálise e da autoaprendizagem, essenciais à empregabilidade.

Por meio de situações propostas, didaticamente concebidas e organizadas para promover aprendizagens significativas e funcionais, o alvo constitui-se na geração das competências profissionais gerais e técnicas. Dessa forma, o modelo acadêmico proposto considera que a sala de aula é um espaço de aprendizado dialógico, baseando-se em situações da realidade profissional e situações-problema que instiguem reflexão e ação.

Assim, o docente utiliza da metodologia e de ferramentas metodológicas que permitam a exposição e apresentação do conteúdo com o uso de linguagem condizente ao alunado, fomentando a apresentação da realidade profissional ante seu contexto locorregional por meio da resolução de situações-problema alinhadas aos conteúdos presentes nas diversas disciplinas do curso.

Entre as competências elencadas pela IES, a liderança se destaca, uma vez que o docente é o mediador do processo de ensino-aprendizagem, desempenhando também o papel de incentivador junto às conquistas dos alunos.

Com o propósito de atualização e desenvolvimento profissional, ao se dedicar à produção acadêmico-científica, o corpo docente poderá ser reconhecido e recompensado com promoções internas, observando sua titulação, produção e desenvolvimento de atividades acadêmicas junto à IES.

4.9 Atuação do colegiado de curso

O colegiado do curso possui atuação e está regulamentado e institucionalizado, conforme Regimento, considerando a representatividade dos segmentos, a periodicidade das reuniões, o fluxo de encaminhamento de decisões, os registros, o acompanhamento e a execução de processos e as decisões e realização de avaliação periódica do desempenho e ajuste de práticas de gestão.

Representatividade dos segmentos

De acordo com o Regimento da Instituição, o colegiado de curso, órgão deliberativo em matéria de natureza acadêmica, administrativa e disciplinar, é constituído:

- Pelo coordenador de curso.
- Por 3 (três) representantes dos professores.

- Por 1(um) representante dos alunos, indicado por seu órgão representativo, que esteja regularmente matriculado no curso e que não tenha sido reprovado em nenhuma disciplina dentre as já cursadas.

Periodicidade das reuniões

As reuniões do colegiado do curso são realizadas, ordinariamente, uma vez por semestre. Reuniões extraordinárias podem ocorrer segundo normas do Regimento Interno.

Registro e encaminhamento das decisões

Nas reuniões do colegiado do curso, são produzidas as atas que, após lidas e acordadas, são assinadas e arquivadas para fins de registro documental da coordenação do curso. Após a realização das reuniões, com a discussão e aprovação dos pontos de pauta, os encaminhamentos são feitos pelo coordenador de curso após o término de cada reunião.

E, de acordo com o Regimento Interno da Instituição, compete ao colegiado de curso:

- Apresentar propostas relacionadas ao Projeto Pedagógico do Curso e acompanhar sua execução.
- Coordenar os programas de ensino e as experiências pedagógicas.
- Propor alterações na regulamentação da verificação do rendimento escolar, do trancamento de matrícula, da reopção de curso, da transferência e da obtenção de novo título, para decisão do Conselho Superior.
- Acompanhar a execução do regime didático e o cumprimento de programas aprovados.
- Emitir resoluções, normas complementares e ordens de serviço, dentro de sua esfera de competência.
- Propor práticas de diversificação e flexibilização curricular, ouvindo o NDE, quando couber, e estabelecer parâmetros para a consolidação da aprendizagem por todos os alunos do curso, inclusive aqueles com deficiência fisiológica ou psicológica, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- Analisar e aprovar, em primeira instância, alterações no Projeto Pedagógico do Curso, propostas pelo NDE, quando couber, e encaminhar o PPC para aprovação do Conselho Superior.
- Propor e implementar a autoavaliação no âmbito do curso em complemento à avaliação institucional.

- Deliberar sobre proposta do coordenador do curso para desligamento de discente da Faculdade, motivado por ato de indisciplina, contrário à lei ou que apresente risco à integridade física ou moral dos discentes, professores e empregados da Faculdade.
- Aprovar o plano acadêmico da Empresa Júnior, quando houver.
- Exercer outras funções na sua esfera de competência, de acordo com o Regimento Interno.

Componentes do colegiado de curso

NOME COMPLETO	REPRESENTAÇÃO
ALAN JEFFESON LIMA DE MORAES	Coordenador de Curso
JOSANNE CRISTINA RIBEIRO FAÇANHA	Docente
BILKIS MARIA BARBOSA LIMA	Docente
NATALIA DE ANDRADE FERNANDES NERI	Docente
IASSARA FERNANDA LOPES PINTO	Discente

Realização de avaliação periódica

Com base no Avaliar, principal instrumento de coleta dos dados, e também a partir dos demais insumos complementares, como Ouvidoria, a coordenação do curso realiza análise quantitativa dos resultados de modo periódico. A coordenação inicia a elaboração do documento de melhorias a partir da análise dos resultados da autoavaliação referentes ao curso, sinalizando os indicadores atrelados ao colegiado. Identificadas as oportunidades de melhoria, elenca-se o modo de implementação, observando também as ações de gestão. Após esse alinhamento, ocorrem reuniões entre coordenação de curso, NDE, docentes, direção e outros setores que possam colaborar com a implementação dos ajustes necessários, bem como com a divulgação das mudanças que foram implementadas.

4.10 Tutores

4.10.1 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância

A experiência do corpo tutorial permite fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica junto aos discentes e demonstrar inequívoca qualidade no relacionamento com os estudantes, incrementando processos de ensino-aprendizagem. Todos os tutores são constantemente capacitados para desenvolverem suas habilidades de mediação

no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), bem como aprimorar os processos de comunicação com os alunos. Além disso, eles dispõem de recursos que possibilitam o fomento a atividades complementares aos alunos, bem como leituras que contribuam para o processo formativo destes e enriqueçam o material disponibilizado nas disciplinas.

4.10.2 Titulação e formação do corpo de tutores do curso

O corpo de tutores possui formação em nível superior na área da disciplina, com titulação em pós-graduação lato sensu nas diversas áreas do saber. O vínculo às disciplinas dar-se-á através da aderência da área de formação do aluno em relação à área de formação do tutor. Nos semestres iniciais, nas disciplinas de formação geral, os tutores possuem formação com aderência nas áreas das disciplinas, de acordo com os conteúdos previstos para elas. Nas disciplinas intermediárias e profissionalizantes, os tutores possuem formação específica, de acordo com o curso.

4.10.3 Experiência do corpo de tutores em educação a distância

O advento de novas modalidades de ensino a partir de ferramentas digitais trouxe consigo alguns desafios. Um deles é disponibilidade, no mercado de trabalho, de tutores com experiência em educação a distância, contudo, buscamos suprir essa carência oferecendo capacitações e treinamentos. As capacitações, portanto, têm como objetivo oferecer aos tutores a experiência e oportunidade de conhecerem plenamente o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e desenvolverem as habilidades necessárias para atuar nessa plataforma de aprendizagem. Desse modo, tornam-se melhor preparados para atuar de maneira efetiva no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Importante destacar que coordenador e tutores do curso possuem acesso a relatórios do sistema acadêmico para acompanhamento do desempenho dos alunos e das turmas, através dos quais é possível identificar dificuldades e, com isso, planejar melhorias para o desempenho da tutoria. Além disso, a IES conta com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado ao público-alvo da educação especial, orientado pelo Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NuEEI), o qual, entre outras ações, assessora as IES quanto à necessidade de eliminação de barreiras que interferem nos diferentes espectros de acessibilidade e elabora o

Plano de Atendimento Educacional Especializado, com base nas necessidades acadêmicas dos estudantes.

Diante desse cenário, o curso possui tutores com experiência em cursos a distância.

4.10.4 Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso a distância

Há a interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso, estabelecendo a conexão por meio da mensageria disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem, pois são parceiros nessa construção do conhecimento. O papel de todos os atores é muito importante, pois eles têm a tarefa de dialogar diretamente com os estudantes, compartilhando ideias e conhecimentos, levando a reflexões em torno do conteúdo proposto.

Cada uma das disciplinas na modalidade a distância possui um professor definido, responsável por coordenar a respectiva equipe de tutores e acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos. A interação entre os atores é fundamental para que o processo de ensino-aprendizagem seja efetivo.

Nesse contexto, o tutor – seja ele presencial ou a distância – estabelece a conexão entre aluno e professor, estando diretamente em contato com ambos, uma vez que todos são parceiros na construção do conhecimento. Ele precisa estar próximo dos professores, para que consiga trocar saberes e auxiliar nesse processo. Com um importante papel, tem a tarefa de dialogar diretamente com os estudantes e professores, compartilhando ideias e conhecimentos, levando a reflexões em torno do conteúdo proposto. É importante que o tutor passe suas percepções e experiências aos professores para que eles, constantemente, possam sugerir alterar, modificar ou enfatizar algo. Os tutores a distância devem utilizar plenamente os recursos tecnológicos, a fim de manter aquecida a interação.

O processo de tutoria é avaliado no programa de avaliação institucional pelos alunos, e os tutores também participam de uma avaliação de desempenho anualmente, de modo a identificar qualidades e fragilidades, possibilitando direcionar o tutor na definição de seu plano de melhorias e do planejamento de atividades futuras, de modo a articular e apresentar ações corretivas, quando necessárias, e de melhoria e aperfeiçoamento das atividades de tutoria.

4.11 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

A instituição oportuniza meios para as publicações científicas de docentes e discentes através de Periódicos Científicos, do Encontro de Atividades Científicas e do Repositório Institucional, todos de acesso livre.

O Portal de Periódicos Científicos (<http://www.pgsskroton.com.br/seer/>) é um veículo acessível aos docentes e discentes da instituição, o qual disponibiliza revistas editadas em várias áreas do conhecimento, cada uma com ISSN próprio, indexação em Bases de Dados Nacionais e Internacionais e todas com indicador Qualis/CAPES.

O Encontro de Atividades Científicas (<http://pgsskroton.com.br/eac/>) é um evento em formato virtual, no qual docentes e alunos podem inscrever-se para apresentação de trabalhos, palestras e minicursos. Todos os trabalhos aprovados e apresentados no evento são publicados em anais.

O repositório institucional Banco de Produção Acadêmica e Intelectual (<http://repositorio.pgsskroton.com.br/>) é um espaço para publicação e consulta da produção intelectual de docentes e alunos em formato digital.

No curso Direito, o corpo docente possui docentes com publicações nos últimos 3 (três) anos.

5 INFRAESTRUTURA

A IES possui uma área destinada às instalações administrativas, as quais são compostas por diversos ambientes, conforme especificam as informações:

A IES possui uma área de 377,08 m² destinada às instalações administrativas, as quais são compostas por diversos ambientes, conforme especifica a tabela a seguir:

Sala	Localização	Dimensões (m²)	Capacidade
2	Térreo - Bloco A	107,22m²	100
214	2º - Bloco A	53,68m²	50
216	2º - Bloco A	53,68m²	50
218	2º - Bloco A	24,51m²	24
301	3º - Bloco A	61,52m²	50
302	3º - Bloco A	61,52m²	61
303	3º - Bloco A	61,52m²	60
304	3º - Bloco A	81,10m²	80
305	3º - Bloco A	60,98m²	60
306	3º - Bloco A	60,90m²	60
307	3º - Bloco A	61,51m²	62
308	3º - Bloco A	60,90m²	60
309	3º - Bloco A	60,50m²	60
310	3º - Bloco A	60,90m²	60
311	3º - Bloco A	81,10m²	70
312	3º - Bloco A	81,10m²	80
313	3º - Bloco A	81,20m²	80
314	3º - Bloco A	72,62m²	72
315	3º - Bloco A	61,52m²	50
316	3º - Bloco A	53,72m²	50
318	3º - Bloco A	53,30m²	50
319	3º - Bloco A	53,30m²	50
320	3º - Bloco A	53,30m²	50
321	3º - Bloco A	54,00m²	50
322	3º - Bloco A	54,10m²	50
323	3º - Bloco A	54,00m²	50
324	3º - Bloco A	53,72m²	50
325	3º - Bloco A	53,72m²	50
326	3º - Bloco A	54,00m²	50
327	3º - Bloco A	54,30m²	51
401	4º - Bloco A	100,45m²	100
402	4º - Bloco A	81,00m²	79

403	4º - Bloco A	81,25m²	82
404	4º - Bloco A	84,51m²	83
406	4º - Bloco A	100,45m²	91
407	4º - Bloco A	100,45m²	99
408	4º - Bloco A	81,00m²	79
409	4º - Bloco A	100,45m²	100
410	4º - Bloco A	100,45m²	100
411	4º - Bloco A	64,52m²	64
412	4º - Bloco A	64,52m²	64
413	4º - Bloco A	70,76m²	67
414	4º - Bloco A	61,51m²	59
415	4º - Bloco A	61,51m²	61
416	4º - Bloco A	64,52m²	64
417	4º - Bloco A	64,52m²	63
418	4º - Bloco A	81,00m²	74
419	4º - Bloco A	81,00m²	76
420	4º - Bloco A	61,51m²	61
421	4º - Bloco A	70,86m²	67
422	4º - Bloco A	61,51m²	57
423	4º - Bloco A	70,86m²	68
424	4º - Bloco A	64,52m²	64
425	4º - Bloco A	61,51m²	55
501	1º - Bloco B	81,00m²	74
502	1º - Bloco B	81,00m²	73
503	1º - Bloco B	105,20m²	100
504	1º - Bloco B	104,74m²	100
505	1º - Bloco B	104,73m²	100
506	1º - Bloco B	105,46m²	100
507	1º - Bloco B	81,00m²	80
509	1º - Bloco B	81,00m²	81
510	1º - Bloco B	81,00m²	80
511	1º - Bloco B	81,00m²	80
512	1º - Bloco B	81,00m²	78
513	1º - Bloco B	81,00m²	80
514	1º - Bloco B	71,33m²	65
601	2º - Bloco B	70,65m²	72
602	2º - Bloco B	81,00m²	80
603	2º - Bloco B	81,00m²	80
604	2º - Bloco B	105,45m²	100
605	2º - Bloco B	70,65m²	72
606	2º - Bloco B	105,45m²	100
607	2º - Bloco B	70,65m²	76
608	2º - Bloco B	84,51m²	79
609	2º - Bloco B	70,63m²	65

610	2º - Bloco B	70,65m²	72
611	2º - Bloco B	84,51m²	79
612	2º - Bloco B	84,51m²	82
613	2º - Bloco B	70,68m²	74
614	2º - Bloco B	70,69m²	77
615	2º - Bloco B	81,00m²	76
701	3º - Bloco B	70,71m²	70
702	3º - Bloco B	70,72m²	71
703	3º - Bloco B	81,00m²	69
704	3º - Bloco B	70,74m²	70
705	3º - Bloco B	70,75m²	71
706	3º - Bloco B	70,76m²	69
707	3º - Bloco B	70,77m²	71
708	3º - Bloco B	70,78m²	73
709	3º - Bloco B	84,51m²	80
710	3º - Bloco B	70,80m²	70
711	3º - Bloco B	70,81m²	77
712	3º - Bloco B	70,82m²	71
713	3º - Bloco B	70,83m²	72
714	3º - Bloco B	70,84m²	71
715	3º - Bloco B	70,85m²	73
716	3º - Bloco B	70,86m²	72
801	4º - Bloco B	71,08m²	80
802	4º - Bloco B	81,00m²	80
803	4º - Bloco B	81,00m²	78
805	4º - Bloco B	84,51m²	82
807	4º - Bloco B	105,89m²	100
808	4º - Bloco B	105,89m²	100
809	4º - Bloco B	105,89m²	100
811	4º - Bloco B	71,08m²	65
812	4º - Bloco B	70,86m²	67

Fonte: Dados Institucionais.

Todos os ambientes da IES seguem as premissas previstas na Política de Gestão Patrimonial e no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços. Os serviços de limpeza e jardinagem são terceirizados e contam com o acompanhamento da equipe gestora da IES.

5.1 Espaço de trabalho para professores em tempo integral (TI)

Os espaços de trabalho para professores em tempo integral buscam atender com qualidade aos seguintes aspectos: disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e

comunicação em função do número de professores; privacidade para o uso destes recursos; atendimento aos alunos; guarda de material e equipamento pessoal; dimensão; limpeza; e segurança.

Nesses ambientes, são disponibilizados recursos tecnológicos, para os professores em regime de tempo integral, como computadores, com o uso de login específico para acesso aos sistemas e à rede da IES e disponibilizada rede Wi-Fi para aqueles que trazem seus computadores.

Este espaço também conta com mobiliário com fechaduras ou trancas, que permitem a guarda de material didático, livros e demais equipamentos pessoais que o professor deseje utilizar em suas aulas e orientações.

O espaço foi construído de modo a atender a um dimensionamento que permita o trabalho docente, como também de outras atividades pedagógicas, como orientações e atendimentos de alunos, contando com acessibilidade arquitetônica, segurança e privacidade.

A manutenção do espaço é realizada por uma equipe de limpeza, objetivando a conservação e manutenção diária do espaço na IES.

5.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e para serviços acadêmicos

O espaço destinado às atividades de coordenação promove a integração e a convivência entre todos os professores e coordenadores e servir de ponto de atendimento aos alunos que necessitam de algum contato com coordenadores.

Cada coordenador possui um espaço individual, contando com computador, arquivos, Internet e telefone. São disponibilizadas senhas para acesso a todos os sistemas.

As instalações destinadas ao coordenador possibilitam o atendimento privativo individualizado e também de pequenos grupos de alunos, observando normas de acessibilidade arquitetônicas.

A sala do coordenador possibilita o atendimento privativo individualizado e também de pequenos grupos de alunos, observando normas de acessibilidade arquitetônicas. Para o atendimento de alunos, foi desenvolvido um sistema eletrônico de agendamento junto ao coordenador de curso, observando sua disponibilidade em conformidade com a carga horária disponibilizada para a gestão, que deve atender o aluno ou grupo e anotar a demanda apresentada e a orientação fornecida, de modo a registrar as solicitações e identificar possíveis dificuldades ou necessidades de melhorias de processos burocráticos, de gestão e acadêmicos.

O agendamento eletrônico consiste em uma tecnologia diferenciada, que otimiza o trabalho do coordenador em suas atribuições de gestão e acadêmicas, permitindo maior atuação junto aos alunos e professores. A realização da limpeza das salas é diária, realizada por uma empresa terceirizada, com iluminação artificial e natural, com ventilação por meio de ar-condicionado, com segurança contra incêndio. Há funcionário do administrativo que dão suporte aos coordenadores.

5.3 Sala dos professores

A convivência e cooperação são condições importantes no cotidiano dos professores de todos os cursos, as quais, na medida em que se busca a melhoria da qualidade interpessoal e intrapessoal, podem desenvolver e aperfeiçoar competências na perspectiva de viver juntos e, a partir da troca de experiências, terem um desempenho melhor no processo de ensino-aprendizagem.

Neste processo, o que se pretende com o Apoio Acadêmico é resgatar e valorizar atitudes e comportamentos mais humanos e cooperativos, para que surjam inovações e atividades de aprendizagem conjuntas entre os professores dos diversos cursos.

A sala coletiva proporciona, ainda, o descanso aos professores entre os períodos de aula e de outras atividades, como também atividades de lazer e de integração, pois conta com espaços, que incentivam as conversas e trocas de ideias.

Na sala dos professores, são disponibilizados recursos de informação e comunicação, na proporção adequada para atender a todos os discentes que utilizarão a sala de modo diária, tais como equipamentos de informática, sendo ainda disponibilizada rede Wi-Fi para aqueles que trazem seus computadores portáteis.

A sala coletiva proporciona, ainda, o descanso aos professores entre os períodos de aula e de outras atividades, assim como atividades de lazer e de integração, pois conta com mesas para reunião e sofás, que incentivam as conversas e trocas de ideias.

Também é fornecido mobiliário para guarda de matérias e equipamentos pessoais dos professores, permitindo melhor planejamento do professor e conforto no momento das atividades docentes.

Esse espaço coletivo ainda conta com a presença de pessoas que compõem o corpo técnico-administrativo da IES, que auxiliam os professores nas atividades rotineiras, como impressão de material de apoio, registro acadêmico, acesso aos sistemas e na mediação junto à secretaria.

O Apoio Acadêmico da Faculdade Luiz possui iluminação artificial, acústica, refrigeração com ar-condicionado e condições de acessibilidade, nos moldes elencados no item 3.2, Limpeza e conservação.

5.4 Salas de aula

As salas de aula possuem uma estrutura adequada e confortável para o acolhimento dos alunos ingressantes, permitindo a acomodação de seus alunos. A IES possui uma área de 11589 m² destinada às salas de aula, totalizando 193 salas. As salas de aula estão equipadas com ventiladores, exaustores de ar e ar-condicionado, para um maior conforto. Elas são limpas diariamente e estão preparadas para atender aos requisitos de acessibilidade plena. Contam, ainda, com quadro negro/branco, computador de mesa, monitor, teclado, mouse, projetor multimídia (*data show*) e cadeiras almofadadas.

Elas possuem configurações espaciais distintas, as quais proporcionam um uso flexível, permitindo rápidas e simples ações que concedem alterações no uso da sala de aula, seja por meio de trabalhos em grupo, trabalhos com metodologias diferenciadas, uso de recursos tecnológicos compartilhados e em constante movimentação, entre outros.

Também estão disponíveis para utilização em sala de aula uma televisão com DVD e videocassete e telão, que podem ser solicitados previamente pelos docentes.

A manutenção das salas de aula segue a política de manutenção, sendo realizada por equipe técnica contratada e diariamente.

5.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A IES possui laboratórios de informática, com computadores de mesa, scanner e softwares, atendendo plenamente ao número total de usuários, possuindo velocidade de internet via banda larga de, contando com Wi-Fi nas salas de aula, refrigeração com ar-condicionado, conforto, limpeza e conservação dos espaços físicos e equipamentos.

A atualização de equipamentos e softwares é feita através de trabalho conjunto entre diretoria, coordenadores e professores da unidade, visando ofertar novas tecnologias e equipamentos modernos aos seus discentes. Este trabalho é realizado no início de cada semestre, obedecendo à Política de Atualização de Equipamentos e Softwares.

Há total adequação do espaço físico com condições de acessibilidade nos moldes elencados no item 3.2, eliminando as barreiras arquitetônicas, metodológicas, atitudinais, de comunicação e digital.

A qualidade dos laboratórios de informática é item a ser mensurado pelos alunos, anualmente, na avaliação institucional, objetivando oferecer sempre uma boa infraestrutura e acesso a equipamentos de informática de qualidade, adequados e propícios para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e à futura profissão.

A política de atualização de equipamentos e softwares segue o que está previsto na Política de Gestão de Laboratórios.

A IES possui 14 laboratórios com capacidade para 40 alunos cada, com 40 computadores de mesa, *scanner*, *softwares*, atendendo plenamente o número total de usuários, possuindo boa velocidade de internet via banda larga, contando com *wi-fi* nas salas de aula, refrigeração com ar-condicionado, limpeza e conservação dos espaços físicos e equipamentos.

A atualização de equipamentos e softwares é feita através de trabalho conjunto entre a diretoria, os coordenadores e os professores da unidade, visando ofertar novas tecnologias e equipamentos modernos aos discentes. Esse trabalho é realizado no início de cada semestre, obedecendo à Política de Atualização de Equipamentos e Softwares.

Há total adequação do espaço físico com condições de acessibilidade nos moldes elencados no item 3.2, eliminando as barreiras arquitetônicas, metodológicas, atitudinais, de comunicação e digital.

A qualidade dos laboratórios de informática é item a ser mensurado pelos alunos, anualmente, na avaliação institucional, objetivando oferecer sempre uma boa infraestrutura e acesso a equipamentos de informática de qualidade, adequados e propícios para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e à futura profissão.

5.6 Biblioteca

A biblioteca da IES tem como objetivo atender toda comunidade acadêmica em suas necessidades bibliográficas e informacionais, dando suporte ao desenvolvimento dos cursos oferecidos nas unidades, estimulando o autodesenvolvimento de seus membros, a pesquisa científica e a informação através do conhecimento.

Nossa biblioteca busca caminhos inovadores e produtivos para apoio no processo de ensino e aprendizagem tanto na modalidade presencial quanto à distância, e, principalmente, oferecer aos estudantes de ambas as modalidades oportunidades iguais de acesso às fontes de informação.

Com base no novo cenário educacional que se apresenta, a biblioteca vem buscando novas abordagens e modelos na prestação dos serviços informacionais e de referência, além da disponibilização de novas ofertas de produtos.

Pautada pela inovação e pelo propósito de transformar a vida das pessoas por meio de uma educação de qualidade, a biblioteca possui como missão “Garantir à comunidade acadêmica acesso de qualidade ao conhecimento, dando suporte as atividades educacionais e científicas, visando formar cidadãos críticos com habilidades e conhecimentos necessários para o desenvolvimento da sociedade”.

Os serviços oferecidos pela biblioteca compreendem:

- Empréstimo domiciliar;
- Consulta local;
- Reserva local e online;
- Renovação local e online;
- Serviço de referência especializado presencial e virtual;
- Serviços específicos ao portador com deficiência;
- Orientação aos alunos na normalização de trabalhos acadêmicos;
- Visitas orientadas;
- Treinamento para acesso e uso das bases de dados;
- Empréstimo entre Bibliotecas (EEB);
- Dicas de leituras, *lives* e normalização bibliográfica, via Biblioteca Interativa; e
- Elaboração de ficha catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso;

A biblioteca recebe ainda, suporte e apoio da Biblioteca Corporativa para assuntos relacionados a infraestrutura, orientação para as necessidades de acessibilidade, treinamento sobre novos produtos e serviços disponíveis na Biblioteca Virtual. Para facilitar e motivar os alunos no acesso aos e-books, periódicos científicos, jornais e revistas, são disponibilizados tutoriais e treinamentos com orientações de acesso às bases de dados, visando capacitar o time de bibliotecários e atendentes, com o objetivo de torná-los multiplicadores e, por consequência, realizar a orientação e o repasse informacional a alunos e professores.

O horário de funcionamento da biblioteca da IES busca atender toda a necessidade da comunidade acadêmica, adequando-se à realidade da Unidade.

Horário de Funcionamento da Biblioteca
O horário de funcionamento da biblioteca da IES atende à necessidade da comunidade acadêmica, adequando-se à realidade da unidade. Assim, a Biblioteca funciona, nos horários descritos abaixo: de segunda a sexta entre 08:00 e 22:00, e aos sábados, funciona das 08:00 até 15:00.

5.6.1 Acervo

O acervo físico da biblioteca da IES é totalmente automatizado pelo Sistema Pergamum que contempla os seguintes módulos: circulação, usuários, catalogação, relatórios e aquisição. Além disso, o catálogo online, está disponível para consulta cujo acesso se dá pelo site institucional da IES, pelo site da Biblioteca Virtual, pelas redes sociais da biblioteca e pelo portal do aluno e dos professores, possibilitando a recuperação da informação, através de buscas simples e avançadas.

O processo de empréstimo no balcão de atendimento é realizado presencialmente, mediante apresentação de carteira de identidade estudantil, ou documento oficial com foto, válido em território nacional. Também é possível realizar reservas e renovações de empréstimos presencialmente, em nossa biblioteca, ou virtualmente via catálogo online. O *Pergamum* possui diversos serviços online, dentre estes, o serviço de alerta que informa sobre a disponibilidade do material reservado.

O processamento técnico do acervo é feito de acordo com padrões bibliográficos, adotando as regras de catalogação Anglo-Americano (AACR2) e o sistema padrão de classificação bibliográfica: Classificação Decimal Dewey (CDD) ou Classificação Decimal Universal (CDU). O preparo físico dos livros é feito pela aplicação da identificação patrimonial (número de exemplar) e de etiquetas contendo o número de chamada na lombada do livro e as informações de aquisição do produto.

A atualização do acervo é feita através de um trabalho conjunto entre a Biblioteca Corporativa, bibliotecários líderes, coordenadores e professores da unidade, em função das bibliografias adotadas nos Planos de Ensino e devidamente validadas pelo NDE – Núcleo

Docente Estruturante. Este trabalho é realizado no início de cada semestre, obedecendo o Plano de atualização e expansão do acervo.

São analisados e indicados títulos de abrangência temática, distribuídos entre as principais áreas do curso. Para isto, o ponto de referência é o Projeto Pedagógico dos cursos. Os títulos são adquiridos a partir da implantação do Curso nas unidades e são renovados periodicamente. Outras indicações podem ser feitas no decorrer do Curso, mediante necessidade e adequação.

Todas as aquisições da biblioteca estão documentadas por notas fiscais e/ou termos de doações (originais ou cópias autenticadas disponíveis na unidade).

Acervo geral das bibliotecas

Área do Conhecimento (e-book)	Quantidade de Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	137.972	736.542
Ciências da Saúde	76.568	390.471
Ciências Sociais Aplicadas	610.204	2.872.616
Ciências Humanas	256.221	592.368
Engenharias	48.393	313.448
Linguística, Letras e Artes	177.229	470.808
Ciências Biológicas	62.479	298.061
Ciências Agrárias	24.517	73.935
Multidisciplinar	1.501	15.935
Outros	1.510	7.763
Total	1.396.594	5.771.947

Fonte: Dados institucionais.

5.6.1.1 Automação do acervo

O acervo do Sistema de Bibliotecas é totalmente informatizado pelo sistema *Pergamum*, no que diz respeito ao processamento técnico, trabalhos de circulação de materiais, usuários, unidades organizacionais (cursos), catalogação, aquisição, parâmetros, relatórios e à consulta ao catálogo on-line.

5.6.2 Bibliografia básica e complementar por Unidade Curricular (UC)

As bibliografias básicas, complementares e de periódicos se encontram disponíveis na Biblioteca Virtual, por meio de contrato formalizado com diferentes bases de dados/fornecedores,

que ofertam aos nossos usuários acesso simultâneo, ilimitado e de forma remota, por meio de qualquer dispositivo móvel. A métrica de títulos para a bibliografia básica e complementar dos cursos, disponível na Biblioteca Virtual, é de quatro títulos constantes na bibliografia do curso, sendo indicados três e-books e um periódico para cada disciplina. O acervo físico de bibliografias básicas e complementares estão integralmente informatizados e tombados junto ao patrimônio da IES.

A atualização do acervo é feita através de um trabalho conjunto entre a Biblioteca Corporativa, bibliotecários líderes, coordenadores e professores da unidade, em função das bibliografias adotadas nos Planos de Ensino e devidamente validadas pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante. Este trabalho é realizado no início de cada semestre, obedecendo o Plano de Atualização e Expansão do Acervo, priorizando a atualização por meio de novos títulos ou atualizações pelas bases de dados disponíveis na Biblioteca Virtual.

Com o objetivo de assegurar e garantir acesso ao conteúdo, a IES conta com um plano de contingência, desta forma, demonstra sua preocupação e seu cuidado em garantir aos seus alunos acesso ao conteúdo de forma irrestrita por 7 dias da semana e 24 horas por dia.

5.6.3 Biblioteca Virtual

A Biblioteca Virtual se constitui de um espaço que visa promover o acesso à informação científica e cultural.. É referencial de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, já que promove a difusão intelectual e acadêmica. Essa ferramenta é composta por bases de dados, e-books, periódicos de acesso livre, teses, monografias, artigos l, Regulamento, Fale Conosco, Biblioteca Interativa, serviços de referência virtual e, inclusive, orientações quanto ao acesso às bases de dados e à orientação na elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Atualmente, a Biblioteca Virtual disponibiliza aos seus alunos, professores e colaboradores de forma geral títulos de e-books, jornais e periódicos científicos, nas diversas áreas de conhecimento oferecidas pela instituição, com acesso livre e de forma remota Desta forma, auxilia na aprendizagem, permite o acesso simultâneo a vários usuários e amplia a coleção bibliográfica do acervo de forma significativa e com atualização diária.

Destacamos, ainda, que a instituição possui, hoje, na Biblioteca Virtual, um acervo para suportar toda a bibliografia básica e complementar, ofertando aos seus usuários acesso

simultâneo, de forma remota através de qualquer dispositivo móvel, atendendo a todos os alunos e professores da IES, sejam alunos do presencial, EAD ou da pós-graduação.

Acrescentamos que a Biblioteca Virtual possui, ainda, com conteúdo que os alunos podem imprimir 100%, caso o desejem, como no caso dos periódicos científicos, jornais e revistas; e 10% dos conteúdos disponíveis em e-books, conforme prevê a legislação brasileira relacionada aos direitos autorais. Além de acesso aos conteúdos produzidos pela própria IES.

Para o portador de deficiência visual, a Biblioteca Virtual possui o software *Read Speaker*, que transforma o texto em áudio e efetua a tradução, se for necessário.

5.6.3.1. Plano de contingência

Com o objetivo de assegurar e garantir acesso ao conteúdo, a IES conta com um plano de contingência, desta forma, demonstra sua preocupação e seu cuidado em garantir aos seus alunos acesso ao conteúdo. O Plano conta com as informações relativas a quais ações devem ser tomadas para restabelecer o acesso às bases de dados caso ocorra alguma contingência que impeça o acesso do aluno ao material.

5.6.3.2 E-books

A Biblioteca Virtual contempla bases de dados de e-books que oferecem milhares de títulos para seus usuários, com conteúdos específicos e multidisciplinares. Os e-books fazem parte das bibliografias básicas e complementares das disciplinas dos cursos e abrangem todas as áreas do conhecimento.

E-Books

Área do Conhecimento (e-book)	Quantidade de Títulos
Ciências Exatas e da Terra	16.866
Ciências da Saúde	23.947
Ciências Humanas	33.972
Ciências Sociais Aplicadas	85.808
Engenharias	13.268
Linguística, Letras e Artes	42.911
Outros	95

Multidisciplinar	43.252
TOTAL	260.119

Fonte: Dados Institucionais.

5.6.3.3 Periódicos científicos eletrônicos

A Biblioteca Virtual contempla bases de dados de periódicos científicos que oferecem milhares de títulos para seus usuários, atendendo às suas necessidades de informação. As bases abrangem todas as áreas do conhecimento com periódicos avaliados pela comunidade acadêmica.

Periódicos eletrônicos da base ProQuest

Área do Conhecimento	Quantidade de Periódicos Científicos
Ciências Exatas e da Terra	3.061
Ciências da Saúde	5.059
Ciências Sociais Aplicadas	9.620
Ciências Humanas	4244
Engenharias	2.695
Linguística, Letras e Artes	1.371
Ciências Biológicas	1.961
Ciências Agrárias	583
Multidisciplinar	980
Outros	3.334
TOTAL	32.908

Fonte: Dados Institucionais.

Revista dos Tribunais

Revista dos Tribunais	Quantidade
Doutrinas	175.077
Jurisprudência	15.589.919
Súmulas	5.326
Legislação	272.174
Revistas	39
Fascículos	1.149

Quadro 5 | IOB

IOB - Informação Objetiva	Quantidade
Legislação	452.341

Procedimentos e roteiros	12.349
Notícias	34.843
SínteseNET Jurídico	Quantidade
Normas federais	237.600
Jusrisprudência	33.548.000
Procedimentos e roteiros	12.349
Documentos doutrinários	10.200
Acórdãos	12.300.000
Decisões administrativas	1.328.000

TARGET GedWEB – Normas ABNT	Quantidade
Normas	694

Fonte: Dados institucionais.

5.6.3.4 Academic Vídeo Online

A Biblioteca Virtual contempla plataforma de vídeos em streaming, com milhares de títulos, cobrindo antropologia, artes, negócios, saúde, história e mais. Direcionada para a experiência educacional, sua profundidade e abrangência de tipos de conteúdo (tais como documentários, filmes, demonstrações, etc.) a torna útil para todos os tipos de usuários. Esta base conta com 78.439 vídeos online.

5.6.3.5 UpToDate

A base de dados UpToDate é uma solução eletrônica baseada em evidências clínica, disponível exclusivamente aos nossos alunos do curso de Medicina. A plataforma visa ampliar o conhecimento clínico e melhorar o cuidado do paciente. Oferece acesso a mais de 651 milhões de tópicos por ano, com informações e interações de medicamentos, imagens, calculadoras, dentre outras funcionalidades.

5.6.3.6 Demais bases de dados

A Biblioteca Virtual conta ainda com bases multidisciplinares disponíveis aos nossos usuários:

A Base de dados Wolter Kluwer que possui em seu catálogo quatro simuladores na área de saúde e anatomia, são eles: *Human Anatomy Atlas*; *Anatomy and Physiology*; *Physiology and Pathology* e o *Visible Body Muscle Premium*.

A base PressReader que oferta acesso digital e interativo aos melhores jornais e revistas nacionais e internacionais. Ao todo são mais de 7.400 periódicos de 92 países em 48 idiomas diferentes.

5.7 Laboratórios

Os laboratórios didáticos são espaços destinados ao ensino teórico prático por meio da realização, de observação, da demonstração de intervenções, desenvolvimento de habilidades, resolução de situações diversas em cenários assistenciais simulados e vivências para o trabalho em equipe.

Laboratórios didáticos de formação básica

Os laboratórios didáticos são espaços destinados ao ensino teórico prático por meio da realização, de observação, da demonstração de intervenções, desenvolvimento de habilidades, resolução de situações diversas em cenários assistenciais simulados e vivências para o trabalho em equipe.

Consideramos laboratório didático de formação básica aquele que visa atender, com uma análise sistêmica e global, os aspectos referentes a quantidade de equipamentos frente ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico. Nossa instituição faz uso do Laboratório de Informática para atender esta demanda.

Será concedido, aos alunos, um laboratório de informática com computadores, com internet de banda larga proporcionando uma velocidade de navegação suficiente para atender os alunos, contando com projetor e quadro branco. À medida que a demanda pelo curso e pelas instalações de acesso à informática forem crescendo serão disponibilizados outros laboratórios de informática buscando manter no mínimo a proporção de uma (01) máquina para cada vinte (25) alunos.

Todos os laboratórios apresentam regulamentos de normas de utilização, disponibilizados nos próprios laboratórios para conhecimento de toda a comunidade acadêmica. Além disso, todos os equipamentos são homologados e a infraestrutura aprovada, respectivamente pela

Gerência e Projetos de Infraestrutura de TI. A instituição contará também com um corpo de técnicos responsáveis por fazer a gerência do laboratório, manter e administrar os servidores, atualizar os softwares e etc.

Será disponibilizado aos alunos wi-fi, pois grande parte da comunidade acadêmica utiliza de equipamentos pessoais.

5.8 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação, processo eletrônico, tutelas coletivas, letramento digital, TICs e atividades jurídicas reais

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) possui regulamento específico destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e reais, inclusive com visitas orientadas, e busca atender, com qualidade, às demandas do curso.

A IES conta com o Núcleo de Prática Jurídica, visando oferecer um ensino de qualidade coadunando a teoria com a prática real dos profissionais do Direito, enquanto busca atender às demandas relacionadas à prática jurídica nos tribunais em diversas áreas.

O NPJ está devidamente estruturado e operacionalizado para o melhor cumprimento das atividades do estágio supervisionado e será composto por:

I – Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas.

II – Professores orientadores de estágio em número suficiente ao número de alunos de cada turma.

III – Atendente(s) de NPJ.

IV – Advogado.

A estrutura física do NPJ proporciona aos discentes e assistidos maior qualidade de atendimento, informação e estrutura.

Contará com computadores, estações de atendimento, salas de reunião, salas para conciliação, mediação, negociação e arbitragem, sala do coordenador de NPJ, salas de audiência, Gabinete para Juiz do Juizado Especial, salas de simulação do Tribunal de Júri, telefonia, ar-condicionado, iluminação e ventilação adequadas.

No núcleo, ocorrem simulações da prática cotidiana nos tribunais, que atendem a todas as áreas, como a prática civil, criminal, trabalhista, constitucional e tributária. São realizadas visitas orientadas a locais de interesse do discente do curso de Direito relacionadas à prática jurídica e à formação do perfil profissional do futuro egresso, como Tribunais Estaduais, Tribunais Federais, Juizados Especiais Estaduais e Federais, centros de resolução de conflitos, escritórios

jurídicos, centros de arbitragem e conciliação privados, PROCON, Delegacias de Polícia e presídios, autarquias da administração pública, órgãos da administração pública e organismos internacionais.

Além da prática simulada, também ocorre a prática real por meio dos atendimentos às demandas do público em geral, que necessita de auxílio e orientação aos problemas reais que enfrentam, buscando o acesso à justiça. Para as práticas reais, também são firmados convênios com tribunal estadual, tribunais regionais, defensoria pública, ministério público, entidades como fundações, administração pública e organizações não governamentais.

O atendimento é realizado pelos alunos, que contam com a supervisão de professores e advogados disponíveis no núcleo.

O Núcleo de Prática Jurídica possui atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais e atende com qualidade às demandas do curso.

As atividades do Núcleo de Prática Jurídica são ordenadas de forma a priorizar a mediação, a conciliação e a negociação entre as partes antes da propositura das demandas por meio da aproximação dos demandantes e esclarecimento sobre as vantagens da conciliação e outros meios para a solução de conflitos.

Nesse aspecto, importante destacar que com o advento da Era Moderna, a solução dos conflitos foi confiada a um terceiro ente imparcial: o Estado, detentor do monopólio da força exercida pela jurisdição.

Porém, percebe-se que a jurisdição clássica, via poder judiciário, não se demonstra suficiente aos anseios da sociedade de riscos na busca pela justiça. Nos últimos anos, esse poder sofreu significativas reformas, demonstrando-se indispensável para a democracia e o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Essa reforma vem sendo desenvolvida por meio de duas estratégias:

1. Produzir lideranças judiciais detentoras de capacitação multidisciplinar, que saibam aplicar de maneira efetiva as normas, gerenciar instituições e avaliar o impacto socioeconômico das decisões judiciais.

2. Criar um conhecimento suficientemente abrangente dos valores da justiça, eficiência, administração e impacto econômico equilibrado de sua prática.

O processo deve obedecer a um procedimento que não será justo se for simplesmente rápido. Deve ofertar ao cidadão uma solução adequada e definitiva de sua demanda. Não se quer dizer que a morosidade se justifica; o que se busca é a efetividade, isto é, a junção dos fatores tempo, acesso e resultado.

Ao poder judiciário, cabe se apresentar como um centro de soluções efetivas, com garantias de acesso igualitárias ao jurisdicionado. Assim, surge uma política pública apta a organizar no território nacional serviços prestados tanto na área processual quanto nas áreas pré-processuais, como as câmaras de conciliação, mediação e arbitragem.

No mesmo compasso, os agentes atuantes nas funções essenciais à Justiça (magistratura, ministério público, advocacia e advocacia pública) devem estar aptos a adotar e incentivar a busca do Modelo Multiportas de Resolução de Conflitos, garantindo a efetiva participação judicial e o acesso à justiça.

Cabe a IES, em sua estrutura curricular, preparar seu egresso para os novos desafios perpetrados pelo reforço e incentivo ao Sistema Multiportas, materializados no Código de Processo Civil, Lei Federal nº 13.105, de 16 de março 2015, e nas inovações legislativas do Código de Processo Penal, propiciando um futuro operador do Direito apto a atuar como agente de transformação e pacificação social por meio da justiça.

Alguns aspectos contemplam esse paradigma:

I. As disciplinas de Direito Processual Civil e de Direito Processual Penal contêm em suas ementas a transversalidade necessária ao egresso para que possa aplicar o Sistema Multiportas em sua área de atuação profissional.

II. A criação da inédita disciplina denominada Modelo Multiportas e Meios Integradores de Resolução de Conflitos, abrangendo estudos comparados ao modelo norte-americano e europeu; reflexões sobre a interseção entre o modelo multiportas e a garantia de acesso à justiça; a mudança no paradigma do papel da magistratura, do ministério público, da advocacia e da advocacia pública diante das mudanças introduzidas pelo Código de Processo Civil; explanações sobre as características e aplicação da mediação, conciliação e arbitragem; dentre outros.

III. O Núcleo de Prática Jurídica prevê a realização de atividades reais e simuladas envolvendo os meios integradores da resolução de conflitos.

IV. Criação de uma atividade complementar obrigatória sobre o Modelo Multiportas, fomentando a participação e o empreendedorismo do egresso, como a criação de ferramentas junto à IES e aos tribunais de justiça, de núcleos de métodos consensuais de solução de conflitos, ou núcleos on-line de resolução de conflitos, contribuindo diretamente com a comunidade local.

Em suma, a Faculdade Anhanguera do Maranhão acredita que o Sistema Multiportas se posta como uma forma de garantir o acesso à justiça do cidadão, relacionando-se, diretamente, à emancipação social.

Com relação às atividades de negociação e mediação, o discente do curso de Direito da IES participa de atividades de extensão, como mutirões e treinamento junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania situado no fórum da comarca de São Luís, executado por meio de convênio e de carga horária prática e teórica específica certificada e ministrada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, e aproveitadas pelo discente para integralização da carga horária necessária. Na execução desse convênio, os discentes, por meio do NPJ, também participam ativamente das audiências de mediação, conciliação e negociação, executando as competências e habilidades adquiridas teoricamente.

Por meio de atividades, o NPJ também promove a interdisciplinaridade de conteúdos, permitindo a integração dos conteúdos apreendidos e possibilitando sua aplicação prática e simulada, permitindo a vivência do aluno com suas futuras atribuições profissionais, articulando a integração entre teoria e prática também no NPJ.

A qualidade do NPJ é mensurada pelos alunos e pela clientela assistida, semestralmente, por meio de formulários próprios, objetivando colher subsídios para sempre oferecer infraestrutura, equipamentos, serviços e qualidade aos alunos.

Além disso, são realizadas avaliações semestrais pelo corpo docente, coordenadores de curso e equipe técnica especializada de apoio para planejamento acadêmico em relação à qualidade, às demandas, aos serviços prestados e à quantidade de alunos. Isso é importante para uma tomada de decisão quanto às demandas futuras do curso.

A estrutura física do Núcleo de Prática Jurídica busca proporcionar aos discentes e assistidos a maior qualidade de atendimento, informação e estrutura.

O NPJ conta com 16 (quinze) computadores, 05 (cinco) estações de atendimento, 01 (uma) sala de reunião, 02 (duas) sala para conciliação, mediação, negociação e arbitragem, sala do coordenador de NPJ, 02 (duas) salas de audiência, sala de simulação do Tribunal de Júri, laboratório de informática para processo eletrônico, letramento digital e TICs, telefonia, ar-condicionado, iluminação e ventilação adequados.

No NPJ, ocorrem simulações da prática cotidiana nos tribunais, que buscam atender a todas as áreas, como a prática civil, criminal, trabalhista e constitucional que compõem as disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II.

Diante disso, as disciplinas de Estágio Curricular do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), I e II, aliam toda a estrutura física do Curso de Direito à prática jurídica simulada, diante de situação problema comum às diferentes áreas do Direito e que permite, de forma integral, que o aluno, orientado por Professores, Coordenadores e com o suporte de Tutores do Direito, possa atuar

em todos os momentos processuais. Desta forma, o aluno vivenciará a prática jurídica nos moldes mais elevados da qualidade e do rigor técnico da área do Direito, desenvolvendo habilidades e competências essenciais para a atuação profissional no Direito Civil, Constitucional, Penal e no Direito do Trabalho.

Desta forma, partindo de uma temática central, que norteará todo o processo de ensino e aprendizagem, surgirão os desdobramentos processuais que permitirão um amplo entendimento do processo judicial em suas diversas fases, de maneira integrada e multidisciplinar, sempre serão trabalhadas duas frentes por semestre, 7° semestre - Direito Civil e Direito Constitucional e 8º semestre- Direito Penal e Direito do Trabalho, do início ao fim do processo. Onde, cada temática contará com 6 (seis) seções com um caso prático hipotético em cada uma delas. Ao final de cada seção, o aluno deverá fazer a entrega de 2 (duas) atividades simultâneas (uma por temática), totalizando, ao final do semestre, 12 (doze) atividades simuladas.

A cada atividade realizada, o aluno deverá fazer o envio da atividade dentro do sistema AVA, disponível no portal do aluno, e esta será apreciada e corrigida pelo seu tutor, no prazo máximo de 7 dias úteis, contados da data de cada postagem, com as respectivas observações e pontuações atribuídas. Essa dinâmica será repetida em cada etapa, sempre observando os prazos de entrega de cada tarefa estabelecidos no cronograma de atividades. Para realizar todas essas atividades com suporte AVA, o aluno contará com a orientação e suporte do Professor vinculado ao Núcleo de Práticas Jurídicas da IES e, também, com o apoio do tutor, que é um profissional formado em Direito, com especialização e experiência profissional para auxiliá-lo na elaboração das atividades práticas simuladas, além de responder às dúvidas que surgirem na construção dos produtos e soluções esperadas. Professores e Tutores são supervisionados pelos Coordenadores.

Além da prática simulada, também ocorrerá a prática real, especialmente nos Estágios Supervisionados III e IV, por meio dos atendimentos a demandas do público em geral, que necessita de auxílio e orientação aos problemas reais que enfrentam, buscando o acesso à justiça. O estágio supervisionado será realizado na própria instituição, por meio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), devidamente estruturado e operacionalizado para o melhor cumprimento das atividades previstas no Regulamento Geral do NPJ. Os atendimentos feitos pelo NPJ são executados pelos alunos, que contarão com a supervisão de professores, monitores e advogados disponíveis no Núcleo.

A carga horária do estágio supervisionado poderá ser reduzida em até 50% (cinquenta por cento), através de aproveitamento de estágio realizado por meio de convênios com outras

entidades ou em instituições conveniadas com a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, incluindo os escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Anhanguera do Maranhão, para a avaliação e deliberação, em conformidade com o artigo 6º, § 3º da Resolução CNE/CES no 5/2018.

As atividades de prática jurídica real serão realizadas em todas as fases do Estágio Supervisionado e podem compreender atividades de mediação, negociação, conciliação, arbitragem, atendimento jurídico à população, bem como outras atividades de efetiva atuação prática, realizadas por meio do Núcleo de Práticas Jurídicas ou reconhecidas pelo Coordenador do NPJ.

O Coordenador do NPJ definirá, no início de cada semestre, o número (mínimo de 3) e a qualidade de atividades de práticas jurídicas reais que o acadêmico estagiário deverá acompanhar para cumprimento da carga horária do Estágio Supervisionado no qual estiver matriculado. No acompanhamento das atividades de práticas jurídicas reais o acadêmico estagiário deverá comparecer devidamente trajado, como determina a praxe forense, e se portar de maneira a dignificar seu curso e sua instituição, sem causar conflitos, problemas ou agir de maneira indisciplinada, sob pena das sanções disciplinares previstas no regimento geral da IES. Além disso, o aluno estagiário deverá chegar ao local em que se realizará a atividade de prática jurídica real previamente, se dirigir ao responsável pela pauta do dia, apresentar-se adequadamente como discente do Curso de Direito da Faculdade Ananguera do Maranhão e solicitar, respeitosamente, a permissão para realizar a atividade.

Diante disso, o acadêmico estagiário deverá entregar relatório de cada atividade de prática jurídica real, devidamente acompanhado da cópia da ata da prática, na qual conste a indicação de seu nome, em formulário modelo específico para essa atividade e em letra legível, protocolizando na secretaria do Núcleo de Prática Jurídica, no prazo estipulado pelo Coordenador do NPJ. O cumprimento da carga horária de prática jurídica real será comprovado pelo comparecimento do acadêmico estagiário nos dias e horários determinados pelo Coordenador do NPJ e nas atividades que lhe forem atribuídas.

Por fim, a avaliação do discente no Estágio Supervisionado realizar-se-á de forma continuada e ao final de cada fase haverá a atribuição de nota única pela Coordenação do NPJ que levará em consideração o desempenho do acadêmico estagiário em todas as atividades que

lhe foram atribuídas ao longo do semestre, bem como os apontamentos dos professores orientadores das atividades simuladas. Para aprovação o acadêmico estagiário deverá: I - alcançar ou superar a nota final 7,0 (sete); II - cumprir a carga horária do Estágio Supervisionado que estiver matriculado; III – cumprir os prazos estipulados para as atividades de práticas jurídicas reais.

Coadunado a tais atividades, serão realizadas visitas orientadas a locais de interesse do discente do curso de Direito relacionadas à prática jurídica e à formação do perfil profissional do futuro egresso, tais como: Tribunais Estaduais, Tribunais Federais, centros de resolução de conflitos, escritórios jurídicos, centros de arbitragem e conciliação privados, Procons, Delegacias de Polícia e presídios, autarquias da Administração Pública, órgãos da Administração Pública . O Núcleo de Prática Jurídica contará também, com atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, processo eletrônico, tutelas coletivas, letramento digital, TICs e atividades jurídicas reais, buscando atender, com qualidade, às demandas do curso.

As atividades do Núcleo de Prática Jurídica serão ordenadas de forma a priorizar a mediação, conciliação e negociação entre as partes antes da propositura das demandas, por meio da aproximação dos demandantes, esclarecimento sobre as vantagens da conciliação e outros meios para solução de conflitos.

Os discentes contarão, ainda, com carga horária teórica exclusiva para conciliação, negociação, mediação e arbitragem, tutelas coletivas, processo eletrônico, letramento digital e TICs, por meio de disciplinas com conteúdo teórico, bem como através da realização de práticas simuladas e reais de negociação, mediação, conciliação e arbitragem, tutelas coletivas, processo eletrônico, letramento digital e TICs, por meio dos estágios curriculares supervisionados.

Por meio de atividades, o NPJ também promoverá a interdisciplinaridade de conteúdos, permitindo a integração dos conteúdos apreendidos e possibilitando sua aplicação prática e simulada, permitindo a vivência do aluno com suas futuras atribuições profissionais, articulando a integração entre teoria e prática também no NPJ.

A qualidade do NPJ será mensurada pelos alunos, anualmente, durante o processo de autoavaliação institucional, objetivando colher subsídios para sempre oferecer infraestrutura, equipamentos, serviços e qualidade aos alunos.

Além disso, serão realizadas avaliações semestrais pelo corpo docente, coordenadores de curso e equipe técnica especializada de apoio para planejamento acadêmico em relação à qualidade, às demandas, aos serviços prestados e à quantidade de alunos. Isso é importante para uma tomada de decisão quanto às demandas futuras do curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES Nº 3**, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 2 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 2 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CES Nº 261/2006**. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer261.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CP Nº 8, de 6 de março de 2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf . Acesso em: 07 maio 2018.

_____. **Parecer CNE/CES Nº: 379, de 8 de dezembro de 2004**. Autorização para estender às Instituições de Ensino Superior não vinculadas ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE/SP), as exigências constantes da Deliberação CEE nº 37/2003 em substituição à Portaria MEC/DAU nº 33, de 2 de agosto de 1978. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2004/pces379_04.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. **Portaria nº 2.117, de 06 de Dezembro de 2019.** Revoga a Portaria MEC 1.428, de 28 de dezembro de 2018, e estabelece nova redação para o tema. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 17 fev. 2020.

_____. **Resolução CNE/CES nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 1**, **de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

BRASIL. **Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/84291-extensao-na-educacao-superior-brasileira. Acesso em 25 de out. 2022.

DELORS, Jacques. **Os Quatro Pilares da Educação**. 1999. Disponível em: <http://www.ngd.ufsc.br/files/2012/04/mr_4_pilares.pdf>. Acesso em: 2 de maio de 2018.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Ministério da Educação**. Nota Técnica de Esclarecimento sobre a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de Dezembro de 2019**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=238381-nota-tecnica-sobre-a-resolucao-cnecp-n-2-2019&category_slug=julho-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em 28 nov. 2022.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; LOPES NETO, Sebastião. Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n 93. Set./Dez.2005. p. 1435-1469. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/s7CwMCRSV934sNxkcBkhPsk/?lang=pt. Acesso em 05 jul. 2021.

PERRENOUD, Philippe. **Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida**. Porto Alegre: Penso, 2013.

PERRENOUD, Philippe; GATHER THURLER, Monica. **As competências para ensinar no século XXI - formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre, ArtMed, 2002.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Tradução de Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Anexo – Ementas, Conteúdos e Bibliografia do curso

DIREITO - BACHARELADO		
COMPONENTE CURRICULAR	**EMENTA**	**CONTEÚDO**
1º Semestre		
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Aspectos Gerais do Direito Privado. Fontes do Direito Civil. Vigência, início e revogação.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Obrigatoriedade das leis. Da proteção do Ato Jurídico perfeito, da Coisa Julgada e do Direito Adquirido.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Integração das normas jurídicas: analogia, costume, princípios e equidade no contexto do Direito Civil. Aplicação e interpretação das normas jurídicas, conflito das leis no tempo e eficácia da lei no espaço.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Conceito, histórico do Direito Civil. Código Civil: estrutura, conteúdo, princípios e eficácia dos direitos fundamentais.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Os sujeitos da relação jurídica. Conceito de pessoa natural e começo da personalidade natural.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Os Direitos da Personalidade. Personalidade jurídica, capacidade jurídica e legitimação.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Incapacidade absoluta: menores de 16 anos.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Incapacidade relativa: maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; ébrios habituais e viciados em tóxico; privados, por causa transitória ou permanente, de exprimir vontade; pródigos.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	A situação jurídica dos índios. Modos de suprimento e cessação da incapacidade.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Morte da Pessoa Natural.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Extinção da personalidade: morte real, comoriência, morte presumida e morte civil.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	Modos de individualização: nome (conceito, natureza, elementos e imutabilidade do nome) estado e domicílio.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Conceitos, fundamentos, características proteção dos direitos de personalidade.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Direito ao nome, proteção à palavra e à imagem e intimidade.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Atos de Registro Civil.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Domicílio da pessoa natural (conceitos e espécies).

DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Domicílio da pessoa jurídica.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Curadoria dos bens do ausente. Sucessão provisória. Sucessão definitiva. Retorno do ausente. Ausência como causa de dissolução da sociedade conjugal.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Conceito, natureza jurídica e requisitos para constituição da pessoa jurídica.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Pessoas jurídicas de direito privado: associações, sociedades, fundações, organizações religiosas e partidos políticos. Desconsideração da personalidade jurídica.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado e público. Extinção da pessoa jurídica.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Bens principais e acessórios. Classe de bens acessórios: produtos, frutos, pertenças e benfeitorias.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Bens públicos e particulares. Objeto da relação jurídica. Bem de família. Bens corpóreos e incorpóreos.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS	Patrimônio. Bens móveis e imóveis. Bens fungíveis e infungíveis; consumíveis e inconsumíveis; divisíveis e indivisíveis; singulares e coletivos.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Teoria Geral do Negócio Jurídico. Fato e Ato jurídico. Ato Jurídico Stricto Sensu e Ato-fato.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Classificações do Negócio Jurídico.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Dimensões do Negócio Jurídico. Plano da Existência. Elementos: vontade, agente, objeto e forma.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Plano da Eficácia.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Elementos acidentais: Condição, termos e encargo.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Plano da Validade. Requisitos.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Agente Capaz. Declaração de vontade.

DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Objeto lícito, possível, determinável ou determinado. Forma prescrita ou não defesa em lei.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Interpretação dos negócios jurídicos: Lei nº 13.874, de 2019.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Defeitos do Negócio Jurídico. Vícios de Consentimento e Vícios Sociais.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Dolo. Conceito, características e espécies. Erro ou Ignorância. Conceito e espécies. Coação. Conceito e requisitos.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 1	Das Nulidades.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Estado de Perigo.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Fraude contra credores. Conceitos, elementos e hipóteses legais.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Vícios sociais: Simulação e Lesão. Conceito, características, elementos e efeitos.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Negócio Jurídico Anulável. Anulabilidade.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Negócio Jurídico Inexistente.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Negócio Jurídico Nulo. Nulidade absoluta e relativa.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Conceitos: prescrição e decadência. Distinções entre Decadência e Prescrição.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Prazos prescricionais, decadenciais e prescrição administrativa. Imprescritibilidades. Prescrição intercorrente.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Decadência. Características. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Disposições legais. Provas em espécie.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	Provas no Código Civil e no Processo Civil.
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	DIREITO CIVIL NEGÓCIOS JURÍDICOS – PARTE 2	O Direito no Tempo. Objeto e Ônus.
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	ANTIGUIDADE E DIREITO NÃO-EUROPEU	- Direito Hebraico - Direito Hindu - Direito Chinês - Direito Japonês

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	ANTIGUIDADE E DIREITO NÃO-EUROPEU	- Mundo Grego Antigo - Filosofia Política - Atenas - Esparta
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	ANTIGUIDADE E DIREITO NÃO-EUROPEU	- Períodos e Magistraturas - Direito Romano Arcaico - Direito Romano Clássico - Direito Romano Pós-Clássico
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	FORMAÇÃO DO DIREITO MODERNO	- Direito Feudal - Direito Canônico - Renascimento Cultural - Renascimento Jurídico
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	FORMAÇÃO DO DIREITO MODERNO	- Absolutismo - Iluminismo - Contrato Social - Separação dos Poderes. Montesquieu
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	FORMAÇÃO DO DIREITO MODERNO	- Inglaterra e Common Law - As Revoluções Liberais - Codificação do Direito - O Constitucionalismo
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	DIREITO, NORMAS E HERMENÊUTICA JURÍDICA. FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO	- Conceito de Norma Jurídica - Classificação da Norma Jurídica - Validade. Vigência. Repristinação - Sanção. Revogação - Direito Público. Direito Privado. Direitos Transindividuais - Ato Jurídico Perfeito. Direito Adquirido. Coisa Julgada
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	DIREITO, NORMAS E HERMENÊUTICA JURÍDICA. FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO	- Direito Positivo. Direito Objetivo. Direito Subjetivo - Fato Social e Fato Jurídico - Common Law e Civil Law - Ciência e Filosofia do Direito. Justiça
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	DIREITO, NORMAS E HERMENÊUTICA JURÍDICA. FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO	- Hermenêutica Jurídica - Critérios. Fontes da Hermenêutica Jurídica. Técnicas interpretativas - Hermenêutica Constitucional - Princípios e Regras
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	TEORIA GERAL DO ESTADO	- Conceito de Estado. Elementos do Estado - Conceito de Estado. Finalidade. Funções. Personalidade Jurídica - Teorias de Justificação do Estado - Evolução do Estado. Grécia, Roma, Estado Medieval - Evolução do Estado. Estado Moderno, Liberal e Social

		- Nascimento e Extinção dos Estados
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	TEORIA GERAL DO ESTADO	- Estados Perfeitos e Imperfeitos - Estados Simples e Compostos - Forma de Estado: Estado Unitário - Forma de Estado: Estado Federal - Federação Brasileira
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	TEORIA GERAL DO ESTADO	- Separação dos Poderes. Poder Legislativo, Executivo e Judiciário - Funções Típicas e Atípicas. Freios e Contrapesos - Democracia. Democracia Direta e Indireta - Democracia e Estado Brasileiro
OPTATIVA I		
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Conceito de Constituição (sentidos), constitucionalização simbólica e elementos
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Classificação das constituições (tipologia)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Histórico das Constituições brasileiras
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Mutação Constitucional. Regras e Princípios. Derrotabilidade.
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Métodos e princípios da Interpretação constitucional
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Limites da Interpretação constitucional. Teoria dos Poderes Implícitos. Sociedade aberta dos intérpretes da Constituição
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Conceito e titularidade. Poder constituinte originário
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Poder constituinte derivado (reformador, decorrente e revisor). Poder constituinte difuso e supranacional
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Nova constituição e ordem jurídica anterior: recepção, repristinação, desconstitucionalização e recepção material de normas constitucionais

TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Estrutura da Constituição: preâmbulo e ADCT
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA	Princípios fundamentais (arts. 1.º a 4.º, CF/88)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Noções preliminares e histórico da federação
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Características da federação
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Símbolos da República Federativa do Brasil. Vedações constitucionais (art. 19). Capital Federal
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	União Federal e competências
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Estados-membros-autonomia federativa e criação
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Estados-membros - competência
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Distrito Federal: surgimento, características e competências
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Municípios - criação
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Municípios - competências e Territórios Federais
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Intervenção espontânea
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Intervenção provocada
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIVISÃO ESPACIAL DO PODER: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Representação interventiva (ADI interventiva)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Gerações (dimensões) dos Direitos Fundamentais
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Diferenciação entre direitos e garantias, características e abrangência
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos fundamentais. Eficácia dos direitos fundamentais. Deveres fundamentais
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Direito à vida (art. 5.º, caput)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Princípio da igualdade (art. 5.º, caput e I)

TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Princípio da legalidade e proibição da tortura (algemas e Lei da Anistia) (art. 5.º, II e III)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5.º, IV e V)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Liberdade de consciência, crença e culto (art. 5.º, VI a VIII)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Liberdade de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5.º, IX)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas (art. 5.º, X)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: PARTE 1	Sigilo de correspondência e de comunicações (art. 5.º, XII). Liberdade de profissão (art. 5.º, XIII)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Liberdade de informação (art. 5.º, XIV e XXXIII). Liberdade de locomoção (art. 5.º, XV). Direito de reunião (art. 5.º, XVI).
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Direito de associação (art. 5.º, XVII, XIX, XX E XXI) e Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII).
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Direito de petição e obtenção de certidões (art. 5.º, XXXIV). Gratuidade das certidões (art. 5.º, LXXVI)
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Conceito e espécies
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Brasileiro nato
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Brasileiro naturalizado
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Distinção entre brasileiros natos e naturalizados: extradição
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Demais hipóteses de distinção entre brasileiro nato e naturalizado. Medidas de retirada compulsória. Direito de permanecer no Brasil.
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Perda da nacionalidade
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Democracia direta, representativa e semidireta
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Direito político positivo e Direito político negativo
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITOS E GARANTAIS FUNDAMENTAIS: PARTE 2	Partidos políticos: conceito e regras constitucionais. Fidelidade

		partidária e os sistemas eleitorais
2º Semestre		
DIREITO DO TRABALHO	INTRODUÇÃO E TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	- Breve evolução histórica do Direito do Trabalho. Conceito. Divisão. Natureza jurídica. Autonomia. Interdisciplinaridade. - Fontes do Direito do Trabalho. - Direito Internacional do Trabalho. Convenções da OIT. - Princípios do Direito do Trabalho: proteção, irrenunciabilidade, primazia da realidade, continuidade da relação de emprego e outros princípios aplicáveis ao direito do trabalho. - Normas trabalhistas no tempo. Vacatio legis. Publicação. Revogação: força revogadora, modo de revogação e irretroatividade. As normas trabalhistas no espaço. Aplicação territorial.
DIREITO DO TRABALHO	INTRODUÇÃO E TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	- Relação jurídica. Trabalho humano e o direito ao trabalho. Conceito de relação de trabalho. - Relação de Emprego. Natureza jurídica. - Teorias contratualistas e acontratualistas. - Trabalhador avulso. Trabalho eventual. Trabalho autônomo. Trabalhador aprendiz.
DIREITO DO TRABALHO	INTRODUÇÃO E TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	- Empregado. Conceito. Requisitos. - Empregador. Conceito. Fundamento. Conteúdo. Poder Diretivo. Poder Regulamentar. Poder Fiscalizatório. Poder disciplinar. - Consórcio de empregadores. - Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Desconsideração da Pessoa jurídica.
DIREITO DO TRABALHO	CONTRATO DE TRABALHO	- Conceito. Natureza jurídica. Forma. Vícios. Defeitos. - Modalidades de contrato de trabalho. Contrato de trabalho por prazo indeterminado e determinado (contrato de experiência e demais previstos no art. 442 da CLT).

		- Contrato sob a Lei 6.019/1974 – Trabalho Temporário.
DIREITO DO TRABALHO	CONTRATO DE TRABALHO	- Tercerização trabalhista. - Evolução Histórica. - Efeitos Jurídicos (Terceirização Lícita e Ilícita). - Terceirização da Administração Pública.
DIREITO DO TRABALHO	CONTRATO DE TRABALHO	- Poder Empregatício. Jus variandi do empregador. - Espécies de alterações: Alterações funcionais lícitas. Transferência do empregado. Alteração de horário e de salário. - Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Distinção e conceito. - Hipóteses de suspensão e interrupção do contrato de trabalho.
DIREITO DO TRABALHO	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	- Salário e remuneração. Conceitos. Características. Natureza jurídica. Distinções. Parcelas salariais. Adicionais aos salários. Parcelas sem natureza salarial. Classificação. - Salário por unidade de tempo. Salário por unidade de obra. Salário-tarefa. Salário-utilidade. Caracterização. Valor da unidade. Utilidades sem natureza salarial. - Tempo de pagamento. Local e forma de pagamento. Garantias de proteção do salário. - Requisitos da equiparação salarial. Equiparação por função análoga. Por equivalência. Desvio de função. Acúmulo de função e equiparação salarial em cadeia. Política salarial.
DIREITO DO TRABALHO	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	- Terminologia e classificação. Conceito - Modalidades de dispensa. Classificação das modalidades de extinção do trabalho. - Extinção imotivada do contrato de trabalho por prazo determinado e indeterminado. - Justa causa. Terminologia. Conceito. Sistemas. Tipificação.

		Elementos da justa causa. - Rescisão indireta do contrato de trabalho. Critérios e procedimentos.
DIREITO DO TRABALHO	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	- Aviso prévio. Conceito. Fundamento constitucional e legal. Natureza jurídica. Prazo e forma do aviso prévio. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. Finalidade. Cabimento. Consequências - Estabilidades. Denominação. Conceito. - Modalidades de Estabilidades provisórias. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
DIREITO DO TRABALHO	DURAÇÃO DO TRABALHO E PERÍODOS DE DESCANSO	- Distinções relevantes. Duração. Conceito. Natureza jurídica. Elementos. - Jornada. Conceito. Natureza jurídica. Elementos. - Horário. Conceito. Natureza jurídica. Elementos. - Composição da jornada (tempo efetivamente trabalhado, de deslocamento, à disposição e sobreaviso).
DIREITO DO TRABALHO	DURAÇÃO DO TRABALHO E PERÍODOS DE DESCANSO	- Modalidades de jornada. Controle de jornada. Exceções legais. - Jornada extraordinária: caracterização. Jornada extraordinária: prorrogações regulares e irregulares. Compensação. - Jornadas especiais de trabalho e suas particularidades. Categorias específicas. - Jornada noturna. Horário noturno. Adicional noturno. Hora noturna reduzida. Prorrogação do trabalho noturno. Horários mistos. Mudança para o turno diurno. Disposições especiais. - Jornada noturna: trabalho urbano e trabalho rural. Turnos ininterruptos de revezamento. Conceito. Natureza jurídica.

DIREITO DO TRABALHO	DURAÇÃO DO TRABALHO E PERÍODOS DE DESCANSO	- Intervalos para descanso. Denominação. Conceito e natureza jurídica. Intervalo intrajornada. Intervalo interjornada. Descanso semanal remunerado e feriados. - Intervalos especiais. - Classificação das férias. Período aquisitivo. Período concessivo. Comunicação das férias. Remuneração. Abono pecuniário. Fracionamento. Férias e extinção do contrato de trabalho. - Férias coletivas: hipóteses legais e sistemática.
OPTATIVA II	METODOLOGIA CIENTÍFICA E PSICOLOGIA	A Cientificidade do Conhecimento
OPTATIVA II	METODOLOGIA CIENTÍFICA E PSICOLOGIA	Materialismo e Fisicalismo
OPTATIVA II	METODOLOGIA CIENTÍFICA E PSICOLOGIA	Teorias, conceitos, dados e realidade
OPTATIVA II	METODOLOGIA CIENTÍFICA E PSICOLOGIA	A cientificidade da Psicologia: O objetivo do subjetivo
OPTATIVA II	METODOLOGIA CIENTÍFICA E PSICOLOGIA	Objetividade: Positivismo e Positivismo Lógico. Subjetividade: Hermenêutica
OPTATIVA II	METODOLOGIA CIENTÍFICA E PSICOLOGIA	Abordagem Nomotética versus Abordagem Idiográfica
OPTATIVA II	METODOLOGIA CIENTÍFICA E PSICOLOGIA	Ciência da mente e do comportamento: as varáveis em Psicologia
OPTATIVA II	METODOLOGIA CIENTÍFICA E PSICOLOGIA	Paradigmas quantitativo e qualitativo em Pesquisa e seus usos na Psicologia
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 1	A pesquisa como ferramenta para construção do conhecimento científico. As perguntas da pesquisa
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 1	A preparação da pesquisa, fontes de informação, revisão de literatura e natureza de dados (quantitativos e qualitativos).
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 1	A relevância social, científica e acadêmica da pesquisa
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 1	A formulação do problema e os objetivos
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 1	Tipos de pesquisa bibliográfica: Bibliométrica, Revisão integrativa, Meta-análise
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 1	Tipos de pesquisa de campo: exploratória, descritiva, conclusiva-causal
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 1	Formulação ou não de hipóteses e definição das variáveis

OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 1	Organização instrumental da pesquisa: Plano para coleta e análise de dados
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 2	Execução da pesquisa: metodologia de coleta de dados
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 2	Técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 2	Registro e organização de dados: Diário de Campo
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 2	Registro e organização de dados: recursos da informática
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 2	Tratamento de dados qualitativos e quantitativos
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 2	Análise e Interpretação de dados: o retorno à teoria
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 2	Análise e Interpretação de dados: o retorno às perguntas ou às hipóteses
OPTATIVA II	FASES E ELEMENTOS DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA - PARTE 2	Cruzamento de dados quantitativos e qualitativos
OPTATIVA II	FORMAS BÁSICAS DE ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	Apresentação de resultados
OPTATIVA II	FORMAS BÁSICAS DE ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	Implicações éticas do produzir científico: discutindo o progresso, evolução e neutralidade na ciência.
OPTATIVA II	FORMAS BÁSICAS DE ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	Relatório de pesquisa: componentes principais
OPTATIVA II	FORMAS BÁSICAS DE ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	Elaboração de Relatório: diretrizes do CFP
OPTATIVA II	FORMAS BÁSICAS DE ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	Elaboração de TCC para Qualificação e Defesa
OPTATIVA II	FORMAS BÁSICAS DE ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	Normas e Padronização Científica.
OPTATIVA II	FORMAS BÁSICAS DE ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	Tipos de Divulgação Científica. Jornadas e Congressos
OPTATIVA II	FORMAS BÁSICAS DE ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	Tipos de Produção Científica.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Conflitos de interesses e seus modos de resolução nos tempos antigos: Da autotutela à jurisdição - Nulla poena sina iudicio.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Processo Civil e o poder judiciário.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	O Processo Civil e as demais disciplinas do direito.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Acesso à justiça e linhas evolutivas do processo.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Conceito de processo.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Pressupostos processuais.

TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Constituição da República Federativa do Brasil e o Processo.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Arbitragem.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Noções introdutórias de mediação e conciliação.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Distinção entre as normas de Direito Material e as normas de Direito Processual.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Tutela jurisdicional.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS DO PROCESSO	Interpretação da Lei Processual. Normas processuais no tempo e no espaço. Eficácia temporal.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípios e regras: conceito e diferenciação. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do Processo.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio da Ação: da demanda e da iniciativa das partes.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio do devido processo legal em sentido material e em sentido formal.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio da Economia Processual e da Instrumentalidade das formas. Princípio da efetividade.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio da Imparcialidade do Juiz. Princípio da Igualdade.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa. Princípio da Disponibilidade e da Indisponibilidade.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio da Motivação das decisões judiciais. Princípio da Persuasão Racional do Juiz.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio da Oralidade.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio do Dispositivo e da livre investigação das provas. Princípio do Impulso Oficial.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio da Publicidade. Princípio da Lealdade Processual.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio da Tempestividade da prestação jurisdicional. Primazia do julgamento de mérito. Princípio do Acesso à Justiça. Princípio da Preclusão.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO	Princípio do Duplo grau de jurisdição. Princípio do Juiz Natural.

TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Poder e Jurisdição. Atividades Jurisdicional, legislativa e executiva e suas diferenciações.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Características da Jurisdição.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Os princípios da inevitabilidade, inafastabilidade e juiz natural.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Competência. Conceito. Diferença entre competência e jurisdição. Critérios para determinação da competência: territorial, funcional e objetivo.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Prevenção e princípio da perpetuatio jurisdictionis. Causas modificativas da competência. Reunião de processos.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Análise da delimitação da competência no Código de Processo Civil. Competência absoluta e competência relativa: características e formas de impugnação. Declaração de Incompetência. Prorrogação de competência.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Conceito de ação, natureza jurídica do direito de ação e suas teorias. Elementos da Ação: partes, pedido e causa de pedir. Momento de fixação dos elementos.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Importância dos elementos da ação: delimitação do julgamento, identidade de ações.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	As condições para o exercício do direito de ação.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Diversas perspectivas conceituais da jurisdição.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	TEORIA DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E COMPETÊNCIA	Os princípios inerentes à jurisdição: aderência ao território, investidura, indelegabilidade.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Ministério Público, Defensoria Pública e Auxiliares da Justiça.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Intervenção forçada (denunciação da lide, chamamento ao processo, terceiro alcançado pela desconsideração da personalidade jurídica)

TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Suspensão do processo. Distinção entre suspensão e extinção. Espécies de suspensão: Convencional, legal ou necessária. Suspensão pela morte ou perda da capacidade processual. Suspensão por convenção das partes.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Das modalidades da suspensão (por arguição de impedimento, de suspeição e outros). Suspensão por motivo de força maior e outros casos previstos no CPC.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Extinção do processo. Sentença terminativa e sentença definitiva. Hipóteses de extinção com ou sem resolução de mérito. Acolhimento ou rejeição do pedido. Transação, prescrição e decadência.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Estruturação do juízo e tribunais. Funções essenciais à Justiça: juízes, desembargadores e ministros.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Partes e seus advogados. Conceito, capacidade processual para ser parte. Sucessão processual. Direitos do advogado. Deveres do advogado.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Litisconsórcio. Intervenção de terceiros, Intervenção voluntária. (assistência simples, litisconsorcial, amicus curiae, intervenção anômala)
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Ato processual. Conceito. Classificação. Ato das partes. Pronunciamentos do juiz. Forma, tempo e lugar dos atos processuais.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Prazos dos atos processuais. Comunicação dos atos processuais: Cartas, citações e intimações.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Nulidades na comunicação dos atos processuais. Formação dos atos processuais. Impulso oficial, citação. Estabilização do processo. Proibição de alteração do pedido.
TEORIA GERAL DO PROCESSO	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA, TUTELAS, FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	Tutela de urgência e tutela de evidência. Tutela provisória. Tutela de conhecimento e tutela de execução. Tutelas comuns e

		tutelas diferenciadas. Requisitos para concessão.
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Conceito, nomenclatura e ramo
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Funções do Direito Penal
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Divisões do Direito Penal
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Princípio da Reserva Legal
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Princípio da Intervenção Mínima
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Princípio da Ofensividade
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Princípio da Materialização do Fato
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Princípio da Responsabilidade Penal Subjetiva
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Princípio da Responsabilidade Penal Individual
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Princípio da Insignificância I
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Princípio da Insignificância II
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	Princípio da Insignificância III
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Homogênea
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Heterogênea
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Invertida. Permissiva
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Conflito de leis penais no tempo
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Abolitio Criminis
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Tempo do Crime
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Territorialidade

TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Extraterritorialidade
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Lugar do Crime
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Introdução. Princípio da Especialidade
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Princípio da Subsidiariedade. Principio da Alternatividade
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA DA NORMA PENAL	Princípio da Consunção ou Absorção
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Crime, delito e contravenção
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Fato Típico
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Dolo, culpa e preterdolo
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Fases do Delito
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Consumação
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Tentativa
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Tentativa Abandonada
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Arrependimento Posterior
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Crime Impossível
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Estado de Necessidade
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Legítima Defesa
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	TEORIA GERAL DO CRIME	Estrito Cumprimento de Dever Legal. Exercício Regular de Direito
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Imputabilidade
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Embriaguez. Potencial Consciência da Ilicitude
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Exigibilidade de Conduta Diversa
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Erro de Tipo Essencial

TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Erro de Tipo Acidental
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Erro de Proibição
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Requisitos
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Teorias
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Autoria. Teoria do Domínio do Fato
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Participação
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Concurso de pessoas nos crimes culposos
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	CULPABILIDADE, TEORIA DO ERRO E CONCURSO DE PESSOAS	Comunicabilidade de elementares e circunstâncias
3º Semestre		
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	A Teoria da Comunicação (elementos da comunicação e funções da linguagem).
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Análise do discurso. Teoria sociointeracionista da linguagem.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Domínios discursivos: gêneros e tipos textuais; os domínios discursivos documental e jurídico.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Preliminares, comunicação "modus operandi", comunicação e argumentação. Argumentação objetiva.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Argumentação Subjetiva. Comunicação conflitual.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Lógica formal, lógica material e sua utilidade no raciocínio jurídico. Possibilidades e limites. Exemplos práticos.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Técnicas para tratamento de Autoridades e Endereçamento de Petições e Cartas Oficiais.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Técnicas para exposição de fatos, relatórios e descrições, além de exposição de fundamentos.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Técnicas para relatório de fatos e fundamentos. Argumentação Jurídica e Fundamentação de peças. E, instrumentos jurídicos.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Técnica para elaboração de Pedidos.

ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Parte dispositiva de textos oficiais.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	Instrumentos públicos.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	A importância dos discursos e principais documentos jurídicos.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Como iniciar a construção de um texto jurídico
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Desenvolver e concluir os parágrafos de um texto jurídico.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Análise e estrutura de requerimentos para órgãos públicos e instâncias superiores privadas.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Análise e estrutura de notificações e requerimentos: extrajudicial.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Principais requerimentos: judicial simples.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Análise e estrutura de pareceres jurídicos.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Análise e Cartas de Notificação. .
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Análise de E-mails e exemplos práticos.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Apresentação das principais peças jurídicas
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Análise e estrutura: petição inicial
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRÁTICA DA ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	Análise e estrutura: contestação
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	A ciência em construção, aspectos históricos e conceituais.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	As diferentes formas de explicação para os fenômenos – os diferentes tipos de conhecimento.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	Característica do conhecimento científico. O espírito científico. O pensamento científico.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	Conceituando o senso comum.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	Características do senso comum.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	O senso comum como base para o desenvolvimento da ciência.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	A pesquisa como princípio. O método científico e a pesquisa.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	Vantagens da utilização dos princípios do método científico na prática jurídica.

ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	Os diferentes tipos de leitura. O fichamento como estratégia para registro de informações. Utilizando os recursos da informática - organização de arquivos.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	A pesquisa como ferramenta para construção do conhecimento científico.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	O que é pesquisa? O método científico.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS ESPÉCIES	Compreendendo melhor os resumos e resenhas. Como elaborar resumos e resenhas - normas da ABNT.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Normas para a produção do trabalho científico.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	As principais normas da ABNT utilizada.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	O que são as normas para apresentação de trabalhos científicos – a padronização.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Aspectos formais de um TCC e as normas da ABNT
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Técnicas científicas. A apresentação oral do trabalho.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Como elaborar papers e sua utilização em apresentações acadêmicas. Eventos científicos.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	O que é um artigo científico.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Normas da ABNT para a elaboração do artigo científico.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Considerações sobre a tabulação e análise de dados.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	O que é um projeto de pesquisa? A pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Os paradigmas da ciência – a influência das ciências naturais.
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	NORMAS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	As principais abordagens teóricas no âmbito das ciências sociais.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Conceito. Características. Relações com outros ramos do Direito Civil.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Elementos constitutivos.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Fontes.

DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Das obrigações de dar coisa certa.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Impossibilidade de entrega de coisa diversa, ainda que mais valiosa.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Transferência de domínio.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Obrigação de entregar.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Obrigação de Restituir.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Obrigações pecuniárias.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Das obrigações de fazer. Conceito. Espécies. Inadimplemento.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Das obrigações de não fazer. Noção e alcance. Inadimplemento da obrigação negativa.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Das obrigações cumulativas e alternativas. Conceito. Direito de Escolha.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Obrigações Divisíveis e Indivisíveis. Conceitos.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Espécies. Efeitos. Perda da Indivisibilidade.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Obrigações Civis e Naturais. Distinção. Conceito. Natureza jurídica e efeitos.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Conceitos, características, natureza jurídica.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Solidariedade e Indivisibilidade.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Princípios. Solidariedade Ativa. Solidariedade passiva.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Obrigações de meio, de resultado e de garantia.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Obrigações de execução contínua, instantânea, diferida e continuada.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Obrigações Puras e Simples.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Das Obrigações condicionais.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Das Obrigações a termo. Das Obrigações modais ou com encargo.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DAS MODALIDADES E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Obrigações líquidas e ilíquidas. Principais e acessórias.

DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Noções e espécies de pagamento. Natureza jurídica. Requisitos de validade.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Objeto do Pagamento. Prova do Pagamento. Lugar do pagamento. Tempo do pagamento.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Do pagamento de quem deve pagar. Do pagamento a quem deve pagar.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Dos pagamentos especiais. Pagamentos em consignação.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Do pagamento com sub-rogação.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Da imputação em pagamento. Da dação em pagamento.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Novação.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Compensação.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Confusão e Remissão.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Cessão de crédito. Conceito. Requisitos. Espécies. Formas.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Notificação do Devedor. Responsabilidade do Cedente. Conceito de Assunção de dívida.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	DO ADIMPLEMENTO, EXTINÇÃO E TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	Assunção de dívida. Características e pressupostos. Institutos afins. Espécies. Efeitos.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Regular cumprimento, resilição, resolução, distrato, exceção do contrato não cumprido.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Espécies de inadimplemento.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Perdas e danos.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Vícios redibitórios.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Evicção.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Juros, cláusula penal, arras ou sinal.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Acepções de responsabilidade. Distinção entre obrigação e responsabilidade. Panorama histórico.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Fundamentos. Culpa e responsabilidade. Imputabilidade e responsabilidade.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Espécies. Pressupostos da Responsabilidade Civil.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Elementos caracterizadores da Responsabilidade Civil.

DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Dano. Agente.
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Ato ilícito. Nexo de Causalidade.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Evolução dos direitos fundamentais. Da 1ª e 2ª dimensão.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Evolução dos direitos fundamentais. Da 2ª e 3ª dimensão.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Evolução dos direitos fundamentais. Da 4ª e 5ª dimensão.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Direitos e garantias fundamentais. Características.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Deveres fundamentais.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Princípio da igualdade.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Princípio da legalidade.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Direito à vida.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Lei da anistia.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Liberdade da manifestação de pensamento.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Inviolabilidade da intimidade. Inviolabilidade domiciliar.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Liberdade de consciência, crença e culto.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Liberdade de profissão. Informação. Locomoção.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Assistência jurídica integral e gratuita.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Direitos assegurados aos presos.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Mandado de segurança: conceito.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Mandado de segurança: abrangência e legitimidade.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Mandado de Segurança coletivo.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Mandado de Injunção.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Habeas corpus. Competência. Espécies.
DIREITO CONSTITUCIONAL	DA(S) LIBERDADE(S) AOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	Habeas data. Ação popular.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Funções. Separação das funções estatais.

DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Funções estatais: Poder Legislativo.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Executivo Judiciário.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Poder Judiciário: conceito, estrutura, funções típicas e atípicas, garantias.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Do Conselho Nacional de Justiça.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Organização do Poder Judiciário.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Ministério Público: origem, conceito, princípios, funções, garantias.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Advocacia Pública: advocacia, indispensabilidade do advogado, imunidade.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Defensoria Pública: atuação, imunidade e garantias.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Poder Legislativo e Executivo.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Poder Legislativo: Funções, Congresso Nacional.
DIREITO CONSTITUCIONAL	SEPARAÇÃO DOS PODERES	Poder Executivo: estrutura, responsabilidade do Presidente da República.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Introdução ao Controle de Constitucionalidade.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Controle de Constitucionalidade: conceito, pressupostos e requisitos.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Controle de Constitucionalidade: espécies e controle preventivo.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Ação Direita de Inconstitucionalidade.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Ação Declaratória de Constitucionalidade I.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Ação Declaratória de Constitucionalidade II.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Súmulas vinculantes.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Controle Repressivo.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Controle repressivo de constitucionalidade.
DIREITO CONSTITUCIONAL	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Controle concentrado ou via de ação direta.

DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	TEORIA DAS PENAS – PARTE 1	- Concurso de pessoas: autoria e participação. Concurso de delitos: material, formal e continuado. - Circunstâncias qualificadoras. Teoria da pena em sentido estrito: considerações gerais. Conceitos e teorias. - Fixação da Pena. Conceitos e Fundamentos. Individualização da Pena - Princípios inerentes à pena. Abolicionismo penal. Sistemas penitenciários: reclusão, detenção. Direito Penal máximo. Justiça retributiva versus justiça restaurativa.
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	TEORIA DAS PENAS – PARTE 1	- Classificação das causas de extinção da punibilidade. - Morte do agente. Anistia e renúncia; Anistia. Graça e indulto e Renúncia. - Retratação e Perdão judicial. - Prescrição, decadência e perempção.
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	TEORIA DAS PENAS – PARTE 1	- Concurso Formal Impróprio. Concurso Formal Próprio. - Concurso Material. Crime combinado. - Fixação da Pena. Circunstâncias judiciais. Circunstâncias legais: agravantes e atenuantes. - Causas de aumento e de diminuição. Regimes penais. Regime inicial e especial.
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	TEORIA DAS PENAS – PARTE 2	- Teoria geral e Parte Especial das Contravenções Penais - Detração Penal. Livramento Condicional. - Medida de Segurança. - Sursis. Conceito. Natureza Jurídica. Sistemas.
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	TEORIA DAS PENAS – PARTE 2	- Condições objetivas de punibilidade. Teoria geral da punibilidade. Causas de extinção de punibilidade. Conceito. Princípios. Direito de punir. Hipóteses. Morte do agente. Anistia, graça e indulto. - Perdão judicial. Prescrição. Escusas. Renúncia. Dosimetria da Pena. - Pena de Multa: Sistema de cominação. A multa no direito brasileiro. A multa e a (im)possibilidade de conversão

		em detenção. Penhora. - Análise de contagem de prazos.
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	TEORIA DAS PENAS – PARTE 2	- Pena Privativa. - Pena Privativa de liberdade (remissão, detração e progressão de regime). - Pena Privativa de liberdade (progressão de regime). - Pena Restritiva; Penas restritivas de direito.
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	EXECUÇÃO PENAL – PARTE 1	- Do objeto e da aplicação da lei de execução penal (noções gerais, tríplice finalidade da pena, diferenciação entre pena, medida de segurança e medida socioeducativa – ECA). - Princípios orientadores da execução penal (legalidade, igualdade, individualização da pena, jurisdicionalidade). - Classificação dos condenados (critérios de antecedentes e personalidade). - Assistência ao preso, ao internado e ao egresso. Assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Cooperação da comunidade na execução penal: patronato e Conselho da Comunidade. Comissão Técnica de Classificação. Centro de Observação Criminológica.

DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	EXECUÇÃO PENAL – PARTE 1	- Defensoria Pública: função na execução penal. Estabelecimentos penais: abrangência, o preso provisório, hipóteses de prisão especial, estrutura e finalidade. Penitenciária, colônia agrícola, industrial ou similar; casa do albergado, centro de observação e hospital de custódia e tratamento. Cadeia pública. - Recompensas e bom comportamento do preso: regras mínimas da ONU (Resolução 14, art. 55), hipóteses, previsão legal e em regulamento. Órgãos da execução penal: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (membros, mandato, funções). A contribuição do CNJ/DMF. Juízo da execução penal: competência, regras de fixação do local, a situação do preso provisório. Atribuições do juiz da execução. Conselho penitenciário (funções consultivas e fiscalizatória). Departamento Penitenciário Nacional: atribuições, aprimoramento do sistema penitenciário. Departamento Penitenciário Local. Direção do pessoal dos estabelecimentos penais, quadro de pessoal. Patronato: assistência aos albergados e egressos, competência para inspeção do patronato, funções do patronato. Conselho da Comunidade: composição, funções. - Deveres do condenado.

DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	EXECUÇÃO PENAL – PARTE 1	- Execução penal provisória (competência para análise dos pedidos, hipóteses). Restrições impostas na sentença penal condenatória aos direitos do preso. LC 135/2010 e inelegibilidade. Direitos políticos. - Regime disciplinar diferenciado (RDD): constitucionalidade, duração máxima, contagem, acompanhamento do isolamento, restrição de visitas semanais (crianças: regras mínimas da ONU e Estatuto da Criança e do Adolescente), extensão a presos provisórios ou condenados nacionais ou estrangeiros. - Sanções disciplinares: advertência verbal, repreensão, suspensão ou restrição de direitos, isolamento na própria cela, isolamento em RDD (hipóteses, duração, medidas preventivas, competência para aplicação, devido processo legal, oitiva do MP e obrigatoriedade de assistência do advogado ou defensor, critérios para aplicação – natureza, motivos, circunstâncias e consequências do fato). - Trabalho do condenado: finalidades educativa e produtiva. Distinção entre trabalho do apenado e trabalhos forçados. Crime político e não obrigatoriedade do trabalho do condenado. Preso provisório e facultatividade do trabalho interno. Remuneração do trabalho do preso (tabelamento, não submissão à CLT, destinação do produto da remuneração do trabalho). Distinção em relação às tarefas executadas como prestação de serviços à comunidade (ônus do condenado). Trabalho externo (requisitos, percentual máximo, remuneração, prestação de trabalho à iniciativa privada, autorização e ato jurisdicional da execução).

DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	EXECUÇÃO PENAL – PARTE 2	- Excesso ou desvio na execução (conceito, consequências, competência para suscitar). Atestados; certidões e aspectos relevantes no emprego de algemas. - Anistia (conceito, espécies, finalidade, competência, natureza jurídica do ato, efeitos extrapenais). - Graça (conceito, espécies, finalidade, competência, natureza jurídica do ato, efeitos extrapenais). - Indulto (conceito, espécies, finalidade, competência, natureza jurídica do ato, efeitos extrapenais).
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	EXECUÇÃO PENAL – PARTE 2	- Procedimento judicial da execução penal (competência, impulso oficial e legitimidade) - - Recursos; agravo em execução e carta testemunhável. - Execução das medidas de segurança: espécies (detentiva, restritiva), finalidade preventiva, parâmetro da periculosidade do agente. Exame criminológico. Prazo máximo. Desinternação condicional: plano de desligamento interno. Incidentes de execução: conversões.
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	EXECUÇÃO PENAL – PARTE 2	- Autorizações de saída: prazos, condições – permissão de saída, saída temporária - Livramento condicional (competência, requisitos, condições, participação do Ministério Público e do Conselho Penitenciário). - Distinções entre sursis e livramento condicional. Carta, caderneta e cerimônia de livramento. Observação cautelar e proteção (Conselho da comunidade, patronato e serviço social penitenciário). Revogação (requisitos e competência). Monitoração eletrônica (condições, previsão legal, deveres, revogação). - Remição. Suspensão. Limitação de fim de semana. Interdição temporária de direitos. - Penas restritivas de direitos: requisitos, competência,

		alterações da forma de cumprimento. Prestação de serviços à comunidade.
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Conceito de conflito e atuação do estado
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O enfrentamento dos conflitos e a jurisdição
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	A Constituição Federal de o modelo de prestação jurisdicional
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Noções gerais da resolução de conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Autotutela e heterocomposição
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Autocomposição
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O uso dos princípios como meio de interpretação e integração das normas
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Acesso à justiça
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Celeridade e efetividade da prestação jurisdicional
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O papel do Estado na resolução de conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O ideal de integração e paz social
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	VISÃO GERAL SOBRE O CONFLITO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	As muitas portas no caminho da resolução de conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	Desenvolvimento histórico
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	Objetivos do modelo multiportas

MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	Direito comparado
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	A busca de alternativas ao processo formal
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	Juizados Especiais
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	Arbitragem no Brasil
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	Noções gerais - acesso ao judiciário x acesso à justiça
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	Os métodos alternativos de resolução de conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	A adequação na resolução dos conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	A realidade de um modelo social litigioso
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	A desconstrução da cultura do litígio
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	O MODELO MULTIPORTAS DE ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS	O caminho consensual como alternativa na resolução de conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Ideais preliminares
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Objetivos da integração na resolução dos conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Autocomposição e o protagonismo do indivíduo
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Noções gerais da mediação de conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Desenvolvimento histórico de conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Tratamento Legal conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Noções gerais conciliação
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Desenvolvimento histórico da conciliação

MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Tratamento Legal da conciliação
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Noções gerais da arbitragem
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Desenvolvimento histórico da arbitragem
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	MEIOS INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	Tratamento Legal arbitragem
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	A atuação do Conselho Nacional de Justiça
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	Resolução CNJ 125/2010
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	Outras experiências envolvendo modelos integradores de resolução de conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	Análise da legislação e da jurisprudência
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	Análise da legislação
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	Análise da jurisprudência
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	Os campos de atuação dos meios integradores de resolução de conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	Câmaras de Arbitragem

MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	Conciliação e mediação privadas
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	Justiça restaurativa
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	As experiências dos métodos integradores de resolução de conflitos
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	AS PERSPECTIVAS DOS MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MODELO MULTIPORTAS	O modelo multiportas na atualidade
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	PROGRAMA DE AÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL. A FINALIDADE DO PROJETO DE EXTENSÃO NO PROGRAMA DE AÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL DO CURSO, ESTÁ RELACIONADO AO FOMENTO À CULTURA LOCORREGIONAL, FOMENTANDO A DIFUSÃO, A TRANSPARÊNCIA E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS AÇÕES CULTURAIS, POR MEIO DE PROJETOS QUE POSSIBILITEM A TRANSFERÊNCIA PARA A SOCIEDADE DE CONHECIMENTOS MULTIDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NO CURSO E A POSSIBILIDADE DE POTENCIALIZAR A GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS APLICADOS, PERMITINDO AO EGRESSO UM MAIOR ENVOLVIMENTO JUNTO ÀS AÇÕES CULTURAIS E SOCIAIS NO ÂMBITO DAS DIVERSAS CIÊNCIAS COMO TAMBÉM DA TECNOLOGIA, ARTICULADOS COM OS ANSEIOS DA COMUNIDADE. OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS SUGERIDOS PARA CORRELACIONAR AS AÇÕES SÃO: ANTROPOLOGIA; HISTÓRIA DO DIREITO; TEORIA GERAL DO DIREITO; DIREITO CONSTITUCIONAL. OS LOCAIS QUE PODERÃO CONTEMPLAR ESSE PROJETO SÃO: ENTIDADES PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL; ESCOLAS; COLÉGIOS; ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG); INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM	

	AÇÕES SOCIAIS; FUNDAÇÕES; ENTIDADES DO JUDICIÁRIO COMO PROCONS E TRIBUNAIS; ENTIDADES RELIGIOSAS COMO IGREJAS, ORDENS, TEMPLOS, CONGREGAÇÕES, MISSÕES E CASAS DE ACOLHIMENTO OU ASSISTÊNCIA; ASILOS, ENTIDADES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPS); ORGANIZAÇÕES DE MORADORES E COOPERATIVAS, ENTRE OUTRAS.	
4º Semestre		
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	INTRODUÇÃO AOS CONTRATOS E CLASSIFICAÇÃO	De Execução Imediata, Diferida ou Sucessiva Personalissimo e Impessoais
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	INTRODUÇÃO AOS CONTRATOS E CLASSIFICAÇÃO	Autonomia da Vontade Supremacia da Ordem Pública
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	INTRODUÇÃO AOS CONTRATOS E CLASSIFICAÇÃO	Principais ou Acessóriosparitários ou de Adesão
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	INTRODUÇÃO AOS CONTRATOS E CLASSIFICAÇÃO	Conceito e Requisitos
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	INTRODUÇÃO AOS CONTRATOS E CLASSIFICAÇÃO	Consensualismo Obrigatoriedade da Convenção Relatividade Dos Efeitos do Contrato
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	INTRODUÇÃO AOS CONTRATOS E CLASSIFICAÇÃO	Reais ou Consensuais Solenes ou Não Solenes
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	INTRODUÇÃO AOS CONTRATOS E CLASSIFICAÇÃO	Típicos e Atípicos
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	INTRODUÇÃO AOS CONTRATOS E CLASSIFICAÇÃO	Unilaterais ou Bilaterais Oneroso ou Gratuitos Aleatório ou Cumulativos

DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Conceito Contrato Acidentalmente Aleatórios: Venda de Cosias Futuras Venda de Coisas Existente, Mas Expostas A Risco.
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Contrato Com Pessoa A Declarar
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Conceito e Extensão: Caráter Objetivo e Subjetivo
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Contrato Preliminar: Conceito Caracteristicas Requisitos.
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Critérios Práticos Para Interpretação Dos Contratos
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Efeitos Princípios Básicos Outras Regras Esparsas
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Função Social do Contrato
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Interpretação Dos Contratos de Adesão.
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Interpretação Dos Contratos no Código de Defesa do Consumidor
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Obrigações Personalíssimas Não Personalíssimas Contratos Que Criam Deveres ou Direitos Para Terceiros
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Promessa Pelo Fato de Terceiro Estipulação Em Favor de Terceiro
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	ELEMENTOS DO CONTRATO, EFEITOS, CONTRATOS ALEATÓRIOS E INTERPRETAÇÃO	Requisitos: Subjetivos Objetivos Formais.
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	VÍCIOS REDIBITÓRIOS, EVICÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO E CONTRATOS EM ESPÉCIE	Compra e Venda Troca e Permuta Contrato Estimatório Doação Empréstimo: Comodato, Mútuo Locação Depósito Prestação de Serviço Empreitada.
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	VÍCIOS REDIBITÓRIOS, EVICÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO E CONTRATOS EM ESPÉCIE	Conceito Requisitos, Partes na Relação de Evicção Classiifcação
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	VÍCIOS REDIBITÓRIOS, EVICÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO E CONTRATOS EM ESPÉCIE	Ações Edilícias: Ação Redibitória Ação Quanti Minoris ou Estimatória.
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	VÍCIOS REDIBITÓRIOS, EVICÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO E CONTRATOS EM ESPÉCIE	Conceito Fundamento Jurídico Distinções

DIREITO CIVIL - CONTRATOS	VÍCIOS REDIBITÓRIOS, EVICÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO E CONTRATOS EM ESPÉCIE	Defesas do Réu Prazos no Código Civil Prazos no Código de Defesa do Consumidor
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	VÍCIOS REDIBITÓRIOS, EVICÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO E CONTRATOS EM ESPÉCIE	Formas de Extinção Resolução.
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	VÍCIOS REDIBITÓRIOS, EVICÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO E CONTRATOS EM ESPÉCIE	Hipótese de Boa e de Má-Fé
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	VÍCIOS REDIBITÓRIOS, EVICÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO E CONTRATOS EM ESPÉCIE	Responsabilidade Pela Evicção (Direito do Evicto) Deterioração ou Benfeitorias Realizada no Objeto.
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	Aceitação
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	Lugar de Celebração do Contrato
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	Manifestação da Vontade
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	Momento de Conclusão do Contrato
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	Negociações Preliminares
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	Proposta
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	- Breve evolução histórica. Autonomia. Conceito. Denominação. Conteúdo. Função. - Sujeitos. Direito Coletivo do Trabalho. Direito Sindical. Direito Social. Ministério Público: atuação e legitimidade. - Evolução histórica do sindicalismo. Direito coletivo, autoritarismo e democracia. Liberdade sindical. Unicidade versus pluralidade sindical. - O sindicalismo na Constituição Federal de 1988 e a recepção das disposições celetistas pela Constituição Federal.
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	Princípios do Direito Coletivo do Trabalho - Introdução. Princípios específicos do Direito Coletivo do Trabalho. - Princípios assecuratórios da existência do ser coletivo obreiro. - Princípios regentes das relações entre os seres coletivos trabalhistas. - Princípios regentes das relações entre normas coletivas negociadas e as normas estatais.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	- Introdução. Retrospectiva histórica. Critérios. - Organização sindical, receitas e garantias sindicais. Natureza jurídica. - Sujeitos de Direito Coletivo. - Comissão de Representação de empregados na empresa.
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO	- Introdução. Princípios específicos na negociação coletiva. - Importância da negociação coletiva. Diplomas negociais coletivos: efeitos jurídicos. - Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho: caracterização, legitimação. Dissídio coletivo. - Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho: conteúdo, forma, limites, vigência, prorrogação e hierarquia.
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO	- Introdução. - Mediação e Conciliação - Arbitragem - Comissão de Representação dos Empregados.
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO	- Dissídio Coletivo: caracterização, dinâmica, efeitos. - Requisitos para a Ação de Dissídio Coletivo. Competência - Sentença Normativa. Vigência. - Recurso da decisão em Dissídio Coletivo
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	TUTELAS COLETIVAS – INTERESSES METAINDIVIDUAIS	- Introdução. Denominação. Interesses difusos. Interesses Coletivos. - Direitos individuais homogêneos. - Conceito e terminologia dos interesses metaindividuais. - Distinções e pecularied ades.
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	TUTELAS COLETIVAS – INTERESSES METAINDIVIDUAIS	- Breve evolução histórica e regulamentação das ações coletivas no Brasil. Necessidade. Avanços. Retrocessos. Competência. - Mecanismos de tutela coletiva I - Ação civil pública. Ação Popular. Ação de Improbidade Administrativa. Objeto tutelado. Espécie de direito. Natureza. Titularidade. - Mecanismos de tutela coletiva II - Ação Civil Coletiva. Mandado

		de Segurança. Objeto tutelado. Espécie de direito. Natureza. Titularidade. - Situações jurídicas heterogêneas. Ações pseudocoletivas. Ações pseudoindividuais.
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	TUTELAS COLETIVAS – INTERESSES METAINDIVIDUAIS	- Greve: Caracterização, Limitações, Legitimidade, Oportunidade de Exercício. Ações Judiciais Relacionadas ao Direito de Greve. - Condutas antissindicais. Locaute: caracterização, efeitos e distinções. Figuras próximas. - Greve no setor público. Interdito proibitório. - Direitos e Deveres dos Envolvidos, Abuso do Direito de Greve.
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	TUTELAS COLETIVAS ESPECÍFICAS	- Introdução. Breve análise da evolução histórica. - Legitimidade. Efeitos. - Requisitos. Competência. - Decisão Judicial.
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	TUTELAS COLETIVAS ESPECÍFICAS	- Legitimação ativa: Associações, Ministério Público, Entes Públicos, Defensoria Pública. - Competência - Coisa julgada. - Efeitos.
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	TUTELAS COLETIVAS ESPECÍFICAS	- Introdução. Fundação Constitucional e Legislação em vigor. Conceito. Efeitos. Características. - Legitimidade. Objeto. Coisa Julgada. - Propositura. Procedimento. - Características. Habeas Data. Habeas Corpus.
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	INTRODUÇÃO DE DIREITO ECONÔMICO	- Transdisciplinaridade da Economia Política. Sistemas econômicos e gênese do capitalismo. - Modo de produção. Teoria dos sistemas econômicos. - Comunismo primitivo. Socialismo. Excedente social. Exploração do homem pelo homem - Esboço histórico: da Antiguidade ao Keynesianismo.

DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	INTRODUÇÃO DE DIREITO ECONÔMICO	- História do pensamento econômico. - Revolução comercial. Capitalismo de concorrência. Capitalismo monopolista. - Lei de Say e preservação do poder de compra. Oferta e demanda. Ideia de bens substitutos na microeconomia e macroeconomia. Neoliberalismo. - Bens econômicos (bens exclusivos e bens públicos). Fato econômico e suas relações. Fatores de Produção.
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	INTRODUÇÃO DE DIREITO ECONÔMICO	- Introdução e breve evolução histórica. Da ordem econômica e financeira. Preservação do sistema capitalista. - Imperfeições do liberalismo. - Agente regulador da economia. - Funções de legitimação e repressão. Movimento pendular do neoliberal para o liberalismo. Ideologia constitucionalmente adotada. Crítica aos elementos fundamentais do liberalismo. Falhas de Mercado.
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	DIREITO ECONÔMICO	- Introdução à ordem econômica internacional e sua relação com a soberania. Modalidades de intervenção do Estado no campo econômico. A ordem econômica na Constituição de 1988. - Princípios constitucionais da ordem econômica. Interpretação dos princípios em relação aos fundamentos da Constituição de 1988. - Ordem econômica internacional. Atividade econômica internacional. - Organismos internacionais em econômica constitucional e internacional. Lex mercatória.
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	DIREITO ECONÔMICO	- A fiscalização e controle da concorrência: CADE, funcionamento e julgamentos. Formas de Intervenção do Estado na Economia. Introdução ao tema da regulação, O papel das agências. - A interpretação do conceito de ordem econômica, tipos de constituição, história das Constituições Econômicas. - Atividade econômica em

		sentido amplo e sentido estrito. Serviço público. Intervenção sobre o domínio econômico. - Conceito de direito econômico, sua importância e histórico. Direito econômico e política econômica, o método, economia política da forma jurídica.
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	DIREITO ECONÔMICO	- O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Prevenção e repressão das infrações à ordem econômica. A fiscalização da concorrência. - Controle da concorrência: CADE: organização dos órgãos. CADE: funcionamento. Tribunal administrativo de defesa econômica. Competência do Tribunal, conselheiros. Superintendência do CADE. Ministério Público Federal junto ao CADE. - Departamento de Estudos Econômicos. Mercado e regulação: o papel das agências. - Agência Nacional de Energia Elétrica. Agência Nacional de Saúde. Agência Nacional de Defesa do Consumidor e da Concorrência.
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	DIREITO FINANCEIRO	- Conceito de Direito Financeiro. O direito financeiro no quadro da Ciência Jurídica. Federalismo e estado democrático de direito. Consequências no Direito Financeiro. - Normas e princípios fundamentais disciplinadores de receita, despesa, crédito público e orçamento. Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento annual. - Princípios orçamentários da Constituição: legalidade, periodicidade, planejamento e programação - Princípios orçamentários da Constituição: universalidade, exclusividade, especificidade, vedação de estorno, unidade, quantificação e especificação de despesa.

DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	DIREITO FINANCEIRO	- Controle de isenções, subsídios, anistias e benefícios. - Tribunais de Contas. Regime jurídico do orçamento público. - Obrigações Puras e Simples. Obrigações condicionais. Obrigações a termo. Obrigações modais ou com encargo. - Obrigações líquidas e ilíquidas. Principais e acessórias.
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	DIREITO FINANCEIRO	- Cessão de crédito. Conceito. Requisitos. Espécies. Formas. - Notificação do Devedor. Responsabilidade do Cedente. - Conceito de Assunção de dívida. Assunção de dívida. Características e pressupostos. Institutos afins. Espécies. Efeitos. - Cessão da posição contratual. Conceito. Natureza jurídica. Características. Efeitos.
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E CRÉDITO PÚBLICO	- Direito Constitucional Orçamentário. - Gestão Administrativa e Tributária. - Princípios constitucionais e legais incidentes. - Espécies de orçamento.
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E CRÉDITO PÚBLICO	- Da Lei de Responsabilidade Fiscal. Limites na Lei de Responsabilidade fiscal. - Novas tendências nos orçamentos públicos. - Movimento pendular. - Gestores e reflexos no descumprimento orçamentário.
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E CRÉDITO PÚBLICO	- Noções fundamentais de crédito público - Natureza jurídica do crédito público. Espécies de créditos públicos. - Empréstimos públicos - Empréstimos compulsórios. Contribuições especiais
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Sujeitos principais do processo.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Sujeitos secundários ou acessórios.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Intervenção de terceiros.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Espécies de litisconsórcio.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Atos processuais. Principais impactos do CPC na intervenção de terceiro.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Tempo processual.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Evolução histórica. Da Regulamentação do Processo Judicial Informatizado na Justiça Comum (Pje).
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Do Direito de Petição e o processo eletrônico. Efeitos na inacessibilidade do PJe.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Cumprimento de prazos processuais. Assinatura do magistrado e outros, que participam do processo eletrônico.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Das tutelas: espécies.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Hipóteses de suspensão.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	PROCESSO ELETRÔNICO, SUJEITOS E TUTELAS PROCESSUAIS	Suspensão e extinção do processo.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Dos requisitos essenciais e estrutura da petição inicial. Fixação de competência.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Qualificação das partes. Os fatos e fundamentos jurídicos.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Do pedido. Valor da Causa.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Meios de Prova.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	As provas em que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Juízo 100% digital (CNJ). Possibilidade de realização ou não da audiência de conciliação e mediação.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Juízo de admissibilidade da Petição Inicial.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Emenda à Petição Inicial. Improcedência liminar do pedido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Indeferimento da Petição Inicial.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Da possibilidade da não realização. Da manifestação à fase processual para a composição amigável do litígio.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Dinâmica: Conciliação e Mediação.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DA FASE POSTULATÓRIA À CONCILIAÇÃO	Justiça multiportas.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Julgamento conforme o estado do processo (adequação da tutela e sumarização formal, extinção do processo).
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Julgamento conforme o estado do processo (julgamento antecipado do mérito, julgamento integral e parcial).
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Organização do processo prospectiva e retrospectiva e o despacho saneador.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Audiência de instrução e julgamento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Provas: funções, a busca pela verdade e suas teorias. Definição e objeto da prova.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Regras de privilégio como exceção ao dever de prova.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Ônus da prova (confissão, não contestação, presunção legal de existência ou de veracidade).
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Ônus da prova (distribuição, contraprova e prova dos fatos alegados pelo réu).
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Ônus da prova (modificação, fatos que independem de prova – notórios).
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Poder probatório do juiz.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Prova emprestada.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO À PROVA	Fases do procedimento probatório.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Sentenças. Conceito. Função.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Sentença e convicção.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Fundamentação e prova. Fundamentação e direito.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Racionalidade e justificação. Elementos essenciais.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Sentença e convicção. Fundamentação e prova. Fundamentação e direito.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Regra da congruência. Fato superveniente e sentença. Preclusão consumativa.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Classificação das sentenças. Sentenças, outras técnicas de decisão e tutela de direitos.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Efeitos das Sentenças.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Sentenças autossuficientes e não autossuficientes.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Coisa julgada como expressão da segurança jurídica. Coisa julgada e preclusão.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Coisa julgada: da estática à dinâmica. Coisa julgada: da vontade das partes à evolução do debate. Jurisprudência.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	A SENTENÇA E COISA JULGADA	Eficácia da coisa julgada. Relativização e limites da coisa julgada.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	ÉTICA PROFISSIONAL E OS DIREITOS DA ADVOCACIA	Ética na Filosofia; Ética na vida profissional; Sistema ético; Principiologia ética; Deontologia e atividade profissional da advocacia.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	ÉTICA PROFISSIONAL E OS DIREITOS DA ADVOCACIA	Dever de Urbanidade; Independência do advogado; Responsabilidade do Advogado.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	ÉTICA PROFISSIONAL E OS DIREITOS DA ADVOCACIA	Defesa dos direitos e prerrogativas; Desagravo público; Inviolabilidade profissional; Uso da Palavra; Acesso à Justiça; Direitos da Advogada.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	RELAÇÕES COM O CLIENTE, INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES	Exercício da advocacia no tempo; deveres quanto à representação; honorários advocatícios.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	RELAÇÕES COM O CLIENTE, INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES	Regras; limites; divulgação; publicidade e redes sociais; marketing jurídico.

ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	RELAÇÕES COM O CLIENTE, INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES	Infrações; sanções; reabilitação; prescrição; Processo Disciplinar; Tribunal de Ética e Disciplina; Recursos.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE ADVOCATÍCIA	Inscrição do estagiário; estágio profissional; Inscrição principal e suplementar; transferência e licenciamento; cancelamento; Incompatibilidades e impedimentos.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE ADVOCATÍCIA	Sociedade de fato; inscrição da sociedade; associação entre sociedades de advogados e advogados.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE ADVOCATÍCIA	Direitos trabalhistas do advogado empregado.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	Patrimônio; Atuação; Conselho Federal; Órgãos do Conselho Federal; Conselho Pleno; Órgão Especial do Conselho Pleno; Câmaras; Sessões; Diretoria do Conselho Federal; Competências; Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal; Conselheiro Federal.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	Conselho Seccional; Subseções; Competência; Caixa de Assistência dos Advogados.
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	Conferência Nacional da OAB; Medalha Rui Barbosa.
HUMANIDADES NO DIREITO	FILOSOFIA DO DIREITO	A Ruptura do Renanscimento, a Revolução Copernicana, o Jusnaturalismo, as Teorias Contratualistas. A Filosofia Moderna: Capitalismo e Modernidade, o problema do conhecimento, a Filosofia Política Moderna A Filosofia do Direito Moderno. Contribuições para o Direito Moderno de Kant, Hegel e Marx
HUMANIDADES NO DIREITO	FILOSOFIA DO DIREITO	Direito e Linguagem. Epistemologia Jurídica. Da Amplitude Epistemológica do Direito. Sistemicidade e unicidade do Direito. Intersecções e multidisciplinaridade.

HUMANIDADES NO DIREITO	FILOSOFIA DO DIREITO	Direito e valor. Os Valores e o Homem; e a Religião; e a Estética; E o Direito. Os Valores Axilogia Jurídica Teoria do Direito Enquanto Valor. O Livre Arbítrio, a Liberdade de Consciência, Dimensões Sociais
HUMANIDADES NO DIREITO	FILOSOFIA DO DIREITO	A Fenomenologia do Poder, a Legitimidade do Poder. Contrapontos entre o Poder, o Não-Poder e o Dever Justiça e Finalidade do Direito. Diquelogia Jurídica Teoria do Direito Enquanto Justiça Normas Jurídicas e Normas Morais - Conceitos e Distinções
HUMANIDADES NO DIREITO	FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS NO DIREITO	Fundamentos da Sociologia do Direito Conceito e Características: científica, empírica, zetética, causal) A escola da exegese, o formalismo jurídico
HUMANIDADES NO DIREITO	FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS NO DIREITO	Definição de hermenêutica jurídica. Aplicabilidade. Sociologia Jurídica. Métodos de Interpretação: interpretação gramatical, lógica, sistemática, histórica Métodos de Interpretação: evolutiva, teleológica e axiológica. Tipos (especificadora, restritiva, extensiva)
HUMANIDADES NO DIREITO	FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS NO DIREITO	Distinção entre interpretação, integração e aplicação do Direito Modos de Integração do Direito Natureza lógica da aplicação do Direito. Limites à integração

HUMANIDADES NO DIREITO	FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS NO DIREITO	Jurisprudência do interesse, de valores. Vontade da lei e do legislador. O pós-positivismo Relações entre Direito e Justiça. A sociabilidade humana e o Direito. Fato social. Fato Jurídico.
HUMANIDADES NO DIREITO	A RELAÇÃO ENTRE DIREITO E PSICOLOGIA	Aspectos fundamentais para o estudo do comportamento As principais características do transtorno da conduta Emoções, gênero e cultura. Agressão
HUMANIDADES NO DIREITO	A RELAÇÃO ENTRE DIREITO E PSICOLOGIA	Comportamento normal e anormal. Aprendizagem e condicionamento. Percepção. Atenção. Memória. Linguagem. Pensamento. Emoção.
HUMANIDADES NO DIREITO	A RELAÇÃO ENTRE DIREITO E PSICOLOGIA	Considerações iniciais. Conceito. Psicopata primário Psicopata secundário. Psicopata criminoso.
HUMANIDADES NO DIREITO	A RELAÇÃO ENTRE DIREITO E PSICOLOGIA	Conceito. Exemplos de mecanismos de defesa: compensação, expiação, fantasia, formação reativa, identificação, isolamento, negação, projeção e regressão. Formação e determinantes da personalidade. Estruturas clínicas da personalidade. Personalidade antissocial e criminalidade. Influência de fatores ambiental/familiar e biológico.
HUMANIDADES NO DIREITO	TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA	Considerações iniciais sobre teorias e comportamentos na psicologia jurídica. Contextualização histórica. Psicologia científica e senso comum.

HUMANIDADES NO DIREITO	TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA	Fenômenos psicológicos e sua importância. Importância do estudo da Psicologia para os futuros profissionais do Direito. Personalidade: definição e abordagens. A genética da personalidade. Personalidade e ambiente.
HUMANIDADES NO DIREITO	TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA	Processo de formação e rompimento do vínculo familiar. Separação e divórcio. Efeitos sobre os filhos. Síndrome de alienação parenteral Crime e criminalidade. Psicologia do testemunho.
HUMANIDADES NO DIREITO	TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA	Psicologia Criminal. Psicologia Judiciária. Psicologia Forense. Psicologia Legal.
5º Semestre		
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	Funções do Estado (conceito, critérios, espécies - função política ou de governo) Direito Administrativo (conceito, abrangência, origem, bases ideológicas) Regime Jurídico Administrativo (conceito, direito subjetivo público, interesses primários e secundários do Estado) Conteúdo do regime jurídico administrativo: supremacia do interesse público sobre o privado, indisponibilidade, pela Administração dos interesses públicos. Valor metodológico da noção de regime jurídico administrativo
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	Princípios constitucionais administrativos Princípios expressos administrativos Princípios implícitos administrativos Restrições excepcionais ao princípio da legalidade

DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	Organização administrativa: órgãos (classificação) e competências públicas Processo administrativo (introdução): pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia. Centralização e descentralização administrativa (desconcentração, poder hierárquico, descentralização e desconcentração, controle administrativo) Organização Administrativa da União: administração direta e indireta.
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	ATOS E PODERES ADMINISTRATIVOS	Autarquias (conceito, regime jurídico, autarquias especiais ou sob regime especial, agências reguladoras e executivas) Fundações públicas (conceito, natureza) Empresas públicas e sociedades de economia mista (conceito, natureza, critérios, regime jurídico, relações internas, com a pessoa que as criou e terceiros) Contratos de gestão e termos de parcerias: Organizações Sociais e Organizações da sociedade civil de interesse público.
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	ATOS E PODERES ADMINISTRATIVOS	Introdução, conceito, atos e fatos jurídicos. Atos da administração e atos administrativos. Perfeição, validade e eficácia. Requisitos e elementos do ato administrativo. Pressupostos do ato administrativo: pressupostos de existência e de validade (sujeito, motivo, motivação, requisitos procedimentais, finalidade, teoria do desvio do poder, causa, formalização). Silêncio no ato administrativo. Atributos dos atos administrativos. Classificação dos atos administrativos (natureza da atividade, estrutura do ato, destinatários do ato, grau de liberdade da administração quanto à sua prática, função da vontade administrativa, efeitos, resultado sobre a esfera jurídica

		dos administrados, situação de terceiros, composição da vontade produtora do ato, natureza das situações jurídicas que criam, posição jurídica da administração) Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos em espécie. Procedimento ou processo administrativo. Revogação. Coisa julgada administrativa. Invalidade dos atos administrativos. Regime Jurídico dos atos inexistentes, nulos e anuláveis: comparação. Diferenças entre revogação e invalidação.
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	ATOS E PODERES ADMINISTRATIVOS	Poder de polícia: introdução, noções em sentido amplo e estrito, fundamento, supremacia geral e especial, especificidades. Polícia administrativa e polícia judiciária. Polícia geral e polícia especial. Delegação de atos de polícia administrativa. Executoriedade. Princípio da proporcionalidade. Setores da polícia administrativa. Princípios das sanções administrativas e infrações. Classificação das sanções. Multas. Dever de sancionar.
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Conceitos e finalidades. Normas gerais de licitações e contratos. Obrigação de licitar, pressupostos. Objeto licitável, dispensa e inexigibilidade de licitação. Modalidades da licitação, prazos e formas de publicidade. Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite. Pregão e consulta (procedimentos). Registros cadastrais. Registro de preços. Comissões de licitação. Licitações de grande vulto e de grande complexidade técnica. Alienação de bens. Licitações internas e licitações internacionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Etapas interna e externa da licitação. Requisitos, vedações. Fases da licitação. Edital. Habilitação. Fases da licitação. Julgamento. Homologação e Adjudicação. Financiamento internacional. Recurso administrativos. Crimes. Licitação e Mandado de Segurança. Consequências da licitação.
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Introdução, direito francês, doutrina brasileira. Conceito, características. Contrato administrativo: doutrina brasileira: alteração e extinção unilateral e bilateral do contrato. Exceção do contrato não cumprido. Prazo e prorrogação dos contratos. Formalidade e eficácia dos contratos administrativos. Pagamento nos contratos administrativos. Correção monetária, reajuste e recomposição dos preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas). Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo (âmbito de proteção, dever de boa-fé). Cláusula rebus sic standibus. A teoria da imprevisão. Cláusulas de reajustes de preços. Reajustes e índices oficiais. Obrigações do Estado e contratos inválidos ou inexistentes. Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa. Convênios e consórcios públicos. Parcerias público-privadas.
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	BENS PÚBLICOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Conceito. Bens com relação à sua destinação. Afetação e desafetação de bens públicos. Regime jurídico dos bens públicos. Os bens quanto à sua natureza física (bens do domínio hídrico, bens do domínio terrestre, domínio do solo e do subsolo. Formas de aquisição e alienação dos bens públicos. Formas de

		utilização dos bens de uso comum. Utilização dos bens de uso especial. Utilização dos bens dominicais. Desapropriação (conceitos, fundamentos, requisitos, competência legislativa de execução, objeto, beneficiários, fases).
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	BENS PÚBLICOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Declaração de utilidade pública, imissão provisória de posse, indenização: correção monetária, juros, honorários advocatícios. Desapropriação: espécies - direta, indireta, por zona, retrocessão, requisição e servidão administrativa. Conceito e noções gerais. Concessão e permissão de serviço público na Constituição brasileira e as leis editadas. Natureza jurídica da concessão de serviços públicos e suas consequências Forma e condições de outorga do serviço de concessão.
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	BENS PÚBLICOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Licitação das concessões, contrato. Transferência da concessão. O prazo nas concessões; hipóteses de prorrogação. Tarifas. Equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço ou obra pública. Poderes da concedente. Direitos do concessionário. Formas de extinção da concessão e seus efeitos.
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Aquisição.Figuras híbridas ou intermediárias
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Características, objeto, natureza jurídica
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Conceito, evolução histórica, conteúdo.
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Distinções do direito patrimonial obrigacional, teorias
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Características
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Classificação
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Efeitos sobre posse
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Posse e detenção. As teorias da posse.

DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Conservação
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Das Ações de Manutenção e da Reintegração de posse
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Extinção
DIREITO CIVIL - COISAS	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS E POSSE	Tutela
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Conservação e perda.
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Espécies, extensão.
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Funções, aquisição, título hábil à aquisição de bens imóveis.
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Histórico, conceito, características.
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Direito de construir
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Exercício abusivo, árvores limítrofes, passagem forçada.
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Limites entre prédios. Direito de Tapagem.
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Passagem de cabos e tubulações. Das águas.
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Direitos e deveres dos condöminos.
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Do condomínio necessário.
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Do condomínio voluntário. Conceitos e espécies.
DIREITO CIVIL - COISAS	PROPRIEDADE, DIREITOS DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO	Extinção do condomínio voluntário. Administração.
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Administração. Extinção.
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Direitos e deveres dos condôminos.
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Do condomínio edilício. Considerações iniciais. Natureza jurídica. Instituição e constituição do condomínio.
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Estrutura interna do condomínio edilício.
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Introdução aos Direitos Reais. Da superfície.
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Modalidades de usufutruto. Deveres do usufrutuário. Extinção. Analogias com fideicomisso, enfiteuse e locação.
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Servidões. Características. Classificação. Modos de Constituição. Regulamentação. Ações. Extinção.

DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Usufruto. Conceito. Características. Modos de constituição. Objeto. Espécies.
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Direito do Promitente comprador. Conceitos e características. A promessa de Compra e Venda.
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Habitação. Conceito. Regulamentação legal.
DIREITO CIVIL - COISAS	CONDOMÍNIO E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS	Uso. Conceitos e características. Objeto. Necessidades pessoais e da família. Extinção.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Conceitos e Características.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Efeitos sobre direitos reais de garantia
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Requisitos dos Direitos reais de garantia.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Vencimento antecipado da dívida. Garantia real outorgada por terceiro. Cláusula comissória. Responsabilidade do devedor pelo remanescente da dívida.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Direitos e obrigações do credor pignoratício.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Direitos e obrigações do devedor pignoratício.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Espécies de Penhor. Extinção de penhor.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Penhor. Conceito. Características. Objeto. Forma.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Conceitos. Características. Requisitos Jurídicos.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Efeitos da hipoteca. Direito de remição. Perempção da hipoteca.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Espécies de hipoteca. Pluralidade de hipotecas.
DIREITO CIVIL - COISAS	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E AQUISIÇÃO	Prefixação do valor do imóvel hipotecado. Hipoteca e falëncia. Cédula hipotecária. Execuçào da dívida hipotecária.
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES CONTRA A VIDA E PATRIMÔNIO (PARTE 1)	- Parte especial do Código Penal. Introdução. - Homicídio simples. Causas de diminuição da pena. - Homicídio qualificado. Feminicídio. - Homicídio culposo.

DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES CONTRA A VIDA E PATRIMÔNIO (PARTE 1)	- Causas de aumento de pena em homicídio culposo - Induzimento, instigação e auxílio ao suicídio - Causas de aumento de pena no crime de induzimento, instigação e auxílio ao suicídio - Infanticídio.
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES CONTRA A VIDA E PATRIMÔNIO (PARTE 1)	- Aborto provocado por gestante com seu consentimento. Aborto provocado por terceiro. - Aborto provocado por terceiro. Forma qualificada. - Aborto necessário. - Aborto no caso de gravidez em razão de estupro. Aborto e consentimento do ofendido.
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES CONTRA A VIDA E PATRIMÔNIO (PARTE 2)	- Lesão corporal - Lesão corporal de natureza grave - Lesão corporal seguida de morte. Lesão corporal seguida de morte: diminuição de pena. Lesão corporal seguida de morte: substituição de pena. - Lesão corporal culposa. Lesão corporal culposa: aumento de pena.
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES CONTRA A VIDA E PATRIMÔNIO (PARTE 2)	- Perigo de contágio venéreo. Perigo de contágio de moléstia grave. Perigo para a vida e a saúde de outrem - Abandono de incapaz. Exposição ou abandono de recém-nascido. Omissão de socorro. - Disposições sobre os crimes contra a honra. Calúnia. Difamação. Injúria. - Maus-tratos. Rixa. Constrangimento ilegal. Ameaça. Sequestro e cárcere privado. Redução à condição análoga à de escravo. Violação de domicílio, correspondência e de segredo profissional.
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES CONTRA A VIDA E PATRIMÔNIO (PARTE 2)	- Furto. Furto qualificado. Furto de coisa comum. - Roubo. Causas de aumento de pena. Hediondez. Extorsão. Extorsão mediante sequestro. Extorsão indireta. - Usurpação: alteração de limites. Usurpação de águas. Apropriação indébita. - Dano: qualificado. Abandono

		de animais em propriedade alheia. Estelionato. Receptação.
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES EM ESPÉCIE - DO ESTUPRO À OFERTA PÚBLICA	- Certidão ou atestado ideologicamente falso. - Falsidade material de atestado ou certidão. Falsidade de atestado médico. Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica. Uso de documento falso. Supressão de documento. - Dos crimes contra a paz pública. - Dos crimes contra a saúde pública.
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES EM ESPÉCIE - DO ESTUPRO À OFERTA PÚBLICA	- Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. - Dos crimes de perigo comum. - Falsificação de papéis públicos. Falsificação do selo ou sinal público, Falsificação de documento público, Falsificação de documento particular, Falsificação de cartão, Falsidade ideológica, Falso reconhecimento de firma ou letra. - Falsificação do sinal empregado, Falsa identidade, Fraude de lei sobre estrangeiro, Adulteração de sinal identificador de veículo automotor.
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES EM ESPÉCIE - DO ESTUPRO À OFERTA PÚBLICA	- Fraudes em certames de interesse público - Moeda falsa, crimes assimilados ao de moeda falsa - Petrecho de falsificação - Petrechos para falsificação de moeda, emissão de título ao portador sem permissão legal
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL, EXPLORAÇÃO SEXUAL E A FAMÍLIA	- Abandono material. Entrega de filho menor à pessoa inidônea. - Abandono intelectual. Induzimento à fuga, entrega arbitrária e sonegação de incapazes. Subtração de incapazes. - Ato obsceno escrito ou objeto obsceno.

		- Bigamia. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento. Conhecimento prévio de impedimento. - Casa de prostituição. Rufianismo.
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL, EXPLORAÇÃO SEXUAL E A FAMÍLIA	- Estupro. Estupro de vulnerável. Corrupção de menores - Mediação para servir lascívia de outrem. Favorecimento de prostituição ou de outras formas de exploração sexual - Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil do recém-nascido. Sonegação do estado de filiação - Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente. Favorecimento de prostituição ou de outras formas de exploração sexual da criança, adolescente ou do vulnerável.
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL, EXPLORAÇÃO SEXUAL E A FAMÍLIA	- Simulação de autoridade para celebração de casamento e simulação de casamento. - Registro de nascimento inexistente - Tráfico interno e internacional de pessoa para fins de exploração sexual - Violação sexual mediante fraude. Assédio sexual
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DA EXECUÇÃO EM GERAL	- Panorama histórico do cumprimento de sentença. Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória. - As ações de execução de sentença no CPC/1973. Críticas. - O sistema executivo no atual Código de Processo Civil. Panorama Geral. - Pressupostos da execução. Princípios fundamentais da execução.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DA EXECUÇÃO EM GERAL	- Dos títulos Executivos Judiciais. - Legitimidade. - Competência. - Responsabilidade Patrimonial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DA EXECUÇÃO EM GERAL	- A atipicidade das formas executivas. Formas de Execução. Noção. Execução direta e indireta. Execução frutífera e infrutífera - Aplicação do Tribunal Multiportas na conciliação e mediação na execução - Execução através de multa. Prisão como meio executivo. Outras modalidades de convencimento - Execução através de sentença. Obstaculização, remoção e apossamento da coisa. Execução por particular. Execução por expropriação.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	- A ação com objeto de entregar a coisa e a tutela de direitos. - As tutelas do adimplemento da obrigação de entregar a coisa. Adimplemento Imperfeito. Imissão na posse. - Reintegração de posse. Recuperação de coisa dependente da desconstituição de um contrato. - Coisa certa e coisa incerta. Defesa do executado. Direito de retenção. Imposição de fazer e de não fazer.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	- Tutela ressarcitória mediante a entrega de coisa. Prestação de tutela. Tutela específica. Tutela inibitória. - Tutela de remoção do ilícito. Tutela ressarcitória na forma específica. Tutela do adimplemento perfeito. - Tutela específica do cumprimento do dever legal de fazer. - Conversão da tutela específica em perdas e danos. O poder executivo do juiz.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	- Cumprimento de decisão de prestação alimentícia. Cumprimento de decisão contra a fazenda pública. - Defesa do executado. Direito de retenção. - A liquidação da sentença. A concentração do poder de execução. Resultado prático diferente da tutela específica solicitada.

		- A sentença que reconhece obrigação de prestar declaração de vontade.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA	- Requisitos e obrigação a executar. - Exigibilidade. Certeza. Liquidez. - Liquidação parcial no âmbito penal. - O ato jurisdicional que julga a liquidação.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA	- Liquidação da Sentença e a Coisa Julgada. - Liquidação por arbitramento. - Liquidação por procedimento comum. - Princípio da fidelidade ao título.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA	- Requisitos. Exigibilidade. Certeza. Liquidez - Títulos executivos extrajudiciais. - Natureza da liquidação. - Liquidação por cálculos.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	- Cumprimento definitivo e cumprimento provisório. - Cumprimento imediato da decisão provisória. Espécies. - Executividade imediata e cognição. Responsabilidade do exequente - Restituição ao Estado Anterior e dever de reparar o dano.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	- Fase inicial da execução. - Defesa do Executado. - Penhora. - Providências preliminares à satisfação do credor. Satisfação do Credor.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	- A impugnação à execução. Conceito e natureza jurídica. - Requisitos para a admissibilidade da impugnação. - Matérias. Efeito suspensivo. Procedimento. - Outras vias de reação do executado.
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	A LÍNGUA PORTUGUESA E O VOCABULÁRIO JURÍDICO	Características do vocábulo jurídico: Técnica para Endereçamento de Petições e Documentos próprio. Técnica

		para tratamento de Autoridades. Endereçamento de Petições e Cartas Oficiais
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	A LÍNGUA PORTUGUESA E O VOCABULÁRIO JURÍDICO	Técnicas para exposição de fatos, relatórios e descrições, além de exposição de fundamentos. Técnica para relatório de fatos e fundamentos. Argumentação Jurídica e Fundamentação de peças. E, instrumentos jurídicos
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	A LÍNGUA PORTUGUESA E O VOCABULÁRIO JURÍDICO	Estrutura dos Pedidos e do Dispositivo de Instrumentos e Petições. Técnica para elaboração de Pedidos. Parte dispositiva de textos oficiais. Instrumentos públicos.
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	A LÍNGUA PORTUGUESA E O VOCABULÁRIO JURÍDICO	Estrutura das principais peças jurídicas: petição inicial, contestação e apelação. Análise da estrutura de pareceres jurídicos. Análise de Cartas de Notificação. Análise de E-mails.
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	LETRAMENTO DIGITAL	A construção dos discursos nos documentos jurídicos. Como iniciar, desenvolver e concluir os parágrafos de um texto jurídico. Das ferramentas digitais na produção de textos jurídicos
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	LETRAMENTO DIGITAL	Análise da estrutura de requerimento para órgãos públicos. Análise da estrutura de requerimento para instâncias superiores. Análise da estrutura de notificação extrajudicial, estrutura do requerimento extrajudicial e de requerimento judicial simples.
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	LETRAMENTO DIGITAL	Considerações iniciais. Conceito. Dos Efeitos Jurídicos da Relação Algorítmica. O Algoritmo como Objeto de Direito
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	LETRAMENTO DIGITAL	Revolução, evolução e disrupção. Inteligência Artificial: começo, meio e o cenário atual. Mente de Inteligência Artificial (IA). Advogado robô.
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO DIREITO	Evolução da experiência e consciência. Conceitos. Ascensão. Aplicabilidade na área jurídica.
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO DIREITO	Captação de Dados: cookie. Banco de Dados: mailing List. Mensagem não solicitada: e-

		mail, sms, whatsapp, dentre outros
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO DIREITO	Informatização do Processo Judicial. Legislação aplicável. Fóruns Digitais. Juízo 100% Digital (CNJ). Citação, intimação e notificação eletrônica
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO DIREITO	Formas de Identificação. Assinatura eletrônica: magistrados e advogados. Certificação Eletrônica. Distribuição e Protocolo.
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	GESTÃO DO CONHECIMENTO NO DIREITO	Considerações iniciais. Arbitragem Eletrônica. Conciliação e Mediação Virtual. Autorregulação
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	GESTÃO DO CONHECIMENTO NO DIREITO	Legislação Aplicável. Hipóteses. Aplicabilidade. Conceitos
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	GESTÃO DO CONHECIMENTO NO DIREITO	Consentimento. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória. Execução e Exercício regular de Direitos
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	GESTÃO DO CONHECIMENTO NO DIREITO	Prevenção à fraude e a segurança do titular. Direitos do Titular. Direitos de Retificação, Anonimização, Bloqueio e Eliminação

PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	PROGRAMA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO. PELO PROGRAMA DE EXTENSÃO INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO O CURSO DE DIREITO TEM A MISSÃO DE TRANSFERIR À SOCIEDADE OS CONHECIMENTOS GERADOS E POTENCIALIZAR A GERAÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS DE MODO APLICADO, PERMITINDO O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NO ÂMBITO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, QUE APRESENTAM SOLUÇÕES E PRODUTOS PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DIVERSIFICADOS PRESENTES NO CONTEXTO SOCIAL E EM SEU CONTEXTO PROFISSIONAL, TRAZENDO IMPACTO POSITIVO A COMUNIDADE ENVOLVIDA. AO IDENTIFICAR AS DIFICULDADES DA COMUNIDADE, OS ALUNOS COMPREENDEM A NECESSIDADE E A MOTIVAÇÃO PARA EFETUAR AS AÇÕES DE APOIO RELACIONADAS AO CURSO PELAS QUAIS PODERÃO SER DESENVOLVIDAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E SOFT SKILLS ESPECÍFICAS ABSORVIDAS DURANTE SUA JORNADA ACADÊMICA. OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS SUGERIDOS PARA CORRELACIONAR AS AÇÕES SÃO: DIREITO DO TRABALHO; DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO CIVIL. OS LOCAIS QUE PODERÃO CONTEMPLAR ESSE PROJETO SÃO: ENTIDADES PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL; ESCOLAS; COLÉGIOS; ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG); INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM AÇÕES SOCIAIS; FUNDAÇÕES; ENTIDADES DO JUDICIÁRIO COMO PROCONS E TRIBUNAIS; ENTIDADES RELIGIOSAS COMO IGREJAS, ORDENS, TEMPLOS, CONGREGAÇÕES, MISSÕES E CASAS DE ACOLHIMENTO OU ASSISTÊNCIA; ENTIDADES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; ASILOS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPS); ORGANIZAÇÕES DE MORADORES E COOPERATIVAS, ENTRE OUTRAS.	
6º Semestre		
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Aplicação da Lei ambiental no tempo.

DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Conceitos de Direito Ambiental e de Meio Ambiente.
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Fonte do Direito Ambiental e a sua multidisciplinaridade.
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Natureza Jurídica e autonomia.
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Princípio da precaução. Princípio da prevenção.
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais. Princípio da informação. Princípio da participação. Princípio da educação. Princípio do acesso à justiça em questões ambientais. Princípio da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público.
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Princípios do Direito Ambiental. Princípio ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; princípio do direito à sadia qualidade de vida; princípio da sustentabilidade; princípio da reparação; princípio da responsabilidade; princípio da função social da propriedade.
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Princípios poluidor pagador / usuário pagador.
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	A tutela constitucional do meio ambiente
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Competência constitucional legislativa. Competência da Uniãos, dos Estados, Distrito Federal e Municípios para legislar sobre o meio ambiente
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Competência constitucional material ou administrativa
DIREITO AMBIENTAL	DIREITO AMBIENTAL: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E O MEIO AMBIENTE.	Lei Complementar n. 140/11
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	A Lei n. 6938/81- Política Nacional do Meio Ambiente. Conceitos legais de meio ambiente, poluição e poluidor.
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	Objetivos e Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente

DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	Poder de Polícia Ambiental
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	Competências. Conflitos de competência. Lei Complementar 140/2011. Licença ambiental única.
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	Estudos Ambientais. EIA-RIMA
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	Licenciamento ambiental: conceito
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	Procedimentos Administrativos de licenciamento ambiental. Licença Prévia. Licença de Instalação. Licença de Operação.
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	APP (Área de Preservação Permanente)
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	CAR (Cadastro Ambiental Rural)
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	O Código Florestal Brasileiro - Lei 12.651/2012. Aspectos importantes
DIREITO AMBIENTAL	A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CÓDIGO FLORESTAL	Reserva legal e Cota de Reserva Ambiental
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Compensação Ambiental
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC - Lei n. 9.985/2000
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Unidades de Proteção Integral
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Unidades de Uso Sustentável
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Fundamentos ojetivos e diretrizes
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: Planos de Recursos Hídricos, Enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, Cobrança pelo

		uso de recursos hídricos, Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/97.
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Definições. Responsabilidades dos Geradores e do Poder Público. Proibições
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Plano Nacional de Resíduos Sólidos , Plano Estadual de Resíduos Sólidos e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
DIREITO AMBIENTAL	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E RESÍDUOS SÓLIDOS	Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei n. 12.305/2010
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Crimes Ambientais
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Dano ambiental: introdução e conceito
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Infrações Administrativas Ambientais
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Responsabilidade Civil Ambiental
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Exclusão da responsabilidade ambiental.
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Responsabilidade Civil Ambiental (responsabilidade objetiva e reparação do dano)
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Responsabilidade Processual Civil Ambiental: meios processuais para a defesa ambiental. Ação Civil Pública
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Responsabilidade Processual Civil Ambiental: meios processuais para a defesa ambiental. Ação Popular
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Crimes em espécie
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Responsabilidade Criminal Ambiental - Lei n. 9605/1998 - considerações gerais
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Responsabilidade criminal de pessoas físicas
DIREITO AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	Responsabilidade criminal de pessoas jurídicas

DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	DIREITO EMPRESARIAL	- A origem e a evolução do Direito Empresarial. - Teoria da Empresa. O Código Civil e a adoção da Teoria da Empresa. - Atividades empresariais e não empresariais. - Registro do comércio. Livros comerciais.
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	DIREITO EMPRESARIAL	- As fontes do Direito Empresarial. Direito Empresarial e sua relação com outros ramos do Direito. - Princípios gerais do Direito Empresarial. Direito Empresarial e princípios concorrenciais. - O estabelecimento empresarial. Nome empresarial. - Projeto de Lei nº 1.572/2011 – Novo Código Comercial. Direito de Propriedade Industrial.
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	DIREITO EMPRESARIAL	- Evolução e Introdução. - Empresário Individual. Agentes econômicos excluídos do conceito de empresário. - Empresário Individual: impedimentos, incapacidade. Empresário individual casado. - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	DA TEORIA GERAL DO DIREITO SOCIETÁRIO E TIPOS SOCIETÁRIOS	- Conceito de sociedade empresária. Tipos de Sociedade. - Princípios do direito societário – parte 1. - Princípios do direito societário – parte 2. - Personalização das sociedades empresárias. Sociedades não personificadas e sociedades personificadas.
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	DA TEORIA GERAL DO DIREITO SOCIETÁRIO E TIPOS SOCIETÁRIOS	- Classificação das sociedades empresárias. - Constituição das sociedades empresariais. - Sociedade simples. - Sociedade cooperativa.
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	DA TEORIA GERAL DO DIREITO SOCIETÁRIO E TIPOS SOCIETÁRIOS	- Sociedade em conta de participação. - Sociedade em nome coletivo. - Sociedade em comandita simples. - Sociedade em comandita por ações.

DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	DIREITO SOCIETÁRIO	- Legislação aplicável. - Contrato Social. Capital Social. Deliberações Sociais. - Natureza personalista ou capitalista da Sociedade Limitada. - Conselho Fiscal. Exclusão do sócio.
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	DIREITO SOCIETÁRIO	- Sociedade anônima: noções gerais - Sociedade anônima: constituição - Sociedade anônima: capital social - Valores mobiliários: ações. Valores mobiliários: partes beneficiárias. Valores mobiliários: debentures. Valores mobiliários: bônus de subscrição.
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	DIREITO SOCIETÁRIO	- Sociedade Anônima. Estatuto social e as disposições sobre sua administração. - Órgãos da sociedade anônima. - Administração da sociedade anônima. - Distribuição de lucros e dividendos.
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	SOCIEDADES EM ESPÉCIE	- Sociedade comum (noções gerais, previsão legal). - Sociedade em comum e efeitos jurídicos na responsabilização dos sócios e regime patrimonial da sociedade. - Desconsideração da personalidade jurídica. - Desconsideração inversa da personalidade jurídica.
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	SOCIEDADES EM ESPÉCIE	- Mecanismos de reorganização societária: introdução. - Transformação societária. - Incorporação societária. - Fusão societária.
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	SOCIEDADES EM ESPÉCIE	- Cisão societária. - Sociedades coligadas: controladas e controladoras. - Dissolução parcial de sociedades. - Dissolução total de sociedades.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO	INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	- Introdução. Conceito de Previdência Social, Seguridade Social e Direito Previdenciário. Histórico do Direito Previdenciário. - Finalidade da Previdência Social. - Seguridade Social na Constituição de 1988. - Legislação aplicável no Direito Previdenciário. Considerações da Lei nº 8.213/91 e do Decreto nº 3.048/99.
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	- Princípios da Seguridade Social e do Direito Previdenciário. Princípios da Seguridade Social e da Previdência Social. - Universidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição. - Valor da renda mensal dos benefícios. - Substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho, não inferior ao do salário-mínimo.
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	- Benefícios atrelados ao salário de contribuição. - Preservação do valor real dos benefícios. - Previdência complementar. Previdência facultativa. - Previdência custeada por contribuição adicional.
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	REGIMES DE PREVIDÊNCIA	- Considerações iniciais. PEC nº 06/2019. - Principais pontos da nova previdência. - Repercussão para quem ainda não trabalha. - As Regras de transição.
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	REGIMES DE PREVIDÊNCIA	- Introdução. O que é o Regime Geral Previdência Social. Para que serve a Previdência Social. - Benefícios da Previdência Social. - Contribuinte individual e facultativo. Empregado doméstico. - Segurado especial.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO	REGIMES DE PREVIDÊNCIA	- Regimes próprios – União. - Funpresp. - Regimes próprios – Estados e Distrito Federal. Regimes próprios – Municípios - Regime da Previdência Oficial Complementar. Regimes da Previdência Privada.
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL	- Da Lei nº 8.212/91. Fontes de custeio, natureza jurídica da contribuição previdenciária e obrigação previdenciária. - Segurados e contribuintes da previdência - Segurados (empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial, segurado facultativo). - Empregador doméstico, empresa e equiparados, outros empregadores.
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL	- Contribuições (segurado, obrigatório e facultativo, contribuinte individual, empresas, cooperativas, empregador rural, segurado especial, empregador doméstico, clubes de futebol - PIS/Pasep, Cofins, CSLL, concurso de prognósticos, CPMF, outras receitas) - Isenções de contribuições. - Salário de contribuição.
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL	- Arrecadação e reconhecimento das contribuições sociais - Compensação e restituição. - Ação de regresso em casos de acidente do trabalho e doença ocupacional. - Prescrição e decadência.
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	BENEFÍCIOS SECURITÁRIOS BRASILEIROS E DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	- Filiação, inscrição, dependentes, manutenção e perda da qualidade de segurado. - Beneficiários – segurados e dependentes dos segurados. - Período de carência; salário de benefício. - Renda mensal do benefício.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO	BENEFÍCIOS SECURITÁRIOS BRASILEIROS E DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	- Espécies de benefícios. - Reajustamento do valor do benefício. - Aposentadoria por idade; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria por invalidez. - Aposentadoria especial. Aposentadoria por tempo de contribuição.
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	BENEFÍCIOS SECURITÁRIOS BRASILEIROS E DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	- Salário-família. Salário-maternidade. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC / LOAS. - Pensão por morte. Pensão especial aos Portadores da Síndrome da Talidomida. - Auxílio-doença. Auxílio-acidente. Auxílio-reclusão. Benefícios previstos em leis esparsas. - Serviços da previdência social; reconhecimento de filiação. Justificação administrativa. Pagamento de benefício. Restituição de benefícios indevidos.
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS		
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	O CONCEITO DE TRIBUTO E A NORMA TRIBUTÁRIA	A ciência do Direito Tributário. Conceito de tributo Classificação dos tributos em espécies Regra-matriz de incidência tributária
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	O CONCEITO DE TRIBUTO E A NORMA TRIBUTÁRIA	Fontes do direito tributário. Validade, vigência da norma tributária. Eficácia da norma jurídica tributária. Hipótese de incidência tributária.
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	O CONCEITO DE TRIBUTO E A NORMA TRIBUTÁRIA	Repartição de competências tributárias. Pacto federativo e sistema tributário constitucional. Princípios tributários. Federalismo Cooperativo.
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR E NORMAS GERAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	Princípios tributários: noções gerais. Princípios constitucionais tributários. Princípios tributários em espécie. Alcance dos princípios constitucionais tributários

		enquanto normas e diretriz interpretativa da legislação tributária.
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR E NORMAS GERAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	Imunidades. Isenções. Alíquota zero. Os benefícios fiscais e a guerra fiscal.
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR E NORMAS GERAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	Normas gerais em matéria tributária: o papel da lei complementar e o CTN. Fiscalidade. Extrafiscalidade. Parafiscalidade.
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	INCIDÊNCIA E APLICAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO	Sujeição passiva e responsabilidade tributária. Papel dos sócios. Coobrigados. Responsabilidade presumida.
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	INCIDÊNCIA E APLICAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO	Incidência e aplicação do direito. Obrigação e crédito tributário. Garantias do crédito tributário. Privilégios do crédito tributário.
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	INCIDÊNCIA E APLICAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO	Lançamento tributário: noções gerais. Lançamento e tempo. Lançamento e tributos sujeitos a homologação, por declaração, de ofício. Lançamento e prescrição.
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	OBRIGAÇÃO, CRÉDITO, EXTINÇÃO E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Certidão negativa. Certidão negativa e positiva com efeitos de negativa. Ações cabíveis.
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	OBRIGAÇÃO, CRÉDITO, EXTINÇÃO E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	Extinção do crédito tributário. Modalidades de extinção do crédito tributário. Modalidades de extinção do crédito tributário em espécies. Exclusão do crédito tributário.
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	OBRIGAÇÃO, CRÉDITO, EXTINÇÃO E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	Planejamento tributário: noções gerais. Norma geral antielisiva. Offshores e paraísos fiscais. Tributação internacional.

RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	RESPONSABILIDADE CIVIL	- Abuso de Direito. Conceito. Características. - Ato Ilícito e Abuso de Direito. - Dano moral. Conceito e características. - Danos morais coletivos e danos sociais. Conceito e características.
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	RESPONSABILIDADE CIVIL	- Danos Patrimoniais e Extrapatrimoniais. Patrimonial. Características. - Adimplemento substancial e violação positiva. - Elementos da Responsabilidade Civil. Conduta Humana. - Nexo Causal e Excludentes de Responsabilidade.
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	RESPONSABILIDADE CIVIL	- Considerações iniciais. Conceito Jurídico de Responsabilidade. - Responsabilidade Jurídica x Responsabilidade Moral. Responsabilidade Civil x Responsabilidade Criminal. - Conceito e Classificação quanto à origem. Natureza Jurídica. - Supressio e Surrectio. Conceito e características.
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CONTRATOS DE CONSUMO	- Definição. Requisitos. - Eficácia da responsabilidade por vício do produto. - Eficácia da responsabilidade por vício do serviço. - Excludentes de responsabilidade.
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CONTRATOS DE CONSUMO	- Extensão da responsabilidade patrimonial do fornecedor. - Garantia legal e garantia contratual. Recall. - Prazo para o exercício do direito de reclamar por vícios.
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CONTRATOS DE CONSUMO	- Responsabilidade de profissionais liberais pelo fato do serviço. Prazo prescricional. - Responsabilidade pelo fato do produto e dos serviços na internet. - Risco de desenvolvimento. Solidariedade da cadeia de fornecimento. - Solidariedade da cadeia de fornecimento.

RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	DIREITO DO CONSUMIDOR	- A definição jurídica de consumidor e fornecedor. - A evolução e fundamentos do direito do Consumidor. Aspectos Constitucionais da proteção ao consumidor. - Definição jurídica de serviço. O serviço público como relação de consumo. Critério de remuneração econômica. - Direito do Consumidor no Brasil. O objeto da relação jurídica de consumo. Definição jurídica de Produto. Princípios.
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	DIREITO DO CONSUMIDOR	- A força executiva dos contratos de consumo - A nova teoria contratual e o direito do consumidor. A formação do contrato de consumo. - Banco de dados. Procedimentos, prazos; negativação indevida; indenização - Compra e venda de consumo.
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	DIREITO DO CONSUMIDOR	- Formas de oferta. Efeitos do descumprimento da oferta pelo fornecedor - O regime jurídico da Publicidade. Conceito. Oferta. Publicidade - Proteção do consumidor contra práticas abusivas - Proteção do consumidor e cobrança de dívidas. Banco de dados e cadastro de consumidores. - Publicidade enganosa. Publicidade abusiva.
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	DO DANO À EFICÁCIA DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR	- Adimplemento contratual. - Dano. Definição. Critérios de identificação. - Direito de Arrependimento do consumidor. As inovações legislativas. - Eficácia da proteção do consumidor contra cláusulas abusivas.
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	DO DANO À EFICÁCIA DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR	- Extinção do contrato e eficácia pós-contratual. - Inadimplemento contratual. - Natureza jurídica. - Nexo de causalidade.

RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	DO DANO À EFICÁCIA DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR	- Considerações iniciais. Principais espécies de cláusulas abusivas. - Requisitos. - Conduta. - Defeito.
7º Semestre		
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	Introdução ao Direito de Família e sua Evolução Histórica.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	A família e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	A perspectiva civil-constitucional da família.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	Dos princípios do Direito de Família. Princípio da Afetividade. Princípio da Pluralidade de Entidades Familiares. Princípios da Monogamia, Solidariedade, Igualdade e Proteção Especial.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	Introdução ao casamento. Conceito e natureza jurídica. Tipologia básica.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	Da capacidade matrimonial.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	Dos impedimentos matrimoniais.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	Das causas suspensivas.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	A celebração do casamento.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	Provas do casamento.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	Casamento inexistente.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	NOÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA E O CASAMENTO	Casamento nulo e anulável. Causas de Anulabilidade do Código Civil de 2002.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Casamento putativo.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Eficácia do casamento.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Deveres de ambos os cônjuges.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Da administração da sociedade conjunção.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Noções gerais. Regime de bens no Direito Civil brasileiro.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Comunhão Parcial de Bens. Comunhão Universal de Bens. Participação Final nos aquestos.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Mudança de Regime. Administração dos bens no casamento.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Separação de bens e pacto antenupcial.

DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Separação por mútuo consentimento.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Separação litigiosa.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Divórcio consensual e divórcio litigioso.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	DO CASAMENTO E DO REGIME DE BENS.	Os efeitos jurídicos da dissolução e os bens de família.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Histórico. Concubinado. Requisitos da União Estável.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Deveres recíprocos dos companheiros.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Regimes de Bens.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Alimentos, benefícios previdenciários e conversão ao casamento.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Dos paradigmas constitucionais, dos efeitos e do parentesco constitucional e civil.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Das considerações prévias da filiação.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Ação negatória de paternidade e filiação.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Prova de filiação.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	União Estável homoafetiva. Considerações sobre o percurso do reconhecimento legal.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Pressupostos subjetivos e objetivos.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Efeitos da União Estável.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO E FILIAÇÃO.	Efeitos de ordem patrimonial.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Introdução. Sobre o poder familiar.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Guarda de Filhos. Guarda Internacional.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Alienação Parental.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Das ações de Alimentos. Terminologia e Conceito. Pressupostos e Critérios de Fixação.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Legitimação e características da obrigação alimentar. Classificações.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Culpa em sede de alimentos. Prisão do devedor de alimentos.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Alimentos gravídicos. Revisão, exoneração e extinção dos alimentos.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Tutela. Curatela. Nova teoria das incapacidades.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Introdução ao instituto da adoção. Características.

DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Legitimidade para adoção .
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Adoção "à brasileira". Adoção póstuma.
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	GUARDA, ALIMENTOS, INSTITUTOS PROTETIVOS E A ADOÇÃO	Adoção internacional.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	- História e Evolução do Direito Processual do Trabalho. - Conceito. Relação com outros ramos da Ciência Jurídica. - Fontes. - Classificação.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	- Princípios do Direito Processual. - Princípios Peculiares ao Direito Processual do Trabalho. - Princípios Comuns ao Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho. - O caráter subsidiário do Direito Processual Civil no Processo Trabalhista.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	- Organização da Justiça do Trabalho. Constituição Federal e a Estrutura do Direito do Trabalho. - TST. TRF`s. Varas do Trabalho. - Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho. - Ministério Público do Trabalho.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	- Competência e Jurisdição. Conceito e Distinções. - Princípios da Jurisdição - Características da jurisdição - Acesso à Jurisdição Trabalhista e sistema de acesso individual, coletivo e metaindividual à justiça.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	- Competência Normativa. Ações Oriundas das Relações de Emprego e trabalho. - Competência em Razão da Pessoa. Competência em Razão da Função. Competência em Razão do Lugar. - Foro de Eleição. Conflitos de competência. - Competência Absoluta e Relativa: distinção e efeitos. Modificações da Competência.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	- Arbitragem. Autocomposição. Autotutela. - Comissão de Conciliação Prévia. - Heterocomposição. - Mediação. Negociação Coletiva.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	DOS ATOS PROCESSUAIS, PRAZOS E AUDIÊNCIAS NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	- Atos Processuais, Comunicação do Atos Processuais: notificação e citação. - Termos Processuais. - Prazos Processuais. Principais prazos na Justiça do trabalho. Contagem dos prazos. - Nulidades Processuais. Conceitos e vícios da nulidade no Direito Processual do Trabalho.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	DOS ATOS PROCESSUAIS, PRAZOS E AUDIÊNCIAS NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	- Elementos da Ação, condição das ações, pressupostos de validade do processo. Petição Inicial. - Resposta do Réu: contestação. Renovação. Execução. Exceções. - Partes e Procuradores. Capacidade de ser parte. Jus postulandi. - Representação por advogado. Honorários advocatícios.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	DOS ATOS PROCESSUAIS, PRAZOS E AUDIÊNCIAS NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	- Presença do Juiz e Servidores das Audiências. - Audiência Inicial, Instrução e Julgamento. - Comparecimento das Partes, Preposto, testemunhas e provas. - Arquivamento, Revelia e Confissão.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	RITO PROCESSUAL E RECURSOS TRABALHISTAS	- Distinção entre processo e procedimento. - Rito sumário. Sumaríssimo. Ordinário. - Procedimentos especiais - Despesas processuais. Pagamento de custas
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	RITO PROCESSUAL E RECURSOS TRABALHISTAS	- Conceito e natureza jurídica dos recursos trabalhistas. - Princípios recursais. Objetivos e subjetivos. - Pressupostos de admissibilidade recursal. Depósito recursal. - Efeito recursal. Remessa necessária. - Prazos recursais. - Contrarrazões.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	RITO PROCESSUAL E RECURSOS TRABALHISTAS	- Recurso Ordinário, Revista, Embargos de Declaração. Embargos ao TST, Agravo de Instrumento. Recurso Adesivo. - Agravo de Petição. Embargos a Execução. Embargos de terceiro. - Execução e cumprimento de Sentença Trabalhista. - Execução provisória. Penhora. Embargos a penhora.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	INTRODUÇÃO À PRATICA EM PROCESSO CIVIL	Proporcionar aos acadêmicos, formação prática com desenvolvimento da habilidade necessárias à atuação profissional.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	INTRODUÇÃO À PRATICA EM PROCESSO CIVIL	Ser capaz de produzir peças judiciais na área civil. Fazer e encaminhar todos os atos processuais.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	APLICAÇÃO DO PROCESSO CIVIL	Representação Judicial. Petição Inicial. Contestação. Impugnação.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	APLICAÇÃO DO PROCESSO CIVIL	Audiências. Memoriais. Sentença. Recursos Processuais. Mandado de Segurança. Recursos (Recursos em espécie, apelação, agravo de instrumento, agravo retido, embargos de declaração, embargos infringentes, recurso extraordinário e recurso especial; redação e elaboração de recursos).
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	INTRODUÇÃO À PRATICA EM DIREITO EMPRESARIAL	Mandato judicial. Procuração e substabelecimento. Cláusula "ad judicia" e cláusula "ad judicia et extra". Redação e elaboração. Ações de procedimento ordinário. Petição inicial. Resposta do réu: contestação; exceções; reconvenção, recursos.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	INTRODUÇÃO À PRATICA EM DIREITO EMPRESARIAL	Da elaboração e redação de peças judiciais. Prática Jurídica de proteção à concorrência e à propriedade intelectual. Da Lei Geral de Proteção de Dados e a Empresa.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	APLICAÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL	Da Formação, da suspensão e da extinção do processo. Empresário. Prática Jurídica Societária.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	APLICAÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL	Das Citações e das Intimações. Dos atos em geral. Dos atos da parte. Dos atos do juiz. Dos atos

		do escrivão ou do chefe de secretária. Da Recuperação judicial, extrajudicial e falência.
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE. O PROGRAMA EXTENSIONISTA VOLTADO AS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DO CURSO DE DIREITO POSSUI A FINALIDADE DE APOIAR A COMUNIDADE POR MEIO DA DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ADQUIRIDO NO CURSO, PRIORIZANDO O CUIDADO E COMPREENSÃO DO MEIO AMBIENTE. TAIS AÇÕES PODERÃO REDUZIR IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NEGATIVOS E CRIAR UMA CULTURA REGENERATIVA E CONSERVACIONISTA PARA GERAR IMPACTOS POSITIVOS QUE RESULTARÃO EM UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL, POSSIBILITANDO A CONTINUIDADE DO USO DE RECURSOS NATURAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL. AO IDENTIFICAR AS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS DA COMUNIDADE, OS ALUNOS TERÃO A MOTIVAÇÃO PARA EFETUAR AS AÇÕES DE APOIO RELACIONADAS AO CURSO, PELAS QUAIS PODERÃO SER DESENVOLVIDAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E SOFT SKILLS ESPECÍFICAS. OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS SUGERIDOS PARA CORRELACIONAR AS AÇÕES SÃO: DIREITO AMBIENTAL; DIREITO ECONÔMICO E ECONOMIA POLÍTICA; DIREITOS HUMANOS. OS LOCAIS QUE PODERÃO CONTEMPLAR ESSE PROJETO SÃO: ENTIDADES PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL; ESCOLAS; COLÉGIOS; ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG); INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM AÇÕES SOCIAIS; FUNDAÇÕES; ENTIDADES DO JUDICIÁRIO COMO PROCONS E TRIBUNAIS; ENTIDADES RELIGIOSAS COMO IGREJAS, ORDENS, TEMPLOS, CONGREGAÇÕES, MISSÕES E CASAS DE ACOLHIMENTO OU ASSISTÊNCIA; ENTIDADES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; ASILOS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPS); ORGANIZAÇÕES DE MORADORES E COOPERATIVAS, ENTRE OUTRAS.	
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Ética e moral
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Ética e religião

SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Dilemas morais
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Ética, cotidiano e política
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Aristóteles e o "animal político"
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Política e vida cotidiana
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Sistemas políticos: do Leviatã ao micro-Estado
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Democracia x ditadura
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Capitalismo e individualismo
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Hannah Arendt, liberdade e a responsabilidade no mundo contemporâneo
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Meio ambiente e consumo
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	ÉTICA E POLÍTICA	Bioética e meio ambiente
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Do súdito ao cidadão
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	As dimensões da ação cidadã: do local ao global
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	A Constituição de 1988 e os impasses da cidadania no Brasil do XXI
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Consciência ambiental e cidadania
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Iluminismo e direitos humanos
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Direitos humanos e os crimes contra a humanidade
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Direitos humanos e a legislação de pesquisa: o saber/poder de Foucault
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Punitivismo e direito à vida
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Democracia, cidadania e direitos fundamentais
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Políticas de inclusão e promoção da igualdade

SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Diferença e desigualdade no Brasil contemporâneo
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Habermas e a teoria do reconhecimento
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	Corrupção e ética: o público e o privado.
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	História da corrupção no Brasil
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	Escândalos ambientais: corporações e estado
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	Corrupção e cultura democrática
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	Um mapa da miséria no Brasil
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	Concentração fundiária e déficit habitacional
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	Desemprego, políticas sociais e combate à fome
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	Perspectivas alternativas para um país mais igualitário
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	Racismo e a formação histórica da desigualdade
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	As cotas raciais
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	Combate ao eurocentrismo: o ensino de história da África e dos povos indígenas
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	DILEMAS ÉTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	Movimentos de resistência: o movimento negro e as lideranças indígenas
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	Democracia antiga e moderna: de Platão à Tocqueville
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	O direito internacional e as intervenções da ONU
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	Democracia, liberdade de expressão e religião
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	Democracias autoritárias: de Rousseau às experiências do século XX
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	Conceito de gênero
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	Movimentos e intelectuais feministas do século XX: de

		Simone de Beauvoir à Judith Butler
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	O papel da mulher no mundo do trabalho
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	Novas configurações de gênero na sociedade contemporânea
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	Política e religião: entre a tolerância e o fundamentalismo contemporâneo
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	Mídias digitais, movimentos extremistas e a "banalidade do mal"
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	Negacionismo e aquecimento global
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI	Xenofobia e ultranacionalismo no século XXI
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	TÍTULOS DE CRÉDITO	- Evolução histórica. - Conceito e importância do crédito. - Atributos dos títulos de crédito. Noções gerais. - Princípios dos títulos de crédito. - Características dos títulos de crédito
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	TÍTULOS DE CRÉDITO	- Institutos de Direito Cambiário. Emissão - Endosso, aval. - Apresentação, aceite. - Pagamento e protesto.
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	TÍTULOS DE CRÉDITO	- Documentos de legitimação. Títulos de crédito próprios. Títulos de crédito impróprios. - Classificações quanto ao conteúdo, natureza, modo de circulação. - Classificações quanto à estrutura, ao modelo, à pessoa do emitente, à prestação e ao prazo. - Títulos simples e complexos. Títulos completos e incompletos. Títulos singulares ou em série.
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	TÍTULOS DE CRÉDITOS EM ESPÉCIE E AÇÕES PROCESSUAIS	- Nota promissória. Letra de Câmbio. Conceitos. Noções gerais. Figuras intervenientes. Legislação aplicável. Protesto e ações cambiais pertinentes. Prescrição. - Duplicata. Cheque: conceito, natureza jurídica. Figuras intervenientes e legislação

		aplicável, requisitos. Aceite, aval, pagamento. Protesto, prescrição e ações cambiais de cobrança. - Títulos de crédito do agronegócio: títulos de crédito rural, cédula de produto rural. - Título de crédito comercial: cédula e nota de crédito comercial. Título de crédito à exportação.
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	TÍTULOS DE CRÉDITOS EM ESPÉCIE E AÇÕES PROCESSUAIS	- Cédulas e notas de crédito: disposições gerais. Classificação (hipotecária; pignoratícia; fiduciária; e hipotecária e pignoratícia). Garantias e substituição de garantia nas cédulas de crédito. Indenização do bem garantidor. Registro da cédula de crédito. Impenhorabilidade. Transferência. Cessão de crédito. Exigibilidade. - Cédula de crédito bancário. - Cédula de debênture. - Cédula hipotecária. Cédula de crédito imobiliário.
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	TÍTULOS DE CRÉDITOS EM ESPÉCIE E AÇÕES PROCESSUAIS	- Ação cambial. Tipos. Legitimidade. Foro competente. Objeto. Documentação. Procedimento. Prescrição. Defesa do Executado. - Ação de locupletamento ou de enriquecimento sem causa. Pressupostos. Legitimidade. Foro competente. Causa de pedir. Rito. Natureza. Prescrição. - Ação causal. Pressupostos. Legitimidade. Objeto. Prescrição. Procedimento. - Ação monitória.
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS	- A empresa em crise. O Direito da Empresa em crise. Crise: rigidez, eficiência, econômica, financeira e patrimonial. - Solução das crises. Empresas não recuperáveis. - Disposições gerais da falência, da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial. - Recuperação Judicial. Definição. Princípios. Natureza.

TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS	- Órgãos da recuperação judicial: assembleia geral. Liquidação extrajudicial e instituições financeiras. Entidades alcançadas. A liquidação extrajudicial. - Administrador judicial. Responsabilidade dos administradores. Comitê de credores. - Indisponibilidade dos bens. Órgãos da recuperação judicial: assembleia geral. - Processo de recuperação judicial: Fase postulatória e de deliberação e execução.
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS	- Microempresa e empresa de pequeno porte: particularidades. - Requisitos da recuperação extrajudicial. Os credores na recuperação extrajudicial. - Homologação facultativa. Homologação obrigatória. Depósito elisivo. - Liquidação extrajudicial e instituições financeiras. Entidades alcançadas. A liquidação extrajudicial.
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	DIREITO DE FALÊNCIA	- Noções gerais. Objetivos - Natureza. Fases da falência: pré-falimentar, falimentar e pós-falimentar. - Princípios: igualdade entre os credores, celeridade processual e economia processual. - Pressupostos de instauração da falência.
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	DIREITO DE FALÊNCIA	- Continuação provisória da sociedade empresária do falido - Patrimônio separado. Falência do empresário individual. - Atos ineficazes. - Fraude contra o credor.
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	DIREITO DE FALÊNCIA	- Ação revocatória. - Declaração judicial da ineficácia. - Credores admitidos. Efeitos da falência quanto aos credores. - Classificação dos créditos. Créditos alimentares. Viabilidade e meios de recuperação da empresa.
8º Semestre		

DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SERVIDORES PÚBLICOS	Classificação dos agentes públicos: agentes políticos, servidores estatais, particulares em colaboração com a administração Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos. Cargos, funções e empregos públicos Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargo e emprego e o Poder Público Âmbito de aplicação do regime de emprego e o regime de cargo Objeto das normas constitucionais sobre pessoal. Normas de contenção de despesas com os servidores estatais. Limite global, previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações. Proibição da União e Estados de aportarem despesas a outros níveis de governo para despesas de pessoal.
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SERVIDORES PÚBLICOS	Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos. Remuneração por subsídios. Limite de remuneração (Vencimentos do Executivo como parâmetro para o Judiciário e Legislativo). Proibição de vinculação de vencimentos. Cálculo de acréscimos pecuniários. Uniformidade na data e nos índices para revisão geral dos servidores públicos. Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados) e de servidores públicos titulares de cargos. Acesso a cargos e empregos: concurso público. Contratação excepcional sem concurso. Direito de greve e sindicalização (aplicação de entendimento STF relativo ao direito de greve dos trabalhadores em geral). Proibição de acumulação remunerada. Sanção por improbidade administrativa.

		Regime constitucional. Estabilidade, disponibilidade, aposentadoria e proventos. Forma de cálculo das aposentadorias e pensões. Situações transitórias. Contribuição previdenciária. Atualização de proventos e pensões.
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SERVIDORES PÚBLICOS	Os cargos públicos: criação e extinção, classificação, cargos de provimento efetivo e vitalícios, lotação de cargos e redistribuição. Provimento em cargo público: conceito de formas Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários: direitos de ordem pecuniária, direitos de ausência ao serviço, aposentadoria, direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários Sindicância e processo administrativo Limitação ao poder de emendar a Constituição e a situação dos servidores frente ao direito adquirido (entendimento do STF em relação à imutabilidade do regime jurídico)
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Controle interno e externo. Noções gerais Controle interno: conceito e abrangência Controle externo: conceito e abrangência Lei de improbidade administrativa e mecanismos de controle da administração pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Sustação de atos e contratos do poder executivo. Convocação de ministros e autoridades para informações Comissões parlamentares de inquérito. Autorizações ou aprovações para atos concretos do Executivo Poderes controladores privativos do Senado. Julgamento das contas do Executivo. Suspensão e destituição (impeachment) do presidente ou ministros Controle pelo Tribunal de Contas: parecer prévio na apreciação de contas do presidente e julgamento de contas dos administradores públicos.
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Controle jurisdicional: noções gerais. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de segurança. Estudos de caso.
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS	Matriz francesa e sua influência na responsabilidade estatal. Prescrição administrativa. Introdução. Responsabilidade e sacrifício de direito. Evolução da responsabilidade por atos administrativos. Fundamentos da responsabilidade do Estado. Espécies de danos indenizáveis. Excludentes da responsabilidade do Estado.
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS	Responsabilidade do Estado no Brasil: noções gerais Responsabilidade do Estado no Brasil: subjetiva Responsabilidade do Estado no Brasil: objetiva Responsabilidade do Estado em atos judiciais Responsabilidade do Estado e atos legislativos.
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS	Prescrição, decadência e preclusão: distinções Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público Pretensões da administração contra o administrado Prescrição das ações judiciais contra o administrado.

DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PODER REGULAMENTAR E ACESSO À INFORMAÇÃO	Noções gerais Espécies de regulamentos. Panorama constitucional. Conceito de regulamento no Brasil. Distinções entre lei e regulamento. Princípio da legalidade e o regulamento.
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PODER REGULAMENTAR E ACESSO À INFORMAÇÃO	Finalidade e natureza da competência regulamentar. Limites ao poder regulamentar Decreto autônomo Objeto da competência regulamentar.
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PODER REGULAMENTAR E ACESSO À INFORMAÇÃO	Garantias do administrado e regulamentos Resoluções. Instruções e portarias Accountability e administração pública. Lei de acesso à informação.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Histórico. Objeto.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Princípios contemporâneos do direito das sucessões.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Modalidades Sucessórias. Sucessão legítima e testamentária.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Capacidade para suceder.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Herança. Conceito. Natureza jurídica.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Abertura e transmissão da sucessão. Princípio Droit de Saisine.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Conteúdo do acervo hereditário.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Herança jacente. Herdeiro Vacante. Herdeiro Aparente.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Aceitação e Renúncia da Herança.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Renúncia Translativa e Abdicativa.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Cessão de Direitos Hereditários.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO EM GERAL	Aspectos tributários.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Sucessão legítima. Definições e Generalidades.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Herdeiros legítimos e necessários.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Classificação dos herdeiros. Classe. Grau. Linha.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Ordem da vocação hereditária.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Sucessão pelos descendentes.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Sucessão pelo cônjuge. Direito Real de Habitação do cônjuge.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Sucessão pelo companheiro.

DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Sucessão pelos ascendentes. Sucessão pelos Colaterais. Sucessão pelo Poder Público.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Direito de Representação. Conceito. Noções gerais.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Características. Exceção.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Efeitos.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA	Consequências. Renúncia. Direito de concorrência. Sucessão colateral e Sucessão testamentária.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Capacidade para testar.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Capacidade para receber por testamento.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Legitimidade especial na sucessão testamentária. Prole eventual. Vocação hereditária de Animais e coisas.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Deserdação. Indignidade.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Testamento. Conceito. Noções gerais.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Formas Ordinárias de Testamento. Testemunhas testamentárias.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Formas Especiais de Testamento. Codicilo.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Disposições testamentárias. Legado. Direito de Acrescer.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Execução do testamento. Testamenteiro.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Substituições. Fideicomisso. Redução das disposições testamentárias.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Revogação e Rompimento do testamento. Inexecução do Testamento.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	Invalidade. Caducidade. Revogação. Rompimento.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Inventário. Conceito. Legitimidade para requerer a abertura.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Prazo para abertura do inventário. Foro competente.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Administração provisória da herança.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Inventariante. Legitimidade. Deveres. Remoção do inventariante.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Modalidades de inventário. Arrolamento Comum. Arrolamento Sumário.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Inventário Judicial. Alvará judicial.

DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Inventário e Partilha Extrajudicial.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Inventário Negativo. Inventário Conjunto. Herdeiro único e adjudicação.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Partilha. Noções gerais. Pagamento das dívidas.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Sonegados. Colações. Garantia de Quinhões Hereditários.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Nulidade e Anulação da Partilha.
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA	Sobrepartilha. Petição de herança.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	Definição do Direito Internacional Público.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	Introdução e Histórico.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	Objeto, taxonomia, conteúdo e validade de suas normas.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional: hierarquia e recepção das normas internacionais
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	A proteção da pessoa humana pelo Direito Internacional Público
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	O Estado como sujeito originário do Direito Internacional Público
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	Os novos sujeitos: Organizações Internacionais e o Indivíduo
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	Outros Sujeitos e atores internacionais
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	Atos unilaterais dos Estados e resoluções de organizações governamentais.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	Princípios gerais do direito, doutrina, fatos, costume e jurisprudência
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	Soluções Pacíficas de Controvérsias.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO, PERSONALIDADE E FONTES	Tratados e Convenções
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	Extinção e Sucessão de Estados
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	Imunidade Estatal e Diplomática
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	O seu surgimento. Elementos constitutivos. Reconhecimento de Estado e Reconhecimento de Governo
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	Territórios Nacionais e Espaços internacionais comuns.

DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	Abrangência Pessoal das normas do Estado.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	Nacionalidade
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	O apátrida e a proteção dos estrangeiros.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	Responsabilidade Internacional do Estado.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	Direito de Guerra
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	Domínio Público Internacional: Espaço aéreo e espaço extra-atmosférico.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	Domínio Público Internacional: Mar e rios internacionais.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO, DIREITO DE GUERRA E DOMÍNIOS PÚBLICOS INTERNACIONAIS	Tribunal Penal Internacional.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Conceito e objeto do Direito Internacional Privado.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Fontes. Gênese e desenvolvimento histórico.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Fundamento e natureza jurídica do Direito Internacional Privado.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Qualificação.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Aplicação do Direito Estrangeiro I
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Aplicação do Direito Estrangeiro II
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	As regras de conflito no Direito Internacional Privado.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Regras de Conexão.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Exceção à ordem Pública internacional.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Fraude à lei no Direito Internacional Privado.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Reconhecimento de direitos adquiridos e aplicação do Direito Estrangeiro.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PARTE GERAL	Reenvio
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Competência Internacional. Litispendência.

DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Cooperação Jurídica Internacional e limites da jurisdição no tratamento dos fatos interjurisdicionais.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Espécies de Cooperação.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Territorialidade e extraterritorialidade da jurisdição. Imunidades de Jurisdição.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Conceito e definição, lei aplicável à personalidade, à capacidade e ao nome.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Lei aplicável à forma da celebração do matrimônio.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Lei aplicável às relações familiares.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Lei aplicável às relações pessoais entre cônjuges e companheiros.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Competência internacional e partilha de bens. Lei aplicável à sucessão testamentária e legítima.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Guarda, Adoção e Subtração Internacional.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Qualificação e regência dos bens. Leis aplicáveis à forma das obrigações contratuais.
DIREITO INTERNACIONAL	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, ASPECTOS PATRIMONIAIS E ASPECTOS PESSOAIS	Responsabilidade Civil e Direito Internacional Privado. Direitos reais no Direito Internacional Privado. Aspectos patrimoniais do direito de família internacional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	TEORIA GERAL DOS RECURSOS	- Conceito. Meios de Impugnação. Classificação dos recursos. Atos sujeitos a recurso. - Interesse. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer. Tempestividade. Preparo. - Juízo de admissibilidade: cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal, tempestividade, regularidade formal, preparo e ausência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer. Juízo de Mérito. - Princípio do duplo grau de jurisdição: constitucionalidade, conceito, limitações, duplo grau vertical e duplo grau horizontal. Princípio da proibição da reformation in pejus. Vedação ao benefício comum do recurso.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	TEORIA GERAL DOS RECURSOS	- Efeitos dos recursos: impeditivo ao trânsito em julgado, efeito suspensivo, efeito devolutivo, efeito regressivo e efeito expansivo subjetivo. - Da conciliação e da mediação no âmbito recursal. - Desistência e renúncia ao direito de recorrer e aquiescência à decisão. - Sucumbência recursal.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	TEORIA GERAL DOS RECURSOS	- Recurso ordinário. Recurso extraordinário. Recurso especial. - Agravo em recurso extraordinário e recurso especial. Embargos de divergência. - Reexame necessário. - Pedido de reconsideração. Correição parcial.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	PROCEDIMENTO RECURSAL E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES	- Generalidades. Regimento interno nos tribunais. Protocolo. Registro. Distribuição. Conexão e prevenção. - Ordem dos Processos nos Tribunais. - Distinções: voto, julgamento, acórdão e ementa. - Incidentes recursais. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Incidente de conflito de competência.

		Incidente de resolução nas demandas repetitivas.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	PROCEDIMENTO RECURSAL E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES	- Ação anulatória de ato processual. Querela nullitatis. Reclamação. A aproximação entre as tradições do civil law e do common law - As técnicas de formação de precedentes judiciais no art. 927 do CPC. - Ratio decidendi e obter dictum. A dinâmica do precedente. A distinção entre casos. A superação de um precedente. Análise de caso.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	PROCEDIMENTO RECURSAL E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES	- Generalidades. Decisão rescindível. - Legitimidades: ativa e passive. Competência para processar e julgar a ação rescisória. Prazo para julgamento da ação rescisória. Natureza. Regra geral. Prazo especial. Contagem do prazo. - Prazo para ajuizamento. Prazo para julgamento da ação rescisória e juízo de inadmissibilidade do recurso. Regras especiais de contagem de prazo. - Hipóteses de rescindibilidade. - Aspectos do procedimento da ação rescisória. Recursos na ação rescisória.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	RECURSOS EM ESPÉCIES	- Conceito. Cabimento. Generalidades. - Regularidade formal. Prazos. Preparo. - Efeitos: devolutivo, suspensivo e de retratação. Alegação nova de fato e alegação de fato novo em apelação. - Procedimento. Julgamento de mérito diretamente pelo Tribunal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	RECURSOS EM ESPÉCIES	- Conceito. Cabimento. Generalidades. Competência. Efeitos. - Fundamentação vinculada: erro material, contradição, omissão e obscuridade. - Decisões embargáveis. Prazo. Dispensa de preparo. - Embargos de Declaração versus Preclusão. Embargos inadmissíveis. Embargos de Declaração Protelatórios. Embargos de Declaração e pré-questionamento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	RECURSOS EM ESPÉCIES	- Conceito. Cabimento. Generalidades. - Decisões agraváveis: taxatividade, hipóteses, Tutela provisória, Decisão de Mérito e Decisão sobre a gratuidade da justiça. - Regularidade formal. Prazo. Procedimento - Extinção do processo em julgamento do agravo de instrumento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	- Noções gerais. Introdução da Tutela Provisória. Previsão legal. Tutela de urgência satisfativa antecedente. Fumus boni iuris. Periculum in mora. - Tutelas de urgência versus Tutelas da Evidência. Tutelas sumárias provisórias. - Requisitos e comprovações da tutela provisória de urgência. Concessão. Juízo da Verossimilhança. Regras comuns às tutelas provisórias. - Tutela provisória nos Tribunais.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	- Acesso à justiça. Litigiosidade em Massa e as questões de direito repetitivas. - Julgamentos de casos repetitivos no CPC. - Parte geral que regula o julgamento de casos repetitivos. - Recursos especiais ou extraordinários repetitivos. Outros mecanismos para a solução de casos repetitivos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	- Incidente de resolução de demandas repetitivas. Natureza jurídica. Pressupostos de admissibilidade. - Tutelas coletivas. Direitos individuais transindividuais. - Fundamentação racional das decisões judiciais. Uniformização da jurisprudência. - Legitimidade das ações. Coisa julgada versus efeito vinculante.
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS		
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	INTRODUÇÃO À PRATICA EM PROCESSO PENAL	Proporcionar aos acadêmicos, formação prática com desenvolvimento da habilidade necessárias à atuação profissional na prática penal. -- Finalidade da LEP. Competência. R.D.D – Regime Disciplinar Diferenciado: Características/ Hipóteses de Cabimento/ Aspectos Constitucionais. --
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	INTRODUÇÃO À PRATICA EM PROCESSO PENAL	Procedimento do Tribunal do Júri – Libelo crime e sentenças. O procedimento no Juizado Especial Criminal.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	INTRODUÇÃO À PRATICA EM PROCESSO PENAL	Defesa preliminar em competência originária. Procedimento ordinário.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	APLICAÇÃO DO PROCESSO PENAL	Ação Penal – Denúncia e queixa-crime. Relaxamento de prisão em flagrante.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	APLICAÇÃO DO PROCESSO PENAL	Procedimento Judicial. Revogação de prisão preventiva. Liberdade provisória.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	RECURSOS E EXECUÇÃO NO PROCESSO PENAL	Recursos. Fixação de Regimes. Progressão. Autorizações de Saída. Remição: Trabalho e Estudo/ Forma de Contagem/ Remição presumida/ Perda dos dias remidos. Extinção da Punibilidade
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	RECURSOS E EXECUÇÃO NO PROCESSO PENAL	Elaboração de petições. Audiências. Atendimentos de modo adequado. Apelação.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	TRIBUNAL DO JÚRI	Dos recursos. Ações autônomas de impugnação.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	TRIBUNAL DO JÚRI	Procedimentos utilizados no tribunal de júri. Petições e audiências, articulada com a prática real e simulada em letramento digital.
9º Semestre		

DIREITO CIBERNÉTICO	DIREITO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	- Introdução sobre tecnologia e inovação. Legislação aplicável. - Concorrência desleal. Segurança, fiscalização e boas práticas. - Proteção da Informação. Proteção da Liberdade de Expressão na Internet. - Direito ao Esquecimento (Right to be Forgotten).
DIREITO CIBERNÉTICO	DIREITO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	- Considerações iniciais. Legislação aplicável. Conceitos. - Blockchain e criptografia. - Big Data e Blockchain. - Criptomoedas. Bitcoin.
DIREITO CIBERNÉTICO	DIREITO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	- Internet das Coisas. - Tecnologia, inovação e internet das coisas (IoT). - Origem e taxonomia da IoT: as três eras da internet. - Benefícios econômicos estatais e empresariais.
DIREITO CIBERNÉTICO	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, MARCO CIVIL DA INTERNET E A HERANÇA DIGITAL	- Introdução LGPD - Lei geral de proteção de dados. - Dos Direitos do Titular. - Tratamento de dados pessoais e os direitos correlatos na LGPD: requisitos, dados pessoais sensíveis, de crianças e adolescentes.
DIREITO CIBERNÉTICO	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, MARCO CIVIL DA INTERNET E A HERANÇA DIGITAL	- Segurança da informação dentro das empresas. - Da segurança e do sigilo de dados. Fiscalização. - Posse sobre arquivos digitais. - Direito de Arrependimento na Internet.
DIREITO CIBERNÉTICO	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, MARCO CIVIL DA INTERNET E A HERANÇA DIGITAL	- Marco Civil da Internet e herança digital. Considerações iniciais. Análise histórica da Internet. Aspectos técnicos. - Efeitos da Neutralidade da Rede. Direitos e garantias. Neutralidade de Rede e Liberdade de Mercado. Regulação da Internet no Brasil e no Mundo. - Bens Digitais: redes sociais, e-mails, milhas aéreas, moedas virtuais, músicas e livros digitais. - Contexto sociológico no qual estes ativos surgem, sua natureza jurídica, a importância no atual momento histórico, suas repercussões no âmbito da

		personalidade humana e em sede patrimonial.
DIREITO CIBERNÉTICO	PROPRIEDADE INTELECTUAL, MARCAS E PATENTES	- Propriedade Intelectual - introdução e conceitos gerais. - A Legislação em Vigor. - Controvérsias envolvendo Direitos Autorais e Tecnologias Streamming. - A propriedade Intelectual como um Direito de Cunho Internacional. Convenção da União de Paris.
DIREITO CIBERNÉTICO	PROPRIEDADE INTELECTUAL, MARCAS E PATENTES	- Marcas, patentes e modelo de utilidade. Conceitos. Características. - Registro de nomes de domínio no Brasil e resolução de conflitos. - O que não é invenção nem invento. - Os requisitos da patente de invenção. - Tipos de patentes. Quais inventos não são patenteáveis.
DIREITO CIBERNÉTICO	PROPRIEDADE INTELECTUAL, MARCAS E PATENTES	- Direito Autoral - introdução e conceitos gerais. - Natureza Jurídica. - Direito Autoral - obras protegidas, registro, transferência, crimes e domínio público. - Era digital: responsabilidade civil pela violação de direitos autorais na internet.
DIREITO CIBERNÉTICO	DO DIREITO CONTRATUAL ELETRÔNICO ÀS RELAÇÕES CONSUMERISTAS	- Considerações Iniciais. Direito contratual eletrônico. - Contratação Eletrônica. - Responsabilidade civil dos provedores.
DIREITO CIBERNÉTICO	DO DIREITO CONTRATUAL ELETRÔNICO ÀS RELAÇÕES CONSUMERISTAS	- Relações consumeristas na era digital. - Elementos da relação de consumo. - Perspectivas de direitos no e-commerce. - Lacunas que permeiam o Código de Defesa do Consumidor quanto ao comércio eletrônico.

DIREITO CIBERNÉTICO	DO DIREITO CONTRATUAL ELETRÔNICO ÀS RELAÇÕES CONSUMERISTAS	- Cenário cibernético: Questões criminais. - Delitos: crimes praticados por meio eletrônico, a criança e o adolescente no meio digital. - Cyberbullyng. - Cenário cibernético: Riscos e Fraudes. - Perícia computacional e metodologia para obtenção de evidências. Provas eletrônicas. Tipificação existente.
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Compreensão dos direitos políticos.
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Direitos humanos e direitos fundamentais. Posicionamento dos direitos políticos
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Direitos políticos: contexto constitucional
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Privação de Direitos Políticos
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Conceitos e Fundamentos.
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Fontes do Direito Eleitoral.
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Hermenêutica Eleitoral.
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Microssistema Eleitoral.
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Cidadania
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Princípio da Anualidade eleitoral
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Princípios Fundamentais de Direito Eleitoral.
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL	Sufrágio
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Sistema Eleitoral distrital e misto
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Sistema eleitoral majoritário
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Sistema eleitoral proporcional
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Sistemas eleitorais: introdução
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Competência da Justiça Eleitoral. Justiça estadual e federal
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Funcionamento da Justiça eleitoral e Ministério Público Eleitoral
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Justiça Eleitoral: introdução
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Organização da Justiça eleitoral

DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Administrativa
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	As Funções da Justiça Eleitoral: introdução
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Judiciária
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	JUSTIÇA ELEITORAL E DIREITOS ELEITORAIS	Normativa e Consultiva
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	Capacidade eleitoral ativa
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	Capacidade eleitoral passiva
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	Elegibilidade
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	Inelegibilidade
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	Campanha Eleitoral
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	Crimes Eleitorais
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	O Processo Eleitoral: Convenções partidárias, registro de candidatura
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	O Processo Eleitoral: noção panorâmica das eleições.
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	Abuso do Poder Econômico e Político
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	Financiamento
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	Pesquisa Eleitoral
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	PROCESSO ELEITORAL	Propaganda político-eleitoral e Representação Eleitoral
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Diplomação e efeitos
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Nulidade e anulabilidade de votos
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Posse e efeitos
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Prestação de contas
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Lei da ficha limpa e a retroatividade da Lei
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Lei da Ficha Limpa e o princípio da anualidade
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Lei da ficha limpa e presunção de inocência
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Lei da Ficha Limpa: histórico
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC)
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)

DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Recurso Contra Expedição do Diploma (RCED)
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	CRIMES, AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.	Recursos em Matéria Eleitoral
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 1)	- Conceito de tributo. Elementos do conceito de tributo. - Classificação dos tributos em espécies: impostos, taxas. - Contribuições de melhoria: competência e fato gerador. - Empréstimo compulsório: competência e fato gerador e contribuições especiais. - Contribuição para o serviço de iluminação pública.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 1)	- Sujeito passivo. - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e a prestações de serviços (ICMS): não cumulatividade, competência e fato gerador. - Tributação no serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. EC 87/2015.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 1)	- Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) - Competência - Contribuinte - Fato gerador, base de cálculo e alíquota. - Lançamento.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 2)	- Introdução ao Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) - IPTU: função e fato gerador. - IPTU: base de cálculo e progressividade. - IPTU: sujeito passivo, lançamento e considerações.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 2)	- Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR): função, fato gerador, não cumulatividade. - Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR): base de cálculo, sujeito passivo, lançamento, convênios interestaduais, imunidades, considerações. - Imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis e direitos a eles relativos (ITBI): função, fato gerador, base de

		cálculo. - ITBI: sujeito passivo e lançamento.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 2)	- Imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD): função, fato gerador, base de cálculo. - Imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD): sujeito passivo, lançamento. - Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF): função, fato gerador, base de cálculo. - Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF): sujeito passivo, lançamento.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 3) E INTRODUÇÃO AO PROCESSO TRIBUTÁRIO	- Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA): função, fato gerador, base de cálculo. - Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA): sujeito passivo, lançamento. - Imposto de importação (II): função, fato gerador, base de cálculo, sujeito passivo, lançamento. - IE: função, fato gerador, base de cálculo, sujeito passivo, lançamento. - Imposto de importação (II): fato gerador e lançamento.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 3) E INTRODUÇÃO AO PROCESSO TRIBUTÁRIO	- Imposto sobre produtos industrializados (IPI): função, fato gerador - Imposto sobre produtos industrializados (IPI): não cumulatividade, base de cálculo, sujeito passivo - Imposto sobre produtos industrializados (IPI): lançamento, convênios interestaduais - Imposto sobre produtos

		industrializados (IPI): imunidades.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 3) E INTRODUÇÃO AO PROCESSO TRIBUTÁRIO	- Breve evolução histórica. Processo Administrativo Federal e o Processo Tributário. - Poderes da Administração Tributária. - Direitos e deveres do contribuinte no Processo Tributário. - Aplicação do Código de Processo Civil no Processo Tributário.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 4) E PROCESSO TRIBUTÁRIO	- Imposto de renda (IR): introdução e função. - Fato gerador, base de cálculo, sujeito passivo, lançamento. - Sujeito passivo. - Lançamento.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 4) E PROCESSO TRIBUTÁRIO	- Constituição do crédito tributário. - Contencioso administrativo. - Execução fiscal. - O cabimento de medidas acautelatórias no Processo Tributário.
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO – TRIBUTOS EM ESPÉCIE (PARTE 4) E PROCESSO TRIBUTÁRIO	- Respostas do Executado: Embargos do devedor. Embargos de terceiro. - Respostas do Executado: Exceção de pré-executividade. Consignação em pagamento. Repetição de indébito. - Respostas do Executado: Mandado de Segurança. - Respostas do Executado: Ação declaratória. Ação anulatória.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	INTRODUÇÃO À PRATICA EM PROCESSO TRABALHISTA	Estrutura do Poder Judiciário. TRT - Tribunal Regional do Trabalho. TST - Tribunal Superior do Trabalho. Varas de Trabalho. Órgãos e Auxiliares da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. -- Forma. Publicidade. Atos e Termos Processuais. Prazo Processual. Contagem de Prazos. Audiência. -- Decisão Interlocutória. Interposição de Recurso. Partes. Razões e o

		contrarrazões. Pressupostos recursais ou de admissibilidade.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	INTRODUÇÃO À PRATICA EM PROCESSO TRABALHISTA	Aplicar as normas, procedimentos e técnicas presentes no Processo Trabalhista. Meios alternativos de solução de controvérsias. Tutelas coletivas. PJe: endereçamentos, simulações, estruturação de petições e atendimentos de modo adequado. Elaboração de acordo de conciliação considerando caso hipotético apresentado.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	APLICAÇÃO DO PROCESSO TRABALHISTA	Jurisdição. Competência (material e territorial). Partes no processo do trabalho. Capacidade. Representação processual. Custas.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	APLICAÇÃO DO PROCESSO TRABALHISTA	Atos processuais. Procedimentos. Técnicas de Processo Trabalhista, como fases, petições e realização de audiências, articulada com a prática real. Meios alternativos de solução de controvérsias, tutelas coletivas e processo eletrônico. Prazos. -- Conflito. Classificação e ações trabalhistas. Condições da Ação. Comissão de Conciliação Prévia. Processo e Procedimento.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	RECURSOS NO PROCESSO TRABALHISTA	Custas. Depósito recursal. Efeitos. Fazenda Pública (reexame necessário). Irregularidades de Representação.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	RECURSOS NO PROCESSO TRABALHISTA	Dos recursos. Pressupostos. Requisitos. Tempestividade. Prazos. Embargos. Agravos. Recurso Ordinário. Recurso de Revista.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	EXECUÇÃO NO PROCESSO TRABALHISTA	Competência. Início da Execução. Liquidação de Sentença.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	EXECUÇÃO NO PROCESSO TRABALHISTA	Mandado de Penhora. Embargos à Execução e a sua impugnação.

PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	PROGRAMA DE CONTEXTO À COMUNIDADE. A FINALIDADE DA EXTENSÃO NO PROGRAMA DE CONTEXTO À COMUNIDADE ESTÁ NO CENTRADO NA ARTICULAÇÃO SOCIAL, ATRAVÉS DESTE PROJETO OCORRERÁ UMA MAIOR INTEGRAÇÃO ENTRE A FACULDADE E A SOCIEDADE CIVIL, TRAZENDO APOIO À COMUNIDADE E À DIFUSÃO DO ENSINO. AO IDENTIFICAR AS NECESSIDADES DA COMUNIDADE, OS ALUNOS COMPREENDERÃO A MOTIVAÇÃO PARA EFETUAR AS AÇÕES DE APOIO RELACIONADAS AO CURSO DE DIREITO, PELAS QUAIS PODERÃO SER DESENVOLVIDAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E SOFT SKILLS ESPECÍFICAS. OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS SUGERIDOS PARA CORRELACIONAR AS AÇÕES SÃO: DIREITO PROCESSUAL; DIREITO CIVIL E DIREITO CONSTITUCIONAL; OS LOCAIS QUE PODERÃO CONTEMPLAR ESSE PROJETO SÃO: ENTIDADES PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL; ESCOLAS; COLÉGIOS; ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG); INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM AÇÕES SOCIAIS; FUNDAÇÕES; ENTIDADES DO JUDICIÁRIO COMO PROCONS E TRIBUNAIS; ENTIDADES RELIGIOSAS COMO IGREJAS, ORDENS, TEMPLOS, CONGREGAÇÕES, MISSÕES E CASAS DE ACOLHIMENTO OU ASSISTÊNCIA; ENTIDADES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; ASILOS; ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPS); ORGANIZAÇÕES DE MORADORES E COOPERATIVAS, ENTRE OUTRAS.	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	METODOLOGIA DA PESQUISA	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	PROJETO FINAL	
10º Semestre		

DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Marco Histórico do Processo de Internacionalização dos Direitos Humanos e Princípios Fundamentais
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Marco Histórico do Processo no Brasil dos Direitos Humanos e Princípios Fundamentais
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Direito, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Princípio da Dignidade Humana e outros princípios basilares na CF/88
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	A jurisprudência dos Tribunais Superiores Braileiros e Internacionais na efetivação de Direitos Humanos e Fundamentais.
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Medidas de Proteção como instrumento de proteção a populações vulneráveis
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Medidas de Proteção à Criança e ao adolescente; mulheres e idosos
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Medidas de Proteção e o sistema de justiça nacional e internacional
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Igualdade de Gênero na ordem internacional e nacional;
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Políticas Públicas para igualdade de gênero
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Teorias Queer , o Feminismo Negro e mulheres com deficiência.
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS À INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNERO	Elaboração de Políticas públicas e a separação de poderes
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Marco Histórico do Processo de reconhecimento dos Direitos da Pessoa com deficiência
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Constituição de 1988 e a Convenção Internacional da ONU dos Direitos da Pessoa com deficiência
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Estatuto da Pessoa com deficiência: conceitos legais
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Estatuto da Pessoa com deficiência e os direitos sociais
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Estatuto da Pessoa com Deficiência e Legislação contra condutas discriminatórias e capacitistas
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Rede de apoio e de serviços à pessoa com deficiência

DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Estatuto do Idoso: conceitos objetivos e seus princípios
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Políticas Públicas para a população idosa
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Rede de serviços à Pessoa ao idoso
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Proposições para uma sociedade mais inclusiva e o Advocay
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Rede de serviços à Pessoa com Deficiência
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	Marco Histórico do Processo de reconhecimento dos Direitos da População idosa
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	Aspectos Gerais e Históricos: Brasil
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	Racismo estrutural: Do período colonial até abolição
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	O Direito e a CF 88 como instrumento de Proteção aos Povos Negros
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	As políticas Públicas afirmativas aos Povos Negros
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	O ordenamento jurídico brasileiro contra práticas racistas e discriminatórias
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	Proposições e debates para uma sociedade antirracista e a contribuição do Feminismo Negro
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	Aspectos Gerais e Históricos
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	Ensino da História dos povos originários
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	O direito e a CF 88 como instrumento de Proteção aos Povos Originários
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	Políticas Públicas afirmativas e protetivas aos Povos Originários
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	órgãos de sistema de proteção aos Povos Originários
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	INCLUSÃO RACIAL: POVOS NEGROS E ORIGINÁRIOS	Proposições e debates para a efetivação de garantias e proteção aos Povos Originários
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	O processo histórico do reconhecimento da Criança e do adolescente como sujeitos de Direitos

DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	A Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU , a CF 88 e o ECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Direitos Fundamentais e Tutelas Coletivas: da política de atendimento, direito à convivência familiar e comunitária; Participação Social e política de crianças, adolescentes e jovens(Estatuto da Juventude)
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Medidas protetiva no ECA: conceitos
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	O sistema de garantia e de direitos da Criança e do Adolescente: importância da atuação em rede
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	As medidas protetvas e a justiça restaurativa e métodos de resolução de conflitos extrajudiciais
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Ato Infracional: conceito e a inimputabilidade penal na CF 88 e Regras de Riyad-ONU e a prevenção da prática de atos infracionais por adolescentes
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ECA e SINASE: modalidades de medidas socieducativas e o plano de atendimento individualizado
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Sistema de Justiça e garantias processuais ao adolescente em conflito com a Lei.
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Conselho Tutelar: conceito e suas atribuições
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Conselho Tutelar na Aplicação das medidas protetivas
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	O conceito de Direitos Humanos. A evolução histórica dos Direitos Humanos. Os direitos humanos e o conceito moderno de estado.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	O processo de internacionalização dos Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	Tratados internacionais sobre Direitos Humanos. O sistema universal (ONU) e seu surgimento. A liga das nações.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	Direitos de primeira dimensão.

DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	Direitos de segunda dimensão. Direitos da terceira dimensão.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	Direitos de terceira dimensão.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	Direitos de quinta dimensão.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	Direito de sexta dimensão.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	Reflexões sobre dos Direitos Humanos e às liberdades negativas. Reflexões sobre as dimensões (gerações) e a formação das conquistas dos direitos humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	Panorama histórico dos direitos humanos no Brasil.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	Consagração dos Direitos Humanos na Constituição da República Federal.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS	A resolução de conflitos entre Direitos Humanos. Interpretação entre Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	O processo de internacionalização dos Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	Tratados internacionais.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	A carta internacional dos Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	O sistema regional americano (OEA)
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	O Sistema europeu.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	Os sistemas africano e asiático. As reservas nos tratados de Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	Aspectos do Sistema Global. Conselho de Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	Comitê de Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	Outros Comitês de Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	Da atividade de monitoramento internacional pelos comitês.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	Alto comissariado das Nações Unidas sobre Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	Comissão interamericana de Direitos Humanos. O Tribunal

		Penal Internacional e os Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	Os tratados de Direitos Humanos. A noção de tratados.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	A Constituição de 1988 e a internacionalização dos Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	As fases de elaboração de um tratado. A hierarquia normativa ordinária ou comum dos tratados. O processo legislativo, aplicação e hierarquia dos tratados internacionais de Direitos Humanos. A hierarquia normativa dos tratados de Direitos Humanos e a Emenda Constitucional n. 45/2004.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	Secretaria Nacional de Proteção Global e Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	Ações afirmativas e órgãos federais de inclusão social e de proteção do idoso.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	Defesa dos Direitos Humanos no Poder Legislativo.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	Defesa dos Direitos Humanos pelo Ministério Público.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	Defesa dos Direitos Humanos pela Defensoria Pública.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	Direitos Humanos e políticas públicas. O controle judicial dessas políticas.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	Direitos Humanos e democracia.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	OS DIREITOS HUMANOS E OS DISPOSITIVOS DE INCLUSÃO NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO	O acesso à justiça no Estado Democrático de Direito. Federalização dos crimes contra os Direitos Humanos.

DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	O direito como mecanismo garantidor da inclusão social.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	O Princípio à Vida e da Dignidade da Pessoa Humana.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	Políticas públicas e inclusão social. A sistematização nacional e os órgãos auxiliadores.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	O Estatuto do idoso.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	Principais conceitos. Direitos fundamentais.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	Medidas de proteção.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	O Estatuto do Idoso, os Idosos e a Cidadania.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	Princípios e valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	Direito à proteção social. Direito à proteção na velhice.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	Do acesso à justiça. Direito à vida.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	Direito à Segurança Pessoal.
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	DIREITOS HUMANOS E O ESTATUTO DO IDOSO	Denúncia. Maus Tratos. Dos crimes. Da violência.
OPTATIVA III		
OPTATIVA IV		
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Remédios Constitucionais: conceito, aplicabilidade e classificação
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Habeas Corpos. Habeas Data. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública. Elaboração de peças-prática profissional.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	RECURSOS EM INSTÂNCIAS SUPERIORES	Constituição da República em 1988. Responsabilidade do STJ o julgamento dos "recursos especiais" - REsp (espécie recursal oriunda do desmembramento do recurso extraordinário julgado pelo STF)
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	RECURSOS EM INSTÂNCIAS SUPERIORES	Competência do controle da legalidade do julgado proferido pelas instâncias inferiores. Admissibilidade. Recursos Repetitivos. REsp como necessidade de relevância da

		questão federal discutida para que o recurso chegue ao STJ.? Do endereçamento ao papel uniformizador da jurisprudência sobre a legislação federal. Elaboração de peças-prática profissional.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	INTRODUÇÃO À PRATICA EM DIREITO ADMINISTRATIVO	Atos e Fatos Jurídicos: formalização, elementos, atributos e competência.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	INTRODUÇÃO À PRATICA EM DIREITO ADMINISTRATIVO	Prescrição dos Atos Inválidos. Poder de Polícia. Intervenção na Propriedade Privada. Elaboração de peças-prática profissional.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	INTRODUÇÃO À PRATICA EM DIREITO TRIBUTÁRIO	Competência Tributária e Imunidades. Legislação Tributária. Vigência. Aplicação. Interpretação e Integração.
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	INTRODUÇÃO À PRATICA EM DIREITO TRIBUTÁRIO	Do fato gerador. Da obrigação. Crédito e Lançamento Tributário. Capacidade. Competência. Ações Tributárias (elaboração de peças-prática profissionais)
Optativas		
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Bases da Ação Coletiva
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Bases Históricas do Cooperativismo
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Conceito de Cooperativa
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Princípios Cooperativistas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Contexto atual do Cooperativismo no Agronegócio
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Histórico do Cooperativismo no Agronegócio Brasileiro
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Níveis de cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Ramos do cooperativismo brasileiro
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Advento do Terceiro Setor
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Associações
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Fundações
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	CONCEITOS INTRODUTÓRIOS SOBRE COOPERATIVAS	Sindicatos
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Etapa pré-cooperativa
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Legislação Cooperativista
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Processo de Constituição de Associações

ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Processo de Constituição de Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Boas Práticas de Governança em Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Controle em Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Direção em Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Modelos de Gestão em Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Ato Cooperativo
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Dupla Natureza das Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Empresa Cooperativa
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	GESTÃO APLICADA ÀS COOPERATIVAS	Estrutura organizacional da Cooperativa
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Estrutura de Capital das Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Justificativa Econômica das Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	O Ciclo de Vida das Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Papel Coordenador das Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Custos de transação
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Economia Institucional e Cooperativismo
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Natureza Institucional das Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Teoria da Agência Aplicada às Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Acesso a políticas públicas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Economia da Integração
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Integração aos Mercados
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	ECONOMIA DO COOPERATIVISMO	Mercados Institucionais
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Eficiência empresarial das cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Estratégias de Atuação das Cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Fusões e incorporações
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Processo de planejamento das cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Intercooperação, Redes e Expansão
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Internacionalização

ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Os desafios dos negócios cooperativos
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Práticas de sucesso
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Cooperativas tradicionais x Nova Geração
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Desafios dos novos modelos
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Incentivos contratuais em cooperativas
ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE COOPERATIVAS	TENDÊNCIAS NOS NEGÓCIOS COOPERATIVOS	Nova geração das Cooperativas
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Atribuições e competências.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Introdução ao Direito Notarial e Registral. Princípios gerais.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Leis Federais nº 6.015/73 e nº 8.935/94.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Tabelião e Registrador.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Direitos e Deveres.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Encerramento da delegação.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Incompatibilidades e Impedimentos.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Ingresso na atividade notarial e registral. Titulares e seus prepostos.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Emolumentos. Lei nº 10.169/2000. Gratuidades legais.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Fiscalização pelo Poder Judiciário.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Infrações disciplinares e penalidades.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	INTRODUÇÃO AO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	Responsabilidade civil e criminal.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Certidões nos serviços registrais.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Lei 6.015/73.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Matrícula. Registro. Transcrição. O Registro Torrens.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Terminologia dos atos registrais. Ordem do serviço. Escrituração. Prenotação. Averbação. Cancelamento. Retificações.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Princípios gerais do Direito Registral Imobiliário.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Processo de dúvida.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Qualificação dos títulos.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Retificações e georreferenciamento.

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Desafetação. Tombamento. Restrições convencionais e legais.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Instituição de Condomínio. Incorporação Imobiliária. Patrimônio de afetação.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Parcelamento do solo. Loteamento. Desmembramento.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS I	Sistema de financiamento Imobiliário.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Demais atos relativos ao estado civil.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Do nome civil.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Registro Civil de Pessoas Naturais. Atribuições.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Situações especiais.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Contrato de alienação fiduciária de bens móveis. Penhor Comum. Penhor de Direito. Penhor de veículos. Notificações extrajudiciais.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Partidos políticos. Associações. Fundação. Organizações Religiosas. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP; Organização Social – OS; e, Sindicatos. Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI.?Sociedade de Propósito Específico.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Registro civil de pessoas jurídicas. Atribuições.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Registro de títulos e documentos. Atribuições.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	A lei nº 11.441/2007 e a independência jurídica dos tabeliães e registradores.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Ambiente eletrônico.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Registro de Distribuição.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	REGISTROS PÚBLICOS II	Tabeliões e Oficiais de Registro de Contratos Marítimos.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Da separação e do divórcio extrajudicial. Do inventário e da partilha extrajudicial.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Lei 7433/1985 e Decreto nº 93.240/86 (escrituras públicas).
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Princípios gerais de Notarial. Terminologia dos atos notariais.

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Procurações. Testamentos. Atas notariais. Reconhecimento de firmas. Autenticação de cópias. Do traslado e da certidão.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Da Desistência e Sustação do Protesto. Do Pagamento. Do Registro do Protesto. Das Averbações e do Cancelamento.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Da Distribuição. Da Apresentação e Protocolização. Do Prazo. Da Intimação.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Das Certidões e Informações do Protesto. Dos Livros e Arquivos.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Protesto. Lei n.º 9.492/97. Da Competência e das Atribuições. Títulos e documentos protestáveis.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Da apresentação do cheque prescrito ao tabelionato de protestos.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Do protesto da certidão de dívida ativa.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Do protesto da cota condominial.
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	TABELIONATOS	Dos Emolumentos do tabelionato de protestos.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	Conceito, origem e evolução do Empreendedorismo.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	História do empreendedorismo; Movimento empreendedor no Brasil e no mundo.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	Comportamento Empreendedor; Atitudes e Habilidades Empreendedoras.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	Transformações no cenário internacional do século XX para o XXI. Impactos das transformações no sistema produtivo e no mundo do trabalho.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	Intraempreendedor x empreendedor; Organização Intraempreendedora. Desenvolvendo Perfil Empreendedor dentro da Organização.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	O Processo Empreendedor. As diferentes maneiras de empreender. Empreendedorismo Social x Corporativo. Práticas de Empreendedorismo (Brasil x Mundo).

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	Criatividade e Geração de ideias de negócios. Métodos de geração de ideia.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	Reconhecimento de oportunidades de negócios. Ideias x oportunidades de negócios x necessidades de mercado.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	Avaliação de oportunidades de negócios.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	Desenvolvimento do conceito do negócio e atributos de valor. Definir o diferencial competitivo, modelo negócios e a estratégia futura da empresa.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	Análise do setor. Nicho de mercado. Público-Alvo. Análise dos Competidores. Pesquisa de mercado.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADE EMPREENDEDORA	Planejamento e desenvolvimento de produtos e/ ou serviços. Mercado e consumidor. Segmentação.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Contextualização acerca da perspectiva lean: precedentes históricos e aplicações atuais. Lean startup: entendendo e aplicando os conceitos.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Teste de hipótese. MVP (Minimum Viable Product – ou Produto Mínimo Viável). Possibilidade de pivotar negócios com maior rapidez.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Estratégias de tração de negócios. Taxa de crescimento, tamanho do mercado e penetração do negócio.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Conceito, importância, objetivos, público-alvo e estrutura de um Plano de Negócios. Elaboração de um Plano de Negócios.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Fluxo de Caixa projetado. Índices financeiros (VPL, TIR, ROE, etc.). Formas de levantar capital. Fontes de captação de recursos. Investidores anjo.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Assessoria à gestão (Sebrae, Cooperativas, incubadoras, franquias, etc.). Questões Jurídicas.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Insights Estratégicos e Modelos de Negócios. Estruturação do Modelo de Negócios através do Business Model Canvas.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Gestão de Projetos.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Metodologias ágeis.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Desafios da inovação. Clima e cultura de Inovação.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Novas configurações de empresa. Inovar X Empreender X Sustentar Negócios.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	PERSPECTIVA LEAN, PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIAS DE GESTÃO	Empresas disruptivas e crescimento exponencial. Startups e escalabilidade.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Introdução e contextualização da inovação. Tipos de inovação.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Vantagens econômicas, competitivas e sociais advindas da inovação. Estratégia competitiva e inovação.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Estratégias Incrementais. Estratégias Racionais. Métricas de inovação. Tecnologia exponencial.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Estratégias e processo inovador.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Evolução dos modelos de inovação baseados em processos.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Gestão da inovação. ISO 56002.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Design Thinking: solução de problemas complexos centrados no usuário.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Desenvolvimento de produtos. Seleção - Selecionando as melhores oportunidades.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Estratégias Incrementais. Estratégias Racionais. Métricas de inovação. Tecnologia exponencial.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Aprendizado e Gestão do conhecimento. Aquisição - Combinando novos e velhos conhecimentos para oferecer uma solução.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Execução - Fazendo a inovação acontecer.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	FUNDAMENTOS E ASPECTOS INICIAIS DA INOVAÇÃO E PROCESSOS DE INOVAÇÃO	Lançamento e Sustentação - Preparando o mercado para um novo produto ou serviço.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	Cadeia de valor da inovação (Geração de Ideias - Conversão - Difusão).
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	Projetos em organizações inovadoras. Valoração dos projetos.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	Cooperação e Redes de inovação. Trabalho em equipe (Teamwork) - desenvolvendo líderes e equipes de alta performance.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	Desafios do empreendedor tecnológico. Economia criativa e negócios criativos. Empresas de base tecnológica. Start Ups, incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	Acordos bilaterais e multilaterais de comércio e tecnologia. Necessidades tecnológicas das empresas exportadoras. A importância das fontes locais de tecnologia.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	Padrão de especialização, desenvolvimento econômico e competitividade internacional. Fluxos internacionais de tecnologia. Tecnologia e competitividade internacional.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	Financiamentos subsidiados (reembolsável). Incentivos fiscais à inovação tecnológica.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	Especificidades setoriais da inovação.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	Especificidades setoriais da inovação. Programa de incentivo à inovação sustentável.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	A importância do capital de risco para uma empresa de base tecnológica. Programas de fomento para empreendedores.
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	Empresas de base tecnológica e as universidades e centros de pesquisa. Criação de empresas a partir de tecnologias geradas em universidades.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	TÓPICOS AVANÇADOS EM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA	O risco inicial de uma empresa de base tecnológica. Venture capital. Private Equity. Fundos de Investimento. Participações (FIP) e Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes (FMIEE).
INGLÊS	VOCÊ E OS OUTROS	Encontrar, apresentar e descrever pessoas; identificar membros da família.
INGLÊS	VOCÊ E OS OUTROS	Tempo Presente do verbo to be; vocabulário específico (adjetivos de descrição de pessoas, cumprimentos e apresentação)
INGLÊS	VOCÊ E OS OUTROS	Expressar posses de bens pessoais Estruturas gramaticais de expressão de posse
INGLÊS	VOCÊ E OS OUTROS	Vocabulário relativo a bens pessoais (roupas, objetos, eletrônicos etc)
INGLÊS	VOCÊ E OS OUTROS	Partes do corpo; descrição de sintomas; vocabulário relativo ao corpo, a doenças comuns e remédios
INGLÊS	VOCÊ E OS OUTROS	Remédios e conselhos para problemas de saúde; prevenção de problemas de saúde; estrutura gramatical (look+adjective fell+adjective); uso de should
INGLÊS	VOCÊ E OS OUTROS	Meios pessoais de comunicação; troca de informações
INGLÊS	VOCÊ E OS OUTROS	Objeto direto e objeto indireto; passado irregular; verbos de percepção sensorial; vocabulário de conversas pessoais (telephone call, e-mail etc)
INGLÊS	VOCÊ, SEU TRABALHO E TEMPO LIVRE	Diferentes tipos de trabalho; comparação dos tipos de trabalho em diferentes países; vocabulário relativo a nacionalidades e ocupações.
INGLÊS	VOCÊ, SEU TRABALHO E TEMPO LIVRE	Preposições de tempo; advérbios de frequência
INGLÊS	VOCÊ, SEU TRABALHO E TEMPO LIVRE	Dizer as horas; atividades diárias (trabalho, escola, família etc);
INGLÊS	VOCÊ, SEU TRABALHO E TEMPO LIVRE	Presente simples; expressões de tempo; preposições de tempo; advérbios de frequência;
INGLÊS	VOCÊ, SEU TRABALHO E TEMPO LIVRE	Tempo livre; atividades de entretenimento; festivais típicos.
INGLÊS	VOCÊ, SEU TRABALHO E TEMPO LIVRE	Vocabulário relativo às atividades de entretenimento; Presente contínuo.

INGLÊS	VOCÊ, SEU TRABALHO E TEMPO LIVRE	Esportes favoritos; esportes radicais;
INGLÊS	VOCÊ, SEU TRABALHO E TEMPO LIVRE	Verbos de estado (stative verbs); vocabulário relativo a esportes.
INGLÊS	VOCÊ EM MOVIMENTO	Passado simples; preposições e verbos de movimento; have to; imperativos.
INGLÊS	VOCÊ EM MOVIMENTO	Perguntar e responder sobre localização e tipos de transportes; movimentos migratórios; mudanças de cidade, país, estado etc.
INGLÊS	VOCÊ EM MOVIMENTO	Diferentes estilos de vida; avaliação/opinião sobre estilos de vida.
INGLÊS	VOCÊ EM MOVIMENTO	Modais (could, ought to, should, must); questões usando "como" (how); vocabulário relativo a adjetivos compostos.
INGLÊS	VOCÊ EM MOVIMENTO	Imperativos; estrutura gramatical para dar sugestões/aconselhar; passado simples e passado simples do verbo to be
INGLÊS	VOCÊ EM MOVIMENTO	Pedir informações sobre viagens; dar informações e dicas sobre viagens; descrever uma viagem realizada
INGLÊS	VOCÊ EM MOVIMENTO	Dar uma receita; pedir comida em um restaurante; falar sobre dietas.
INGLÊS	VOCÊ EM MOVIMENTO	Expressão de quantidade (how much/how many); uso de "some" e "any"
INGLÊS	VOCÊ E SEU FUTURO	Falar sobre conquistas pessoais; falar sobre desafios pessoais já enfrentados e atuais;
INGLÊS	VOCÊ E SEU FUTURO	Presente perfeito versus passado simples; verbos relativos a conquistas e desafios.
INGLÊS	VOCÊ E SEU FUTURO	Falar sobre planos de curto, médio e longo prazos;
INGLÊS	VOCÊ E SEU FUTURO	Vocabulário e estruturas verbais relativas à expressão de desejo e tempo futuro ("be going to", "would like"; "will").
INGLÊS	VOCÊ E SEU FUTURO	Estrutura gramatical e vocabulário relativos à expressão de causa e consequência entre as frases
INGLÊS	VOCÊ E SEU FUTURO	Falar sobre causa e efeito de ações e acontecimentos;
INGLÊS	VOCÊ E SEU FUTURO	Estrutura gramatical para expressão de condição ("if clause" e "result clause");

		vocabulário relativo à área de finanças.
INGLÊS	VOCÊ E SEU FUTURO	Organização das finanças pessoais; avaliação de gastos; planejamento financeiro.
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	A educação de surdos na Antiguidade
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	A educação de surdos na Idade Média
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	A educação de surdos na Idade Moderna até os dias atuais
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	Abordagem de ensino bilíngue
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	Abordagem de ensino oralista
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	Concepções sócio-antropológica e patológica da surdez
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	Aparelho de Amplificação Sonora Individual e Implante Coclear
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	Graus de perdas auditivas
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	Tipos de perdas auditivas
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	A Libras como símbolo de identidade
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	Diferentes identidades surdas
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	O conceito de identidade
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	Atendimento educacional especializado
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	Escolas ou classes bilíngues para alunos surdos
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	Inclusão do aluno surdo na sala regular com ou sem a presença de intérprete de Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	Código de ética do intérprete
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	Diferença entre tradutor e intérprete de Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	O intérprete educacional de Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	A escrita de alunos surdos
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	Estratégias didáticas de ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	Fundamentação legal do ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	O ensino de Libras como primeira língua
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	O ensino de Libras como segunda língua

LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	O SURDO NA ESCOLA	O profissional docente de Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Alfabeto manual da Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Desmitificando algumas crenças sobre a Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Variedades linguísticas da Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Apresentação pessoal em Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Diferenças culturais na interação em Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Manifestações artísticas e culturais
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Configurações de mão, movimento, localização e orientação da(s) mão(s)
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Cumprimentos em Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Expressões faciais afetivas e gramaticais
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Derivações na Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Formação de sinais compostos
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS DA LIBRAS	Incorporações na Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Adjetivos
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Pronomes interrogativos
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Pronomes pessoais e possessivos
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Verbos "manuais"
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Verbos com concordância
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Verbos sem concordância
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Flexão de aspecto
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Flexão de número e grau
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Flexão de pessoa
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Classificadores
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Estruturas sintáticas da Libras
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS	Recursos narrativos da Libras
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Classificação na Medicina Legal
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Conceito e definição de Medicina Legal

MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Importancia do estudo da medicina legal
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Noções históricas da Medicina Legal
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Cadeia de Custódia de evidências
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Importância da prova
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Noções de corpo de delito
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Prova Pericial e Espécies e meios de prova
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Identidade e Identificação na Medicina Legal
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Identificação Judiciária
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Identificação médico-legal: Impressão digital genética do DNA. Banco de dados com DNA
MEDICINA FORENSE	INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL	Identificação médico-legal: noções básicas
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Energias de ordem bioquímicas, biodinâmicas e de ordem mista
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Energias de ordem física, químicas
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Energias de ordem físico-químicas
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Energias de ordem mecânica
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Dano corporal de natureza civil
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Dano corporal de natureza desportiva e psíquica
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Dano corporal de natureza penal
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Dano corporal de natureza trabalhista e administrativa
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Conceito, características da infortunística
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Conceito, caracteristicas das toxicofilias
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Espécie da infortunística
MEDICINA FORENSE	TRAUMATOLOGIA E TOXOCOFILIA	Espécies das toxicofilias
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	"Crimes contra liberdade sexual: Abuso sexual em crianças. Violação sexual mediante fraude. Assédio sexual "
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	Conceitos e fundamentos da sexologia criminal
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	Crimes contra a liberdade sexual: Estupro. Ato libidinoso diverso da conjunção carnal
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	Prostituição
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	"Urolagnia, Coprofilia, Clismafilia, Coprolalia, Edipismo, Bestialismo, Onanismo, Vampirismo, Necrofilia,

		Sadismo, Masoquismo, Autoestrangulamento erótico, Pigmalianismo e Pedofilia"
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	Anafrodisia, Frigidez, Anorgasmia, Erotismo, Autoerotismo, Erotomania, Frotteurismo,Exibicionismo, Narcisismo, Mixoscopia, Fetichismo
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	Homossexualidade e Transexualidade. Aspectos médico-legais
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	Travestismo fetichista, Lubricidade senil, Pluralismo, Swapping, Gerontofilia, Cromoinversão, Etnoinversão, Riparofilia, Dolismo, Donjuanismo, Travestismo, Andromimetofilia e Ginemimetofilia
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	Aborto legal e Aborto criminoso: conceito, legislação, tipos de aborto
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	Aborto legal e Aborto Criminoso: meios abortivos e complicações
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	Gravidez e parto em medicina legal: Direitos do Feto
MEDICINA FORENSE	SEXOLOGIA CRIMINAL E TRANSTORNOS DA SEXUALIDADE E DA IDENTIDADE SEXUAL	Gravidez e parto em medicina legal: Gravidez, parto e puerpério, Reprodução assistida
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Conceitos e tipos de morte
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Destinos do cadáver e atestados de óbito
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Direitos e posse do cadáver
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Utilização de orgãos e tecidos e lei dos transplantes
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Causas jurídicas de morte
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Diagnóstico de morte
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Estimativa do tempo de morte
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Homicídio piedoso
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	"Morte coletiva e catastrófica. ""Necropsia branca." Necropsia molecular. Necropsia em casos de execução sumária. Necropsia em casos de morte sob custódia. Modelo de um auto de exame cadavérico. "
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Embalsamento
MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Exumação

MEDICINA FORENSE	TANATOLOGIA	Finalidade e obrigatoriedade nas mortes violentas, Necropsia e controle de qualidade, Erros mais comuns nas necropsias médico-legais
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Apresentação dos Subsistemas Normativo e de Intermediação. Apresentação dos Subsistemas Liquidação e Custódia I
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Apresentação dos Subsistemas Normativo e de Intermediação. Apresentação dos Subsistemas Liquidação e Custódia II
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Apresentação dos Subsistemas Normativo e de Intermediação. Apresentação dos Subsistemas Liquidação e Custódia III
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Apresentação de Bolsa de Valores e Mercado de Capitais. Apresentação do Mercado de Valores Mobiliários I
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Apresentação de Bolsa de Valores e Mercado de Capitais. Apresentação do Mercado de Valores Mobiliários II
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Apresentação de Bolsa de Valores e Mercado de Capitais. Apresentação do Mercado de Valores Mobiliários III
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Introdução e conceituação de Politica de Dividendos (Ações). Introdução e conceituação de Mercados a Vista e a Termo. Introdução e conceituação de Mercado Futuro I
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Introdução e conceituação de Politica de Dividendos (Ações). Introdução e conceituação de Mercados a Vista e a Termo. Introdução e conceituação de Mercado Futuro II
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Introdução e conceituação de Politica de Dividendos (Ações). Introdução e conceituação de Mercados a Vista e a Termo. Introdução e conceituação de Mercado Futuro III
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Apresentação do Modelo de Marcowitz de maximização de retorno I
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Apresentação do Modelo de Marcowitz de maximização de retorno II

MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS CONTRATOS E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Apresentação do Modelo de Marcowitz de maximização de retorno III
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação do Modelo CAPM de retorno esperado de um investimento I
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação do Modelo CAPM de retorno esperado de um investimento II
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação do Modelo CAPM de retorno esperado de um investimento III
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação do Índice de Jensen para avaliação de retorno de fundos I
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação do Índice de Jensen para avaliação de retorno de fundos II
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação do Índice de Jensen para avaliação de retorno de fundos III
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação dos Índices Sharpe e Modigliani de avaliação de retorno e de risco de fundos I
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação dos Índices Sharpe e Modigliani de avaliação de retorno e de risco de fundos II
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação dos Índices Sharpe e Modigliani de avaliação de retorno e de risco de fundos III
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação dos produtos da Mesa de Captação de recursos e dos produtos da Mesa de Empréstimos I
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação dos produtos da Mesa de Captação de recursos e dos produtos da Mesa de Empréstimos II
MERCADO DE CAPITAIS	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	Apresentação dos produtos da Mesa de Captação de recursos e dos produtos da Mesa de Empréstimos III
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	Conceituação e funcionalidade do Mercado de Câmbio, operações de intermediação e captação externa I
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	Conceituação e funcionalidade do Mercado de Câmbio, operações de intermediação e captação externa II
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	Conceituação e funcionalidade do Mercado de Câmbio, operações de intermediação e captação externa III

MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	Apresentação do processo de abertura de capital IPO e Custos do IPO I
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	Apresentação do processo de abertura de capital IPO e Custos do IPO II
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	Apresentação do processo de abertura de capital IPO e Custos do IPO III
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	As principais vantagens e desvantagens da abertura de capital e do lançamento público de ações I
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	As principais vantagens e desvantagens da abertura de capital e do lançamento público de ações II
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	As principais vantagens e desvantagens da abertura de capital e do lançamento público de ações III
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	As principais Fontes de recursos para financiamento empresarial I
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	As principais Fontes de recursos para financiamento empresarial II
MERCADO DE CAPITAIS	MERCADO BANCÁRIO E ABERTURA DE CAPITAL	As principais Fontes de recursos para financiamento empresarial III
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação e funcionalidade da Análise Fundamentalista I
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação e funcionalidade da Análise Fundamentalista II
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação e funcionalidade da Análise Fundamentalista III
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação e funcionalidade da Análise Gráfica (ou Técnica) I
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação e funcionalidade da Análise Gráfica (ou Técnica) II
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação e funcionalidade da Análise Gráfica (ou Técnica) III
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação de Derivativos I
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação de Derivativos II
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação de Derivativos III
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação e contextualização de Governança Corporativa e o Mercado de Capitais I
MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação e contextualização de Governança Corporativa e o Mercado de Capitais II

MERCADO DE CAPITAIS	DERIVATIVOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Conceituação e contextualização de Governança Corporativa e o Mercado de Capitais III
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	CRISES AMBIENTAL E SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Apresentação das principais situações de crises ambientais no Brasil e no mundo e suas origens e consequências.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	CRISES AMBIENTAL E SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Discussão das questões sociais e éticas relacionadas ao Capitalismo X Gestão Ambiental, com um viés no paradigma econômico, social e ambiental.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	CRISES AMBIENTAL E SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Conceituação e dinâmica de Desenvolvimento Sustentável e de Sustentabilidade.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	CRISES AMBIENTAL E SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Apresentação das principais questões relacionadas às ações de ONGs e Organismos Internacionais paradoxisalmente aos interesses econômicos e políticos do Estado.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ABORDAGEM ECOLÓGICA E SOCIAL	Apresentação da evolução histórica e os reflexos no contemporêaneo
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ABORDAGEM ECOLÓGICA E SOCIAL	Conceituação de Governança Corporativa e de Responsabilidade Social Empresarial.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ABORDAGEM ECOLÓGICA E SOCIAL	Discussão a respeito da triangulação dos interesses de lucro versus produção em massa versus meios de produção, em uma abordagem ambiental.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ABORDAGEM ECOLÓGICA E SOCIAL	Ampliação da discussão por meio da proposta da análise e da fundamentação de consumo versus sociedade de risco.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	POLÍTICAS SÓCIOAMBIENTAIS E A GESTÃO CORPORATIVA	Apresentação do cenário e das principais ações de políticas públicas ambientais no Brasil e no Mundo.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	POLÍTICAS SÓCIOAMBIENTAIS E A GESTÃO CORPORATIVA	Concepção e apilicação do Ecomarxismo ou Ecossocialismo.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	POLÍTICAS SÓCIOAMBIENTAIS E A GESTÃO CORPORATIVA	Conceituação de indicadores de sustentabilidade e exemplos dos principais modelos/sistemas brasileiros e internacionais. Discussão sobre os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	POLÍTICAS SÓCIOAMBIENTAIS E A GESTÃO CORPORATIVA	Apresentação das principais novas tencologias para a Gestão Ambiental nos diversos segmentos de negócios.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	ALTERNATIVAS SÓCIOAMBIENTAIS	Apresentação das características de negócios sociais, uma abordagem ambiental.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	ALTERNATIVAS SÓCIOAMBIENTAIS	Conceituação e dinâmica da Economia Solidária, Colaborativa e Criativa.
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	ALTERNATIVAS SÓCIOAMBIENTAIS	Apresentação das principais questões relacionadas à Educação Ambiental.

Ementas, Conteúdos e Bibliografia do curso

DISCIPLINA	SEMESTRE	TIPO	MATERIAL	TÍTULO	ISBN/ISBN	LOCALIZAÇÃO
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	LIVRO	CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555594157	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595659	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Manual de direito civil**: volume único. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	9786553620711	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito civil: l**ei de introdução e parte geral. 17.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	9788530993870	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil:** parte geral. 20.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020.	9788597027181	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	LIVRO	FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito:** técnica, decisão, dominação. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2019.	9788597021417	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	LIVRO	LOPES, José. **Curso de História do Direito.** 4.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788597027563	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	LIVRO	NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 43.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	9786559642755	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST

ESTUDO DO DIREITO						
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	1982-0496	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.	9788553607884	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **Manual de história do direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.	9788553611355	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito**: tradição no ocidente e no Brasil. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.	9788530987305	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	LIVRO	BARROSO, Luís Roberto . **Curso de direito constitucional contemporâneo:** os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 10. ed . São Paulo: Saraiva, 2021	9786555596700	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	LIVRO	LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555594928	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	LIVRO	PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021	9786555595789	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Anales de Derecho	0210-539X	PROQUEST
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Anuario Español de Derecho Internacional	2254-660X	PROQUEST
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Business Law International	1467-632X	PROQUEST
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	BRAZ, Jacqueline Mayer da Costa Ude. **Teoria geral do direito constitucional**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2016	9788584824557	BV KROTON
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional.** 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555592900	MINHA BIBLIOTECA

TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555596915	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Constitucional e Internacional	-	RT ONLINE
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Teoría y Realidad Constitucional	2174-8950	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	LIVRO	LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho.** 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595680	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	LIVRO	RENZETTI, Rogério. **Manual de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559641079	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	LIVRO	ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho:** esquematizado. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555591293	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Labor Law Journal	0023-6586	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	FERREIRA, Priscila**. Direito do Trabalho**. São Paulo: Rideel, 2021	9786557382684	PEARSON
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	KOHLS, Cleize. **Direito do Trabalho:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2021	9786557382967	PEARSON
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	SANTOS, Susana Ferreira dos; FALCÃO, David. **Casos Práticos:** direito do trabalho. Portugal: Almedina, 2020	9789724084367	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Estudios de Derecho	0120-1867	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Foro Revista de Derecho	27929	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil:** teoria geral. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	LIVRO	LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado.** 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9786559640133	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	LIVRO	MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.	9788530980788	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2021.	9788597027952	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	RODRIGUES, Horácio Wanderlei; LAMY, Eduardo de Avelar. **Teoria geral do processo.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2019.	9788597021073	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	SOUZA, André Pagani de ...[et al.]. **Teoria geral do processo contemporâneo**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2021.	9786559770052	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anales de Derecho	1989-5992	PROQUEST
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Derecho del Estado	2346-2051	PROQUEST

TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	LIVRO	BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte geral. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555590333	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal:** parte geral. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595666	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9788530993566	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Derecho Penal y Criminología	2346-2108	PROQUEST
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de direito penal.** 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	CARVALHO, Salo de. **Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	SOUZA, Artur de Brito Gueiros; JAPIASSÚ, Carlos Eduardo. **Direito Penal:** vol. único. 2.ed. Grupo GEN, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anales de Derecho	1989-5992	PROQUEST
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho Penal y Criminología	2255-3533	PROQUEST
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho UNED	2255-3436	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	LIVRO	ELTZ, Magnum K. de Figueiredo. **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre: Grupo A, 2018	9788595024090	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	LIVRO	IAMUNDO, Eduardo. **Hermenêutica e hermenêutica jurídica**. São Paul: Saraiva, 2017	9788547218065	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	LIVRO	PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**.3. ed. São aulo: Saraiva, 2016	9788547216801	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Juridical Tribune Journal = Tribuna Juridica	2248-0382	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Language and Law	2183-3745	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES. Antonio. L**inguagem Jurídica e Argumentação**: teoria e Prática. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559770359	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Linguagem e Argumentação Jurídica**. 6.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020	9788530991487	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria do método jurídico**. São Paulo : Saraiva, 2016. (Série IDP : Linha direito comparado)	9788547209032	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Publicationes Universitatis Miskolciensis. Sectio Juridica et Politica	0866-6032	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Jurídica Piélagus	2539-522X	PROQUEST

DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	LIVRO	FERNANDES, Alexandre Cortês. **Direito civil**: obrigações. Caxias do Sul: Edics, 2019	9788570619525	PEARSON
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Direito civil:** obrigações, vol. 2. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	LIVRO	MELLO. Cleyson de Moraes. **Direito Civil:** obrigações. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2021	9786556750293	PEARSON
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	MIRAGEM, Bruno. **Direito Civil:** direito das obrigações. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788530994259	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: direito das obrigações e responsabilidade civil. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	VENOSA, Silvio. **Direito Civil:** obrigações e responsabilidade civil. V.2. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2021.	9788597026696	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência	2177-7055	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	LIVRO	LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	LIVRO	SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de direito Constitucional.** 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555593402	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	LIVRO	TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555593082	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	National Journal of Constitutional Law	1181-9340	PROQUEST
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revistas dos Tribunais	-	RT ONLINE
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	MACHADO, Costa; CUNHA, Anna Candida da Cunha Ferraz. **Constituição Federal interpretada:** artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 12.ed. São Paulo: Manole, 2021.	9786555763751	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555595314	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional**. 29.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	9788530993993	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Teoría y Realidad Constitucional	2174-8950	PROQUEST
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	LIVRO	ANDREUCCI, R. A. **Manual de Direito Penal.** São Paulo: Editora Saraiva, 2021	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	LIVRO	BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte geral. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555597172	MINHA BIBLIOTECA

DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	LIVRO	CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**..v2 - parte especial arts. 121 a 212. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.	9786555594850	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	ESTEFAM, André. **Direito Penal Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555597486	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. **Manual de Direito Penal.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555595734	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUCCI, Guilherem de Souza. **Manual de Direito Penal.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021.	9788530993566.	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Derecho Penal y Criminología	2346-2108	PROQUEST
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	International Journal of Criminal Justice Sciences	0973-5089	PROQUEST
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho Penal y Criminología	2255-3533	PROQUEST
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	BÁSICA	LIVRO	FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Arbitragem.** 3.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	BÁSICA	LIVRO	PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de mediação e arbitragem.** 2. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	BÁSICA	LIVRO	SALLES, Carlos Alberto de. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	0122-1108	PROQUEST
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Ciências Penais	1415-5400	RT ONLINE

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS						
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Arbitragem e Mediação	1679-6462	RT ONLINE
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	ARAÚJO, Valdeci da Silva. **Perícia, arbitragem e mediação**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2018.	#######	BV KROTON
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	COSTA, Julio Cesar da. **Negociação e gestão de conflitos**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.	#######	BV KROTON
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	GUILHERME, Luiz Fernando do Vale. **Manual de arbitragem e mediação**: conciliação e negociação. 5. ed.São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anales de Derecho	0210-539X	PROQUEST
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Criminal Justice Journal	0145-4226	PROQUEST
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Criminal Law Quarterly	0011-1333	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	LIVRO	CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555594157	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595659	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito:** o direito como prática. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771554	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA

PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	BONHO, Luciana Tramontin ... [et al.]. **Responsabilidade civil.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	LIVRO	GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil:** contratos. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555593051	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Direito civil:** contratos, vol. 3. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555593495	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	LIVRO	VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: contratos. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	9788597027129	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil:** Contratos. 4.ed. Rio de Jaaneiro: Editora Freitas Bastos, 2022.	9786553780088	PEARSON
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 20..ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559641994	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** teoria geral dos contratos e contratos em espécie, v. 3. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9788530993849	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência	2177-7055	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	LIVRO	LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho.** 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595680	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	LIVRO	MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho:** relações individuais e coletivas do trabalho. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555594775	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	LIVRO	ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito do trabalho: esquematizado. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555591293	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Labor Law Journal	0023-6586	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	FERREIRA, Priscila. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Rideel, 2021	9786557382684	PEARSON

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	KOHLS, Cleize. **Direito do Trabalho:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2021	9786557382967	PEARSON
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	RENZETTI, Rogério. **Manual de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559641079	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Estudios de Derecho	0120-1867	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Foro Revista de Derecho	27929	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	LIVRO	ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito financeiro brasileiro.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9788530990589	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	LIVRO	FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito econômico.** 11.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788530993283	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	LIVRO	PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro.** 7.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788597022728	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	International Financial Law Review	0262-6969	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Administração de Empresas	2178-938X	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico.** 6.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019	9788597021974	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de Direito Financeiro e Tributário**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2020	9786555591460	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de Análise Econômica do Direito**. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771394	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Economic Analysis of Law Review	2178-0587	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência	2177-7055	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	BÁSICA	LIVRO	BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786553622111	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	BÁSICA	LIVRO	CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: GEN, 2022	9786559771776	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO	4	BÁSICA	LIVRO	SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil.** São PAULO: Sraiva, 2022	9786555592757	MINHA BIBLIOTECA

E PROCESSO ELETRÔNICO						
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	DONIZETTI, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil.** 24.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788597027860	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processial Civil Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555592962	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	ROCHA, Marcelo Hugo da. **Direito Processual Civil**. São Paulo: Rideel, 2021.	9786557382653	PEARSON
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência	2177-7055	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	GOMES, Frederico Félix. **Direito eletrônico**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.	#######	BV KROTON
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Ética profissional sintetizado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	KASSAVETI, Nicholas Dahian da Silva. **Processo eletrônico.** Curitiba: Contentus, 2020	#######	PEARSON
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	1676-2800	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Ártemis	2316-5251	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST

ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Estatuto da Advocacia e novo Código de Ética e Disciplina da OAB comentados**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	1982-0496	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1519-9045	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito:** o direito como prática. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771554	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. 9. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771035	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	PUTHIN, Sarah Reus ...[et al.]. **Psicologia jurídica.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	9788595025783	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Estudios de Derecho	0120-1867	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamento Jurídico	2357-6170	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	Eduardo C. B. Bittar. **Curso de Filosofia do Direito.** 15. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020	9788597026528	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	MASCARO, Alysson Leandro. **Sociologia do Direito**. Rio de JANEIRO: gen, 2021	9786559771158	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Filosofia do Direito.** 8.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020	9788597026733	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Cuadernos de Historia del Derecho	1988-2521	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	LIVRO	MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	LIVRO	NOHARA, Irene Patrícia. D**ireito administrativo.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho Privado	2346-2442	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura	-	RT ONLINE
DIREITO ADMINISTRATIVO -	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO						
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Manual de direito administrativo.** 4. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	CAMPOS, Ana Cláudia. **Direito Administrativo Facilitado.** 2. ed. São Paulo: Método, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	CARVALHO FILHO, José dos Santos**.** **Manual de direito administrativo**. 35. ed. Barueri, SP: Atlas, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Liinc em Revista	1808-3536	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Empresarial	-	RT ONLINE
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Recuperacional e Empresa	-	RT ONLINE
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	LIVRO	GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira Giacomelli... [et al.]. **Direito civil VI**: direitos reais. Porto Alegre : SAGAH, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Direito civil**: coisas, vol. 4. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito das coisas. 14.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito das coisas, vol. 5. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	NEGRÃO, Theotônio ...[et al.]. **Código Civil e legislação civil em vigor**. 39. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	European Constitutional Law review	1982-8268	PROQUEST
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Civil Contemporâneo	-	RT ONLINE
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	LIVRO	FERREIRINHA, Fernando Neto. **Inventário notarial** : reflexões sobre o novo regime jurídico, aprovado pela Lei no 117-2019, de 13 de setembro. Coimbra, Portugal: Edlições Almedina, 2020. (Manuais profissionais)	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	LIVRO	GENTIL, Alberto [org.]. **Registros públicos**. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	LIVRO	ROCHA JUNIOR, Cid; KAMEL, Antoine Youssef. **Noções elementares da atividade notarial e registral.** 2.ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Série Dialógica)	#######	PEARSON

DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Nuevo Foro Penal	2539-4991	PROQUEST
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Ciencias Sociales	0717-2257	PROQUEST
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo**. 4.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALVIM NETO, José Manuel de Arruda; CLÁPIS, Alexandre Laizo; CAMBLER, Everaldo Augusto (coords.). **Lei dos registros públicos comentada**: Lei 6.015/1973. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	AZEVEDO, Sílvia Nothen de. **O protesto de títulos e outros documentos de dívida**: passo a passo, no dia-a-dia, em conformidade com o novo código civil brasileiro e a nova consolidação notarial e registral do RS – 2007. 2. ed. RS: EdiPUC-RS, 2014.	#######	PEARSON
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Prolegomenos	0121-182X	PROQUEST
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	RDA: Revista do Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Recuperacional e Empresa	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil:** esquematizado. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	LIVRO	PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	LIVRO	THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** V. 1, 62.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788530994020	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Seqüência	2177-7055	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	PERIÓDICO	The American Journal of International Law	2161-7953	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	ARAUJO JR, Gediel Claudino de. **Código de Processo Civil Anotado.** 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788597027891	MINHA BIBLIOTECA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil:** volume único. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555592603	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios**. Curso de Direito Processual Civil.** v.1, 19.ed. São PAULO: Saraiva, 2021	9786553622807	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Estudios de Derecho	0120-1867	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	RIBEIRO, Ana Elisa; COSCARELLI, Carla Viana (orgs.). **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3. ed. Belo Horizonte : Ceale ; Autêntica, 2014. (Coleção Linguagem e Educação)	#######	MINHA BIBLIOTECA
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	SENNA, Luiz Antonio Gomes (org.). **Letramento**: princípios e processos. Curitiba: InterSaberes, 2012.	#######	PEARSON
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2014.	#######	MINHA BIBLIOTECA
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Linguagem em (Dis)curso	1982-4017	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Media, Culture & Society	1460-3675	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Research on Social Work Practice	1552-7581	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	DAY, George S. ... [et al.]. **Gestão de tecnologias emergentes** : a visão de Wharton School. Porto Alegre : Bookman, 2010	#######	MINHA BIBLIOTECA
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos. **Sociedade e tecnologia na era digital.** São Paulo : Érica, 2014.	#######	MINHA BIBLIOTECA
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	SPANHOL, Fernando José Spanhol; LUNARDI, Giovani Mendonça; SOUZA, Márcio Vieira de (orgs.).**Tecnologias da informação e comunicação na segurança**	#######	MINHA BIBLIOTECA

APLICADAS AO DIREITO				**pública e direitos humanos.** São Paulo: Blucher, 2016.		
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	European Constitutional Law review	1982-8268	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho Privado	2346-2442	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Trabalhos em Lingüística Aplicada	2175-764X	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555594157	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595659	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito:** o direito como prática. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771554	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	BONHO, Luciana Tramontin ... [et al.]. **Responsabilidade civil.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	LIVRO	ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental.** 22. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	9788597027402	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	LIVRO	ASSUNÇÃO, Thiago. **Direito ambiental internacional.** Curitiba: Contentus, 2020.	9786557451335	PEARSON
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	LIVRO	FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555590692	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Environmental Policy and Law	1878-5395	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	PERIÓDICO	International Environmental Agreements	1573-1553	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	2316-9834	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	MATTHES, Rafael. **Manual do Direito Ambiental**. São Paulo: Rideel, 2020.	9786557380208	PEARSON

DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental.** 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	9786555595697	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito ambiental.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9786559641161	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Journal of Property, Planning and Environmental Law	2514-9415	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Gestão Social e Ambiental	1981-982X	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Investigación Agraria y Ambiental	2145-6453	PROQUEST
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	BORBA, José Edwaldo Tavares Borba. **Direito Societário.** 18. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	KLEINDIENST, Ana Cristina [coord.]. **Estudos aplicados de direito empresarial :** societário. São Paulo : Almedina, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	MAMEDE, Gladston. **Direito Societário**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Direito empresarial brasileiro; 2)	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura	-	RT ONLINE
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Penal Econômico e Compliance	-	RT ONLINE
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Recuperacional e Empresa	-	RT ONLINE
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	PARGENDLER, Mariana. **Evolução do direito societári**o : lições do Brasil. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo : Almedina, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito empresarial sistematizado:** teoria, jurisprudência e prática. 9. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial** : Teoria geral e direito societário – v. 1. 12. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Politicas Públicas	2236-1677	PROQUEST
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Empresarial	-	RT ONLINE
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	castro, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Direito Previdenciário.**2. ed. Rio de Janeiro: Método 2021	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**. 16 ed.Rio de Janeiro: GEN 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	SANTOS, Maria Ferreira. **Direito Previdenciário**: esquematizado. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho Del Estado	2346-2051	PROQUEST
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALENCAR, Hermes Arraes. **Direito Previdenciário para concursos.** São Paulo: Saraiva, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	LEITÃO, André. **Manual de Direito Previdenciário**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	SANTOS, Maria Ferreira dos. **Direito Previdenciário**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (Coleção @Esquematizado)	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Contexto	2346-2078	PROQUEST
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	European Constitutional Law review	1982-8268	PROQUEST
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Previdenciário	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	LIVRO	CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	LIVRO	LOPES JÚNIOR, Aury Celso Lima. **Direito processual penal.** 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Derecho Penal y Criminología	2346-2108	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Language and Law	2183-3745	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Ciências Penais	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	AVENA, Norberto. **Processo Penal.** 13. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza**. Curso de direito processual penal.** 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal.** 11. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022. (Coleção Esquematizado®)	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Ciências Penais	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Penal Econômico e Compliance	-	RT ONLINE

PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS						
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário.** 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	SABBAG, Eduardo. **Direito tributário essencial.** 8.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito Tributário.** 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Anales de derecho	1989-5992	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Fordham Journal of Corporate & financial law	1532-303X	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário**. 17.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUNES, Cléucio Santos. **Curso completo de Direito Processual Tributário.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito Constitucional.** 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anuário Jurídico y Económico Escurialense	2340-3780	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	International Financial Law Rewiew	0262-6969	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil.** 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	LIVRO	KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do consumidor:** contratos, responsabilidade	#######	MINHA BIBLIOTECA

				civil e defesa do consumidor em juízo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.		
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito Civil:** direito das obrigações e responsabilidade civil. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Contexto	0123-6458	PROQUEST
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Civil Contemporâneo	-	RT ONLINE
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	1808-2432	PROQUEST
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	BONHO, Luciana Tramontin ... [et al.]. **Responsabilidade civil.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	MIRAGEM, Bruno.**Direito civil:** responsabilidade civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito do Consumidor:** direito material e processual, volume único. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Boletim Revista dos Tribunais Online	-	RT ONLINE
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho	0121-8697	PROQUEST
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	LIVRO	GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo**. Novo curso de direito civil** - vol. 6: direito de família. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**, vol 5. 12.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	LIVRO	MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 11.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** direito de família, v.5. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do direito civil:** direito de família, v.6. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: família e sucessões, v.5. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Arbitragem e Mediação	-	RT ONLINE
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Civil Contemporâneo	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	LIVRO	LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**, 20. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021	9786555596663	MINHA BIBLIOTECA

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	LIVRO	REIS, Anna C. Gomes dos. **Direito Processual do Trabalho**. Porto Alegre: Grupo A, 2021	9786556901510	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	LIVRO	ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito Processual do Trabalho:** esquematizado. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555595321	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Labor Law Journal	0023-6586	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	SALES, Fernando Augusto De Vita Borges de. **Manual de Processo do Trabalho.** São Paulo: Rideel, 2020.	9786557380215	PEARSON
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Curso de direito processual do trabalho**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2020	9788597025033	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	SPALLER, Amanda Viega. **Direito processual do trabalho**: da fase de conhecimento às ações especiais. Curitiba: Intersaberes, 2021	9786589818250	PEARSON
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Estudios de Derecho	0120-1867	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Foro Revista de Derecho	27929	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	LIVRO	ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática de recursos no processo civil.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	LIVRO	BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de direito processual civil.** 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	LIVRO	COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). **Letramento digital:** aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3. ed. Belo Horizonte : Ceale ; Autêntica, 2014.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	1808-2432	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Iberoamericana de Derecho Procesal	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática no processo civil**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PORTO, José roberto Mello. **Manual de tutela coletiva.** São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST

PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Sequência; Estudos Jurídicos e Políticos	0101-9562	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	LIVRO	CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555594157	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595659	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito:** o direito como prática. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771554	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	BONHO, Luciana Tramontin ... [et al.]. **Responsabilidade civil.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	LIVRO	COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	LIVRO	MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 4.ed. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).	#######	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	LIVRO	PRESOTTO, M. E. **Antropologia**: uma introdução. 8.ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Caderno de Estudos Africanos	2182-7400	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Informação & Sociedade	1809-4783	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Sociologia e Política	1678-9873	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	CIZOTO, Sonelise Auxiliadora; CARTONI, Daniela Maria. **Ética, política e sociedade.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.	#######	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia**: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2013	9788522466047	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	SILVA, Enio Waldir da. **Sociologia jurídica.** 2. ed. Ijuí : Ed. Unijuí, 2021. (Coleção direito, política e cidadania ; 25).	#######	MINHA BIBLIOTECA

SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Estudos Feministas	1806-9584	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Novo Direitos	1982-0496	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Sociedade e Estado	1980-5462	PROQUEST
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	LIVRO	MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	LIVRO	NEGRÃO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa: t**ítulos de crédito e contratos empresariais. vol. 2. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	LIVRO	RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de crédito.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Imobiliário	-	RT ONLINE
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Recuperacional e Empresa	-	RT ONLINE
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Tributário Contemporâneo	-	RT ONLINE
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	BARROS NETO, Geraldo Fonseca de. **Reforma da Lei de recuperação judicial e falência**: comentada e comparada. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	CAMPINHO, Sérgio. **Curso de direito comercial:** falência e recuperação de empresas. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito empresarial:** falência e recuperação de empresas. V.3. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anuario Jurídico y Económico Escurialense	2340-3780	PROQUEST
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Economic Analysis of Law Review	2178-0587	PROQUEST
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST

DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	LIVRO	MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo.** 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	LIVRO	NOHARA, Irene Patrícia. **Direito administrativo.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	0034-8007	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Administração Pública	0034-7612	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Derecho del Estado	0122-9893	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Manual de direito administrativo.** 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias da Administração Pública**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	QUENEHEN, Rômulo. **Direito Administrativo no Setor Público.** Curitiba: Contentus, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura	-	RT ONLINE
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Gestão e Projetos	2236-0972	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista do Serviço PÚblico	2357-8017	PROQUEST
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	LIVRO	GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil:** direito das sucessões. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Direito civil:** sucessões, vol 6. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** direito das sucessões, v.6. 14.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das sucessões:** inventários e partilhas. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito das sucessões, vol. 7. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA

DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil:** família e sucessões, v.5. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Civil Contemporâneo	-	RT ONLINE
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito de Família e das Sucessões	-	RT ONLINE
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	LIVRO	DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen. **Direito Internacional Privado**. 15 ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	LIVRO	GUERRA, Sidney César Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	LIVRO	MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**. 5.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	PERIÓDICO	International Journal of Law in Context	1744-5531	PROQUEST
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Constitucional e Internacional	-	RT ONLINE
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Sociologia e Política	1678-9873	PROQUEST
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 13.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	SALIBA, Aziz Tuffi. **Legislação de Direito Internacional.** 15.ed. São Paulo: Rideel, 2020	#######	PEARSON
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anuario Español de Derecho Internacional	2254-660X	PROQUEST
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Contexto Internacional	1982-0240	PROQUEST
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	LIVRO	ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática de recursos no processo civil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	LIVRO	SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	LIVRO	THEODORO JÚNIOR, Humberto. Cu**rso de direito processual civil, volume 1:** teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum. 63. ed. io de Janeiro: Forense, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Ciências Sociais Unisinos	2175-2168	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista De Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	1808-2432	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito processual civil.** 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil:** procedimento comum, processos nos tribunais e recursos – vol. 2. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	REIX, Anna Carolina Gomes dos ... [et al.]. **Direito processual penal**: procedimentos e recursos [recurso eletrônico]. Porto Alegre : SAGAH, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	0122-1108	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho UNED	2255-3436	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	LIVRO	CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595895	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	LIVRO	ABRAÃO, Eduardo Pilão Ortiz. **Nulidades, recursos e ações impugnativas no processo penal**. Curitiba: Intersaberes, 2021	9788522703265	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9786559640119	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Derecho Penal y Criminología	2346-2108	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Language and Law	2183-3745	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Ciências Penais	-	RT ONLINE

PENAL - NULIDADES E RECURSOS						
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	REIS, Alexandre Cebrian Araújo. **Processo penal:** procedimentos, nulidades e recursos. 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	9786555591781	PEARSON
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal.** 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9788530993627	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal**. 11. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022. (Coleção Esquematizado®)	9786553623101	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Ciências Penais	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Penal Econômico e Compliance	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	LIVRO	MASSON, Cleber; VILHENA JUNIOR, Ernani**. Prática penal, civil e tutela coletiva**: Ministério Público. 5. ed., rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Método, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	LIVRO	NOVAES, Felipe, BELLO, Rodrigo. **Manual de Prática Penal**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	0122-1108	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	CURY, Rogério. **Método de estudo OAB:** Processo penal. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	KASSAVETIS, Nicholas Dahian da Silva. **Processo eletrônico**. Curitiba: Contentus, 2020.	#######	PEARSON
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal.** 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA

SUPERVISIONADO II						
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Ciências Criminais - RBCCrim	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho Penal y Criminología	1132-9955	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho UNED	1886-9912	PROQUEST
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	LIVRO	De SANCTIS, Fausto Martin. **Inteligência artificial e direito**. São Paulo : Almedina, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	LIVRO	QUEIROZ, João Quinelato de. Re**sponsabilidade civil na rede, danos a liberdade a luz do marco civil da internet**. São Paulo: Processo, 2019	#######	PEARSON
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	LIVRO	TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito do Consumidor	-	RT ONLINE
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito e as Novas Tecnologias	-	RT ONLINE
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	LIMA, Ana Paula Moares Canto de. **LGPD aplicada**. São Paulo: Atlas, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de dados pessoais**: comentários a Lei n°13.709/2018. São Paulo : Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	REIS, Paulo Victor Alfeo. **Algoritmos e o direito**. São Paulo: Almedina, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Díkaion	2027-5366	PROQUEST
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Informação & Sociedade	0104-0146	PROQUEST
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1519-9045	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	LIVRO	CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito eleitoral**. 10. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2020. (Coleção sinopses jurídicas ; v. 29)	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	LIVRO	VASCONCELOS, Clever; SILVA, Marco Antonio da. **Direito eleitoral.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	LIVRO	VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Law, Democracy & Development	2077-4907	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	1982-0496	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	GOMES, José Jairo. **Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.** 5. ed. Rio de janeiro: GEN, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	NEPOMUCENO, Luciana. **Minirreforma eleitoral comentada**. São Paulo: Rideel, 2020.	#######	PEARSON
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	NEPOMUCENO, Luciana; FREITAS, Juliana; POGLIESE, Marcelo Weick. **Aspectos polêmicos e atuais do Direito eleitoral.** São Paulo: Rideel, 2021.	#######	PEARSON

DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Boletim Revista dos Tribunais Online	-	RT ONLINE
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Economic Analysis of Law Review	2178-0587	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	International Journal for Crime, Justice and Social Democracy	2202-8005	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	LIVRO	MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	LIVRO	SABBAG, Eduardo**. Direito tributário essencial.** 8.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	LIVRO	SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito Tributário**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Tributário Contemporâneo	-	RT ONLINE
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Tributária e de Finanças Públicas	-	RT ONLINE
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário.** 17.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUNES, Cléucio Santos. **Curso completo de Direito Processual Tributário.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito Constitucional**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Economic Analysis of Law Review	2178-0587	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Ambiente Contabil	2176-9036	PROQUEST

ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO						
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1983-0807	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Tutela de interesses difusos e coletivos.** 12. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2018. (Coleção sinopses jurídicas ; v. 26)	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	LIVRO	MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 27. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2019. (Série IDP : Linha Doutrina)	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	LIVRO	SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Processo coletivo do trabalho**. 2. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Boletim Revista dos Tribunais Online	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito do Trabalho	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	PEREIRA, Leone. **Manual de processo do trabalho**. 7. ed.São Paulo : Saraiva Educação, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	SANDES, Fábio ; RENZETTI, Rogério. **Direito do trabalho e processo do trabalho**. 2. ed. São Paulo : Somos Educação, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico.** 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Contexto	0123-6458	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Ciencias Sociales; San Jose	0482-5276	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista; Medellín	2390-0016	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	LIVRO	CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555594157	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595659	MINHA BIBLIOTECA

PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito:** o direito como prática. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771554	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	BONHO, Luciana Tramontin ... [et al.]. **Responsabilidade civil.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	LIVRO	GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	LIVRO	HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2017.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	LIVRO	MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	American Libraries	0002-9769	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Díkaion	2027-5366	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Em Questão	1807-8893	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	LEHFELD, Lucas de Souza; LÉPORE, Paulo Eduardo; FERREIRA, Olavo Augusto Vianna. **Monografia jurídica:** guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Alexandria	0955-7490	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	PROQUEST

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Informação & Sociedade	0104-0146	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	LIVRO	AMIN, Andréa Rodrigues ... [et. al]. **Curso de direito da criança e do adolescente :** aspectos teóricos e práticos. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	LIVRO	LOYOLA, Kheyder Harp; NEVES, Gustavo Bregelda; ROSSA, Emanuel. **Estatuto do idoso.** São Paulo: Rideel, 2016. (Leis Especiais comentadas para concursos).	#######	PEARSON
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	LIVRO	MODAINI, Marco. **Direitos humanos:** breve história de uma grande utopia. Portugal: Grupo Almedina, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Cuadernos de Historia del Derecho	1988-2521	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Human Rights and Social Work	2365-1792	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito da Infância e da Juventude	-	RT ONLINE
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso**. São Paulo : Saraiva, 2014. (Série IDP)	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	SCARANO, Renan Costa Valle ...[et al.]. **Direitos humanos e diversidade.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Sur International Journal on Human Rights	1983-3342	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	LIVRO	LEITE, George Salomão (coord.). **Manual dos direitos da pessoa idosa.** São Paulo : Saraiva, 2017.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	LIVRO	scarano, Renan Costa Valle ... [et al.]. **Direitos humanos e diversidade.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	LIVRO	SCARANO, Renan Costa Valle. **Direitos humanos e diversidade.** Porto Alegre: Grupo A, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Acta Scientiarum Human and Social Science	1807-8656	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Business and Human Rights Journal	2057-0201	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direitos Fundamentais & Democracia	1982-0496	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	FACHIN, Melina Gerardi. **Guia de Proteção dos Direitos Humanos**: sistemas internacionais e sistema Constitucional. Curitiba: Intersaberes, 2019.	#######	PEARSON

DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos humanos**. 9.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso**. São Paulo : Saraiva, 2014.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Ciências Sociais Unisinos	2177-6229	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Cuadernos de historia del Derecho	1988-2521	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Journal of Human Rights and Social Works	2365-1792	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	LIVRO	COIMBRA, José Duarte; CALDEIRA, Marcos; SERRÃO, Tiago**. Direito Administrativo da Emergência:** organização administrativa, procedimento administrativo, Contratação pública e Processo Administrativo na resposta à COVID-19. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	LIVRO	NUNES Júnior, Vidal Serrano; SCIORILLI, Marcelo. **Manual de processo constitucional.** São Paulo : Almedina, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	LIVRO	SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Processo Tributário.** 13. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho del Estado	2346-2051	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Teoria y realidad constitucional	2174-8950	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	BITENCOURT, Caroline Muller. **Direito Constitucional: teoria e prática:** 1 e 2 fases OAB. São Paulo: Rideel, 2019.	#######	PEARSON
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho. **Processo constitucional e estado democrático de direito.** 4. ed. Belo Horionte, 2018.	#######	PEARSON
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	MAZINI, Paulo Guilherme. **Tutela da Evidência**: perfil funcional e atuação do juiz à luz dos direitos fundamentais do processo. São Paulo: Almedina, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	European Constitutional Law review	1982-8268	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho Político	2174-5625	PROQUEST

PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Wisconsin Law Journal	1534-1917	PROQUEST
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	IACOMINI, Vanessa. **Biodireito, Biodiversidade e Bioética**. Curitiba: Contentus, 2020.	#######	PEARSON
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	MACHADO, Natália Paes Leme ...[et al.]. **Biodireito**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.	#######	BV KROTON
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	SILVA, Dayse Cristina Ferreira da; PARAGUASSU, Liana; DAIJO, Julice. **Fundamentos de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.	#######	PEARSON
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	DE SÁ, Maria de Fátima Freire; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética e biodireito**. 5. ed. São Paulo: Foco, 2021.	#######	PEARSON
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	FLUCK, Marlon Ronald. **A bioética e suas implicações na saúde, religião e na dignidade humana**. Curitiba: Intersaberes, 2021.	#######	PEARSON
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	RAMOS, Dalton Luiz [org.]. **Bioética, pessoa e vida:** uma abordagem personalista. 2.ed. São Paulo: Difusão, 2018.	#######	PEARSON
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Latinoamericana de Bioética	1657-4702	PROQUEST
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	FERREIRINHA, Fernando Neto. **Inventário notarial** : reflexões sobre o novo regime jurídico, aprovado pela Lei no 117-2019, de 13 de setembro. Coimbra, Portugal: Edlições Almedina, 2020. (Manuais profissionais)	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	GENTIL, Alberto [org.]. **Registros públicos.** 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	ROCHA JUNIOR, Cid; KAMEL, Antoine Youssef. **Noções elementares da atividade notarial e registral.** 2.ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Série Dialógica)	#######	PEARSON
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Nuevo Foro Penal	2539-4991	PROQUEST
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Ciencias Sociales	0717-2257	PROQUEST
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo**. 4.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALVIM NETO, José Manuel de Arruda; CLÁPIS, Alexandre Laizo; CAMBLER, Everaldo Augusto (coords.). **Lei dos registros públicos comentada:** Lei 6.015/1973. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	AZEVEDO, Sílvia Nothen de. **O protesto de títulos e outros documentos de dívida**: passo a passo, no dia-a-dia, em conformidade com o novo código civil brasileiro e a nova consolidação notarial e	#######	PEARSON

				registral do RS – 2007. 2. ed. RS: EdiPUC-RS, 2014.		
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Prolegomenos	0121-182X	PROQUEST
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	RDA: Revista do Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Recuperacional e Empresa	-	RT ONLINE
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito eleitoral.** 10. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2020. (Coleção sinopses jurídicas ; v. 29)	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	VASCONCELOS, Clever; SILVA, Marco Antonio da. **Direito eleitoral.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Law, Democracy & Development	2077-4907	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	1982-0496	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	GOMES, José Jairo. **Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.** 5. ed. Rio de janeiro: GEN, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	NEPOMUCENO, Luciana. **Minirreforma eleitoral comentada.** São Paulo: Rideel, 2020.	#######	PEARSON
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	NEPOMUCENO, Luciana; FREITAS, Juliana; POGLIESE, Marcelo Weick. **Aspectos polêmicos e atuais do Direito eleitoral.** São Paulo: Rideel, 2021.	#######	PEARSON
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Boletim Revista dos Tribunais Online	-	RT ONLINE
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Economic Analysis of Law Review	2178-0587	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	International Journal for Crime, Justice and Social Democracy	2202-8005	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	AMIN, Andréa Rodrigues ... [et. al]. **Curso de direito da criança e do adolescente** : aspectos teóricos e práticos. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	LOYOLA, Kheyder Harp; NEVES, Gustavo Bregelda; ROSSA, Emanuel. **Estatuto do idoso.** São Paulo: Rideel, 2016. (Leis Especiais comentadas para concursos).	#######	PEARSON
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	MODAINI, Marco**. Direitos humanos**: breve história de uma grande utopia. Portugal: Grupo Almedina, 2020.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Cuadernos de Historia del Derecho	1988-2521	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Human Rights and Social Work	2365-1792	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito da Infância e da Juventude	-	RT ONLINE
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso.** São Paulo : Saraiva, 2014. (Série IDP)	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	SCARANO, Renan Costa Valle ...[et al.]. **Direitos humanos e diversidade.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA

DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Sur International Journal on Human Rights	1983-3342	PROQUEST
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JÚNIOR, Roque. **Fundamentos em gestão de projetos :** construindo competências para gerenciar projetos. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022.	#######	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	XAVIER, Carlos Magno da Silva. **Gerenciamento de Projetos:** como definir e controlar o escopo do projeto. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Díkaion	2027-5366	PROQUEST
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	International Journal of Managing Projects in Business	1753-8378	PROQUEST
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	The Journal of Management Development	1758-7492	PROQUEST
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	BRANCO, Renato Henrique Ferreira; LEITE, Dinah Eluze Sales; VINHA JUNIOR, Rubens. **Gestão colaborativa de projetos:** a combinação de design thinking e ferramentas práticas para gerenciar seus projetos. São Paulo: Saraiva, 2016.	#######	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. **Gestão de projetos**. 4.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	MENEZES, Luís César de Moura. **Gestão de Projetos:** com abordagem dos métodos ágeis e híbridos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Boletim Revista dos Tribunais Online	-	RT ONLINE
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Em Questão	1807-8893	PROQUEST
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	DREY, Rafaela Fetzner; SELISTRE, Isabel Cristina Tedesco; AIUB, Tânia. **Inglês:** práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.	#######	MINHA BIBLIOTECA
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	LIMA, Thereza Cristina de Souza; KOPPE, Carmen Terezinha. **Inglês básico nas organizações**. Curitiba: Intersaberes, 2013.	#######	PEARSON
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	DIENER, Patrick. **Inglês instrumental.** Curitiba: Contentus, 2020.	#######	PEARSON
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	International Journal of Society, Culture & Language	2329-2210	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Language Teaching and Research	2053-0684	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	World Englishes	1467-971X	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	DIENER, Patrick. **Inglês instrumental.** Curitiba: Contentus, 2020.	#######	PEARSON
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	FERREIRA, Giovana Valente. **Inglês**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2015.	#######	BV KROTON
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	LIMA, Thereza Cristina de Souza. **Língua estrangeira moderna:** inglês. Curitiba: Intersaberes, 2016.	#######	PEARSON

INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	English Journal, High school edition	2161-8895	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2215-5643	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	The American Review of Canadian Studies	1943-9954	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	BARROS-PLATINAU, Ana Flávia. **Organizações e Instituições Internacionais.** São Paulo: Contexto, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	FALKOWISKI, Ivan Ferreira de Campos Lissandro de Sousa . **Negócios internacionais**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.	#######	BV KROTON
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	ONUKI, Janina; AGOPYAN, Kelly Komatsu. **Organizações e regimes internacionais.** Curitiba: InterSaberes, 2021.	#######	PEARSON
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Contexto Internacional.	1982-0240	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Politíca Internacional.	1983-3121	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas. Relacoes Internacionais.	1982-0720	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	CRETELLA NETO, José. **Teoria geral das organizações internacionais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	#######	MINHA BIBLIOTECA
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; LIMA, Miguel; SILBER, Simão Davi. Manual de comércio exterior e negócios internacionais. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.	#######	MINHA BIBLIOTECA
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	FERREIRA, Renata; NIZO NETO, Rocco Di. **Economia internacional.** São Paulo: Senac, 2020.	#######	SENAC
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Sociologia e Política.	1678-9873	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Meridiano 47.	1518-1219	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional.	2237-1036	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	PEREIRA, Alexsandro Eugenio; BLANCO, Ramon. **Teorias contemporâneas de relações internacionais**. Curitiba: Intersaberes, 2021.	#######	PEARSON
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	RAMOS, Danielly. **Introdução às Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2022.	#######	PEARSON
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	BORTOLOTI, Flávia da Silva; FONSECA, Ricardo Lopes. **Regionalização e Organização do Espaço Mundial.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2015.	#######	PEARSON
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Contexto Internacional.	1982-0240	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Politíca Internacional.	1983-3121	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas. Relacoes Internacionais.	1982-0720	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Integração Regional**: uma introdução. São Paulo: Saraiva, 2013.	#######	MINHA BIBLIOTECA

INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; SILVA, André Luiz Reis. **Relações Internacionais da Ásia e da África**. Curitiba: Intersaberes, 2015.	#######	PEARSON
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	GOMES, Eduardo Biancchi. **Integração Regional e Políticas Públicas Nacionais**. São Paulo: Contentus, 2020.	#######	PEARSON
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Sociologia e Política.	1678-9873	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Meridiano 47.	1518-1219	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional.	2237-1036	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina Rebello (orgs.). **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais.** Porto Alegre: Penso, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. **Libras:** Língua brasileira de sinais. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.	#######	BV KROTON
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	SILVA, Rafael Dias (org.). **Língua brasileira de sinais**: Libras. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2016.	#######	PEARSON
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Alfa : Revista de Linguistica	0002-5216	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Language and Social Psychology	1552-6526	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Research in Special Educational Needs	1471-3802	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	BARROS, Mariângela Estelita. **ELiS:** Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais. Porto Alegre: Penso, 2015	#######	MINHA BIBLIOTECA
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	CHOI, Daniel ...[et al]. **Libras:** conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.	#######	PEARSON
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	QUADROS, Ronice de; KARNOPP, Becker. **Língua de Sinais Brasileira:** estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2011	#######	MINHA BIBLIOTECA
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Medical Humanities	1473-4265	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Preventing School Failure	1940-4387	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	The Journal of Special Education and Rehabilitation	1857-663X	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	DAMINAI, Roberto Marques ...[et al.]. **Toxicologia.** Porto Alegre : SAGAH, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina Legal.** 11.ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017.	#######	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	GAZZOLLA, Luciana de Paula Lima. **Medicina Legal**: 350 questões comentadas para concursos. Indaiatuba, SP: Foco, 2021.	#######	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Crime, Law and Social Change	0925-4994	PROQUEST

MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Crime, Media, Culture	1741-6590	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Injury and Violence Research	2008-4072	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	AVELAR, Luiz Eduardo de Toledo; BORDONI, Leonardo Santos; CASTRO, Marcelo Mari de. **Atlas de medicina legal.** Rio de Janeiro: MedBook, 2014.	#######	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	FRANÇA, Genival Veloso de. **Fundamentos de medicina legal.**3. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2018.	#######	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	VANRELL. Jorge Paulete. **Odontologia legal e antropologia forense.** 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	CES Medicina	0120-0705	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Crime and Delinquency	0011-1287	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Interamericana de Investigacion, Educacion y Pedagogia	2500-5421	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	ASHLEY, Patrícia Almeida (Org). **Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios:** (des)construindo limites e possibilidades. São Paulo: Saraiva, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.	#######	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	JUBILUT, Liliana Lyra Jubilut; REI, Fernando Cardozo Fernandes; GARCEZ, Gabriela Soldano Garcez (eds). **Direitos humanos e meio ambiente** : minorias ambientais. Barueri, SP : Manole, 2017. – (Coleção ambiental ; 22)	#######	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Challenges in Sustainability	2030687	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	2316-9834	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Gestão Social e Ambiental	1981-982X	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	DELBONO, Benedita de Fátima. **Responsabilidade social e ambiental.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.	#######	BV KROTON
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa** : os paradigmas do novo contexto empresarial 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.	#######	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Asian Journal of Sustainability and Social Responsibility	2365-6417	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Current Sustainable / Renewable Energy Reports	2196-3010	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Investigación Agraria y Ambiental	2145-6453	PROQUEST

DISCIPLINA	SEMESTRE	TIPO	MATERIAL	TÍTULO	ISBN/ISBN	LOCALIZAÇÃO
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	LIVRO	CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555594157	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595659	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Manual de direito civil**: volume único. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	9786553620711	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito civil: l**ei de introdução e parte geral. 17.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	9788530993870	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil:** parte geral. 20.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020.	9788597027181	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	LIVRO	FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito:** técnica, decisão, dominação. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2019.	9788597021417	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	LIVRO	LOPES, José. **Curso de História do Direito.** 4.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788597027563	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	LIVRO	NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 43.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	9786559642755	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	1982-0496	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.	9788553607884	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **Manual de história do direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.	9788553611355	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito**: tradição no ocidente e no Brasil. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.	9788530987305	MINHA BIBLIOTECA
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO						
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	LIVRO	BARROSO, Luís Roberto . **Curso de direito constitucional contemporâneo:** os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 10. ed . São Paulo: Saraiva, 2021	9786555596700	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	LIVRO	LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555594928	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	LIVRO	PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021	9786555595789	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Anales de Derecho	0210-539X	PROQUEST
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Anuario Español de Derecho Internacional	2254-660X	PROQUEST
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	BÁSICA	PERIÓDICO	Business Law International	1467-632X	PROQUEST
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	BRAZ, Jacqueline Mayer da Costa Ude. **Teoria geral do direito constitucional**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2016	9788584824557	BV KROTON
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional.** 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555592900	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	LIVRO	TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555596915	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Constitucional e Internacional	-	RT ONLINE
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Teoría y Realidad Constitucional	2174-8950	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	LIVRO	LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho.** 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595680	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	LIVRO	RENZETTI, Rogério. **Manual de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559641079	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	LIVRO	ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho:** esquematizado. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555591293	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Labor Law Journal	0023-6586	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	FERREIRA, Priscila**. Direito do Trabalho**. São Paulo: Rideel, 2021	9786557382684	PEARSON
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	KOHLS, Cleize. **Direito do Trabalho:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2021	9786557382967	PEARSON
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	SANTOS, Susana Ferreira dos; FALCÃO, David. **Casos Práticos:** direito do trabalho. Portugal: Almedina, 2020	9789724084367	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Estudios de Derecho	0120-1867	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Foro Revista de Derecho	27929	PROQUEST
DIREITO DO TRABALHO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST

TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil:** teoria geral. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	LIVRO	LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado.** 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9786559640133	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	LIVRO	MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.	9788530980788	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2021.	9788597027952	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	RODRIGUES, Horácio Wanderlei; LAMY, Eduardo de Avelar. **Teoria geral do processo.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2019.	9788597021073	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	SOUZA, André Pagani de ...[et al.]. **Teoria geral do processo contemporâneo**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2021.	9786559770052	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anales de Derecho	1989-5992	PROQUEST
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Derecho del Estado	2346-2051	PROQUEST
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	LIVRO	BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte geral. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555590333	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal:** parte geral. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595666	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9788530993566	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Derecho Penal y Criminología	2346-2108	PROQUEST
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de direito penal.** 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	CARVALHO, Salo de. **Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	LIVRO	SOUZA, Artur de Brito Gueiros; JAPIASSÚ, Carlos Eduardo. **Direito Penal:** vol. único. 2.ed. Grupo GEN, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anales de Derecho	1989-5992	PROQUEST
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho Penal y Criminología	2255-3533	PROQUEST
TEORIA JURÍDICA DO DIREITO PENAL	2	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho UNED	2255-3436	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	LIVRO	ELTZ, Magnum K. de Figueiredo. **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre: Grupo A, 2018	9788595024090	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	LIVRO	IAMUNDO, Eduardo. **Hermenêutica e hermenêutica jurídica**. São Paul: Saraiva, 2017	9788547218065	MINHA BIBLIOTECA

ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	LIVRO	PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**.3. ed. São aulo: Saraiva, 2016	9788547216801	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Juridical Tribune Journal = Tribuna Juridica	2248-0382	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Language and Law	2183-3745	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES. Antonio. L**inguagem Jurídica e Argumentação**: teoria e Prática. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559770359	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Linguagem e Argumentação Jurídica**. 6.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020	9788530991487	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria do método jurídico**. São Paulo : Saraiva, 2016. (Série IDP : Linha direito comparado)	9788547209032	MINHA BIBLIOTECA
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Publicationes Universitatis Miskolciensis. Sectio Juridica et Politica	0866-6032	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
ARGUMENTAÇÃO E PESQUISA JURÍDICA	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Jurídica Piélagus	2539-522X	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	LIVRO	FERNANDES, Alexandre Cortês. **Direito civil**: obrigações. Caxias do Sul: Edics, 2019	9788570619525	PEARSON
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Direito civil:** obrigações, vol. 2. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	LIVRO	MELLO. Cleyson de Moraes. **Direito Civil:** obrigações. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2021	9786556750293	PEARSON
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	MIRAGEM, Bruno. **Direito Civil:** direito das obrigações. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788530994259	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: direito das obrigações e responsabilidade civil. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	VENOSA, Silvio. **Direito Civil:** obrigações e responsabilidade civil. V.2. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2021.	9788597026696	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência	2177-7055	PROQUEST
DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	LIVRO	LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	LIVRO	SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de direito Constitucional.** 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555593402	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	LIVRO	TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555593082	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	National Journal of Constitutional Law	1181-9340	PROQUEST
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revistas dos Tribunais	-	RT ONLINE

DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	MACHADO, Costa; CUNHA, Anna Candida da Cunha Ferraz. **Constituição Federal interpretada:** artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 12.ed. São Paulo: Manole, 2021.	9786555763751	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555595314	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional**. 29.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	9788530993993	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO CONSTITUCIONAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Teoría y Realidad Constitucional	2174-8950	PROQUEST
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	LIVRO	ANDREUCCI, R. A. **Manual de Direito Penal.** São Paulo: Editora Saraiva, 2021	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	LIVRO	BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte geral. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555597172	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	LIVRO	CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**..v2 - parte especial arts. 121 a 212. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.	9786555594850	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	ESTEFAM, André. **Direito Penal Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555597486	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. **Manual de Direito Penal.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555595734	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUCCI, Guilherem de Souza. **Manual de Direito Penal.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021.	9788530993566.	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Derecho Penal y Criminología	2346-2108	PROQUEST
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	International Journal of Criminal Justice Sciences	0973-5089	PROQUEST
DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho Penal y Criminología	2255-3533	PROQUEST
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	BÁSICA	LIVRO	FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Arbitragem.** 3.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	BÁSICA	LIVRO	PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de mediação e arbitragem.** 2. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE	3	BÁSICA	LIVRO	SALLES, Carlos Alberto de. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS						
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	0122-1108	PROQUEST
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Ciências Penais	1415-5400	RT ONLINE
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Arbitragem e Mediação	1679-6462	RT ONLINE
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	ARAÚJO, Valdeci da Silva. **Perícia, arbitragem e mediação**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2018.	########	BV KROTON
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	COSTA, Julio Cesar da. **Negociação e gestão de conflitos**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.	########	BV KROTON
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	GUILHERME, Luiz Fernando do Vale. **Manual de arbitragem e mediação**: conciliação e negociação. 5. ed.São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anales de Derecho	0210-539X	PROQUEST
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Criminal Justice Journal	0145-4226	PROQUEST
MODELO MULTIPORTAS E MEIOS INTEGRADORES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Criminal Law Quarterly	0011-1333	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	LIVRO	CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555594157	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595659	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST

PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito:** o direito como prática. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771554	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	LIVRO	BONHO, Luciana Tramontin ... [et al.]. **Responsabilidade civil.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO I - DIREITO	3	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	LIVRO	GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil:** contratos. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555593051	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Direito civil:** contratos, vol. 3. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555593495	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	LIVRO	VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: contratos. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	9788597027129	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil:** Contratos. 4.ed. Rio de Jaaneiro: Editora Freitas Bastos, 2022.	9786553780088	PEARSON
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 20..ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559641994	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** teoria geral dos contratos e contratos em espécie, v. 3. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9788530993849	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência	2177-7055	PROQUEST
DIREITO CIVIL - CONTRATOS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	LIVRO	LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho.** 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595680	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	LIVRO	MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho:** relações individuais e coletivas do trabalho. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555594775	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	LIVRO	ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito do trabalho: esquematizado. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555591293	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Labor Law Journal	0023-6586	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	FERREIRA, Priscila. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Rideel, 2021	9786557382684	PEARSON
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	KOHLS, Cleize. **Direito do Trabalho:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2021	9786557382967	PEARSON

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	RENZETTI, Rogério. **Manual de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559641079	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Estudios de Derecho	0120-1867	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Foro Revista de Derecho	27929	PROQUEST
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E TUTELAS COLETIVAS	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	LIVRO	ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito financeiro brasileiro.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9788530990589	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	LIVRO	FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito econômico.** 11.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788530993283	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	LIVRO	PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro.** 7.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788597022728	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	International Financial Law Review	0262-6969	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Administração de Empresas	2178-938X	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico.** 6.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019	9788597021974	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de Direito Financeiro e Tributário**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2020	9786555591460	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de Análise Econômica do Direito**. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771394	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Economic Analysis of Law Review	2178-0587	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência	2177-7055	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	BÁSICA	LIVRO	BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786553622111	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	BÁSICA	LIVRO	CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: GEN, 2022	9786559771776	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	BÁSICA	LIVRO	SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil.** São PAULO: Sraiva, 2022	9786555592757	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST

PROCESSO ELETRÔNICO						
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	DONIZETTI, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil.** 24.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788597027860	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processial Civil Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555592962	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	ROCHA, Marcelo Hugo da. **Direito Processual Civil**. São Paulo: Rideel, 2021.	9786557382653	PEARSON
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - CONHECIMENTO E PROCESSO ELETRÔNICO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência	2177-7055	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	GOMES, Frederico Félix. **Direito eletrônico**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.	########	BV KROTON
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Ética profissional sintetizado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	KASSAVETI, Nicholas Dahian da Silva. **Processo eletrônico.** Curitiba: Contentus, 2020	########	PEARSON
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	1676-2800	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Ártemis	2316-5251	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Estatuto da Advocacia e novo Código de Ética e Disciplina da OAB comentados**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	1982-0496	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1519-9045	PROQUEST
ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito:** o direito como prática. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771554	MINHA BIBLIOTECA

HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. 9. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771035	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	LIVRO	PUTHIN, Sarah Reus ...[et al.]. **Psicologia jurídica.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	9788595025783	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Estudios de Derecho	0120-1867	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamento Jurídico	2357-6170	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	Eduardo C. B. Bittar. **Curso de Filosofia do Direito.** 15. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020	9788597026528	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	MASCARO, Alysson Leandro. **Sociologia do Direito**. Rio de JANEIRO: gen, 2021	9786559771158	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	LIVRO	PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Filosofia do Direito.** 8.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020	9788597026733	MINHA BIBLIOTECA
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Cuadernos de Historia del Derecho	1988-2521	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
HUMANIDADES NO DIREITO	4	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	LIVRO	MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	LIVRO	NOHARA, Irene Patrícia. D**ireito administrativo.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho Privado	2346-2442	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura	-	RT ONLINE
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Manual de direito administrativo.** 4. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	CAMPOS, Ana Cláudia. **Direito Administrativo Facilitado.** 2. ed. São Paulo: Método, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	CARVALHO FILHO, José dos Santos**. Manual de direito administrativo**. 35. ed. Barueri, SP: Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Liinc em Revista	1808-3536	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Empresarial	-	RT ONLINE
DIREITO ADMINISTRATIVO -	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Recuperacional e Empresa	-	RT ONLINE

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO						
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	LIVRO	GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira Giacomelli... [et al.]. **Direito civil VI**: direitos reais. Porto Alegre : SAGAH, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Direito civil**: coisas, vol. 4. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito das coisas. 14.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO CIVIL - COISAS	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito das coisas, vol. 5. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	NEGRÃO, Theotônio ...[et al.]. **Código Civil e legislação civil em vigor**. 39. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	European Constitutional Law review	1982-8268	PROQUEST
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Civil Contemporâneo	-	RT ONLINE
DIREITO CIVIL - COISAS	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	LIVRO	FERREIRINHA, Fernando Neto. **Inventário notarial** : reflexões sobre o novo regime jurídico, aprovado pela Lei no 117-2019, de 13 de setembro. Coimbra, Portugal: Edlições Almedina, 2020. (Manuais profissionais)	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	LIVRO	GENTIL, Alberto [org.]. **Registros públicos**. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	LIVRO	ROCHA JUNIOR, Cid; KAMEL, Antoine Youssef. **Noções elementares da atividade notarial e registral.** 2.ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Série Dialógica)	########	PEARSON
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Nuevo Foro Penal	2539-4991	PROQUEST
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Ciencias Sociales	0717-2257	PROQUEST
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo**. 4.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALVIM NETO, José Manuel de Arruda; CLÁPIS, Alexandre Laizo; CAMBLER, Everaldo Augusto (coords.). **Lei dos registros públicos comentada**: Lei 6.015/1973. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	AZEVEDO, Sílvia Nothen de. **O protesto de títulos e outros documentos de dívida**: passo a passo, no dia-a-dia, em conformidade com o novo código civil brasileiro e a nova consolidação notarial e registral do RS – 2007. 2. ed. RS: EdiPUC-RS, 2014.	########	PEARSON
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Prolegomenos	0121-182X	PROQUEST
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	RDA: Revista do Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO PENAL - DOS CRIMES EM ESPÉCIE	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Recuperacional e Empresa	-	RT ONLINE

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil:** esquematizado. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	LIVRO	PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	LIVRO	THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** V. 1, 62.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788530994020	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Seqüência	2177-7055	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	BÁSICA	PERIÓDICO	The American Journal of International Law	2161-7953	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	ARAUJO JR, Gediel Claudino de. **Código de Processo Civil Anotado.** 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9788597027891	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil:** volume único. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555592603	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios**. Curso de Direito Processual Civil.** v.1, 19.ed. São PAULO: Saraiva, 2021	9786553622807	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Estudios de Derecho	0120-1867	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	RIBEIRO, Ana Elisa; COSCARELLI, Carla Viana (orgs.). **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3. ed. Belo Horizonte : Ceale ; Autêntica, 2014. (Coleção Linguagem e Educação)	########	MINHA BIBLIOTECA
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	SENNA, Luiz Antonio Gomes (org.). **Letramento**: princípios e processos. Curitiba: InterSaberes, 2012.	########	PEARSON
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2014.	########	MINHA BIBLIOTECA
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Linguagem em (Dis)curso	1982-4017	PROQUEST

LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Media, Culture & Society	1460-3675	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Research on Social Work Practice	1552-7581	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	DAY, George S. ... [et al.]. **Gestão de tecnologias emergentes** : a visão de Wharton School. Porto Alegre : Bookman, 2010	########	MINHA BIBLIOTECA
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos. **Sociedade e tecnologia na era digital.** São Paulo : Érica, 2014.	########	MINHA BIBLIOTECA
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	SPANHOL, Fernando José Spanhol; LUNARDI, Giovani Mendonça; SOUZA, Márcio Vieira de (orgs.).**Tecnologias da informação e comunicação na segurança pública e direitos humanos.** São Paulo: Blucher, 2016.	########	MINHA BIBLIOTECA
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	European Constitutional Law review	1982-8268	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho Privado	2346-2442	PROQUEST
LETRAMENTO DIGITAL E TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Trabalhos em Lingüística Aplicada	2175-764X	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555594157	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595659	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito:** o direito como prática. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771554	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	LIVRO	BONHO, Luciana Tramontin ... [et al.]. **Responsabilidade civil.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA

PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO II - DIREITO	5	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	LIVRO	ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental.** 22. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	9788597027402	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	LIVRO	ASSUNÇÃO, Thiago. **Direito ambiental internacional.** Curitiba: Contentus, 2020.	9786557451335	PEARSON
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	LIVRO	FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555590692	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Environmental Policy and Law	1878-5395	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	PERIÓDICO	International Environmental Agreements	1573-1553	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	2316-9834	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	MATTHES, Rafael. **Manual do Direito Ambiental**. São Paulo: Rideel, 2020.	9786557380208	PEARSON
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental.** 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	9786555595697	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito ambiental.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9786559641161	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Journal of Property, Planning and Environmental Law	2514-9415	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Gestão Social e Ambiental	1981-982X	PROQUEST
DIREITO AMBIENTAL	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Investigación Agraria y Ambiental	2145-6453	PROQUEST
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	BORBA, José Edwaldo Tavares Borba. **Direito Societário.** 18. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	KLEINDIENST, Ana Cristina [coord.]. **Estudos aplicados de direito empresarial :** societário. São Paulo : Almedina, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	MAMEDE, Gladston. **Direito Societário**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Direito empresarial brasileiro; 2)	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura	-	RT ONLINE
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Penal Econômico e Compliance	-	RT ONLINE
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Recuperacional e Empresa	-	RT ONLINE
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	PARGENDLER, Mariana. **Evolução do direito societári**o : lições do Brasil. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo : Almedina, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito empresarial sistematizado:** teoria, jurisprudência e prática. 9. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial** : Teoria geral e direito societário – v. 1. 12. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Politicas Públicas	2236-1677	PROQUEST

DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Empresarial	-	RT ONLINE
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	castro, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Direito Previdenciário.**2. ed. Rio de Janeiro: Método 2021	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**. 16 ed.Rio de Janeiro: GEN 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	SANTOS, Maria Ferreira. **Direito Previdenciário**: esquematizado. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho Del Estado	2346-2051	PROQUEST
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALENCAR, Hermes Arraes. **Direito Previdenciário para concursos.** São Paulo: Saraiva, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	LEITÃO, André. **Manual de Direito Previdenciário**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	SANTOS, Maria Ferreira dos. **Direito Previdenciário**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (Coleção @Esquematizado)	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Contexto	2346-2078	PROQUEST
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	European Constitutional Law review	1982-8268	PROQUEST
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Previdenciário	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	LIVRO	CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	LIVRO	LOPES JÚNIOR, Aury Celso Lima. **Direito processual penal.** 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Derecho Penal y Criminología	2346-2108	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Language and Law	2183-3745	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Ciências Penais	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	AVENA, Norberto. **Processo Penal.** 13. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza**. Curso de direito processual penal.** 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal.** 11. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022. (Coleção Esquematizado®)	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Ciências Penais	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST

DIREITO PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL E PROCEDIMENTOS	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Penal Econômico e Compliance	-	RT ONLINE
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário.** 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	SABBAG, Eduardo. **Direito tributário essencial.** 8.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	LIVRO	SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito Tributário.** 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Anales de derecho	1989-5992	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Fordham Journal of Corporate & financial law	1532-303X	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário**. 17.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUNES, Cléucio Santos. **Curso completo de Direito Processual Tributário.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito Constitucional.** 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anuário Jurídico y Económico Escurialense	2340-3780	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	International Financial Law Rewiew	0262-6969	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil.** 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	LIVRO	KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do consumidor:** contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito Civil:** direito das obrigações e responsabilidade civil. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Contexto	0123-6458	PROQUEST
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Civil Contemporâneo	-	RT ONLINE

RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	1808-2432	PROQUEST
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	BONHO, Luciana Tramontin ... [et al.]. **Responsabilidade civil.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	MIRAGEM, Bruno.**Direito civil:** responsabilidade civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	LIVRO	TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito do Consumidor:** direito material e processual, volume único. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Boletim Revista dos Tribunais Online	-	RT ONLINE
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR	6	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho	0121-8697	PROQUEST
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	LIVRO	GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo**. Novo curso de direito civil** - vol. 6: direito de família. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**, vol 5. 12.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	LIVRO	MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 11.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** direito de família, v.5. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do direito civil:** direito de família, v.6. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: família e sucessões, v.5. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Arbitragem e Mediação	-	RT ONLINE
DIREITO CIVIL - FAMÍLIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Civil Contemporâneo	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	LIVRO	LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**, 20. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021	9786555596663	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	LIVRO	REIS, Anna C. Gomes dos. **Direito Processual do Trabalho**. Porto Alegre: Grupo A, 2021	9786556901510	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	LIVRO	ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito Processual do Trabalho:** esquematizado. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555595321	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Labor Law Journal	0023-6586	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	SALES, Fernando Augusto De Vita Borges de. **Manual de Processo do Trabalho.** São Paulo: Rideel, 2020.	9786557380215	PEARSON
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Curso de direito processual do trabalho**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2020	9788597025033	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	SPALLER, Amanda Viega. **Direito processual do trabalho**: da fase de conhecimento às ações especiais. Curitiba: Intersaberes, 2021	9786589818250	PEARSON
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Estudios de Derecho	0120-1867	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Foro Revista de Derecho	27929	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	LIVRO	ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática de recursos no processo civil.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	LIVRO	BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de direito processual civil.** 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	LIVRO	COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). **Letramento digital:** aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3. ed. Belo Horizonte : Ceale ; Autêntica, 2014.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	1808-2432	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Iberoamericana de Derecho Procesal	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática no processo civil**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PORTO, José roberto Mello. **Manual de tutela coletiva.** São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Sequência; Estudos Jurídicos e Políticos	0101-9562	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	LIVRO	CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555594157	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595659	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST

PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito:** o direito como prática. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771554	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	BONHO, Luciana Tramontin ... [et al.]. **Responsabilidade civil.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO III - DIREITO	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	LIVRO	COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	LIVRO	MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 4.ed. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).	########	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	LIVRO	PRESOTTO, M. E. **Antropologia**: uma introdução. 8.ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Caderno de Estudos Africanos	2182-7400	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Informação & Sociedade	1809-4783	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Sociologia e Política	1678-9873	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	CIZOTO, Sonelise Auxiliadora; CARTONI, Daniela Maria. **Ética, política e sociedade.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.	########	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia**: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2013	9788522466047	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	SILVA, Enio Waldir da. **Sociologia jurídica.** 2. ed. Ijuí : Ed. Unijuí, 2021. (Coleção direito, política e cidadania ; 25).	########	MINHA BIBLIOTECA
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Estudos Feministas	1806-9584	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Novo Direitos	1982-0496	PROQUEST
SOCIEDADE BRASILEIRA E CIDADANIA	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Sociedade e Estado	1980-5462	PROQUEST
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	LIVRO	MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	LIVRO	NEGRÃO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa: t**ítulos de crédito e contratos empresariais. vol. 2. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E	7	BÁSICA	LIVRO	RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de crédito.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA

FALÊNCIA DE EMPRESAS						
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Imobiliário	-	RT ONLINE
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Recuperacional e Empresa	-	RT ONLINE
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Tributário Contemporâneo	-	RT ONLINE
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	BARROS NETO, Geraldo Fonseca de. **Reforma da Lei de recuperação judicial e falência**: comentada e comparada. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	CAMPINHO, Sérgio. **Curso de direito comercial:** falência e recuperação de empresas. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	LIVRO	TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito empresarial:** falência e recuperação de empresas. V.3. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anuario Jurídico y Económico Escurialense	2340-3780	PROQUEST
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Economic Analysis of Law Review	2178-0587	PROQUEST
TÍTULOS DE CRÉDITO E RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS	7	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	LIVRO	MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo.** 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	LIVRO	NOHARA, Irene Patrícia. **Direito administrativo.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	0034-8007	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Administração Pública	0034-7612	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Derecho del Estado	0122-9893	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Manual de direito administrativo.** 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO -	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias da Administração Pública**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	QUENEHEN, Rômulo. **Direito Administrativo no Setor Público.** Curitiba: Contentus, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura	-	RT ONLINE
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Gestão e Projetos	2236-0972	PROQUEST
DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista do Serviço PÚblico	2357-8017	PROQUEST
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	LIVRO	GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil:** direito das sucessões. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	LIVRO	LÔBO, Paulo. **Direito civil:** sucessões, vol 6. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	LIVRO	TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** direito das sucessões, v.6. 14.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho	39017	PROQUEST
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das sucessões:** inventários e partilhas. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito das sucessões, vol. 7. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil:** família e sucessões, v.5. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	2357-6170	PROQUEST
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Civil Contemporâneo	-	RT ONLINE
DIREITO CIVIL - SUCESSÕES	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito de Família e das Sucessões	-	RT ONLINE
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	LIVRO	DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen. **Direito Internacional Privado**. 15 ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	LIVRO	GUERRA, Sidney César Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	LIVRO	MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**. 5.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	PERIÓDICO	International Journal of Law in Context	1744-5531	PROQUEST
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Constitucional e Internacional	-	RT ONLINE
DIREITO INTERNACIONAL	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Sociologia e Política	1678-9873	PROQUEST
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 13.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA

DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	SALIBA, Aziz Tuffi. **Legislação de Direito Internacional.** 15.ed. São Paulo: Rideel, 2020	########	PEARSON
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Anuario Español de Derecho Internacional	2254-660X	PROQUEST
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Contexto Internacional	1982-0240	PROQUEST
DIREITO INTERNACIONAL	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	LIVRO	ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática de recursos no processo civil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	LIVRO	SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	LIVRO	THEODORO JÚNIOR, Humberto. Cu**rso de direito processual civil, volume 1:** teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum. 63. ed. io de Janeiro: Forense, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Ciências Sociais Unisinos	2175-2168	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista De Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direito GV	1808-2432	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito processual civil.** 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil:** procedimento comum, processos nos tribunais e recursos – vol. 2. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	REIX, Anna Carolina Gomes dos ... [et al.]. **Direito processual penal**: procedimentos e recursos [recurso eletrônico]. Porto Alegre : SAGAH, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	0122-1108	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS E TUTELAS DE CAUSAS REPETITIVAS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho UNED	2255-3436	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	LIVRO	CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595895	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	LIVRO	ABRAÃO, Eduardo Pilão Ortiz. **Nulidades, recursos e ações impugnativas no processo penal**. Curitiba: Intersaberes, 2021	9788522703265	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9786559640119	MINHA BIBLIOTECA

DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Derecho Penal y Criminología	2346-2108	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Language and Law	2183-3745	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Ciências Penais	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	REIS, Alexandre Cebrian Araújo. **Processo penal:** procedimentos, nulidades e recursos. 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	9786555591781	PEARSON
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal.** 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	9788530993627	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal**. 11. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022. (Coleção Esquematizado®)	9786553623101	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Ciências Penais	-	RT ONLINE
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
DIREITO PROCESSUAL PENAL - NULIDADES E RECURSOS	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Penal Econômico e Compliance	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	LIVRO	MASSON, Cleber; VILHENA JUNIOR, Ernani**. Prática penal, civil e tutela coletiva**: Ministério Público. 5. ed., rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Método, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	LIVRO	NOVAES, Felipe, BELLO, Rodrigo. **Manual de Prática Penal**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Pensamiento Juridíco	0122-1108	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	CURY, Rogério. **Método de estudo OAB:** Processo penal. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	KASSAVETIS, Nicholas Dahian da Silva. **Processo eletrônico**. Curitiba: Contentus, 2020.	########	PEARSON
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal.** 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Ciências Criminais - RBCCrim	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho Penal y Criminología	1132-9955	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	8	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho UNED	1886-9912	PROQUEST
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	LIVRO	De SANCTIS, Fausto Martin. **Inteligência artificial e direito**. São Paulo : Almedina, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA

DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	LIVRO	QUEIROZ, João Quinelato de. Re**sponsabilidade civil na rede, danos a liberdade a luz do marco civil da internet**. São Paulo: Processo, 2019	########	PEARSON
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	LIVRO	TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito do Consumidor	-	RT ONLINE
DIREITO CIBERNÉTICO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito e as Novas Tecnologias	-	RT ONLINE
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	LIMA, Ana Paula Moares Canto de. **LGPD aplicada**. São Paulo: Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de dados pessoais**: comentários a Lei n°13.709/2018. São Paulo : Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	REIS, Paulo Victor Alfeo. **Algoritmos e o direito**. São Paulo: Almedina, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Díkaion	2027-5366	PROQUEST
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Informação & Sociedade	0104-0146	PROQUEST
DIREITO CIBERNÉTICO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1519-9045	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	LIVRO	CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito eleitoral**. 10. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2020. (Coleção sinopses jurídicas ; v. 29)	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	LIVRO	VASCONCELOS, Clever; SILVA, Marco Antonio da. **Direito eleitoral.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	LIVRO	VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Law, Democracy & Development	2077-4907	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	1982-0496	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	GOMES, José Jairo. **Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.** 5. ed. Rio de janeiro: GEN, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	NEPOMUCENO, Luciana. **Minirreforma eleitoral comentada**. São Paulo: Rideel, 2020.	########	PEARSON
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	NEPOMUCENO, Luciana; FREITAS, Juliana; POGLIESE, Marcelo Weick. **Aspectos polêmicos e atuais do Direito eleitoral.** São Paulo: Rideel, 2021.	########	PEARSON
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Boletim Revista dos Tribunais Online	-	RT ONLINE
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Economic Analysis of Law Review	2178-0587	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	International Journal for Crime, Justice and Social Democracy	2202-8005	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	LIVRO	MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	LIVRO	SABBAG, Eduardo**. Direito tributário essencial.** 8.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM	9	BÁSICA	LIVRO	SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito Tributário**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA

ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO						
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Tributário Contemporâneo	-	RT ONLINE
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Tributária e de Finanças Públicas	-	RT ONLINE
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário.** 17.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	NUNES, Cléucio Santos. **Curso completo de Direito Processual Tributário.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito Constitucional**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Economic Analysis of Law Review	2178-0587	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Ambiente Contabil	2176-9036	PROQUEST
DIREITO TRIBUTÁRIO - TRIBUTOS EM ESPÉCIE E PROCESSO TRIBUTÁRIO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1983-0807	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Tutela de interesses difusos e coletivos.** 12. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2018. (Coleção sinopses jurídicas ; v. 26)	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	LIVRO	MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 27. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2019. (Série IDP : Linha Doutrina)	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	LIVRO	SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Processo coletivo do trabalho**. 2. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Boletim Revista dos Tribunais Online	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito do Trabalho	-	RT ONLINE
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	PEREIRA, Leone. **Manual de processo do trabalho**. 7. ed.São Paulo : Saraiva Educação, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	SANDES, Fábio ; RENZETTI, Rogério. **Direito do trabalho e processo do trabalho**. 2. ed. São Paulo : Somos Educação, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico.** 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA

PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Contexto	0123-6458	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Ciencias Sociales; San Jose	0482-5276	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista; Medellín	2390-0016	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	LIVRO	CASSETARI, Christiano. **Elementos de direito civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2021	9786555594157	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	LIVRO	GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	LIVRO	PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	9786555595659	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional	2237-1036	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito:** o direito como prática. 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021	9786559771554	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	BONHO, Luciana Tramontin ... [et al.]. **Responsabilidade civil.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Direito GV	2317-6172	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Seqüência ; Estudos Jurídicos e Políticos	2177-7055	PROQUEST
PROJETO DE EXTENSÃO IV - DIREITO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Universitas Jus	1982-8268	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	LIVRO	GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	LIVRO	HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2017.	########	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	LIVRO	MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	American Libraries	0002-9769	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Díkaion	2027-5366	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	BÁSICA	PERIÓDICO	Em Questão	1807-8893	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	LEHFELD, Lucas de Souza; LÉPORE, Paulo Eduardo; FERREIRA, Olavo Augusto Vianna. **Monografia jurídica:** guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. 2. ed. Rio de	########	MINHA BIBLIOTECA

				Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	LIVRO	MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Alexandria	0955-7490	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	PROQUEST
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	9	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Informação & Sociedade	0104-0146	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	LIVRO	AMIN, Andréa Rodrigues ... [et. al]. **Curso de direito da criança e do adolescente :** aspectos teóricos e práticos. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	LIVRO	LOYOLA, Kheyder Harp; NEVES, Gustavo Bregelda; ROSSA, Emanuel. **Estatuto do idoso.** São Paulo: Rideel, 2016. (Leis Especiais comentadas para concursos).	########	PEARSON
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	LIVRO	MODAINI, Marco. **Direitos humanos:** breve história de uma grande utopia. Portugal: Grupo Almedina, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Cuadernos de Historia del Derecho	1988-2521	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Human Rights and Social Work	2365-1792	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito da Infância e da Juventude	-	RT ONLINE
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso**. São Paulo : Saraiva, 2014. (Série IDP)	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	SCARANO, Renan Costa Valle ...[et al.]. **Direitos humanos e diversidade.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Sur International Journal on Human Rights	1983-3342	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	LIVRO	LEITE, George Salomão (coord.). **Manual dos direitos da pessoa idosa.** São Paulo : Saraiva, 2017.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	LIVRO	scarano, Renan Costa Valle ... [et al.]. **Direitos humanos e diversidade.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	LIVRO	SCARANO, Renan Costa Valle. **Direitos humanos e diversidade.** Porto Alegre: Grupo A, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Acta Scientiarum Human and Social Science	1807-8656	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Business and Human Rights Journal	2057-0201	PROQUEST

DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direitos Fundamentais & Democracia	1982-0496	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	FACHIN, Melina Gerardi. **Guia de Proteção dos Direitos Humanos**: sistemas internacionais e sistema Constitucional. Curitiba: Intersaberes, 2019.	########	PEARSON
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos humanos**. 9.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso**. São Paulo : Saraiva, 2014.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Ciências Sociais Unisinos	2177-6229	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Cuadernos de historia del Derecho	1988-2521	PROQUEST
DIREITOS HUMANOS, DE INCLUSÃO E DO IDOSO	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Journal of Human Rights and Social Works	2365-1792	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	LIVRO	COIMBRA, José Duarte; CALDEIRA, Marcos; SERRÃO, Tiago**. Direito Administrativo da Emergência:** organização administrativa, procedimento administrativo, Contratação pública e Processo Administrativo na resposta à COVID-19. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	LIVRO	NUNES Júnior, Vidal Serrano; SCIORILLI, Marcelo. **Manual de processo constitucional.** São Paulo : Almedina, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	LIVRO	SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Processo Tributário.** 13. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Derecho del Estado	2346-2051	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	BÁSICA	PERIÓDICO	Teoria y realidad constitucional	2174-8950	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	BITENCOURT, Caroline Muller. **Direito Constitucional: teoria e prática:** 1 e 2 fases OAB. São Paulo: Rideel, 2019.	########	PEARSON
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho. **Processo constitucional e estado democrático de direito.** 4. ed. Belo Horionte, 2018.	########	PEARSON
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	LIVRO	MAZINI, Paulo Guilherme. **Tutela da Evidência**: perfil funcional e atuação do juiz à luz dos direitos fundamentais do processo. São Paulo: Almedina, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	European Constitutional Law review	1982-8268	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Derecho Político	2174-5625	PROQUEST
PRÁTICA JURÍDICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	10	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Wisconsin Law Journal	1534-1917	PROQUEST
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	IACOMINI, Vanessa. **Biodireito, Biodiversidade e Bioética**. Curitiba: Contentus, 2020.	########	PEARSON
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	MACHADO, Natália Paes Leme ...[et al.]. **Biodireito**. Londrina: Editora e Distribuidora	########	BV KROTON

				Educacional S.A., 2018.		
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	SILVA, Dayse Cristina Ferreira da; PARAGUASSU, Liana; DAIJO, Julice. **Fundamentos de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.	########	PEARSON
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Lex Humana	2175-0947	PROQUEST
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
BIODIREITO	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	DE SÁ, Maria de Fátima Freire; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética e biodireito**. 5. ed. São Paulo: Foco, 2021.	########	PEARSON
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	FLUCK, Marlon Ronald. **A bioética e suas implicações na saúde, religião e na dignidade humana**. Curitiba: Intersaberes, 2021.	########	PEARSON
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	RAMOS, Dalton Luiz [org.]. **Bioética, pessoa e vida:** uma abordagem personalista. 2.ed. São Paulo: Difusão, 2018.	########	PEARSON
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Argumenta	2317-3882	PROQUEST
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2175-2168	PROQUEST
BIODIREITO	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Latinoamericana de Bioética	1657-4702	PROQUEST
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	FERREIRINHA, Fernando Neto. **Inventário notarial** : reflexões sobre o novo regime jurídico, aprovado pela Lei no 117-2019, de 13 de setembro. Coimbra, Portugal: Edlições Almedina, 2020. (Manuais profissionais)	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	GENTIL, Alberto [org.]. **Registros públicos.** 2.ed. Rio de Janeiro: GEN, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	ROCHA JUNIOR, Cid; KAMEL, Antoine Youssef. **Noções elementares da atividade notarial e registral.** 2.ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Série Dialógica)	########	PEARSON
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Nuevo Foro Penal	2539-4991	PROQUEST
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Ciencias Sociales	0717-2257	PROQUEST
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista dos Tribunais	-	RT ONLINE
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo**. 4.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALVIM NETO, José Manuel de Arruda; CLÁPIS, Alexandre Laizo; CAMBLER, Everaldo Augusto (coords.). **Lei dos registros públicos comentada:** Lei 6.015/1973. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	AZEVEDO, Sílvia Nothen de. **O protesto de títulos e outros documentos de dívida**: passo a passo, no dia-a-dia, em conformidade com o novo código civil brasileiro e a nova consolidação notarial e registral do RS – 2007. 2. ed. RS: EdiPUC-RS, 2014.	########	PEARSON
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Prolegomenos	0121-182X	PROQUEST
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	RDA: Revista do Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Recuperacional e Empresa	-	RT ONLINE
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito eleitoral.** 10. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2020. (Coleção sinopses jurídicas ; v. 29)	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	VASCONCELOS, Clever; SILVA, Marco Antonio da. **Direito eleitoral.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA

DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Law, Democracy & Development	2077-4907	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	RDA : Revista de Direito Administrativo	2238-5177	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Direitos Fundamentais & Democracia	1982-0496	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	GOMES, José Jairo. **Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.** 5. ed. Rio de janeiro: GEN, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	NEPOMUCENO, Luciana. **Minirreforma eleitoral comentada.** São Paulo: Rideel, 2020.	########	PEARSON
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	NEPOMUCENO, Luciana; FREITAS, Juliana; POGLIESE, Marcelo Weick. **Aspectos polêmicos e atuais do Direito eleitoral.** São Paulo: Rideel, 2021.	########	PEARSON
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Boletim Revista dos Tribunais Online	-	RT ONLINE
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Economic Analysis of Law Review	2178-0587	PROQUEST
DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	International Journal for Crime, Justice and Social Democracy	2202-8005	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	AMIN, Andréa Rodrigues ... [et. al]. **Curso de direito da criança e do adolescente** : aspectos teóricos e práticos. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	LOYOLA, Kheyder Harp; NEVES, Gustavo Bregelda; ROSSA, Emanuel. **Estatuto do idoso.** São Paulo: Rideel, 2016. (Leis Especiais comentadas para concursos).	########	PEARSON
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	MODAINI, Marco**. Direitos humanos**: breve história de uma grande utopia. Portugal: Grupo Almedina, 2020.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Cuadernos de Historia del Derecho	1988-2521	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Human Rights and Social Work	2365-1792	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Direito da Infância e da Juventude	-	RT ONLINE
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso.** São Paulo : Saraiva, 2014. (Série IDP)	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	SCARANO, Renan Costa Valle ...[et al.]. **Direitos humanos e diversidade.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	PROQUEST
DIREITO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Sur International Journal on Human Rights	1983-3342	PROQUEST
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JÚNIOR, Roque. **Fundamentos em gestão de projetos :** construindo competências para gerenciar projetos. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022.	########	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	XAVIER, Carlos Magno da Silva. **Gerenciamento de Projetos:** como definir e controlar o escopo do projeto. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA

GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Díkaion	2027-5366	PROQUEST
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	International Journal of Managing Projects in Business	1753-8378	PROQUEST
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	The Journal of Management Development	1758-7492	PROQUEST
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	BRANCO, Renato Henrique Ferreira; LEITE, Dinah Eluze Sales; VINHA JUNIOR, Rubens. **Gestão colaborativa de projetos:** a combinação de design thinking e ferramentas práticas para gerenciar seus projetos. São Paulo: Saraiva, 2016.	########	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. **Gestão de projetos**. 4.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	MENEZES, Luís César de Moura. **Gestão de Projetos:** com abordagem dos métodos ágeis e híbridos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Boletim Revista dos Tribunais Online	-	RT ONLINE
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Em Questão	1807-8893	PROQUEST
GESTÃO DE PROJETOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Brasileira	2358-1352	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	DREY, Rafaela Fetzner; SELISTRE, Isabel Cristina Tedesco; AIUB, Tânia. **Inglês:** práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.	########	MINHA BIBLIOTECA
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	LIMA, Thereza Cristina de Souza; KOPPE, Carmen Terezinha. **Inglês básico nas organizações**. Curitiba: Intersaberes, 2013.	########	PEARSON
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	DIENER, Patrick. **Inglês instrumental.** Curitiba: Contentus, 2020.	########	PEARSON
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	International Journal of Society, Culture & Language	2329-2210	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Language Teaching and Research	2053-0684	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	World Englishes	1467-971X	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	DIENER, Patrick. **Inglês instrumental.** Curitiba: Contentus, 2020.	########	PEARSON
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	FERREIRA, Giovana Valente. **Inglês**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2015.	########	BV KROTON
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	LIMA, Thereza Cristina de Souza. **Língua estrangeira moderna:** inglês. Curitiba: Intersaberes, 2016.	########	PEARSON
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	English Journal, High school edition	2161-8895	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	2215-5643	PROQUEST
INGLÊS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	The American Review of Canadian Studies	1943-9954	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	BARROS-PLATINAU, Ana Flávia. **Organizações e Instituições Internacionais.** São Paulo: Contexto, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	FALKOWISKI, Ivan Ferreira de Campos Lissandro de Sousa . **Negócios internacionais**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.	########	BV KROTON
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	ONUKI, Janina; AGOPYAN, Kelly Komatsu. **Organizações e regimes internacionais.** Curitiba: InterSaberes, 2021.	########	PEARSON
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Contexto Internacional.	1982-0240	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Politíca Internacional.	1983-3121	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas. Relacoes Internacionais.	1982-0720	PROQUEST

INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	CRETELLA NETO, José. **Teoria geral das organizações internacionais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	########	MINHA BIBLIOTECA
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; LIMA, Miguel; SILBER, Simão Davi. Manual de comércio exterior e negócios internacionais. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.	########	MINHA BIBLIOTECA
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	FERREIRA, Renata; NIZO NETO, Rocco Di. **Economia internacional.** São Paulo: Senac, 2020.	########	SENAC
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Sociologia e Política.	1678-9873	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Meridiano 47.	1518-1219	PROQUEST
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional.	2237-1036	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	PEREIRA, Alexsandro Eugenio; BLANCO, Ramon. **Teorias contemporâneas de relações internacionais**. Curitiba: Intersaberes, 2021.	########	PEARSON
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	RAMOS, Danielly. **Introdução às Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2022.	########	PEARSON
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	BORTOLOTI, Flávia da Silva; FONSECA, Ricardo Lopes. **Regionalização e Organização do Espaço Mundial.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2015.	########	PEARSON
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Contexto Internacional.	1982-0240	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista Brasileira de Politíca Internacional.	1983-3121	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Universitas. Relacoes Internacionais.	1982-0720	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Integração Regional**: uma introdução. São Paulo: Saraiva, 2013.	########	MINHA BIBLIOTECA
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; SILVA, André Luiz Reis. **Relações Internacionais da Ásia e da África**. Curitiba: Intersaberes, 2015.	########	PEARSON
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	GOMES, Eduardo Biancchi. **Integração Regional e Políticas Públicas Nacionais**. São Paulo: Contentus, 2020.	########	PEARSON
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Sociologia e Política.	1678-9873	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Meridiano 47.	1518-1219	PROQUEST
INTEGRAÇÃO REGIONAL E BLOCOS ECONÔMICOS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Direito Internacional.	2237-1036	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina Rebello (orgs.). **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais.** Porto Alegre: Penso, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. **Libras:** Língua brasileira de sinais. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.	########	BV KROTON
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	SILVA, Rafael Dias (org.). **Língua brasileira de sinais**: Libras. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2016.	########	PEARSON
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Alfa : Revista de Linguistica	0002-5216	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Language and Social Psychology	1552-6526	PROQUEST

LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Research in Special Educational Needs	1471-3802	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	BARROS, Mariângela Estelita. **ELiS:** Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais. Porto Alegre: Penso, 2015	########	MINHA BIBLIOTECA
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	CHOI, Daniel ...[et al]. **Libras:** conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.	########	PEARSON
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	QUADROS, Ronice de; KARNOPP, Becker. **Língua de Sinais Brasileira:** estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2011	########	MINHA BIBLIOTECA
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Medical Humanities	1473-4265	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Preventing School Failure	1940-4387	PROQUEST
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	The Journal of Special Education and Rehabilitation	1857-663X	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	DAMINAI, Roberto Marques ...[et al.]. **Toxicologia.** Porto Alegre : SAGAH, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina Legal.** 11.ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017.	########	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	GAZZOLLA, Luciana de Paula Lima. **Medicina Legal**: 350 questões comentadas para concursos. Indaiatuba, SP: Foco, 2021.	########	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Crime, Law and Social Change	0925-4994	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Crime, Media, Culture	1741-6590	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Journal of Injury and Violence Research	2008-4072	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	AVELAR, Luiz Eduardo de Toledo; BORDONI, Leonardo Santos; CASTRO, Marcelo Mari de. **Atlas de medicina legal.** Rio de Janeiro: MedBook, 2014.	########	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	FRANÇA, Genival Veloso de. **Fundamentos de medicina legal.**3. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2018.	########	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	VANRELL. Jorge Paulete. **Odontologia legal e antropologia forense.** 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	CES Medicina	0120-0705	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Crime and Delinquency	0011-1287	PROQUEST
MEDICINA FORENSE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista Interamericana de Investigacion, Educacion y Pedagogia	2500-5421	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	ASHLEY, Patrícia Almeida (Org). **Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios:** (des)construindo limites e possibilidades. São Paulo: Saraiva, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	LIVRO	JUBILUT, Liliana Lyra Jubilut; REI, Fernando Cardozo Fernandes; GARCEZ, Gabriela Soldano Garcez (eds). **Direitos humanos e meio ambiente** : minorias ambientais. Barueri, SP : Manole, 2017. – (Coleção ambiental ; 22)	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Challenges in Sustainability	2030687	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	2316-9834	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	BÁSICA	PERIÓDICO	Revista de Gestão Social e Ambiental	1981-982X	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	DELBONO, Benedita de Fátima. **Responsabilidade social e ambiental.**	########	BV KROTON

				Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.		
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	LIVRO	TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa** : os paradigmas do novo contexto empresarial 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.	########	MINHA BIBLIOTECA
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Asian Journal of Sustainability and Social Responsibility	2365-6417	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Current Sustainable / Renewable Energy Reports	2196-3010	PROQUEST
RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	OPTATIVA	COMPLEMENTAR	PERIÓDICO	Revista de Investigación Agraria y Ambiental	2145-6453	PROQUEST